GRANDES INTÉRPRETES DO BRASIL

2018

Coletânea – P.Timm org.

(Uso exclusivo em sala de aula)

Ao Dr. Frank Cunha, amigo e compa.

WWW.INTERPRETESDOBRASIL.ORG

Juca Mulato
Menotti Del Picchia
Germinal

Nuvens voam pelo ar como bandos de garças,
Artista boêmio, o sol, mescla na cordilheira
pinceladas esparsas
de ouro fosco. Num mastro, apruma-se a bandeira
de São João, desfraldando o seu alvo losango.
Juca Mulato cisma. A sonolência vence-o
Vem, na tarde que expira e na voz de um curiango,
o narcótico do ar parado, esse veneno
que há no ventre da treva e na alma do silêncio.
Um sorriso ilumina o seu rosto moreno.
No piquete relincha um poldro; um galo álacre
tatala a asa triunfal, ergue a crista de lacre,
clarina a recolher entre varas de cerdos e
mexem-se ruivos bois processionais e lerdos
e, num magote escuro, a manada se abisma na treva.
Anoiteceu.
Juca Mulato cisma.

Como se sente bem recostado no chão!
Ele é como uma pedra, é como a correnteza,
uma coisa qualquer dentro da natureza,
amalgamada ao mesmo anseio, ao mesmo amplexo,

a esse desejo de viver grande e complexo
que tudo abarca numa força de coesão.
Compreende em tudo ambições novas e felizes,
tem desejo até de rebrotar raízes, deitar ramas pelo ar,
sorver, junto da planta, e sobre a mesma leiva,
o mesmo anseio de subir, a mesma seiva,
romper em brotos, florescer, frutificar!

"Que delícia viver! Sentir entre os protervos
renovos se escoar uma seiva alma viva
na tenra carne a remoçar o corpo moço…"
E um prazer bestial lhe encrespa a carne e os nervos;
afla a narina; o peito arqueja; uma lasciva
onda de sangue lhe incha as veias do pescoço…
Ei-lo, supino e só, na noite vasta. Um cheiro
acre de feno lhe entorpece o corpo langue
e, no torso trigueiro,
enroscam seus anéis serpentes de desejos
e um pubescente ansiar de abraços e de beijos
incendeia-lhe a pele e estua-lhe no sangue.
Juca Mulato cisma.
Escuta a voz em couro
dos batráquios, no açude, os gritos lancinantes
do eterno amor dos charcos.
É ágil como um poldro e forte como um touro;
no equilíbrio viril dos seus membros possantes
há audácias de coluna e elegância dos barcos.
O crescente, recurvo, a treva em brilho frange
e, na carne da noite, imerge-se e se abisma
como num peito etíope a ponta de uma alfange.
Juca Mulato cisma…
A natureza cisma.
Aflora-lhe no imo um sonho que braceja;
estira o braço, enrija os músculos, boceja,
supino fita o céu e diz em voz submissa:
"Que tens, Juca Mulato ?…" e, rebolcado na erva,
sentindo esse cansaço irritante que o enerva
deixa-se, mudo e só, quebrado de preguiça.
Cansado ele ? E por quê ? Não fôra essa jornada
a mesma luta, palmo a palmo, com a enxada
a suster no café as invasões da aninga ?
E, como de costume, um cálice de pinga,
um cigarro de palha, uma jantinha à toa,

um olhar dirigido à filha da patroa ?
Juca Mulato pensa: a vida era-lhe um nada…
Uns alqueires de chão, o cabo de uma enxada,
um cavalo pigarço, uma pinga da boa,
o cafezal verdoengo, o sol quente e inclemente…
Nessa noite, porém, parece-lhe mais quente
o olhar indiferente
da filha da patroa…

Templo Cultural Delfos

Cuitelinho - Orquestra de Viola de Garça: Alma brasileira

.

Autor desconhecido (cancioneiro popular, recolhido por Paulo Vanzolini)

HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/TEMPLOCULTURALDELFOS/VIDEOS/1753601524676255/?T=33

Pererê toca TRENZINHO CAIPIRA, de V.Lobos

https://www.youtube.com/watch?v=BsZJuNtAsaE

Uma aula de História do Brasil

https://www.facebook.com/depmarcomaia/videos/1914596811889146/?t=439

Marxistas no Brasil

A propósito da relevância que os marxistas no Brasil concedem à dimensão cultural, consulte-se também um extenso e cuidadoso *dossiê* publicado pelo *site* em outubro de 2015: https://marxismo21.org/marxismo-e-cultura/.
Especial obra de Roberto Schwarz : https://marxismo21.org/roberto-schwarz/

Nós, os brasileiros – Paulo Timm – Coletânea

http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/150627061554NOS__OS_BRASILEIROS_(2).pdf

Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro - **Ronaldo Conde Aguiar**

Este livro não é uma bibliografia dos pensadores sociais, e sim, dos trabalhos sobre os pensadores sociais, os comentários procuraram apenas registrar os traços mais gerais dos autores, de forma a destacar a sua importância e a sua contribuição no campo do pensamento social brasileiro.

Sociologia brasileira: 11 seminários, entrevistas e documentários pra você entender os maiores...

De que é feita a sociologia brasileira? Qual seu tutano? Clique aqui e veja entrevistas, documentários e seminários sobre a sociologia do nosso país.

COLUNASTORTAS.WORDPRESS.COM

O pensamento estratégico de Francisco Adolfo de Varnhagen, por Paulo Roberto de Almeida

A data de 17 de fevereiro de 2016 marca o ducentésimo aniversário do nascimento do…

MUNDORAMA.NET

WWW.INTERPRETESDOBRASIL.ORG

"Enciclopédia de brasilidade - Cesar Benjamin

http://www.contrapontoeditora.com.br/…/200711011651590.Cert…

Ufa. Ontem foi a primeira das quatro aulas do curso compacto "Uma certa ideia de Brasil". Estruturei as aulas da seguinte forma:

1. O sentido da construção nacional (os grandes processos estruturantes da sociedade brasileira);
2. Por que ficamos na periferia? (ênfase no século XIX);
3. A construção da agenda brasileira (ênfase no século XX);
3. A grande crise (os últimos trinta anos).

Todas as aulas, de três horas cada, são multidisciplinares. Estão sendo filmadas por dois amigos que se ofereceram gentilmente para fazer esse trabalho. Depois veremos o que fazer com o material. Tudo é gratuito.

Hoje é a segunda aula. Obrigado às pessoas que se dispuseram a assistir. Essa tentativa de produzir uma síntese da ideia de Brasil tem sido trabalhosa, mas prazerosa também.

…

Sociologia brasileira: 11 seminários, entrevistas e documentários pra você entender os maiores...

De que é feita a sociologia brasileira? Qual seu tutano? Clique aqui e veja entrevistas, documentários e seminários sobre a sociologia do nosso país.

COLUNASTORTAS.WORDPRESS.COM

O pensamento estratégico de Francisco Adolfo de Varnhagen, por Paulo Roberto de Almeida

A data de 17 de fevereiro de 2016 marca o ducentésimo aniversário do nascimento do…

MUNDORAMA.NET

IBGE lança livro com entrevistas de dez presidentes do instituto: bit.ly/290t2Zt

“O desafio de retratar o país” traz os depoimentos de dez especialistas que estiveram à frente da instituição nos últimos 30 anos, além de diversas informações adicionais que contextualizam historicamente essas administrações.

Através de seus depoimentos é possível acompanhar não só a evolução do IBGE, mas também as mudanças históricas no próprio país, desde o fim da ditadura militar ao fim da hiperinflação, passando pelo advento das políticas de inclusão social, cujos principais parâmetros são os próprios indicadores econômicos e sociais produzidos pelo instituto.

Sobre José Bonifácio, os “Pais Fundadores” dos EUA, Joaquin Nabuco, Rui Barbosa e Adam Smith

https://marcosfernandeseconomicsandpolitics.wordpress.com/2016/02/18/sobre-jose-bonifacio-os-pais-fundadores-dos-eua-joaquin-nabuco-rui-barbosa-e-adam-smith/

José Bonifácio, Rui Barbosa, Nabuco e Adam Smith (Teoria dos sentimentos Morais) deveriam ser leituras obrigatórias nas escolas.

O Andrada é mais avançado que os pais fundadores dos EUA, incrível. Kenneth Maxwellrepublicou um artigo dele sobre o Brasil e sua peculiaridade onde isso fica claro, mas Jorge Caldeira em seu livro sobre JB deixa isso bem claro.

INVENTORES DO BRASIL – TV BRASIL – DOMINGOS 21.00

APRESEAÇÃO – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso apresenta o programa ...

https://www.youtube.com/watch?v=Y24e58Nh39A

4 dias atrás - Vídeo enviado por Canal Brasil

Fernando Henrique Cardoso apresenta o programa ***Inventores do Brasil***.
Canal ***Brasil*** ... ***TV*** Tarobá ...

PRETO NO BRANCO – TV BRASIL- ENTREVISTAS

HTTP://CANALBRASIL.GLOBO.COM/PROGRAMAS/PRETO-NO-BRANCO/MATERIAS/ESTREIA-DIA-06-DE-SETEMBRO.HTML

Livros importantes

Franklin de Oliveira :Morte da Memória Nacional- Civilização Brasileira RJ

Ronaldo Conde Aguiar- Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro

Cristian Dunker – Mal Estar, Sofrimento, Sintoma: uma psicopatologia do Brasil intra muros - SP, Boitempo, 2015

PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: O CICLO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTISMO
RICARDO BIELSCHOWSKY -- sexta reimpressão
484 páginas -- de R$ 84,00 por R$ 50,40 no site da editora
http://www.contrapontoeditora.com.br/produto.php?id=102

ANTONIO CÂNDIDO

Os **Caipiras**, por **Antonio Candido** - YouTube
► 20:11 ► 20:11
www.youtube.com/watch?v=I8UDVGTuivI
01/06/2013 - Vídeo enviado por Daniel Lunardelli
Intérpretes do Brasil, de Isa Grinspum Ferraz, uma série de quinze **...** Rio Verde-**Antônio Cândido**-Moda **...**

SOCIO-logia: **Intérpretes do Brasil** - **Antônio Cândido** (3º Ano)
sociologiaehlegal.blogspot.com/.../**interpretes-do-brasil-antonio-candido**-...

- 08/11/2011 - **Intérpretes do Brasil** - **Antônio Cândido** (3º Ano). Clique no link para ver o **vídeo** no youtube. O **caipira** por **Antônio Cândido ...**

Intérpretes do Brasil - Cinematográfica SuperFilmes
www.superfilmes.com.br/v1/pt/filme.php?c=31

- 2001 . **Vídeo** . cor . 11x20'. **Intérpretes do Brasil**. festivais . ficha técnica e **...** Os**Caipiras**, por **Antonio Candido** Portugal, **Brasil**, por Judith Cortesão Viva o Sertão **...**

8. Série reúne intelectuais para discutir o País

Antonio Candido abre amanhã Intérpretes do Brasil, da TV Cultura e Arte, debatendo as origens e as transformações do mundo caipira

http://www.estadao.com.br/arquivo/arteelazer/2001/not20011119p8024.htm

Há algo de admirável na fala de Antonio Candido e Antonio Risério. Não é só a erudição desses estudiosos, a segurança com que eles falam sobre assuntos diversos. É a serenidade com que se expressam. Numa época em que as pessoas tentam impor suas idéias no grito, esses mestres dão uma admirável lição de civilidade na série Intérpretes do Brasil. É uma criação do Ministério da Cultura especialmente formatada para a TV. Vai ao ar a partir de amanhã na TV Cultura e Arte. Os programas de 20 minutos serão exibidos, semanalmente, às terças-feiras, às 22 horas, com reprise nas quartas e quintas, às 18 horas e 12 horas, respectivamente.

A série de 11 programas começa amanhã com a exibição de Os Caipiras. É conduzido pela narrativa de Antonio Candido Mello e Souza, professor de Teoria Literária na Universidade de São Paulo. Logo no começo, quando a imagem de Antonio Candido bate na tela, um letreiro informa data de nascimento e sua qualificação profissional. É só. O programa, não apenas esse, mas a série toda, não aborda a biografia do intelectual, por mais respeitável que ele seja, nem pretende esgotar os assuntos em questão. "O que a série se propõe é a instigar e sugerir", informa Isa Ferraz, idealizadora e diretora da série produzida por Zita Carvalhosa.

Por que os intérpretes do Brasil? Não é uma série sobre cantores, como você pode pensar, mas uma interpretação do Brasil e de sua cultura feita por intelectuais com atuação em diversas áreas de especialidade. Antonio Candido fala amanhã sobre o mundo caipira. Na semana que vem, Judith Cortesão investiga a relação entre Portugal e Brasil, colonizador e colonizado. No dia 4, Antonio Risério fala do sebastianismo medieval que ainda sobrevive entre os sertanejos. O programa se chama,

sugestivamente, Viva o Sertão.

Para o secretário José Álvaro Moisés, do Audiovisual, a série de 11 programas quer levar o público "a perguntar-se quem somos nós, os brasileiros, e que País é esse, o Brasil." Moisés não é só secretário do Audiovisual. Também é diretor da TV Cultura e Arte, criada com o objetivo de promover a cultura do País. Atualmente, 68 operadoras ligadas à TVA, à NeoTV e à Net, além de operadoras independentes, distribuem a programação. A TV Cultura e Arte não fica permanentemente no ar. É transmitida de segunda a sexta, das 12 horas às 14 horas, das 18 horas às 20 horas e das 22 horas à meia-noite. Aos sábados e domingos, das 12 horas às 15 horas, das 17 horas às 20 horas e das 21 horas à meia-noite. A programação também está, à noite, na DirecTV, na Sky e na TecSat. E, se você quiser mais informações, pode consultar o endereço eletrônico: tvculturaearte@minc.gov.br.

Zita Carvalhosa esclarece que Intérpretres do Brasil é conseqüência de outra série, O Povo Brasileiro, também idealizada e dirigida por Isa Ferraz. As entrevistas com grandes intelectuais brasileiros, para aquela série, ficaram tão boas (e foram tão pouco usadas) que Isa e ela formataram a nova série para aproveitar as "sobras". Nada melhor que o mergulho no mundo caipira proposto por Antonio Candido para abrir a programação.

Ele começa com uma ressalva: emprega-se, hoje, a definição de "caipira" para qualquer indivíduo sem traquejo social, dotado de cultura tosca ou sem cultura nenhuma. Não é essa conotação do caipirismo que lhe interessa. O caipira em discussão é o habitante do mundo rural, especialmente nas áreas de São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso e parte do Paraná, com afinidades no Rio e no Espírito Santo. Produto da miscigenação do português com o índio e com contribuição do elemento africano, o mundo caipira interessa a Antonio Candido por haver sobrevivido às pressões da sociedade de consumo e também por trafegar entre o campo e a cidade.

Antonio Candido analisa o tipo de vida do caipira, a sua cultura, as transformações pelas quais ela passou. As imagens do programa foram feitas em São Paulo e Minas. Ilustram os comentários do especialista. A propósito, cabe uma observação. No recente encontro para discutir o documentário, promovido pelo

canal GNT no Rio - o Brasil Documenta -, um dos temas em pauta foi a presença do narrador nos documentários. Cada vez os documentários recorrem menos a essa figura, o narrador, o especialista. Uma exceção foi Casa Grande & Senzala, de Nelson Pereira dos Santos, baseado na obra de Gilberto Freyre. Outra é essa série de documentários. Ainda bem: Antonio Candido é um grande intérprete do Brasil.

Intérpretes do Brasil. Terça, às 22 horas, com reprise nas quartas e quintas, às 12 e às 18 horas. TV Cultura e Arte.

Intérpretes do Brasil (DVD)

Vários (veja lista completa)
Versátil Filmes
Veja ficha completa
Esgotado

Avise-me quando estiver disponível

Produto sob encomenda junto aos nossos fornecedores

SINOPSE

DETALHES DO PRODUTO

http://livraria.folha.com.br/catalogo/1149414/interpretes-do-brasil

Veja sua lista de desejosIncluir na lista de desejosIndique a um amigo

A Versátil, em parceria com a SuperFilmes e a Texto & Imagem, apresenta, neste DVD duplo, Intérpretes do Brasil, de Isa Grinspum Ferraz, uma série de quinze entrevistas com grandes intelectuais brasileiros sobre a cultura, a religião e os diferentes grupos sociais de nosso país. Dos mesmos criadores do premiado O Povo Brasileiro.

DISCO I
Notas sobre o Brasil, por Darcy Ribeiro
Saberes, Manuela Carneiro da Cunha
Pé na Estrada, por Paulo Vanzolini
Portugal-Brasil, por Judith Cortesão
O Sonho Português, por Roberto Pinho
Vontade de Beleza, por Washington Novaes
Mistura e Invenção, Hermano Vianna

DISCO II
Os Vários Brasis, por Aziz Ab'Saber
Os Caipiras, por Antonio Candido
Viva o Sertão, por Antonio Risério
Leituras do Cotidiano, por Roberto Da Matta
O Candomblé do Brasil, por Mãe Stella
Presença Africana, por Carlos Serrano
Mar de Escravos, por Luiz Felipe de Alencastro
Negro de Corpo e Alma, por Emanoel Araújo
Ano de produção: 2001, 2002

ASSUNTOS RELACIONADOS

- DVDs - Filmes

INDICE

1.A indústria dos intérpretes do Brasil Christian Edward Cyril Lynch

2.A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita REBECA GONTIJO

3.TV CAMARA - Construtores do Brasil

4.AS INOVAÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA - ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO ESCOLAR: OS CASOS DA BAHIA E DO RIO DE JANEIRO

João Augusto de Lima Rocha

5.Padre Antonio Vieira

Por Ricardo Timm de Souza – Filósofo, POA.

6.Dez grandes derrotados da nossa história (ou,

como o Brasil poderia ter dado certo, mas não deu)

Paulo Roberto de Almeida

7.Morrer pelo Brasil – Viver para o Brasil– 100 anos do Tenentismo
Geniberto Campos

8.Clóvis Moura: marxismo e questão racial

9.O Satânico Dr. Go: Golbery e um Projeto de Desenvolvimento e Dependência para o Brasil

Vania Noeli Ferreira de Assunção

10. Declínio do Basil-Nação
por Octavio Ianni

11.Resumo PÁGINAS DE HISTÓRIA DO BRASIL: UM ESTUDO DOS LIVROS ESCOLARES DE MANOEL BOMFIM E OLAVO BILAC E AFRÂNIO PEIXOTO

Gisele dos Santos Oliveira

12.A realidade política brasileira

Leonardo Avritzer

13. A luta pela abolição da escravidão

Augusto Buonicore

14. Mário de Andrade visita Adorno
Por Henry Burnett

15. MPB e Filosofia

Hugo Allan Matos

16.Edição crítica celebra 80 anos de "Raízes do Brasil"

Sylvia Colombo

17.Que somos?

Celso Furtado

18. Weber e a interpretação do Brasil

Luiz Werneck Vianna

19-As raízes do Brasil e a democracia

Brasílio Sallum Jr.

20.Raízes do Brasil

Fernando da Mota Lima –

21. As raízes da consciência brasileira, segundo um gênio

Mauro Rosso

22.A revolução brasileira

Caio Prado Jr. -

23.Interpretações sobre o Brasil contemporâneo

Fernando Perlatto

24.A Formação da Identidade Brasileira e as Convenções Sociais: Um Beco Sem Saída?

Escrito por Adriana Kessler e Ângela Barcelos da Silva

25.Uma reflexão sobre a civilização brasileira

Maria Alice R. de Carvalho

26. O pobre, porque é pobre, pague tudo

Adelto Gonçalves

27. Antonio Candido indica 10 livros para conhecer o Brasil

28.Por que somos assim?

Marco Aurélio Nogueira

29.Brazilian Portraits pages of the Skidmore Collection

30. Historiografia brasileira

Carlos Guilherme Motta

1.A INDÚSTRIA DOS INTÉRPRETES DO BRASIL

FBOOK Acesso 25 set.· 2017

Sempre se fez interpretação do Brasil. O país sempre se percebeu como periférico e atrasado. Suas elites sempre buscaram entender que diabo de lugar e povo eram esses e como se poderia modernizar o país. E se dividiram acerca da melhor maneira de fazer isso, conforme favorecessem a ordem, a liberdade ou a igualdade. Os liberais achavam que tinham de liberar a sociedade civil; os nacionalistas, que tinham de usar o Estado como aríete, e os socialistas, através da luta de classes. Nessa tarefa de interpretação, nunca se começa do zero. Quase sempre se recicla ou ressignifica ou se parte de interpretações anteriores.

Enfim, em matéria de interpretação do Brasil, dificilmente ha novidade cem por cento. Estamos sempre requentando e mesclando velhos elementos. Alguns com mais brilho, outros com menos. Assim, por exemplo, o liberal Simon Schwartzman atualiza Faoro, que já era uma atualização dos liberais radicais do Império. Da Matta reinterpretou Gilberto Freire para o lado dos liberais, e Darcy Ribeiro, dos socialistas. Freire, por sua vez, tinha tirado muito de José de Alencar como conservador. O nacionalista Wanderley Guilherme reinterpretou Oliveira Vianna via Guerreiro Ramos, que por sua vezes vinham de Alberto Torres e, mais pra trás, do Visconde do Uruguai. O socialista Werneck Vianna usou Tavares Bastos e Oliveira Vianna para pensar os descaminhos da modernização brasileira. Sérgio Buarque era um freireano que depois de arrependeu e se liberalizou. Florestan Fernandes também escreveu a interpretação dele

misturando Joaquim Nabuco com uma leitura critica de Gilberto Freire, que a punha de ponta cabeça, convertendo aquilo que no pernambucano era positivo em negativo. Sem dizer que todo o discurso liberal que ouvimos hoje por aí, antes de ser do Buarque, é puro Rui Barbosa. Quanto mais na versão judiciarista ou Lavajateira.

Estudar interpretação do Brasil, porem, é coisa recente. Começou com o florescimento da disciplina de Pensamento Brasileiro nas ciências sociais e na história. Foi em princípio um esforço isolado de pioneiros e só se rotinizou com o grupo do Pensamento social da Anpocs na década de 1980. Reforçou-se na sociologia em torno de 2000, depois na ciência política na presente década e agora começa a se espraiar para RI. Quem estuda interpretação do Brasil é especialista em pensamento social e político brasileiro. Conhece seus autores e consegue explicar as diversas correntes ou ideologias: liberal, socialista, conservadora.

O que tem me incomodado apenas é, na atual guerra cultural latente que tomou o pais, a exploração do sucesso da disciplina, da ideia e da expressão " intérpretes do Brasil", que foi difundida por colegas meus muito cuidadosos e estudiosos, para uso e abuso da luta ideológica e partidária. Trata-se simplesmente de fazer uma versão ensaística mais ou menos caricatural de alguma das interpretações disponíveis (sempre, ou liberal, ou conservadora, ou socialista), para uso específico de um partido ou facção, e alardea-la como a quintessência da sabedoria sobre o Brasil, como se a tivessem inventado pessoalmente, para alcançar o maior número possível de ouvintes e granjear aplausos dos partidários, reificando as interpretações como verdades e se apresentando como pioneiros.

Ou seja, criou-se uma indústria da interpretação do Brasil. Não se deseja mais compreender o país para tentar sair dos impasses, mas usar as velhas armas para reforçar visões dicotômicas que veem a política como uma luta dos mocinhos contra os bandidos. Adota-se uma versão caricatural e radicalizada de cada uma de suas correntes (liberal, conservadora e socialista) para simplesmente fornecer armamento para que cada facção reforce seus próprios preconceitos e posições. E, quem sabe, conseguir espaço na mídia e, melhor, cargos rendosos quando seu partido chegar ao poder.

A indústria das interpretações do Brasil não é apanágio, repito, de nenhuma corrente específica.

Ela também responde ao contexto de sociedade que perdeu uma certa ideia de Brasil que a mantinha mais ou menos unida a respeito de questões essenciais e na qual o ódio foi democratizado para atingir crianças e vovozinhas de todas as idades. Só gostaria de lembrar que nenhuma das interpretações do Brasil é inteiramente verdaderia ou falsa; que todas misturam elementos factuais, visões, e elementos propriamente ideológicos. Ou seja, são ideologias da cultura política brasileira.

Pensar o Brasil como ele é exigiria, creio, um outro procedimento, que seria o de verificar o contraste entre as tradições e da sua persistência ao longo do tempo e tentar entender o fenômeno. Quando essas visões se formaram? Por que elas persistem? Enfim, fazer uma espécie de psicanálise geral para indagar como emergiram essas narrativas. E, depois, começar a pensar as condições históricas que deram origem a tais interpretações e confirmaram a cultura política brasileira. Enfim, usar as interpretações, ou seus elementos, sem sectarismo, para pensar uma maneira de pensar mais pragmaticamente nossos problemas

em um nível mais concreto e menos ideológico, genérico, abstrato e dicotômico. E evitar essa banalidade de simplesmente aderir acriticamente a esta ou aquela narrativa, como se se tratasse simplesmente de tomar posição na "guerra". É isso.

2.A história da historiografia no Brasil, 1940-1970 - XXVI ...

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf

A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita - REBECA GONTIJO*

A consolidação da história como discurso autônomo com pretensões científicas no século XIX promoveu, entre outras coisas, o desenvolvimento da história da historiografia. Não por coincidência, essa história assumiu como função principal registrar os progressos da pesquisa histórica ao longo do tempo apresentando-os por meio de uma trajetória evolutiva desde a antiguidade até atingir sua forma moderna, científica (POMIAN, Sur l'histoire; BLANKE, Por uma nova história da historiografia, 2006). Desde então, a história da historiografia confunde-se, ao menos em parte, com o que Jörn Rüsen identificou como uma espécie de manual de teoria da história, mais preocupado em identificar os procedimentos comuns e listar autores e obras, em estilo enciclopédico (RÜSEN, Razão histórica). Cabe observar que esse exercício catalográfico, ao identificar autores e obras referenciais e definir um percurso evolutivo, produziu uma memória e um cânone para a disciplina, contribuindo para garantir certa unidade ao trabalho do historiador, socialmente identificado como o especialista em assuntos do passado. Mas, eis que esse modelo de história da historiografia, marcadamente bibliográfico e erudito, no momento mesmo em que se afirmou começou a mudar. O movimento de crítica às aspirações científicas da história iniciado no fim do século XIX contribuiu para que os escritos dos historiadores fossem incluídos no contexto das lutas políticas e das controvérsias ideológicas de seu próprio tempo. De acordo com Kryzsztof Pomian, os estudos sobre a história da

historiografia, ainda que não abandonado a preocupação enciclopédica e memorialística, passaram a se ocupar, também, da decifração das formas pelas quais os historiadores representam o passado, relacionando essas formas ao contexto em que tiveram origem e procurando demarcar sua transformação ao longo do tempo. E esse movimento não parou de crescer ao longo do século XX, por vezes fazendo prevalecer a preocupação em conjugar uma reflexão de ordem epistemológica com o estudo da historiografia, de modo a suscitar, ∗ Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense / UFF. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 2 principalmente nos aprendizes do ofício, um olhar crítico sobre o que se faz quando se faz história (POMIAN, Sur l'histoire). Contudo, é interessante notar, como fez Antoine Prost, que até o fim da década de 1980 a reflexão sobre a história da historiografia foi tida por muitos historiadores como inútil, ao menos na França. Essa reflexão foi quase sempre relegada a filósofos, recusada como campo de estudo do historiador, talvez porque desde o fim do século XVIII tal reflexão fosse tida como uma competência teórica e, na medida em que a história se consolidou como ciência social, tal competência acabou sendo relegada a um segundo plano (PROST, Doze lições sobre a história). Apesar disso, foi-se o tempo em que era possível não estranhar a opinião de Lucien Febvre, quando afirmava que o historiador tinha razão ao fazer a história sem meditar sobre seus limites ou sobre as condições da historiografia (FEBVRE, Combates pela história, 1953). Como bem lembrou Valdei Lopes de Araújo, as reflexões de Thomas Kuhn e Michel Foucault na década de 1960 contribuíram para corroer essa perspectiva, pois introduziram a descontinuidade na história dos saberes, reafirmando algo que, de certa forma, já havia sido colocado no fim do século XIX: que o discurso histórico também possui historicidade e está condicionado por um lugar de produção e por um agente produtor (ARAÚJO, A história da historiografia como disciplina autônoma). Além disso, a chamada "virada lingüística" desde os anos 1970 não cessou de provocar os historiadores, ao lembrar a dimensão narrativa da

historiografia, impondo novos problemas para uma história da escrita da história. Pensando o caso brasileiro, é possível localizar discursos produzidos no século XIX, que podem ser identificados como um tipo de reflexão sobre a historiografia, tais como o necrológico de Varnhagen, escrito por Capistrano de Abreu em 1878. Mas, os primeiros balanços sistemáticos, que se empenharam em apresentar a história da historiografia como algo distinto da história da literatura, parecem ter sido escritos no início do século XX. Lembro alguns textos esquecidos como: Os historiadores do Brasil no século XIX, de Alcides Bezerra, publicado em 1926; dois artigos franceses, Aperçu de la production historique recent au Brésil, de Émile Coornaert, publicado em 1936; e Notes et refléxions sur le travail historique au Brésil, de Henri Hauser, de 1937; e ainda, O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos, de Sergio Buarque de Holanda, publicado no jornal Correio da Manhã, em 1951. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 3 Não se trata aqui de tentar traçar uma genealogia da escrita da história da historiografia no Brasil, mas buscar exemplos que demonstrem que, embora tal escrita tenha adquirido características e preocupações diferentes em tempos recentes, não se trata de algo absolutamente novo, ainda que os balanços historiográficos sejam um tipo de texto sobre a historiografia menos ocupado em refletir sobre a escrita da história em si do que em apontar os marcos da evolução das pesquisas definindo um cânone. Além disso, o mapeamento desse terreno discursivo pode ser útil, caso queiramos saber, como indagou Valdei Araújo, acerca do que pode estar em jogo quando fazemos história da historiografia (ARAÚJO, A história da historiografia como disciplina autônoma). *** O objetivo da minha comunicação é colocar em discussão alguns aspectos da história da historiografia brasileira, focalizando dois momentos específicos: os anos 1950, quando as obras de José Honório Rodrigues estabeleceram um modelo de história da historiografia que se tornou referência obrigatória nos cursos de graduação; e os anos 1970, quando outras propostas de escrita dessa história entraram em cena, aparentemente com certo tom de urgência, como a de Carlos Guilherme Mota (1975), José Roberto do Amaral Lapa (1976) e Maria de Lourdes Monaco Janotti (1977). Cabe observar que as décadas posteriores ao período aqui

abordado guardam transformações importantes no cenário que aqui será brevemente esboçado. O texto que segue está divido em função dos autores selecionados e o objetivo mais específico é apresentar as grandes linhas de suas propostas de história da historiografia, observando possíveis permanências e mudanças ao longo de trinta anos de estudos sobre a historiografia. A primeira parte da comunicação trata de José Honório Rodrigues e foi chamada de “a invenção de uma tradição”. 1) José Honório Rodrigues e a invenção de uma tradição José Honório Rodrigues (1913-1987) destaca-se como o pesquisador que mais se dedicou ao exame da produção historiográfica brasileira. Sua produção vastíssima foi classificada por Francisco Iglésias em cinco grupos: teoria, metodologia e historiografia; história de temas; ensaios historiográficos; obras de referência; e edições de textos (IGLÉSIAS, José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira). Tal Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 4 projeto tinha por objetivo desenvolver uma obra tríptica, composta por teoria, pesquisa e historiografia. Em outras palavras, o plano envolvia a publicação de livros sobre esses três temas, com uma finalidade pedagógica: formar os historiadores nacionais, ensinando-os a pesquisar e a escrever a história, através do exemplo dos “mestres”. No prefácio da primeira edição do livro Teoria da História do Brasil (1949), o autor apresenta seu objetivo: (...) dar aos alunos uma idéia mais exata do que é a história, de seus métodos e de sua crítica, da bibliografia e historiografia brasileiras, de modo a prepará-los para um conhecimento crítico da história do Brasil. (...) Há, assim, um fim pedagógico como objetivo primordial deste trabalho; procurase oferecer aos estudantes de história geral e do Brasil, aos professores secundários, aos estudiosos ocupados com a história concreta, uma visão de conjunto dos principais problemas de metodologia da história. Da história do Brasil, tão somente, já que os exemplos ilustrativos são puramente brasileiros. (...) Uma verdadeira compreensão do ensino superior da história exige o contato do estudante com os grandes e pequenos mestres (...) (RODRIGUES, Teoria da História do Brasil, [1949] 1978, p. 11). A monumentalidade do projeto de José Honório pode ser medida não apenas pelas intenções explícitas de conjugar o exame da teoria, da pesquisa e da

historiografia brasileira em um único projeto e atingir um público amplo – composto por estudantes universitários de história e professores secundários –, mas pela forma de divulgação, através da importante coleção Brasiliana, dedicada a publicar estudos nacionais e estrangeiros sobre o Brasil, com destaque para pesquisas históricas. Tal empreendimento teve participação efetiva no movimento de "redescobrimento do Brasil" ocorrido ao longo dos anos 1930 e 1940 (PONTES, Retratos do Brasil: editores, editoras e 'Coleções Brasiliana' nas décadas de 30, 40 e 50). Através de um amplo projeto, José Honório expôs as linhas gerais para a interpretação da história da história do e no Brasil, listando nomes e obras, estabelecendo uma cronologia da produção historiográfica, tecendo relações entre essa produção e algumas teorias da história. Mas, além disso, tal projeto possui uma clara função crítica. Seu alvo principal é a historiografia que o autor considera distante dos interesses nacionais, incapaz de dar conta do processo de emancipação do país. Em sua Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 5 opinião, essa historiografia a ser ultrapassada só tem olhos para a história colonial, não sendo capaz de desenvolver seu oposto: a história nacional. A primeira não se referindo unicamente ao período colonial (embora tal período seja privilegiado), mas a uma escrita da história inspirada por valores estrangeiros e compromissada com a difusão de ideologias anti-nacionais. A segunda, que ainda não estaria plenamente desenvolvida, representaria o pensamento genuinamente brasileiro. Segundo o autor: (...) a historiografia brasileira é um espelho de sua própria história. A historiografia, como outros ramos do pensamento e da atividade humanos, está inegavelmente integrada na sociedade de que é parte. Há, assim, uma estreita conexão entre a historiografia de um período e as predileções e características de uma sociedade. O nexo é econômico e ideológico (RODRIGUES, Teoria da história do Brasil, p. 32). Os dois elementos básicos para a compreensão da história brasileira e de sua historiografia seriam a "personalidade básica portuguesa e a sociedade rural". Ou seja, a historiografia seria a expressão do "Brasil arcaico", como demonstra o interesse pela fase colonial e o apego à Europa. Fundamentalmente, José Honório procurou desenvolver um exercício crítico que considerava

fundamental: o revisionismo. Esse deveria ser aplicado tanto aos fatos históricos quanto às idéias, ou melhor, às ideologias (RODRIGUES, As tendências da historiografia brasileira; IGLÉSIAS, José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira; MARQUES, Uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil). É interessante notar que, um dos significados do termo revisar é “ver com atenção, examinar cuidadosamente”, fazendo correções. Outro significado é “trazer à memória, relembrar, recordar”. Esse duplo viés, crítico e memorialístico, ajuda a dimensionar o projeto de José Honório. Nesse sentido, caberia ao historiador da historiografia denunciar a ideologia por trás da escrita da história e, ao mesmo tempo, estabelecer um cânone por meio da catalogação de autores e obras consideradas mais importantes, a partir dos quais seja possível definir a cronologia da disciplina. Mas, além de analisar os referenciais teóricos presentes na historiografia brasileira, apontar seus principais nomes e obras, destrinchar seus métodos e traçar um panorama da pesquisa histórica em nosso país, apresentando seus principais arquivos e Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 6 fontes documentais, o que José Honório parece visar é a construção de uma tradição historiográfica em meio a qual, talvez, ele mesmo pudesse se inserir, não apenas como um entre outros historiadores, mas como aquele que organiza o legado e aponta caminhos para futuras pesquisas. Supostamente, ao construir sua versão da história da história, ele também reservou um lugar para si, pois, nas palavras de sua esposa, Leda Boechat Rodrigues, “tinha consciência do valor de sua obra e esperava, sem modéstia, figurar no futuro entre os grandes da História e da Historiografia brasileiras” (RODRIGUES apud MARQUES). O modelo de história da historiografia proposto por José Honório perdurou por longo tempo, tornando-se referência obrigatória nos cursos de História ao menos até a década de 70, quando outros autores procuraram refletir sobre a história da historiografia introduzindo novos elementos nessa história, mas, aparentemente, sem abandonar totalmente a chave de leitura consolidada por José Honório Rodrigues. 2) Carlos Guilherme Mota, um “exercício de memória” O primeiro autor dessa nova fase a ser considerado aqui é Carlos Guilherme Mota, cujo livro Ideologia da cultura brasileira,

1933-1974 foi publicado pela primeira vez em 1977 e desde então teve mais de 8 edições. Originalmente uma tese de doutorado defendida na USP em 1975, é apresentado pelo autor como um ensaio que, em parte, é fruto de um "exercício de memória". Recebido por Florestan Fernandes e Antonio Candido como um clássico, teve grande repercussão nos meios intelectuais em meados dos anos 70 e além. Como afirma o autor, não se trata de uma história da cultura brasileira, nem de uma história intelectual tradicional, preocupada com o arrolamento sistemático dos principais pensadores com indicação de suas respectivas influências. A proposta é apresentar uma história da consciência social no Brasil, por meio de uma "história das ideologias" feita a partir da crítica das interpretações a propósito da chamada cultura brasileira. Em outras palavras, seu objetivo é compreender os pressupostos ideológicos que fundamentam as interpretações de cunho histórico sobre a cultura brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 7 O autor considera importante conhecer as determinações sociais das formas de pensamento estudadas, não sem antes estabelecer os marcos da historiografia geral do Brasil. Tais marcos estão distribuídos em "momentos decisivos", a exemplo do que propusera Antonio Candido para a história da literatura. E haveria cinco momentos decisivos na história da historiografia brasileira: 1) o momento do redescobrimento do Brasil entre 1933 e 1937; 2) o momento em que os primeiros frutos da universidade começaram a ser colhidos, entre 1948 e 1951; 3) o momento da ampliação e revisão reformista, entre 1957 e 1964; 4) o momento das revisão radicais, entre 1964 e 1969; e, 5), o momento dos impasses da dependência, entre 1969 e 1974. A segunda proposta a ser apresentada, produzida na mesma época, é a de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, que, em termos simples, propõe estudar a historiografia como um sistema. 3) Maria de Lourdes Monaco Janotti e a historiografia como sistema Partindo da constatação de que a historiografia brasileira vinha sendo abordada por dois tipos de estudo – as histórias da literatura e os estudos isolados sobre historiadores –, Maria de Lourdes Monaco Janotti afirma, na introdução do livro João Francisco Lisboa: jornalista e historiador, de 1977, que tais trabalhos caracterizam-se por uma "completa

assistematização processual", dificultando uma compreensão objetiva da historiografia brasileira, que consistiria, a seu ver, em: identificar suas principais linhas evolutivas; localizar os pressupostos metodológicos que orientaram seu estágio atual; conhecer seu público em diferentes épocas, bem como os homens e pensamentos que contribuíram para sua formação, etc. (JANOTTI, Introdução – algumas reflexões a propósito da historiografia brasileira: uma hipótese para a sua análise, in João Francisco Lisboa: jornalista e historiador, 1977). A autora constatava, então, que os estudos historiográficos brasileiros necessitavam de uma metodologia que possibilitasse a compreensão de sua "evolução e significado". Em sua opinião, "a realidade da cultura nacional exige estudos que concebam Historiografia brasileira como processo de elaboração da mentalidade de um povo". A "validade" dos estudos de historiografia envolveria um "julgamento" da obra de história não como trabalho individual, mas como "resultado material e intelectual de Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 8 uma determinada sociedade". Por conta disso, considera que o estudo das "condições ambientais em que viveu o historiador é tão importante quanto às citações bibliográficas contidas em sua obra. E estas bem podem ser o resultado daquelas". A aspiração é por uma história da historiografia com problemas historiográficos. Além disso, observa-se na proposta de Janotti que a compreensão da historiografia só seria possível recusando o movimento que busca manifestações no Brasil dos movimentos culturais europeus – uma vez que tal movimento conduz à inevitável constatação da inferioridade dessas manifestações. Ao invés disso, a compreensão do significado cultural da Historiografia brasileira (tema que também ocupava as reflexões de Carlos Guilherme Mota) só poderia ser atingida, em suas palavras: "mediante seu enquadramento na evolução histórica do pensamento brasileiro, na ordem social e política que a preside e na estrutura econômica que atua sobre ela". Desse modo, a autora recusa buscar no Brasil as réplicas caboclas dos expoentes da historiografia européia, optando por investigar o "autêntico significado" das obras de nossos historiadores. Além da referência a Benedetto Croce, que reivindicava o estudo da historiografia com problemas historiográficos, Janotti também se

inspira no trabalho de João Cruz Costa, autor de, entre outros livros, O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional, publicado em 1950; e Antonio Cândido, com sua Formação da literatura brasileira (1959). O primeiro fornece-lhe a idéia de que há um estilo próprio de cada meio. Estilo condicionado pelas vicissitudes históricas dos povos, capaz de determinar a "transformação dos sistemas que a inteligência constrói para explicar a vida". O segundo fornecendo a noção de literatura como sistema de obras interligadas por denominadores comuns, tais como a língua, os temas, as imagens etc. A literatura seria um aspecto orgânico da civilização, que envolve: um conjunto de produtores literários, um conjunto de receptores e um mecanismo transmissor. Para Janotti, a historiografia poderia ser abordada com a mesma perspectiva proposta por Cândido para a história da literatura, destacando-se a perfeita sincronia observada entre o desenvolvimento social e a consciência historiográfica. Segundo a autora, a vantagem dessa interpretação da historiografia como sistema seria "libertar a matéria de uma rígida imposição cronológica". Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 9 Por fim, a última proposição a ser apresentada é a de José Roberto do Amaral Lapa, que busca romper com um suposto "pacto consensual" em torno da historiografia brasileira. 4) José Roberto do Amaral Lapa e a ruptura de um "pacto consensual" Lapa analisou a produção historiográfica nacional no livro A história em questão: historiografia brasileira contemporânea, publicado em 1976. Procurou definir a historiografia como um campo de estudos ocupado com a história crítica do processo por meio do qual se dá o "registro da realidade histórica", incluindo aí a reflexão sobre o próprio registro. Em suas palavras, tal campo compreenderia: "o circuito que vai do historiador – como agente produtor – passando pelo processo de produção do conhecimento histórico para chegar à sua transmissão e consumo, isto é, à formação de uma memória, uma consciência e uma prática ideológica por parte dos agentes que reproduzem, promovem a circulação, assimilam e interagem nesse conhecimento" (LAPA, A história em questão, 1976, p.14-15). Segundo o autor, uma das limitações da história da historiografia brasileira, cuja "vertente-mor" era a obra de José Honório, é o "caráter repetitivo dos modelos

analíticos, em relação aos perfis e às obras mais significantes, e do arrolamento dos impedimentos à maior operacionalidade do historiador". Em outras palavras, critica o que identifica como um "pacto consensual" em torno de dois pontos: as obras mais importantes e os fatores que criaram obstáculos ao trabalho do historiador. Em seu tempo, considerava haver um movimento de ruptura dessa visão unívoca. Movimento observado num momento em que a historiografia era vista como marcadamente pobre, quantitativa e qualitativamente, havendo poucos estudos sobre a mesma. Lapa localiza 53 estudos sobre o tema, dos quais 16 foram escritos por José Honório Rodrigues. A ampliação dos estudos sobre o a história da historiografia seria indicativa de uma tomada de consciência de fundamental importância para a crítica ideológica em sua época. De acordo com o autor, era "necessário desengravidar a Historiografia brasileira de sua carga ideológica e justamente as avaliações ao nível ideológico é que poderão oferecer esse discernimento. A ideologia é aí objeto e não motor do conhecimento histórico" (LAPA, A história em questão, 1976, p. 194). Um exemplo dessa ruptura Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 10 estaria expresso no artigo de Carlos Guilherme Mota, A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica (1975). Para concluir, o breve esforço de apresentar quatro propostas de história da historiografia produzidos entre os anos 40 e 70 permite tecer alguns comentários que podem ser úteis para compreendermos os caminhos desse domínio de estudos entre nós, além de ajudar a responder uma questão proposta por Valdei Lopes de Araújo, acerca do que pode estar em jogo quando fazemos história da historiografia.

- O primeiro comentário diz respeito a presença de José Honório Rodrigues nesse campo de estudos ao longo de ao menos três décadas, ainda que seja difícil medir sua repercussão de fato. Inegavelmente, sua obra permaneceu por longo tempo como um tipo de estudo único não apenas devido à proposta monumental de conjugar teoria, metodologia e historiografia, mas pela divulgação no meio acadêmico através de publicações de ampla circulação.
- O segundo comentário refere-se à permanência, por ao menos três décadas da noção de ideologia a orientar os estudos sobre a

historiografia, o que pode ser compreendido levando em conta a experiência vivida por esses intelectuais, pensadores da história, entre as décadas de 50 e 70, quando a temática do nacional retornou à cena sob novo prisma, suscitando interpretações diversas e exigindo novos instrumentos teóricos. A noção de ideologia permitia relacionar texto e contexto, frequentemente subordinando o primeiro ao segundo. Atendia à necessidade de explicitar os pressupostos que orientam as interpretação produzidas pelos intelectuais em diferentes tempos, além de promover um movimento de auto-crítica, expondo suas próprias orientações. • O terceiro comentário relaciona-se à observação da presença de Antonio Cândido como referência para pensar um novo rumo para o estudo da historiografia nos anos 70. Na década anterior, ao pensar a história da literatura como uma história social, com uma proposta de método, Cândido permitia romper com a abordagem norteada pelo materialismo histórico, que opunha estrutura e superestrura, considerando as manifestações culturais (superestruturais) como reflexos da primeira. O autor deu novas coordenadas para os estudos de história da cultura no Brasil, difundindo e sofisticando noções Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 11 como a de geração, influência e tema, de modo a tratar a literatura como um todo "orgânico". Afastou-se, assim, da perspectiva tradicional da história das gerações, fundada na cronologia, na sucessão direta de autores e obras. Além disso, considerou o estudo da obra num contexto histórico sem perder de vista a noção da obra literária enquanto realidade própria. • Por fim, um último e breve comentário, a emergência, nos anos 1970, dessa preocupação em desenvolver a história da historiografia parece estar relacionada, ao menos em parte, com uma transformação interna do campo dos estudos históricos no Brasil, que, ao atingirem certa progressão, despertaram maior interesse pela sua própria história, como observou Amaral Lapa em 1977. Cresceu o interesse dos estudiosos a respeito do desenvolvimento do próprio conhecimento que produzem, indicando certo esforço epistemológico. Ao menos em parte, esse esforço pode ser relacionado às mutações suscitadas pela difusão de obras como as de Thomas Kuhn e Michel Foucault, que nos anos 1960 introduziram a descontinuidade na história dos

saberes, afirmando que o discurso histórico também possui historicidade e está condicionado por um lugar de produção e por um agente produtor. Cabe lembrar que, hoje, os estudos sobre a escrita da história se encontram em plena expansão, abrindo outros caminhos de reflexão, distintos daqueles que foram propostos pelos autores aqui focalizados. Os novos estudos produzidos ao longo dos anos 1980 e 1990, supostamente, não buscaram dialogar com as perspectivas de história da historiografia aqui brevemente revistas. Os novos estudos buscaram dialogar muito mais com os trabalhos produzidos por pesquisadores de outros centros, especialmente os franceses, que haviam vivido sua própria transformação, uma vez que a reflexão sobre a história da historiografia entre eles foi considerada por muito tempo como objeto de filósofos e teóricos da história. Mas, desde os anos 70, era possível constatar que passou o tempo em que era possível não estranhar a opinião de Lucien Febvre, quando afirmava que o historiador tinha razão ao fazer a história sem meditar sobre seus limites ou sobre as condições da historiografia (FEBVRE, Combates pela história, 1953).

…

3.TV CAMARA - Construtores do Brasil

http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/programa/49-CONSTRUTORES-DO-BRASIL.html

O programa mostra a biografia de 25 personalidades que tiveram papel predominante na formação política, histórica e geográfica do Brasil.

Raposo Tavares

Definidor das fronteiras

Outros destaques

-

PRINCESA ISABEL

-

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

-

FILIPE CAMARÃO

Mais recentes

- Construtores do Brasil - h - 17 de abril de 27 Tiradentes
- Construtores do Brasil - h - 17 de abril de 27 Frei Caneca
- Construtores do Brasil - h - 17 de abril de 27 Floriano Peixoto
- Construtores do Brasil - h - 17 de abril de 27 Plácido de Castro

mais vídeos do programa Construtores do Brasil »

4.AS INOVAÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA

NA ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO ESCOLAR: OS CASOS DA BAHIA E DO RIO DE JANEIRO

João Augusto de Lima Rocha

> "A escola, com efeito, compreende inversão econômica do mais alto vulto... Em suas edificações, constitui um dos mais complexos conjuntos, neles incluindo-se os elementos da residência humana, dos serviços de alimentação e saúde, dos esportes e recreação, da biblioteca e museu, do teatro e auditório, oficinas e depósitos, sem falar no que lhes é privativo, ou sejam as salas de aula e os laboratórios. A arquitetura escolar, por isso mesmo, inclui todos os gêneros de arquitetura. É a escola, em verdade, um lugar para aprender, mas aprender envolve a experiência de viver, e deste modo todas as atividades da vida, desde as do trabalho até as de recreação e, muitas vezes, as da própria casa". (Anísio Teixeira)

A compreensão de Anísio sobre a escola, enquanto espaço destinado à formação integral do indivíduo, vincula-se à concepção professada pelos seguidores do filósofo americano John Dewey, para quem educação é vida, não uma imitação da vida, não simplesmente uma preparação para a vida, mas a própria vida.

Nesse sentido o projeto e a construção escolar deveriam obedecer ao princípio da dignidade, a mesma dignidade da vida, um direito a ser assegurado a todos na democracia. Democracia que ele definia a partir da exigência de que a educação fosse garantida como o primeiro de todos os direitos, em nome da igualdade de oportunidades.

Essa concepção liberal, avançada para a época, que alguns chegavam a chamar de "comunista", deu lugar a que Anísio marcasse sua presença na renovação da educação brasileira, também inovando nos aspectos da concepção e realização de programas de construção escolar.

A rigor, Anísio já começa a inovar nesse campo desde o tempo em que fora Diretor da Instrução, de 1924 a 1929, na Bahia. Para ele era necessário inverter a compreensão de que a nomeação do professor deveria ser a questão central da escola, porque isso jogava para segundo plano o lado pedagógico, a intenção de centrar a educação no aluno. Introduz daí a questão da necessidade de que o prédio da escola seja construído, ao invés de adaptado a partir de imóveis construídos originalmente para outras finalidades.

O conhecimento que Anísio teve, no final da década de 20, da educação norte-americana - educação pública com grande participação das comunidades locais

- fez dele um defensor da descentralização aliada à idéia de projetar a sede da escola como um edifício rigorosamente subordinado a um programa arquitetônico em consonância com a cultura local, mas também, com um projeto pedagógico referenciado ao momento mundial de contínuas e cada vez mais rápidas transformações.

A escola teria que ser integral, portanto, a fim de formar quadros aptos, principalmente para a movimentação da indústria crescentemente complexa, e que ao mesmo tempo fossem capazes também de interpretar toda a complexidade engendrada pela velocidade dos novos avanços.

Para Anísio o modelo norte-americano de escola, por exemplo, teria sido o principal responsável pela marcante posição conquistada pelos Estados Unidos no cenário mundial, neste século. Assim o modelo escolar norte-americano deveria ser considerado por qualquer nação que também pretendesse buscar o progresso, pensava ele.

Terminada sua gestão à frente da educação na Bahia, Anísio vai para o Rio de Janeiro, onde em 1931, substitui Fernando de Azevedo na Diretoria da Instrução do então Distrito Federal. De 1931 a 1935 ele implanta um grande programa de construção escolar no qual despontam, entre as inovações, uma que iria se desenvolvendo gradativamente com o tempo, até consagrá-lo, mais tarde, com a criação da Escola-Parque de Salvador, no início da década de 50. Porque, na verdade, a concepção da Escola-Parque da Bahia, e por extensão, de todo o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, seria conseqüência do modelo de escola *platoon,* trazido por ele de Detroit para ser implantado no Rio de Janeiro, onde construiu uma série de escolas desse tipo cujo projeto caberia ao arquiteto Eneas Silva.

Segundo Hélio Duarte *(Escola-Classe, Escola-Parque, uma Experiência Educacional,* São Paulo: FAUUSP, 1973), nessa ocasião foram implantadas no Rio de Janeiro, escolas tipo*platoon* com 12, 16 e 25 salas de aula. A cada sala correspondiam 40 alunos no turno da manhã (das oito e meia às onze e meia) e o mesmo número no turno da tarde (das doze e meia às três e meia). Seriam dois "pelotões" que se revezavam, tendo cada qual, no respectivo turno oposto, atividades em salas especiais: auditório, ginásio, música, artes plásticas, literatura, biblioteca, ciência, geografia, artes manuais e recreio.

As Fotos de 01 a 06, retiradas do relatório de Atividades do Secretário de Educação do Distrito Federal (1931-1935), dão uma mostra da dignidade arquitetônica das escolas do tipo*platoon* construídas durante a gestão de Anísio Teixeira, para o ensino primário. São escolas que, hoje, mesmo reformadas e deslocadas de sua primitiva utilização, estão ainda em pleno funcionamento no Rio de Janeiro.

Hélio Duarte, no seu livro já citado, faz uma avaliação positiva das escolas *platoon* no Rio de Janeiro: "Temia-se que uma excessiva especialização dos assuntos fosse nociva à unidade indispensável ao curso primário, que fosse demasiado fatigante para o professor e que, finalmente, houvesse muita confusão e desordem no revezamento de atividades. Nada disso aconteceu".

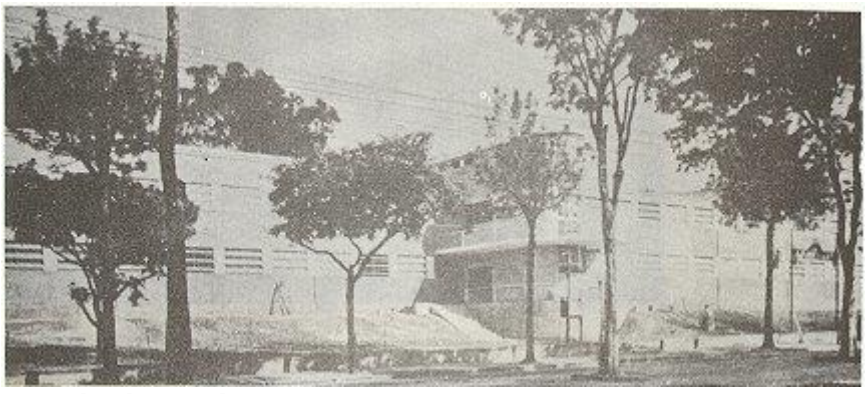
Forçado a afastar-se da direção da Educação do Distrito Federal em 1935, Anísio só volta a atuar na área em 1946 e, em 1947, ao assumir a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, põe em prática, até o final do mandato, em 1951, um ambicioso plano que se inicia com a construção de escolas para as zonas de população dispersa e prédios escolares no interiorado Estado: para a educação primária, para a educação secundária e para a formação de professores, os últimos projetados para as sedes das dez zonas estabelecidas com a finalidade de descentralizar a educação no Estado.

Elabora esses projetos com a colaboração do arquiteto Diógenes Rebouças, pondo-os em prática de forma muito original: escolhia em cada local onde uma escola deveria ser construída, uma comissão de pessoas comprovadamente idôneas, para se responsabilizar pela construção, e fazia o acompanhamento mediante o recurso da fotografia, liberando os recursos para as diversas etapas somente através do relatório fotográfico de equipes que percorriam o Estado realizando a fiscalização mais antiburocrática de que se tem notícia!

Para a zona rural, de população dispersa, planejou a construção de centenas de unidades (quase todas construídas). A unidade constava de uma sala de aula**,** um recreio coberto e a residência da professora (Foto 7) instalada numa área mínima de 1 hectare, para incentivar as práticas agrícolas.

Para os núcleos urbanos (de 400 até 10.000 habitantes) a proposta começa pela "escola mínima" (Foto 8), com prédio de construção modulada e extensível, que se inicia com uma só sala de aula, constituindo a célula inicial da escola primária, planejada para ser construída em todos os 3000 povoados e arraiais do Estado, dentro da campanha **Um teto para cada escola.**

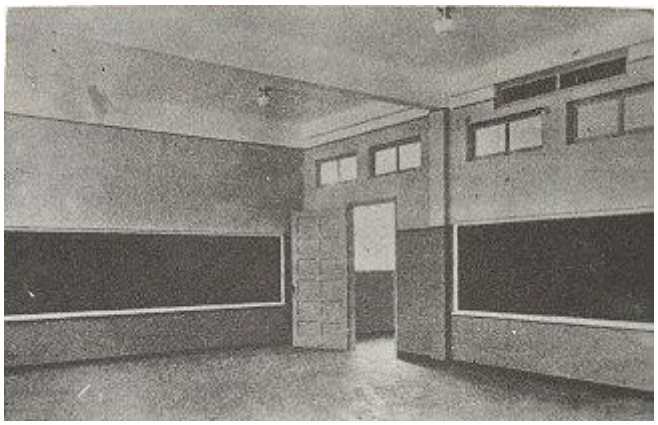
PROJETOS DO PERÍODO DE 1931 A 1935 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTR. FEDERAL (RJ) GESTÃO ANÍSIO TEIXEIRA



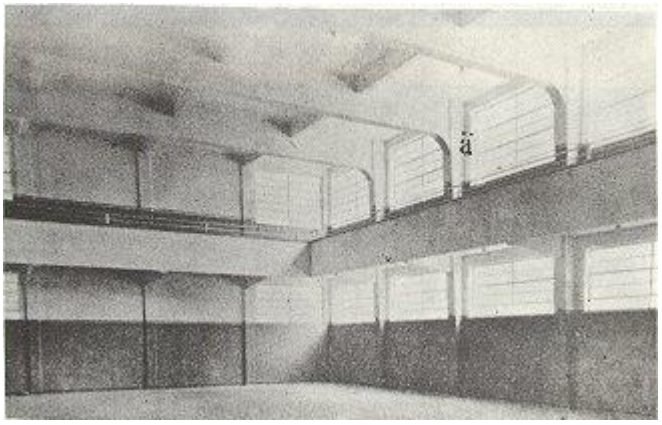
Escola tipo "Platoon"

Escola tipo "Platoon"

Pavilhão Central de escola de 25 classes



Sala de Aula



Aspecto do interior

Hall da escola

A expansão imediata da escola mínima é a escola de duas salas de aula, com o prédio já bem mais acabado. Depois vem a escola "nuclear", que já pode ser considerada uma "escola primária". Tem três salas de aula, biblioteca, salas de administração, área coberta de recreio, cantina e depósitos (Fotos 9 e 10).

O "grupo escolar médio", correspondente ao quarto estágio de construção da escola primária, tem seis salas de aula, biblioteca, salas de professores e administração, auditório-ginásio, cantina e área coberta (Foto 11). Finalmente o "grupo escolar completo", última fase da construção da escola primária, com doze salas de aula, inclusive três especiais, salas de professores e de administração, biblioteca, clubes escolares, jardim de infância, ginásio, auditório-teatro e áreas cobertas de recreio (Foto 12).

Esses prédios que, como visto, podiam ser sucessivamente ampliados de uma sala de aula até um grupo escolar completo, tinham uma arquitetura de grande amplitude, podendo neles serem utilizados quaisquer materiais de construção, até mesmo adobes, funcionando as colunas como elementos de sustentação. As salas de aula tinham uma área de 66m^2 e todo o edifício é construído com

módulo de 1,25m, obtido mediante o estudo da conveniência de padronização de áreas, esquadrias, etc.

Para o ensino primário em Salvador a solução é diferente: Aí é proposta a escola de dois turnos, em um grupo integrado pelas "escolas-classe" e pela "escola-parque", com um máximo de 4.000 alunos no conjunto. Previa-se, inicialmente que 5% desses alunos seriam internos, correspondendo às crianças abandonadas, mas o único conjunto que chegou a ser construído não adotou essa proposta. Essa solução corresponde ao ponto culminante do desenvolvimento iniciado com a escola do tipo *platoon* à realidade do Rio de Janeiro, como antes já foi referido.

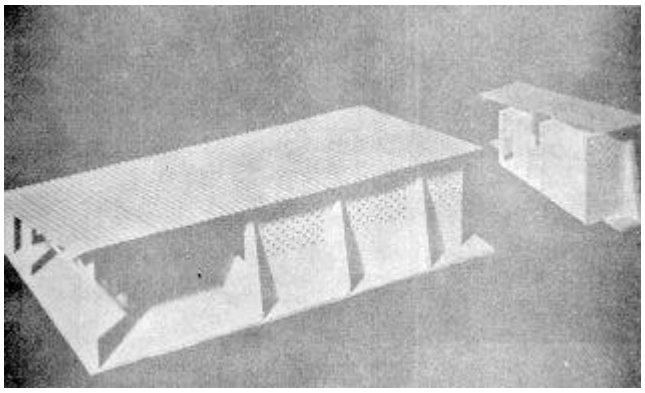
A idéia desses conjuntos era a de cobrir a totalidade da Capital, sendo a localização de cada um deles estabelecida em consonância com o planejamento urbano, através do qual se previa a expansão populacional e geográfica do município de Salvador. O critério de localização desses conjuntos em Salvador (os Centros Populares de Educação) é assunto do depoimento de Diógenes Rebouças, nesta coletânea.

O único desses conjuntos que chegou a ser concluído, demorando-se, porém, quase 20 anos para isso, foi o originalmente chamado Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, (Fotos 13 a 15), no bairro da Liberdade. Composto por 4 "escolas-classe" e uma "escola-parque", essa obra deu destaque internacional a Anísio Teixeira, não só pela arquitetura e pela construção, mas pelo trabalho pedagógico lá desenvolvido, sob o patrocínio do INEP, dentro da linha de seus Centros Regionais de Pesquisa em Educação, de produzir conhecimentos a respeito de todos os complexos e interligados problemas associados à educação, em cada realidade regional específica. Um desses estudos, por sinal, que avaliou o custo-aluno no Centro Carneiro Ribeiro, revelou que seu valor era mais baixo do que o custo de um aluno de jardim infantil nas escolas particulares de Salvador, naquela época.

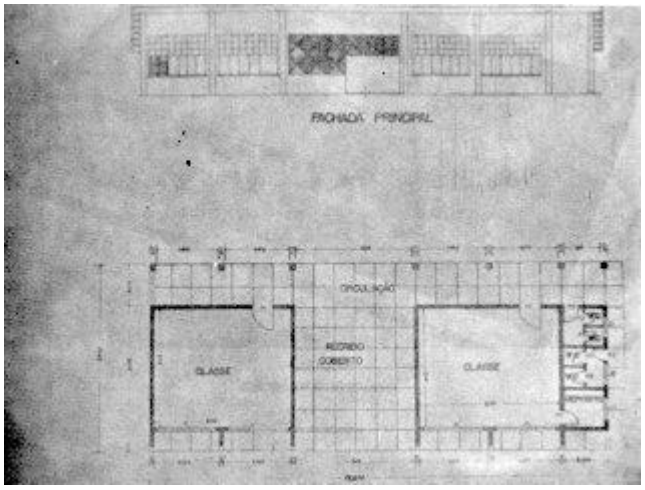
Ressalte-se que a questão da universalização da escola pública não se esgotava, segundo Anísio, na arquitetura e na construção escolar, mas incluía, entre tantas outras coisas, a formação dos professores, tarefa para a qual o Centro Popular de Educação teve importância fundamental, ao servir de modelo para a educação de grande parte dos educadores da Bahia, que o utilizavam como referência para sua formação e reciclagem.

No âmbito do 2º grau e da formação de professores, a ação de Anísio, tanto na Capital quanto no interior, foi também de muita importância. Na Capital ele expandiu o ensino secundário e o ensino normal, abrindo seções do tradicional Colégio da Bahia em vários bairros e incentivando os cursos já existentes de formação de professores (vide o artigo de Hildérico Pinheiro, nesta coletânea).

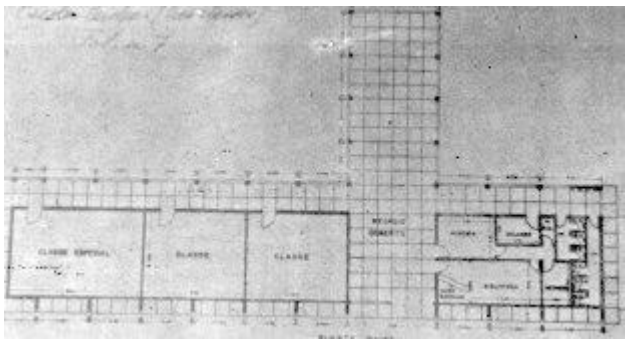
Projetos do Período de 1947 a 1951
Secretaria de Educação e Saúde do Estadoda Bahia
Gestão Anísio Teixeira



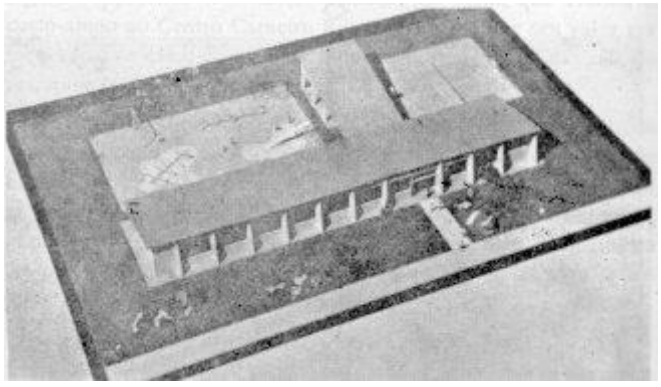
Escola para a Zona Rural



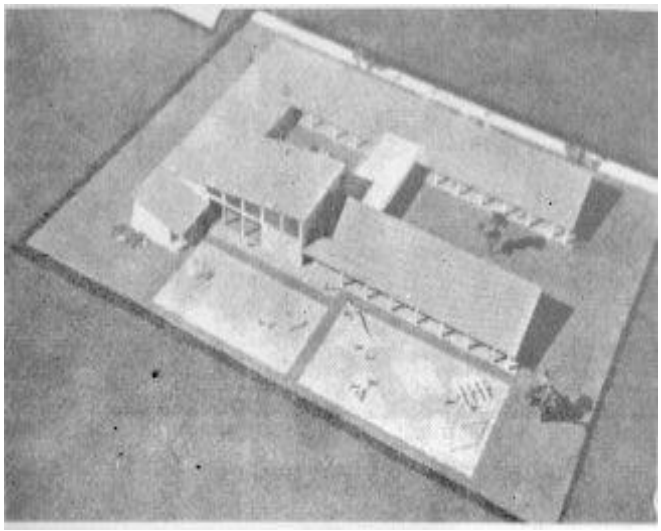
Escola "mínima"



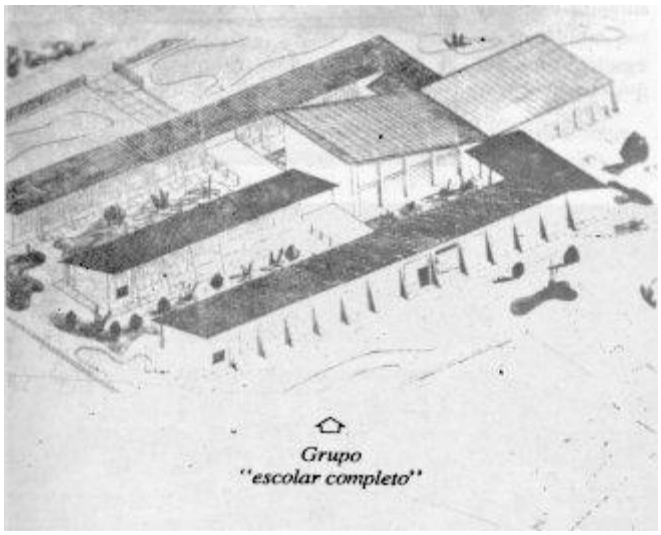
Escola Nuclear



Escola Nuclear

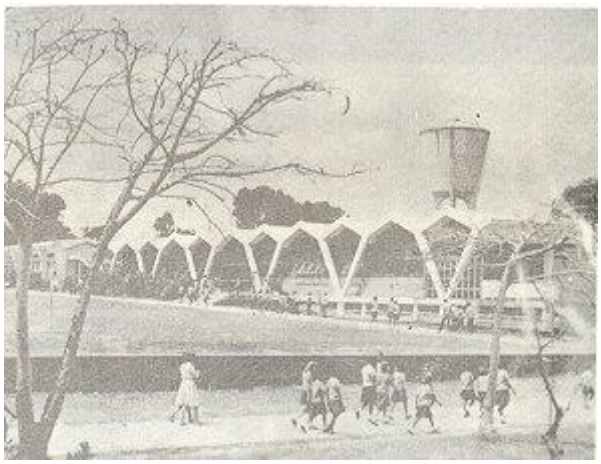


Grupo "Escolar Médio"



Grupo "Escolar completo"

Escola Parque - Salvador-BA onde se destaca a amplitude dos espaços arborizados



Vista do pavilhão principal

exposição anual dos trabalhos realizados pelos alunos

No interior, o Estado foi dividido em dez regiões geo-educacionais, sendo prevista a implantação de um Centro Regional de Educação (CRE) na sede de cada uma delas, alguns tendo implantação iniciada ainda em sua gestão. O projeto dos CREs compreendia os seguintes prédios:

Escola de professores; escola secundária; escola primária, anexa à escola de professores; biblioteca; centro cultural, com teatro; edifício de administração; edifício de serviços gerais, com restaurante; praça de esportes e residências de diretor, professores e funcionários.

Convém observar, por fim, que Anísio continuou a exercer sua influência no campo da construção escolar, durante todo o tempo em que atuou a nível federal, de 1951 a 1964, particularmente em Brasília cujo sistema escolar foi nele inspirado, sem falar nos projetos nacionais de construção escolar, através dos quais se espalharam, por todo o país, as várias contribuições originadas de sua larga compreensão do conjunto dos problemas educacionais brasileiros. É certamente um tema para estudo cuidadoso e mais aprofundado.

http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro6/inovacoes_at.html

5.Padre Antonio Vieira

Por Ricardo Timm de Souza – Filósofo, POA

Não obstante toda sua intensidade e pertinácia, é evidente que o modelo corrente de pusilanimidade e servilismo intelectual não conseguiu esterilizar completamente os espíritos. Houveram certamente incontáveis exemplos de inquietude intelectual, a imensa maioria infelizmente submersa no roldão da história e ainda aguardando sua devida valorização, alguns até sua descoberta; outros, porém permanecem, ou são reencontrados contemporaneamente por uma releitura mais lúcida dos fatos históricos, como legítimos representantes de uma inteligência vigorosa que se manifesta em meios extremamente árduos e testemunha ao futuro sua grandeza. No contexto do presente estudo, e com referência à época e âmbito em foco, destacaremos uma figura dessa estirpe: o Padre Antônio Vieira com suas *Cartas* e

O Padre Antônio Vieira, nascido em Lisboa em 1608 e falecido em 1697, homem de “Gênio humaníssimo, urbano e cortês, o engenho quase sem igual” e que “punha-se acima dos poderes constituídos em prol de uma organização social mais justa e humana, apresenta-se como um dos mais brilhantes intelectuais lusófonos de todos os tempos.

Em uma época em que contradições, misérias e privilégios eram compreendidos tão-somente de forma ontológica, isto é, de uma forma que, ao existir, *definia* simultaneamente o único princípio válido de inteligibilidade das realidades em questão, Antônio Vieira ousa transcender as contingências e limitações de uma tal concepção de mundo e traduz as contradições de seu meio e sua época com espantosa lucidez. No Sermão da Quinta Dominga da Quaresma, por exemplo, Vieira simula a entrada, com sua audiência, em uma casa

fidalga portuguesa, repleta de símbolos e alegorias de “fé católica cristinaíssima”, relatando, então o que vê:

Entremos e vamos examinando o que virmos parte por parte. Primeiro que tudo vejo cavalos, fieira e coches, vejo criados de diversos calibres...vejo galas, vejo jóias, vejo baixelas ,,,da janela vejo jardim e ao longe vejo quintas; enfim vejo todo o palácio e também o oratório; mas não vejo a vejo a fé. E por que não aparece a fé nesta casa? Eu o direi ao dono dela. Se os vossos cavalos comem à custa do lavrador...e as rodas e o coche que arrastam são dos pobres oficiais, que andam arrastados sem cobrar um real; como se há-de ver fé na vossa cavalariça? Se o que vestem os lacaios e os pajens...dependem das mesadas do mercador que vos assiste , e no princípio do ano lhe pagais comm esperanças e no fim com desesperações...como se há-de ver fé na vossa família? Se as galas, jóias e as baixelas, ou no Reino, ou fora dele, foram adquiridas com tanta injustiça e crueldade...como se há-de ver nessa falsa riqueza?... Se a Primavera está rindo nos jardins ...e as fontes estão nos olhos da triste viúva e órfãos ...como se há de ver a fé ...nem a sombra dela na vossa casa.?

Vieira penetra na teia simbólica e extrai a hipocrisia que a sustenta; vê além dos símbolos e da ordem das grandezas para destacar o *antes* e o *depois;* ressalta as contradições veladas por princípios e fundações ontológicas pretensamente intocáveis e atemporais ao despi-los em sua historicidade , em sua constituição através dos tempos – as galas e baixelas não somente foram *adquiridas* , mas o foram com *injustiça e crueldade;* os oratórios são ocos, porque o que quer que pretendessem representar, está velado pela realidade maior da iniquidade *efetivamente* exercida. Pretensos símbolos de piedade religiosa nada mais são do que indicação de violência e injustiça, porque seu valor não sobrevive sem algo anterior a eles – no caso, a caridade cristã – que o legitimasse. “O Rei está nu!”.

Como aqui, em muitas passagens pode-se observar a eloquência profética de Vieira. No caso da escravidão , denunciou com intensidade, no século XVII, uma situação que perdurou por mais

duzentos anos e muitos que a justificavam até mesmo em nome de Deus e da fé... “Na construção de Vieira reforçam-se mutuamente o discurso da sensibilidade , que vê e exprime intensamente a dor do escravo , e o discurso do entendimento, capaz de acusar o caráter iníquo de uma sociedade onde homens criadas pelo mesmo Deus pai e remidos pelo mesmo Deus filho se repartem em senhores e servos. Em suma traduz a realidade enquanto radical e injustiça:

esses homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva ? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Cristo? Estes corpos não nascem e morrem como os nossos? Não respiram o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os aquenta o mesmo sol? Que estrela é logo aquela que os domina , tão triste, tão inimiga tão cruel?

Assim, imerso embora nas contradições de seu tempo, não faltou ao Padre Vieira lucidez nem coragem para dizer o que via e sentia; ele transcende a sua época, ao mostrá-la a ela própria, à posteridade que tenta entende-la e ao Brasil como um todo.

Referências bibliográficas no original – O Brasil Filosófico , de Ricardo Timm de Souza – Ed. Perspectiva – SP – 2003 p.40-42

6.Dez grandes derrotados da nossa história (ou, como o Brasil poderia ter dado certo, mas não deu)

http://spotniks.com/dez-grandes-derrotados-da-nossa-historia-ou-como-o-brasil-poderia-ter-dado-certo-mas-nao-deu/ - LISTAS14 DE FEVEREIRO DE 2016

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

6 RAZÕES POR QUE FLÁVIO AUGUSTO PODERIA SER ELEITO PRESIDENTE DO BRASIL

***Paulo Roberto de Almeida é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas. Foi ministro-conselheiro na Embaixada do Brasil em Washington (1999-2003). Trabalhou entre 2003 e 2007 como Assessor Especial no Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.*

O Brasil, já disse alguém, não é para principiantes. Vamos admitir que a frase expresse a realidade, ainda que ela seja uma mera banalidade conceitual. A verdade é que nenhuma sociedade urbanizada, industrializada, conectada, ou seja, complexa, como são quase todas as nações contemporâneas, é de fácil manejo para amadores da vida política ou para iniciantes no campo da gestão econômica. Não deveria haver nada de surpreendente, portanto, em que o Brasil,

de fato, não seja para principiantes, como dito nesse slogan tão folcloricamente simpático quanto sociologicamente inócuo.

Mas atenção: a frase é, sim, relevante pelo lado do seu exato contrário. O mais surpreendente, no caso do Brasil, está em que o país não é de rápida explicação ou de fácil interpretação nem mesmo para pensadores distinguidos e intelectuais de primeira linha (eles o são, de verdade?). Ele tampouco parece ser de simples manejo mesmo para estadistas da velha guarda (nós os temos?), para políticos experientes (parece que ainda existem), sem esquecer os empresários inovadores (quantos são, alguém sabe dizer?) ou para economistas sensatos (seria uma espécie rara?). O Brasil já destruiu mais de uma reputação política, como continua desafiando as melhores vocações de "explicadores sociais" (inclusive brasilianistas), com o seu jeito sui-generis de ser. Existe, por exemplo, alguma explicação sensata para o fato de que "o país do futuro", o "gigante inzoneiro", a terra dos recursos infinitos, seja ainda uma sociedade desigual, ricamente dotada pela natureza, mas com muitos pobres, milhões deles, uma nação até materialmente avançada, mas (aparentemente, pelo menos) mentalmente atrasada? O que é que nos retém na rota do desenvolvimento social integrado? Quais são os formidáveis obstáculos, quantas e quais são as barreiras intransponíveis?

Não foram poucos os espíritos corajosos que tentaram vencer essas dificuldades e nos colocar num itinerário de progresso sustentado. A maior parte acabou derrotada por um conjunto variado de circunstâncias cuja identificação exata requereria um batalhão de sociólogos, dos melhores. Vamos repassar, ainda que brevemente, o itinerário de dez grandes personalidades que, em momentos decisivos da história do Brasil, viram seus projetos e propostas de reformas ou de melhorias para o país totalmente frustrados em função das condições ambientes, por força da oposição de outros personagens ou de grupos poderosos, ou pelo fato de que eles mesmos não souberam, ou não puderam, obter apoios suficientes para que suas propostas de políticas públicas fossem, em primeiro lugar, aceitas por outros dirigentes, ou pela opinião pública, depois seguidas pela coalizão dominante a cada momento e, finalmente, implementadas na forma por eles concebida inicialmente. A maior parte desses homens não foi sequer consolada, em vida, por aquele famoso dístico de bandeira estadual: "ainda que tardia".

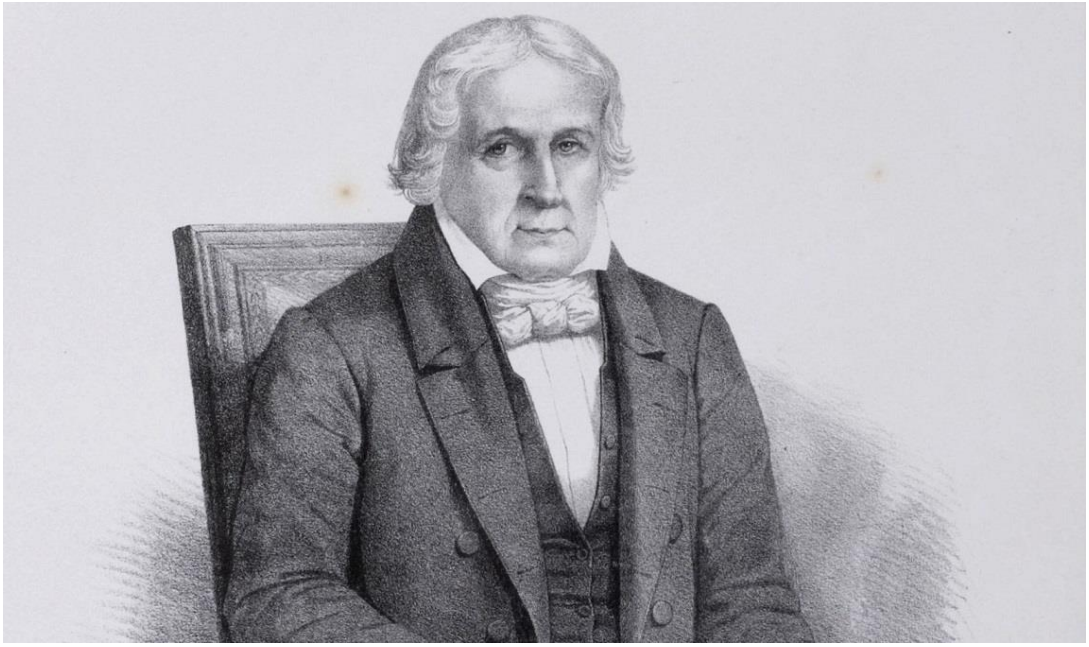
1) HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

Nascido na Colônia do Sacramento, criado em Rio Grande, espírito iluminista, liberal econômico, assessor, durante algum tempo, do grande estadista português da passagem do século 19, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares, para quem investigou as inovações econômicas e melhoramentos agrícolas da jovem República americana nos anos finais do século 18, e por quem foi enviado à Inglaterra para adquirir equipamentos gráficos, para modernizar a imprensa do Reino, e onde se tornou maçom, foi preso e torturado pela Inquisição ao retornar a Portugal, tendo conseguido fugir após alguns anos de cárcere. Estabelecido na Inglaterra desde então, Hipólito deu início ao primeiro jornal independente brasileiro, o*Correio Braziliense*, que editou sozinho em Londres desde a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, até que fosse confirmada a independência e a separação do, até então, Reino Unido, no final de 1822. Nomeado cônsul do Brasil em Londres, por José Bonifácio, Hipólito ainda teve tempo de enviar-lhe, em fevereiro de 1823, um ofício propondo reformas nos correios, nos transportes e na colonização, mas não para tomar posse do cargo para o qual estava preparado como nenhum outro brasileiro.

Seu *Correio Braziliense* forneceu, durante exatos quatorze anos e sete meses ininterruptos, material de informação, de reflexão e de críticas a todos os dirigentes portugueses (que o liam à sorrelfa) e aos brasileiros ilustrados, constituindo o maior repositório de dados e análises fiáveis sobre o estado do

reino de Portugal, sobre a situação da Europa napoleônica e pós-napoleônica, sobre as Américas em geral e sobre o Brasil em particular. Seu “armazém literário” constitui o mais completo manual de políticas públicas e de economia política – no sentido de estadismo para a prosperidade dos povos, como a definia Adam Smith – cujo grande objetivo era o de ajudar o Brasil e os “brazilienses” a enriquecer rapidamente, como ocorria então na Inglaterra. Muitos ministros do reino, em Portugal e no Brasil, concordavam com ele, mas às escondidas, pois não o podiam revelar, ainda que um ou outro mais ousado tentasse convencer o príncipe regente, depois D. João VI, do acertado daqueles críticas e propostas de políticas, inclusive no que se referia aos tratados desiguais com a própria Inglaterra. Infelizmente seus conselhos foram raramente seguidos e ele veio a morrer antes de poder servir de forma mais efetiva ao país que era o seu, mas que tinha abandonado ainda muito jovem para nunca mais voltar.

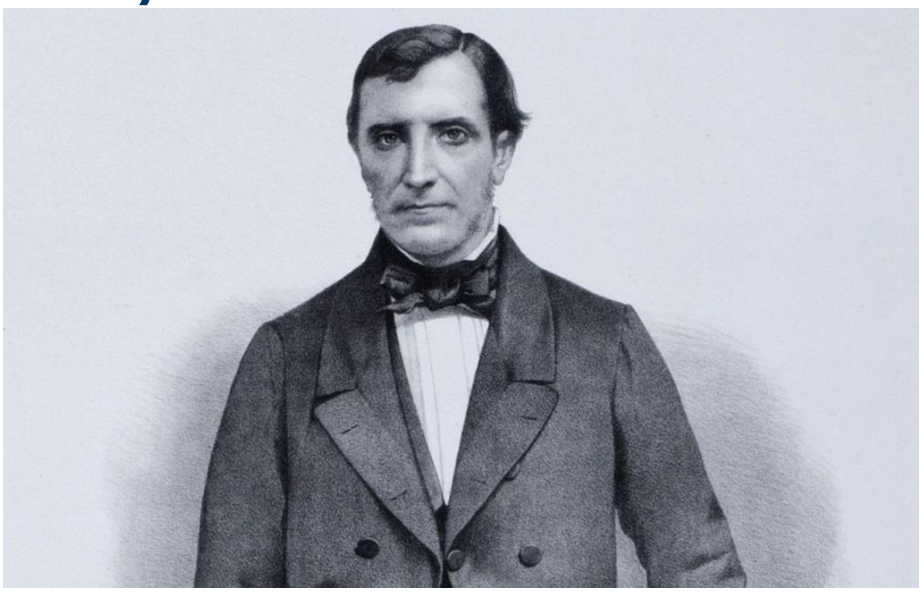
2) JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA



As mesmas ideias defendidas por Hipólito, de monarquia constitucional e de fim da escravidão, foram esposadas por José Bonifácio, grande intelectual nascido em Santos, SP, homem de ciência e de grandes luzes, membro de diversas academias europeias, combatente contra as tropas napoleônicas em Portugal, antes de retornar ao Brasil para servir ao Reino Unido e se converter no verdadeiro artífice da independência do Brasil. Proclamada esta, ele pretendia, já na Assembleia Constituinte, libertar o Brasil da mácula do tráfico escravo e, assim que possível, da nódoa da escravidão, conseguindo braços para a lavoura

e para a formação de uma sólida economia agrícola entre camponeses imigrados europeus. Como Hipólito, e como tantos outros abolicionistas, José Bonifácio foi derrotado pela coalizão de mercadores de escravos e de grandes proprietários de terras, abandonado, aliás, pelo próprio Imperador, que aproveitou-se do recrudescer das turbulências políticas na Assembleia Constituinte e das divisões políticas entre os maçons para decretar o encerramento do breve exercício de ordenamento constitucional, “cassar” os seus membros e exilar ou prender toda a família dos Andradas. Bonifácio foi mais uma vez para a Europa, e só retornou ao Brasil para ser preceptor, por breve tempo, do menino Pedro de Alcântara, mas já sem condições de influenciar a política no período regencial. Foi um dos grandes derrotados de nossa lista de estadistas-idealistas.

3) IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA

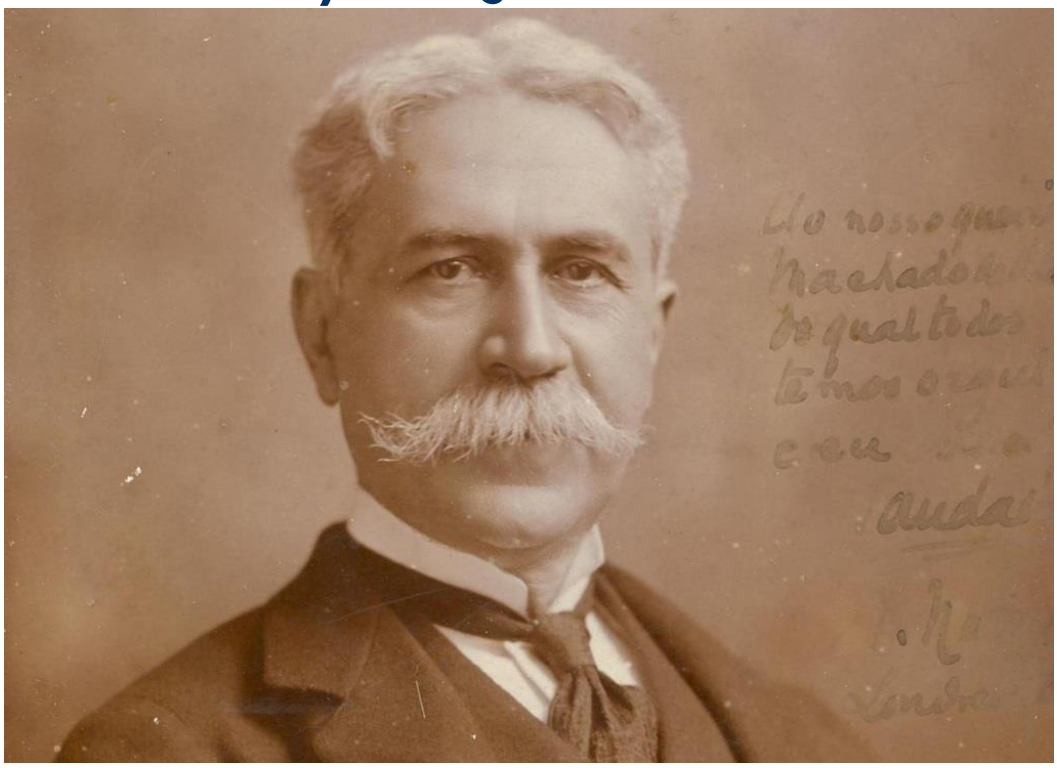


O gaúcho de nascimento e *self-made man* só adquiriu o título nobiliárquico de Barão de Mauá (depois Visconde, em 1875) na data da inauguração, em 1854, do primeiro trecho da ferrovia Rio-Petrópolis, entre o porto de Mauá, na baia da Guanabara, e o pé da serra de Petrópolis. Antes disso ele já tinha amealhado fortuna com seus empreendimentos industriais (sobretudo estaleiros) e comerciais (em especial seus bancos, no Brasil e em diversas capitais estrangeiras). Homem possuidor do mesmo espírito empreendedor e liberal de seus tutores ingleses (primeiro numa casa de importação no Rio, depois mediante viagem à Inglaterra, em 1840), ele enfrentou inúmeras dificuldades num país escravocrata e caracterizado pela mão pesada do Estado em todo e qualquer setor da economia (o governo tinha de autorizar qualquer novo empreendimento que ele desejasse fazer), e teve vários atritos com ministros de

sucessivos gabinetes do Segundo Império; essas desavenças o levaram à ruina comercial e financeira, e obstaram a que suas ideias progressistas pudessem ser reconhecidas como válidas e implementadas num país em que o status de senhor de escravos ainda era sinal de distinção.

O historiador Nathaniel Leff, heterodoxo entre os intérpretes de nossa história econômica, afirma que o atraso do Brasil não se situa tanto na colônia, como afirmam vários historiadores consagrados, mesmo os da vertente marxista, mas precisamente no período do Segundo Império, quando o Brasil perde a oportunidade de implementar as reformas preconizadas por Mauá, seja no terreno da força-de-trabalho, seja na política monetária, ou no ambiente de negócios e no da infraestrutura. Não há nenhuma dúvida que, ao final do Império, o Brasil teria sido um país muito diferente se as ideias (não só econômicas) de Mauá tivessem sido implementadas como políticas públicas. Ele foi, provavelmente, o primeiro empresário derrotado de nossa história.

4) JOAQUIM NABUCO



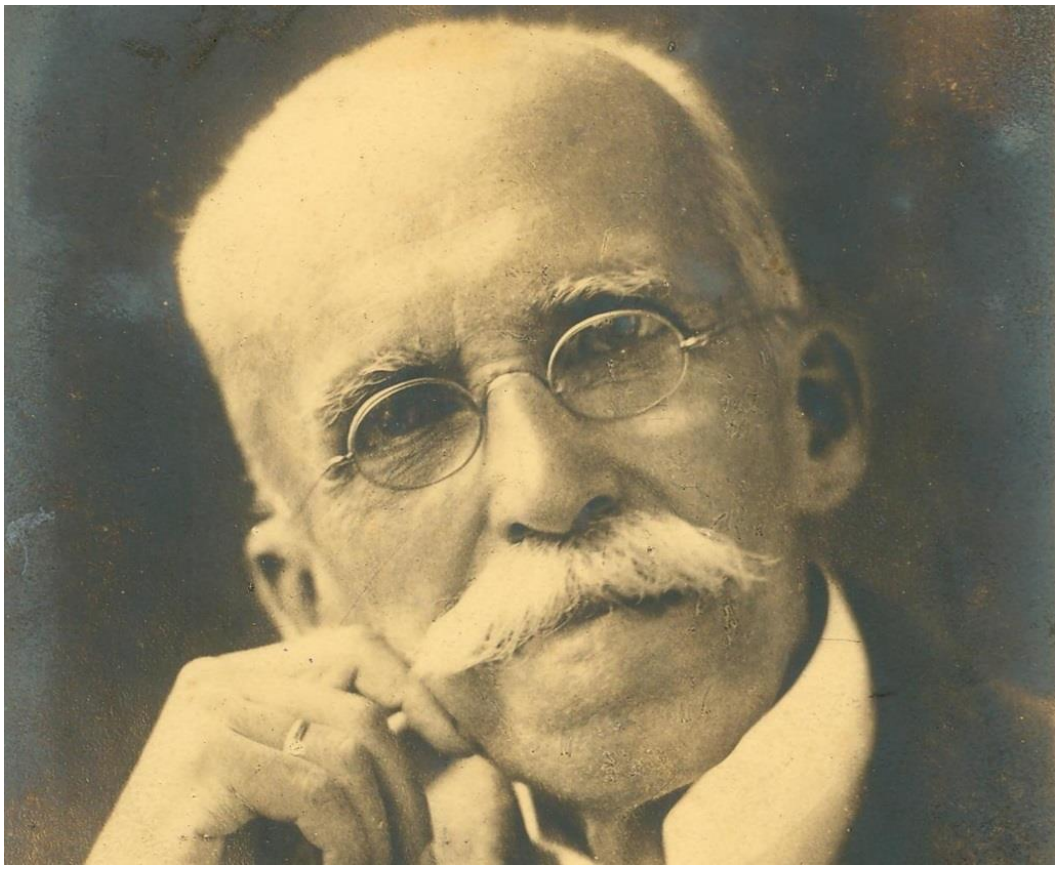
O “aristocrata” da zona da mata de Pernambuco é mais um derrotado de nossa lista, não exatamente enquanto publicista – terreno no qual ele foi brilhante – ou como diplomata do Império e da República, mas enquanto abolicionista, a despeito de suas raízes nos engenhos de açúcar do Nordeste. Intelectual*blasé*, ele bateu-se com denodo pela causa da emancipação, e seu livro sobre o

abolicionismo (publicado em Londres em 1883) foi decisivo na intensificação da campanha, nessa mesma década. Mas ele já tinha sido derrotado antes, pois que não conseguiu reeleger-se para sua primeira cadeira de deputado, conquistada em 1878, assim como viu frustrada sua campanha pela laicização do Estado Imperial, que tinha a religião católica como oficial. Mesmo quando da abolição, por decreto imperial, suas propostas para que a emancipação dos escravos fosse acompanhada de um grande programa de reforma agrária e da universalização da educação pública, compulsória e gratuita, com vistas à elevação do padrão educacional de milhões de brasileiros pobres, e não apenas dos negros libertos, jamais foram seriamente consideradas pela República oligárquica.

Ele afastou-se da política, como monarquista que era, e dedicou-se aos livros e à história. Só retornou à vida pública para novamente dedicar-se à diplomacia, não para defender o regime, mas para servir ao país. O retorno lhe deu ainda mais desgosto, no caso da arbitragem italiana sobre a questão da Guiana, fronteira com a colônia britânica: a Grã-Bretanha abocanhou quase 50% a mais do território disputado do que foi concedido ao Brasil, nascendo aí seu acentuado monroismo, ou americanismo, ao considerar que das potências europeias o Brasil não deveria esperar nada. Do nosso ponto de vista, entretanto, o Nabuco "derrotado" que interessa registrar é o das nunca implementadas propostas de reforma agrária e de educação pública em favor de negros libertos e dos brancos pobres, na verdade para todos.

O Brasil republicano, desde o início, e provavelmente até hoje, continua a pagar muito caro pela ausência de medidas desse tipo, para elevar a capacidade produtiva do seu povo. A reforma agrária, na verdade, na prática se tornou inócua pela modernização capitalista da economia rural, mas no campo da educação continuamos a exibir atrasos, se não quantitativamente (a taxa de escolarização, no início do primário, alcançou, por fim, a dos países avançados, mas 150 anos depois), certamente em qualidade do ensino.

5) RUI BARBOSA



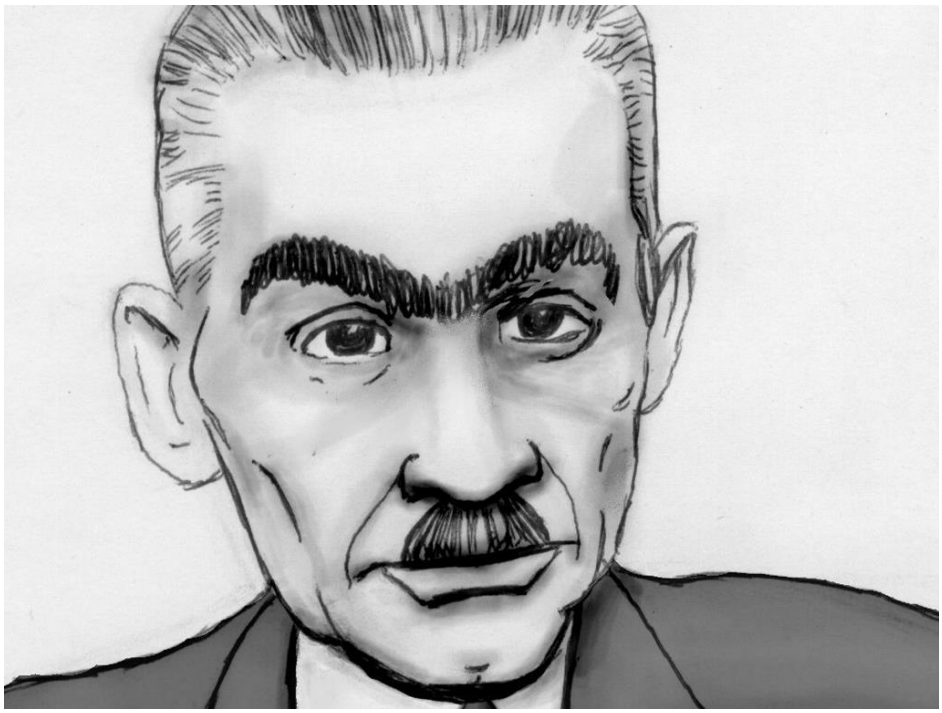
Conselheiro do Império, primeiro ministro da Fazenda do novo regime, no governo provisório de Deodoro, quando empreendeu algumas boas reformas e outras menos boas, o homem mais inteligente do Brasil (segundo os baianos), foi, antes de tudo, um pensador, um doutrinário e um publicista (e um dos mais prolíficos do Brasil, que nunca publicou um livro sequer, mas que tem obras completas em dezenas de volumes). Ele é usualmente definido como um polímata, pois suas atividades e escritos abrangiam os mais diversos domínios do conhecimento humano, com especial predileção pelo direito. Logrou sucesso em muitos dos empreendimentos que lhe foram oferecidos ou para os quais ele se voluntariou, em virtude de seus vastos conhecimentos jurídicos; voltou da Segunda Conferência Internacional da Paz da Haia, em 1907, como um herói, o "Águia de Haia", como exageradamente seus conterrâneos chamaram-no.

Mas também acumulou vários insucessos, entre eles a mal concebida reforma bancária do início da República, que acabou resultando numa violenta especulação, o chamado Encilhamento. Opôs-se a Rio Branco na compra do Acre à Bolívia, e saiu ruidosamente da delegação negociadora. Sua maior derrota, porém, não para ele, mas para o Brasil, foi ter perdido o pleito presidencial de 1910 para o Marechal Hermes da Fonseca, militarista como seria

de se esperar, mas sobretudo prepotente, mandando submeter a golpes de canhão os governadores recalcitrantes dos estados que não o obedeciam. Por isso mesmo, o chanceler Rio Branco, angustiado, pensou em se demitir do seu cargo, sucessivamente renovado em quatro governos: coitado, morreu logo após.

A derrota para Hermes da Fonseca foi uma derrota para o Brasil, no sentido em que representou a consolidação do arbítrio como norma de governo, um golpe de Estado permanente contra vários princípios constitucionais, a ofensa aos adversários políticos (considerados inimigos) como coisa corriqueira, o despotismo do Executivo sobre os demais poderes. Rui se exasperava em face do desprezo que o governo exibia contra os mais comezinhos valores da democracia, entre eles as liberdades individuais e o pleno vigor do Estado de direito. Seus artigos, conferências e palestras dos últimos anos revelam justamente sua revolta contra o desrespeito demonstrado pela maior parte dos políticos – e dos militares – às normas mais elementares do sistema democrático. Como seu amigo Nabuco, ele faria um excelente ministro – talvez até primeiro – de um sistema parlamentar ao estilo inglês (se possível de uma monarquia constitucional, pois a despeito do seu republicanismo, Rui, a exemplo de Oliveira Lima, se decepcionou rapidamente com aquela república), ou de um governo congressual ao estilo americano, como preconizado pelo professor de Princeton Woodrow Wilson, mais tarde presidente. Como os anteriores, Rui também foi um derrotado, não apenas nos seus princípios e convicções, mas também em suas tentativas práticas de democratizar plenamente e de enquadrar o Brasil num Estado de direito efetivo.

6) MONTEIRO LOBATO

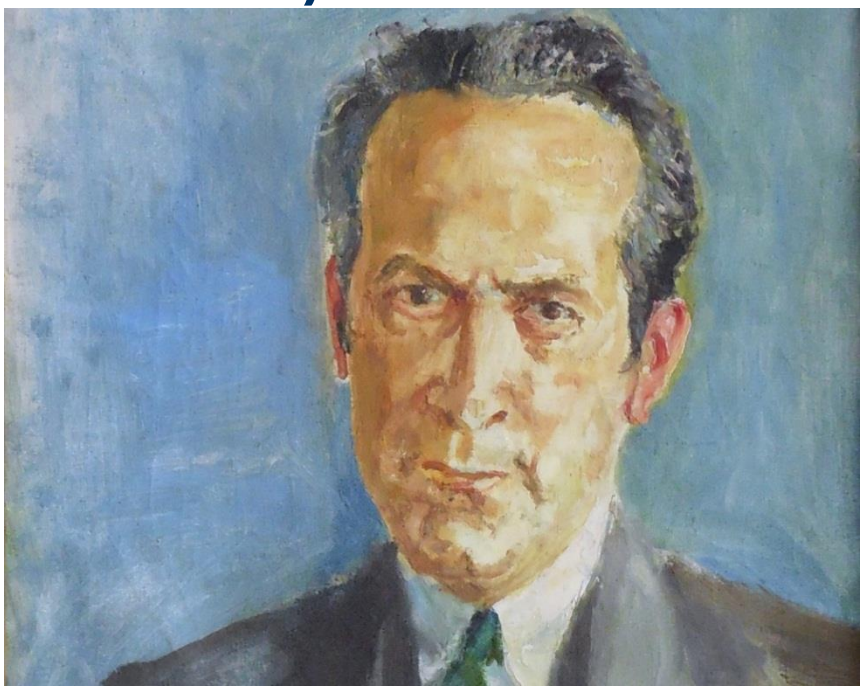


O filho de fazendeiros do Vale do Paraíba se espantou desde cedo com a inacreditável miséria dos caboclos do interior, que ele imortalizou na figura emblemática do Jeca Tatu. Ele constatou as condições sanitárias abomináveis dos matutos do interior e, sobretudo, a ignorância abismal desses homens que sequer tinham consciência de sua condição ou da existência de um país chamado Brasil. Seus muitos artigos de imprensa, sua atividade de editor, seus diálogos imaginários sobre nossos problemas com um inglês da Tijuca –*Mister Slang e o Brasil* –, todos eles batem na mesma tecla: o Brasil é um país profundamente atrasado, tão arcaico a ponto de ser derrotado pelas saúvas e por endemias eternas, e só teria salvação se empreendesse um vigoroso esforço de modernização, de preferência modelado no exemplo americano.

O fordismo lhe parecia a solução ideal para nossa débil industrialização, e o petróleo seria o combustível indispensável à redenção da nação. Lobato está na origem do “petróleo é nosso”, mas ele não era um chauvinista, um patriota rústico que queria afastar o capital estrangeiro do esforço de capacitação industrial e tecnológica. Ele se batia contra os “trustes estrangeiros” não porque fossem estrangeiros, mas porque via neles uma conspiração contra a prospecção de poços no Brasil, ao preferirem as jazidas mais fáceis do Oriente Médio. Achava que o governo não fazia esforços suficientes nessa direção, e denunciou o “entreguismo” da ditadura Vargas: por isso foi processado e preso. Mas a sua concepção de progresso era indiscutivelmente americana: ele foi mais um

derrotado pelo nacionalismo rastaquera e pelo estatismo arraigado nos corações e mentes das elites políticas e industriais. Só o fato de proclamar o valor dos livros na construção da nação já lhe valeria a entrada num panteão da pátria. Pena…

7) OSWALDO ARANHA



Paradoxalmente, só foi derrotado quando finalmente chegou ao momento de maior glória, e pelo próprio homem que ajudou a colocar no poder. A “estrela da revolução liberal” de 1930, foi de fato o homem que “liquidou” a República Velha, ante as hesitações e dúvidas de Getúlio Vargas quanto às chances de vitória do movimento contra Washington Luís e seu presidente eleito do bolso do colete. Não fossem os esforços decididos de Aranha, no sentido de unir gaúchos e mineiros, e de aliciar forças decisivas no Exército e nas tropas estaduais militarizadas, a revolução de 1930 não seria o marco da modernização do Brasil e da construção de um Estado moderno, não mais a “República carcomida” das oligarquias do café-com-leite. Sucessivamente ministro da Justiça, da Fazenda (quando ele encaminha os problemas da dívida externa e dos estoques de café) e embaixador em Washington, Aranha estava no auge de sua glória quando decide abandonar, por desgosto, seu posto diplomático, na sequência do Estado Novo, em novembro de 1937, que repudiou imediatamente.

Foi apenas sua amizade com Vargas, e a necessidade que este tinha de manter as melhores relações possíveis com os americanos – a despeito de suas notórias simpatias pelos regimes fascistas da Europa – que explicam seu retorno à

política, como chanceler do Estado Novo, de março de 1938 a agosto de 1944. Sua ação à frente do Itamaraty foi decisiva para conter a inclinação de muitos dos expoentes do regime por uma aliança com as potências nazifascistas, aparentemente invencíveis no início dos anos 1940, e para ancorar vigorosamente o Brasil no grupo das Nações Aliadas.

Aranha sempre foi um candidato natural das forças democráticas à presidência da República: hipoteticamente em 1934, numa eventual escolha alternativa pela Constituinte (e provavelmente por isso, Vargas decidiu manda-lo para Washington); talvez em 1938, se as eleições previstas não tivessem sido cortadas pelo golpe de Estado; possivelmente ao final do Estado Novo, quando Vargas ainda manobrava para continuar, depois indicando um sucessor de sua escolha; em 1950, quando foi sondado, mas preferiu deixar o terreno livre para o ex-ditador; ou ainda, e finalmente, à morte deste, nas eleições de 1955, disputadas por muitos candidatos bem menos qualificados do que ele. Foi uma pena que sua falta de ambição, e sua fidelidade irrestrita ao “irmão maior” que era Vargas, obstaram que ele galgasse o posto mais alto da República.

Para se ter uma ideia de como o Brasil poderia ter sido diferente, se ele tivesse ascendido ao comando da nação, basta ler a carta que Aranha enviou a Vargas para que este discutisse os assuntos da guerra e da paz no encontro que o ditador teria em Natal com Franklin Roosevelt, em janeiro de 1943. O maquiavélico ditador não só o afastou traiçoeiramente dessas conversações, mas também impediu um encontro especial que se realizaria em Washington com o presidente americano no mesmo mês em que Aranha foi humilhado pela polícia política do regime, no triste episódio da Sociedade das Américas, em agosto de 1944, o que acabou determinando sua saída da chancelaria.

Naquela carta, Aranha delineou não apenas um esquema de aliança com os EUA, para ganhar a guerra, mas também uma estreita cooperação para participar da nova ordem mundial a partir da restauração da paz; ele incluiu, sobretudo, um programa inteiro de modernização industrial e de capacitação do Brasil, com ajuda americana, de molde a realmente impulsionar o grande deslanche do país à condição de potência regional (num esquema não muito diferente da aliança não escrita defendida por Rio Branco, e mais enfaticamente por Nabuco, no começo do século). O Brasil teria sido um país muito diferente do que foi o caso, e certamente melhor, se Oswaldo Aranha tivesse ascendido à presidência e imprimido um estilo de governança e de políticas econômicas bem mais abertas e propensas à integração na política e na economia mundiais.

8) EUGÊNIO GUDIN

Um personagem nascido no século 19, que quase atravessou todo o século 20, pregando sempre as mesmas ideias liberais em economia e de simples sensatez na gestão pública. Formado em engenharia, mas economista por gosto, Gudin foi um aderente da escola neoclássica, mas de fato um eclético, e o responsável pela institucionalização dos cursos de economia nas faculdades brasileiras de humanidades e de ciências sociais em 1944. No mesmo ano, e no seguinte, foi protagonista do mais importante debate jamais ocorrido na história intelectual do Brasil; este representou, na verdade, um anticlímax, no sentido em que sua importância tanto teórica quanto prática foi deixada de lado pelo “curso natural das coisas”, ou seja, pela continuidade, em nossa governança, das mesmas inclinações e tendências estatizantes e intervencionistas que caracterizam o universo conceitual das lideranças políticas e empresariais do país.

O debate ocorreu quando se discutia abandonar os mecanismos intervencionistas em vigor durante o período bélico para adotar novos instrumentos capazes de guiar a ação do Estado no apoio ao processo de industrialização (sinônimo de desenvolvimento na concepção da época). Gudin, que naturalmente defendia princípios liberais e mecanismos de mercado para guiar a ação do Estado no fomento desse processo, teve como contendor no debate o industrial e intelectual – professor na Escola Paulista de Sociologia e Política – Roberto Simonsen. Em 1930, fez traduzir e publicar pelo CIESP, o Centro da Indústria do Estado de São Paulo, que ele tinha criado em oposição à

FIESP, o livro do economista romeno Mihail Manoilescu, *Teoria do Intercâmbio Desigual e do Protecionismo*, uma atualização “científica” das ideias de Friedrich List. Simonsen, obviamente, se bateu pelo planejamento estatal, pelo protecionismo tarifário e pelos subsídios oficiais à “indústria infante”, enfim, todo o contrário do que pensava e preconizava Gudin, que era pela adesão do Brasil aos princípios das vantagens comparativas, que recomendavam incrementar o esforço de modernização agrícola, melhorar a infraestrutura e o capital humano, e manter uma governança econômica em bases sólidas e fiscalmente equilibradas.

O resultado do debate foi mais uma vez paradoxal: Gudin saiu-se como o seu vencedor teórico, ao demonstrar a inconsistência lógica e a escassa solidez prática dos argumentos de Simonsen. Mas este foi, ao fim e ao cabo, o vencedor efetivo do debate, uma vez que, no decurso das décadas seguintes, todos os governos, apoiados pelos industriais e pelos empresários em geral, seguiram as recomendações dos estatizantes, dos nacionalistas primários, dos protecionistas declarados, que sempre foram legião em todas as esferas da administração pública e na vida civil do país. Mais uma vez, o derrotado foi o Brasil, único país no mundo a ter conhecido oito (OITO) moedas sucessivas no espaço de pouco mais de meio século: mil-réis, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo, cruzeiro, cruzeiro real, real. Não é preciso referir-se aos números astronômicos dos nossos processos inflacionários para constatar os desastres criados pelos êmulos de Roberto Simonsen, que eliminaram na prática as receitas mais equilibradas e ponderadas do longevo Gudin. Ele continuou, até o final de sua vida secular, a preconizar as mesmas receitas, sempre para ser derrotado pela realidade.

9) ROBERTO CAMPOS

O ex-seminarista que se fez diplomata às vésperas da Segunda Guerra, teve a chance de servir em Washington quando se realizou a célebre conferência de Bretton Woods, em 1944, na qual ele era um simples assessor, e não um delegado. O mesmo ocorreu na conferência de Havana, sobre comércio e emprego, em 1947-48, quando ele continuou a aperfeiçoar seu conhecimento prático de economia, ao mesmo tempo em que fazia um mestrado nessa área na George Washington University, quando defendeu uma tese sobre os ciclos econômicos, de tinturas tanto neoclássicas quanto precocemente keynesianas. Ele ainda era um partidário do Estado promotor do desenvolvimento econômico, quando exerceu o cargo de diretor no BNDE, nos anos 1950, quando colaborou na arrancada dos “cinquenta anos em cinco” do governo JK, que também elevou a inflação a patamares nunca antes vistos no Brasil, inclusive com a construção de Brasília (que foi feita sem orçamento, à margem do orçamento e contra o orçamento, à razão de 1,5% de déficit fiscal durante quatro anos).

Não surpreende, assim, que o Brasil fosse levado a uma situação de grave desequilíbrio orçamentário e de enormes problemas de balanço de pagamentos no início dos anos 1960, quando ele foi, durante três anos, embaixador em Washington. Ele se demitiu do posto, exasperado com a inépcia de Jango, três meses antes do golpe de 31 de março de 1964, cujos líderes o guindaram à função de ministro do planejamento, em dobradinha com o ministro da Fazenda Octavio Gouvea de Bulhões. Ambos, entre 1964 e 1967, conduziram o mais importante processo de reformas econômicas e administrativas jamais empreendido no Brasil, um conjunto ambicioso de mudanças constitucionais e

de medidas infraconstitucionais que abriram o caminho para o mais vigoroso ciclo de crescimento de nossa história econômica.

Paradoxalmente, porém, os dois, ainda que liberais em espírito e em intenção, foram também os responsáveis pelo início da mais imponente escalada econômica estatal jamais vista nessa mesma história. Não só eles, pois que seus sucessores, em especial os acadêmicos Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, impulsionaram, com o apoio entusiasta dos militares reformistas, esse engrandecimento inédito do ogro estatal, elevando enormemente a carga fiscal – a pretexto de aumentar o investimento público –, criando dezenas de estatais em todos os setores considerados "estratégicos", não apenas para a economia, mas também para a "segurança nacional". De certa forma, o Brasil do regime militar conduziu uma espécie de "stalinismo para os ricos", uma industrialização "num só país" que respeitava inteiramente o vezo nacionalista rústico dos militares e sua preferência pela mais acabada autarquia produtiva, essa introversão míope que tinha sido a marca dos regimes fascistas da Europa dos anos 1930 (por acaso, um período no qual muitos dos líderes da "revolução de 1964" estavam estudando nas academias militares e aprendendo rudimentos econômicos de "independência e de soberania nacional").

Roberto Campos detectou desde muito cedo essa deriva do Estado reformista-modernizador dos militares para um "complexo industrial-militar" orientado mais pelos princípios da "segurança nacional" do que pelos saudáveis valores da economia de mercado; passou o resto de sua vida tentando reverter o intervencionismo exacerbado do regime militar e o nacionalismo tosco dos políticos da redemocratização. Sem sucesso, porém: como Raymond Aron, na França, que durante anos lutou contra os instintos socialistas da intelectualidade parisiense, Campos lutou contra a indigência mental de nossos políticos e a ignorância econômica da maior parte da intelligentsia nacional (que Millor Fernandes chamava de "burritsia" acadêmica). Como Aron, igualmente, só foi reconhecido como visionário ao final da vida, e ainda assim, nem um, nem outro, conseguiu recolocar os respectivos países no caminho das reformas liberais e pró-mercado. A despeito de ter acertado em praticamente 90% do que escreveu durante toda a sua vida, Campos foi ironicamente derrotado por uma de suas mais conhecidas ironias: "o Brasil é um país que não perde oportunidade de perder oportunidades".

10) GUSTAVO FRANCO

Um dos mais jovens expoentes da equipe que idealizou, montou e administrou o lançamento do Plano Real, o mais bem sucedido esforço de estabilização macroeconômica conhecido em nossa história econômica – hoje, infelizmente, ameaçado pela Grande Destruição lulopetista –, que exibe a distinção adicional de ter concebido o regime de transição da antiga e desvalorizada sétima moeda de nossa história monetária para o Real, mediante a indexação monetária via URV, cuja inspiração lhe tinha sido dada ao estudar a experiência alemã de saída da inflação, em 1923. Ele também foi o defensor de uma política de capitais e de câmbio bem mais livre do que o normalmente admitido tradicionalmente, não apenas nas faculdades de economia, mas sobretudo nos escalões governamentais, não obtendo inteiro sucesso nessa área, em razão, como sempre, dos azares da política.

A primeira versão do Plano Real previa um esforço de ajuste fiscal bem mais severo do que o efetivamente realizado, não implementado porque o presidente Itamar Franco queria uma “estabilização sem recessão”. Foi preciso, assim, manter os juros num patamar bem mais elevado do que o adequado, pois que a âncora fiscal, que deveria ter sido implantada, foi substituída por uma âncora cambial, que redundou, contra a vontade de muitos economistas, numa excessiva valorização do Real (daí os desequilíbrios de transações correntes acumulados na segunda metade dos anos 1990). O resultado foi a crise de 1998-99, ainda assim provocada por fatores externos: as crises asiáticas de 1997 e a moratória russa de agosto de 1998, que impactou diretamente o Brasil; a situação foi enfrentada mediante um programa de apoio financeiro das instituições de Bretton Woods e de países credores, com sucesso relativo até a década seguinte, quando a crise argentina, o apagão elétrico e as eleições de

2002 (e os efeitos econômicos do PT) agravaram o quadro de turbulências no Brasil.

Gustavo Franco, que tinha sido secretário de política econômica na gestão Itamar e depois diretor de assuntos internacionais do Banco Central, ao iniciar-se a gestão FHC, foi elevado à condição de presidente do BC em meio às turbulências financeiras da crise asiática; conduziu um meticuloso programa de ajustes cambiais que, teoricamente pelo menos, permitiriam ao Brasil compensar a valorização por etapas, para evitar uma grave crise e mais inflação. A pressão dos mercados, e do próprio jogo político, foi entretanto mais forte, e Gustavo se viu constrangido a sair do BC no auge da desvalorização cambial do início de 1999, e antes do estabelecimento dos regimes de metas de inflação e de flutuação cambial, finalmente adotados por Armínio Fraga, levado à presidência do BC pouco depois. Uma história completa desses episódios, do ponto de vista da política cambial, ainda está para ser escrita e o próprio Gustavo é um bom candidato para empreender a tarefa. Mas esse é apenas um detalhe num itinerário de reformas tentativas que Gustavo Franco tentou impulsionar e que aguardam ainda hoje para serem continuadas e completadas.

A importância de Gustavo Franco, como economista e intelectual, está em sua condição de debatedor, de publicista, ao defender em seus muitos artigos, entrevistas e palestras, e em diversos livros, o Plano Real como apenas o início de um processo de reformas e de mudanças estruturais no Estado e na economia do Brasil que o levariam da condição de adepto eterno de um keynesianismo de botequim e de um cepalianismo tosco ao status de “país normal”, ou seja, simplesmente aderente de regras claras, estáveis e transparentes de gestão econômica, como compete a qualquer país dotado de uma economia de mercado digna desse nome. Infelizmente, a gestão econômica companheira fez o Brasil retroceder pelo menos vinte anos economicamente, e muito mais ainda moralmente falando. Gustavo Franco também foi um derrotado, ainda que temporariamente, uma vez que as reformas que ele preconizava não foram, senão minimamente, implementadas nos anos seguintes, e muitas delas revertidas na gestão irresponsável dos lulopetistas. Seus escritos e declarações indicam o que está aberto nessa agenda de “work in progress” (na verdade, evoluindo para trás, atualmente).

OS “DERROTADOS” DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: UM BALANÇO FRUSTRANTE

Todas as personalidades brevemente referidas aqui foram, em primeiro lugar, pensadores, intelectuais com distintas formações acadêmicas – ou na vida prática, como Irineu Evangelista de Souza – e com diferentes situações sociais, de atuação no setor público e de responsabilidade nos governos aos quais serviram ou com os quais trabalharam – ou não, caso de Hipólito e Monteiro Lobato. Vários conceberam planos mais ou menos arrojados para o futuro do Brasil, alguns com projetos ambiciosos de mudanças estruturais, outros – como Gudin – com um cuidado mais prosaico com uma gestão simplesmente responsável da coisa pública. Todos eles preconizaram reformas corajosas para eliminar obstáculos e enfrentar os problemas e desafios que constatavam existir no itinerário do desenvolvimento brasileiro.

De certa forma, muitos deles foram visionários, mas sensatos, no sentido em que nenhum deles concebeu qualquer projeto utópico de reforma integral, revolucionária, da sociedade brasileira. Nenhum deles foi um “engenheiro social”, no sentido várias vezes criticado por um pensador liberal como Isaiah Berlin: todos eles preconizaram atuar nos quadros dos regimes constitucionais em vigor, respeitando as mais amplas liberdades – sobretudo a de empreender

– e os princípios e valores dos regimes democráticos. Não por acaso, as propostas por eles formuladas se aproximavam do modelo constitucional e de governança de corte britânico, de amplo sucesso prático nos Estados Unidos e nos países que institucionalmente e culturalmente pertencem ao mesmo arco civilizatório.

Nenhum deles teve sucesso – no máximo parcial – nas reformas e nas medidas preconizadas para levar o Brasil a um patamar mais alto de desenvolvimento político, econômico e social, num processo de total respeito às regras elementares do jogo democrático, como diria Norberto Bobbio. Aliás, o jurista e filósofo italiano, a despeito de seu imenso sucesso intelectual e do prestigio cívico alcançado, foi outro derrotado em seu próprio país, por acaso caracterizado por uma governança quase tão corrupta quanto a brasileira.

Todos os brasileiros, se tivessem logrado sucesso na implementação das medidas propostas – se tivessem sido por acaso guindados a posições de mais alta responsabilidade governativa, o que ocorreu unicamente com José Bonifácio, mas ele rapidamente "podado" pelo seu soberano – teriam provavelmente mudado o Brasil de uma forma mais profunda, mais intensa, e mais positiva do que efetivamente ocorreu nos dois séculos que levam de Hipólito José da Costa a Gustavo Franco. Este último continua um batalhador incansável pelas reformas necessárias, e o único "sobrevivente" (com perdão pela palavra) nesta nossa seleção: a ele cabe manter a tocha das reformas, em primeiro lugar como publicista, eventualmente, e novamente, como reformador.

No momento em que o Brasil enfrenta a mais grave crise de sua história – certamente na esfera econômica, mas também, e sobretudo, no plano moral – é útil refletir sobre todas essas oportunidades perdidas, sobre a ação, em grande medida frustrada, de todos esses "derrotados" na prática. Do meu ponto de vista, eles são vitoriosos morais, gigantes intelectuais da modernização e do progresso brasileiro, que, por um conjunto variado de circunstâncias, não puderam conduzir suas propostas a bom termo, ou que não tiveram a oportunidade, em virtude de um ambiente particularmente negativo para os reformistas de qualquer quilate, de vê-las implementadas pelos tomadores de decisões de cada momento. A "agenda conjunta" de reformas modernizadoras – e corretoras de nossos grandes defeitos sociais –, que todos eles preconizavam, permanece inconclusa: na verdade, ela só existe no papel, num exercício como este de levantamento das nossas lacunas e omissões, uma vez que não pudemos contar, ainda, com

estadistas que as implementassem verdadeiramente, com base num consenso necessário e no respeito das liberdades democráticas.

A pergunta final é inevitável: quando vamos contar com personalidades que se apoiem nas propostas desses gigantes intelectuais para arregaçar as mangas e "civilizar o Brasil", na linguagem dos próceres da independência? Não sabemos ainda. Mas seria útil retomar cada uma das propostas desses pioneiros, para ver o que ainda falta fazer no Brasil. Mãos à obra, pesquisadores e ativistas: a agenda já existe. Cabe agora debater os meios de implementá-la, para passarmos da condição de "derrotados" à de vencedores.

Que tal começar pelo levantamento do que falta fazer?

7.MORRER PELO BRASIL – VIVER PARA O BRASIL – 100 anos do Tenentismo

Geniberto Campos

http://independenciasulamericana.com.br/2016/02/morrer-pelo-brasil-viver-para-o-brasil-100-anos-do-tenentismo/

"Não é sem sangue, sem sofrimento e sem sacrifício que se constrói uma grande nação".

(Da seção de cartas de O Estado de São Paulo, julho de 1924) (1) "A revolta é o último dos direitos a que deve recorrer um povo livre para salvaguardar os interesses coletivos, mas é também o mais imperioso dos

deveres impostos aos verdadeiros cidadãos”. (Juarez Távora) (1)

E assim começou o *Tenentismo,* um dos mais importantes e duradouros ciclos da história política contemporânea brasileira. Heroísmo, coragem, desprendimento, dedicação à Pátria. Disposição para o sacrifício. Se necessário, morrer nobremente pela causa patriótica.

Caracterizado pelo *intervencionismo*, o outro nome para *revolta*. Um recurso sempre disponível ao qual muitas vezes se recorria para *salvar a Nação*.

Durante pelo menos seis décadas, o tenentismo sobreviveu e mostrou, a cada momento, a sua nobre e heroica face aos brasileiros. E esta face assumia as mais diferentes características.

O ciclo tem o seu início de lutas heroicas e marcantes em 1922, com a “*Revolta do Forte de Copacabana*”. Que passou à história como “O*s 18 do Forte*”. Na qual os nomes de jovens e corajosos tenentes – são bem lembrados Siqueira Campos, Juarez Távora e Eduardo Gomes – comprovaram a sua coragem pessoal e seu heroísmo, entrando, definitivamente, para a nossa História.

Em sequência, irrompe em São Paulo, em 1924, agregando vários atores da revolta anterior, o movimento que ficou caracterizado como a “*Coluna Prestes*”. Por aproximadamente 3 anos a Coluna percorreu o Brasil, cobrindo quase todas as suas regiões. Numa marcha de sacrifício que terminou no estado de Mato Grosso, quando os revoltosos sobreviventes se exilaram na Bolívia. Deixando ali alguns companheiros mortos, sepultados no cemitério de “La Gaiba”, em território boliviano. (Em saudação aos mortos, tombados na Coluna, o revolucionário Moreira Lima, diante de Luis Carlos Prestes, pronuncia uma espécie de sentença que pretendia profética, definitiva: “*Tiranos! Os vossos dias estão contados na terra brasileira*! ” (1)

Finalmente, em 1930 os tenentes assumiram o poder, no movimento que ficou conhecido como a “*Revolução de Trinta*”. Na qual teve início uma tumultuada sequência de intervenções “*salvacionistas*”.

2.A partir daí o ciclo tenentista vai assumindo novas características históricas e políticas. Mas deixando sua marca indelével: a *revolta*como recurso necessário – legitimado pela história – para resolver situações de crise e repor a ordem. Combatendo os “*Carcomidos*” (os corruptos e incompetentes da época). Sempre em busca do progresso, agora com o nome de desenvolvimento.

Resumindo, os períodos especiais inseridos no século vinte, configuram dois ciclos autoritários, regidos pela influência da ideologia tenentista: o início da *Era Vargas* (1930/1945) e a*Revolução/Golpe de 64* (1964/1985). Com o intervalo democrático de dezenove anos (1945/64), quando, mesmo com o registro de algumas turbulências, foram realizadas eleições livres e diretas, vitoriosos nas urnas os governos Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, JK, Jânio Quadros e João Goulart. Este seguido pelo ciclo autoritário dos generais presidentes: Castelo Branco, Costa e Silva,

Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, João Figueiredo. E, finalmente, o retorno à Democracia e às normas constitucionais, vigentes desde 1985 até os dias atuais. (Eis um breve – e sumaríssimo – resumo da evolução política contemporânea brasileira).

É possível que o heroico ciclo intervencionista dos tenentes tenha chegado ao fim, após quase um século de permanência entranhado na vida política da nação brasileira. Mas caberiam, no entanto, algumas perguntas singelas: o país adentrou em definitivo na vida democrática plena, ou estariam surgindo novos heróis salvadores da pátria? Qual, enfim, o legado do Tenentismo?

Analisando o legado tenentista: neste longo ciclo dos "tenentes", iniciado na década de 1920, o país e o mundo passaram por inúmeras transformações. E o Brasil chegou ao século 21 com várias das suas estruturas e instituições renovadas. Com inegáveis contribuições dos longos ciclos autoritários e dos relativamente curtos períodos democráticos. Estes, somados, perfazem um total de menos de cinquenta anos de governos democráticos, no período de aproximadamente um século. Livres da tutela salvacionista (e intervencionista e autoritária) dos incansáveis heróis da pátria.

Difícil ou mesmo impossível avaliar aonde poderíamos ter chegado com governos e instituições vivenciando a calma e a plenitude democráticas. Mas seria justo inserir algumas questões (irrespondíveis?) relacionadas a esse peculiar processo histórico: a quebra repetida da ordem democrática era mesmo necessária para garantir um futuro melhor para o país? O nobre sacrifício dos heróis da pátria conseguiu demonstrar, historicamente, que este sacrifício era mesmo essencial ao nosso desenvolvimento e à construção de uma sociedade civilizada?

São questões aparentemente inócuas. Mas ainda que respondidas com natural viés político – ideológico, poderiam servir, pelo menos, para orientar o nosso porvir, com ou sem Democracia.

(Talvez possa ficar, como sugestão, buscar colher respostas futuras através de escrutínios e consultas populares, em plebiscitos e/ou referendos. Para falar em nome do povo, torna-se essencial ouvi-lo).

Mirando, portanto, o futuro imaginamos que para atingir um definitivo e estável processo civilizatório seria indispensável chegar-se a um consenso, precedido de bem articulada e inteligente "*concertacion*", (*acordo*) onde os fatos pretéritos passariam a constituir verdadeiramente o passado, perene fonte de aprendizado. Dando início à tessitura de um necessário projeto de reconciliação do país, o qual poderia ter sido iniciado há algumas décadas. Seria sonhar muito alto? Nem tanto. Mas onde os estadistas – ou, que seja, políticos e cidadãos com visão histórica e estratégica – dispostos a fazê-lo? Homens e mulheres que saberiam contar o tempo em décadas, não apenas em dias, ou minutos.

E o povo? O povo está aí. Como sempre esteve. Para ser ouvido e consultado, como de obrigação e de direito, em todas as democracias.

1. **Millôr Fernandes (1923-2012), um irreverente jornalista e pensador brasileiro, dizia com o seu humor cáustico: "*herói é aquele não conseguiu fugir*". (2)**

Bertolt Brecht (1898- 1956), cultuado dramaturgo alemão, produziu uma das suas frases mais polêmicas e instigantes: "*pobre do país que precisa de heróis*". (2)

Ao longo do tempo, o Brasil (e a América Latina) tornou-se uma espécie de laboratório de experiências políticas, onde os heróis consagrados e eventuais candidatos ao posto desfilavam seu inconformismo com a situação do país. E arrostando elevados riscos e sacrifícios, empunhavam suas armas e partiam para fazer as revoluções transformadoras, mesmo sem o apoio prévio do povo ou, vá lá, das "*massas oprimidas*". Derrubando autoridades constituídas e implantando, pela força, um novo projeto de país. No claro e altruísta propósito de criar um novo regime, inventar um novo país.

Curiosamente, este método de mudanças institucionais pelo uso da força e abstraindo o voto, consultas à cidadania e abstraindo as manifestações populares, tornou-se uma espécie de loucura – ou aventura – consentida, e até admirada por muitos. Que sempre imaginaram o Brasil carente de heróis, de luta e de sangue derramado. Pois, na visão deles, não se constrói uma pátria sem tais ingredientes. Vejam-se os exemplos pelo mundo. E entre nós brasileiros, a opinião expressa por um leitor do jornal "O Estado de São Paulo" – citado na epígrafe deste artigo – no ano longínquo de 1924, que falou e disse: " *Não é sem sangue, sem sofrimento e sem sacrifício que se constrói uma grande nação*".

Seria este, em resumo, o fundamento da ideologia tenentista do século passado. E onde estão os tenentes, heroicos salvadores da pátria brasileira? Gozam do merecido repouso dos guerreiros. E deram lugar aos "*novos tenentes*". Heróis sem nenhum heroísmo.

Eles agora vestem toga e expressam a sua confusa revolta atropelando a Lei e o Estado de Direito. Tudo em nome da salvação do país. Fazem as suas "*marchas*" pelos novos campos de batalha: os tribunais da alta e média hierarquia jurídica, correndo mínimos (ou nulos) riscos pessoais. Sem necessidade do uso de armas ou montarias. Falam o que bem entendem. ("*Fazem a diferença*"). Condenam sem provas em processos criminais. E as suas armas são agora de outra natureza. Mas igualmente mortais e certeiras. Não fazem jorrar sangue. Mas produzem sofrimentos e sacrifícios incalculáveis. E comprometem gravemente a Democracia. Utilizando, impunemente, às vezes de forma pusilânime, o projétil mortal da Injustiça.

***Pobre do país que* (ainda) *precisa de heróis*.**

Até quando aceitaremos viver na instabilidade, na insegurança jurídica e na permanente ameaça à Democracia?

Como diz o verso da belíssima canção do Bob Dylan:

" a resposta está soprando no vento"…

REFERÊNCIAS

1. **“As Noites das Grandes Fogueiras” – uma história da Coluna Prestes – Meirelles, Domingos – Ed. Record – 2013.**
2. **Citações feitas de memória, pelo autor.**
3. **Bob Dylan – “Blowin’g in the wind” – 1963**

Cavaleiro da Esperança na avenida

Segunda-feira, 19 de Novembro de 2001, 15:47 | **Online**

8.Clóvis Moura: marxismo e questão racial

Publicado em 9 de Abril de 2016 por marxismo21

http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/

Nesta página, marxismo21 publica um dossiê sobre Clóvis Moura (1925-2003), escritor e ativo intelectual-militante comunista que se destacou pelos estudos sobre a questão racial e a luta e a resistência do negro no Brasil. Neste dossiê, divulgamos vários artigos e livros de Clóvis Moura e trabalhos sobre sua obra, assim como vídeos e áudios que procuram revelar suas contribuições para a história e para o pensamento social brasileiros.

Somos gratos a Érika Mesquita (IFAC) pela elaboração do texto de apresentação e a outros valiosos colaboradores que se envolveram na construção deste extenso dossiê: Augusto Buonicore, José Carlos Ruy, Mário Augusto Medeiros da Silva, Mário Maestri, Renata Gonçalves e Soraya Moura.

Editoria

****

Clóvis Moura: por uma sociologia da *práxis* negra

Érika Mesquita

Revisitar a obra de Clóvis Moura é repensar a história social do Brasil. É com um sentimento saudoso e de enorme gratidão que inicio uma sucinta apresentação de sua obra, construída ao longo de sua trajetória, quer sobre estudos sobre o negro da qual trata esse dossiê ou como exímio poeta. Clóvis Moura, em nossas conversas, sempre ressaltava a importância de se transformar o conhecimento livresco em arma para revolução, e essa acepção perpassa sua obra na categoria de análise basilar que é a *práxis negra*.

Como outros intérpretes contemporâneos do Brasil, Clóvis Moura lançou mão da análise marxista, mas ao contrário de outros autores, ele buscou se aprofundar sobre um assunto repleto de subterfúgios, que era a luta dos escravos contra o cativeiro. Moura estabeleceu, através da análise dos quilombos e das numerosas insurreições escravas, uma nova interpretação da formação da sociedade brasileira.

Observou ele que a sociedade brasileira se formou através de uma contradição fundamental, senhores *versus* escravos, e em sendo as demais contradições decorrentes dessa, pautadas por extrema violência, aspecto central do sistema escravista. Clóvis Moura remete ao pensamento marxista quando relaciona o negro como o sujeito histórico da sua própria transformação e quando observa que as relações de produção têm como base o racismo como elemento estrutural e estruturante no Brasil. Portanto, da mesma forma que Marx entendia a classe operária como sujeito da revolução, e esta descoberta foi feita a partir da experiência com os movimentos sociais mais avançados de sua época, Clóvis coloca no negro o sujeito revolucionário e protagonista de sua auto-emancipação dentro de uma práxis histórica negra.

Dessa forma, Clóvis conclui que todos os movimentos que desejam mudança social são movimentos políticos apesar do fato dos seus agentes coletivos não terem total consciência disso. Logo, esse fenômeno se apresenta pelo nível de consciência social de cada um e as propostas subsequentes para a mudança projetada, mas todos se enquadram (com maior ou menor nível de consciência social) na proposta da transformação revolucionária (ou não) da sociedade.
Como já mencionado, a noção de *práxis* é a categoria-chave para pensar uma tradução do marxismo europeu para um, pode-se dizer, marxismo *enegrecido*. É a *práxis* – considerada como ação de rebeldia e resistência ao escravismo – que confere ao negro o papel de sujeito de sua própria história. Para Moura, o exemplo desse fenômeno máximo do negro como sujeito é Palmares que se colocou, simultaneamente, como uma síntese entre república e monarquia: República, pois cada quilombo que integrava Palmares tinha seu representante, e este decidia de forma autônoma, ou seja, conjuntamente com o seu povo, como solucionar problemas incidentes em seu reduto, e monarquia, porque possuíam um rei com toda distinção hierárquica-social, muitas vezes não só social como também religiosa e que em tempos de guerra exercia poderes absolutos. Era dessa forma*um modelo singular de governar o povo.* ler mais

****

Fundo DEOPS/SP:

Ficha Clóvis Moura 1
Ficha Clóvis Moura 2
Livros:
A encruzilhada dos orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro
A imprensa negra
A sociologia posta em questão
As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira
Brasil, raízes do protesto negro
Dialética racial do Brasil negro
Dicionário da escravidão negra no Brasil
História do negro brasileiro
Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha
O preconceito de cor na literatura de cordel: tentativa de análise sociológica
Os quilombos e a rebelião negra
Os quilombos na dinâmica social do Brasil
Quilombos: resistência ao escravismo

Rebeliões da senzala
Sociologia do negro brasileiro
Sociologia política da guerra camponesa de Canudos

Artigos:

As atrocidades da burguesia
Atritos entre a história, o conhecimento e o poder
Cem anos da abolição do escravismo no Brasil
Devoremos a esfinge antes que ela nos decifre
Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo
Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho
Florestan Fernandes e o negro – uma interpretação política
Graciliano Ramos e o Partido Comunista
Lila Ripoll (co-autoria com José Carlos Ruy)
Lima Barreto e a militância literária
Nascimento, paixão e ressureição de “Casa Grande & Senzala”
O racismo como arma ideológica de dominação
O significado político da guerra de Canudos
Organizações negras
Os quilombos e a luta de classes no Brasil
Particularidades do racismo brasileiro
População e miscigenação no Brasil
Reflexão sobre o racismo
Sacco e Vanzetti – um crime que gerou protestos no Brasil
Trajetória da abolição em São Paulo: do quilombismo racial à conciliação

Resenhas:

A escravidão na ótica do escravo
A generosa luta da guerrilha do Araguaia
Uma luz no fim do túnel

Prefácio:

Prefácio do livro A imprensa negra paulista (1915-1963), de Miriam Nicolau Ferrara

Entrevistas:

A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita (com José Carlos Ruy)
Memória – entrevista com Clóvis Moura (1981) – Revista Movimento (UNE)
Sociólogo critica “cinismo étnico” no país (com ANotícia)

Poemas:

Rio Seco
O Rio Parnaíba

Trabalhos sobre Clóvis Moura:

Alessandro Moura de Amorim. MNU representa Zumbi (1970-2005): cultura histórica, movimento negro e ensino de história
Ana Boff de Godoy. Os dilemas da negritude
Augusto Buonicore. O pensamento radical de Clóvis Moura
Célia Regina Tokarski, Domingos Leite Lima Filho, Ivo Pereira de Queiroz, Mariana Prohmann. O sujeito negro e a educação tecnológica: potencialidades a partir de aproximações conceituais de Clovis Moura e Andrew Feenberg
Christian Carlos Rodrigues Ribeiro. Considerações iniciais sobre a produção histórico-sociológica de Clóvis Moura
Danilo Ramos Silva. Clóvis Moura e a sua rebelião (Resenha de Rebeliões da Senzala)
Dennis de Oliveira. Uma análise marxista das relações raciais
Diego Ricardo Pacheco. Clóvis Moura e Florestan Fernandes: O protesto escravo na derrocada do sistema escravista nas obras Rebeliões da senzala e brancos e negros em São Paulo
Diorge Alceno Konrad. Clóvis Moura: 5 anos sem o “pensador quilombola”
Diorge Alceno Konrad. Na senzala a resistência, no quilombo a liberdade: a obra de Clóvis Moura
Encarte especial da Revista Princípios (textos de Augusto Buonicore, Clóvis Moura, Martiniano J. Silva, José Carlos Ruy, Soraya Moura e Edson França)
Érika Mesquita. Clóvis Moura (1925-2003)
Érika Mesquita. Clóvis Moura e a sociologia da práxis
Érika Mesquita. Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira
Fábio Nogueira de Oliveira. Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra
Fábio Nogueira de Oliveira. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura
GT Clóvis Moura. Quem foi Clóvis Moura?
Gustavo Orsolon de Souza. Clóvis Moura e o livro Rebeliões da Senzala: um breve panorama sobre o debate da resistência escrava
Gustavo Orsolon de Souza. “Rebeliões da senzala”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro.
João Baptista Jorge Pereira. O último legado de Clóvis Moura

José Carlos Ruy. Clóvis Moura investigava o passado histórico para melhor compreender as lutas do presente
José Carlos Ruy. Um intelectual marxista engajado e generoso
José Carlos Ruy. Um clássico sobre a luta de classes no Brasil
José Maria Vieira de Andrade. Cidadania e questões raciais na produção intelectual de Clóvis Moura, na segunda metade do século XX
José Maria Vieira de Andrade. Clovis Moura, engajamento, escrita e crítica literária
Karin Sant'Anna Kössling. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)
Márcio Farias. Pensamento social e relações raciais no brasil: convergências e divergências nas obras de Clóvis Moura e Octavio Ianni
Márcio Farias. Classe e raça no pensamento de Clóvis Moura
Mário Maestri. Brasil: A visão germinal de Clóvis Moura
Mário Maestri. Dez anos sem Clóvis Moura
Mário Maestri. Silêncio, Marginalização, Superação e Restauração. O Cativo Negro na Historiografia Brasileira
Talita dos Santos Molina. Clóvis Moura. Vida intelectual e arquivo pessoal (1925-2003)
Walber Monteiro. Clóvis Moura e sua visão sobre o negro na dinâmica da luta de classes no Brasil
Weber Lopes Góes e Renato Pereira Correia. Clóvis Moura: delineamentos gerais para a superação do racismo à brasileira
Vídeos:

Dialética radical do negro brasileiro – debate
O pensamento radical de Clóvis Moura – debate
Vida e obra de Clóvis Moura (parte 1)
Vida e obra de Clóvis Moura (parte 2)
Áudio:

Clóvis Moura: um pensador das raízes da opressão no Brasil (por Soraya Moura)

9.O Satânico Dr. Go:

Golbery e um Projeto de Desenvolvimento e Dependência para o Brasil

http://www.espacoacademico.com.br/070/70assuncao.htm

por VÂNIA NOELI FERREIRA DE ASSUNÇÃO

Resumo: Este artigo aborda aspectos da biografia e do pensamento do general Golbery do Couto e Silva (1927-1911), personagem-chave em eventos da história do País desde os anos 1950. Mostramos como sua atuação prática é coerente com seu pensamento, exposto principalmente em Planejamento estratégico, de 1955, e Geopolítica do Brasil, de 1981. Suas idéias baseiam-se, de um lado, numa concepção instrumental da liberdade (a manutenção de um nível mínimo de liberdade é importante para a ordem) e de negociações com a oposição; e, de outro, numa articulação subordinada com os Estados Unidos para levar o Brasil à condição de grande potência. Segurança e desenvolvimento, ou ordem e progresso, não por coincidência também eram o lema da ditadura militar. Entender o pensamento de Golbery é fundamental para compreender as características e conseqüências desta.

Golbery do Couto e SilvaInterlocutor respeitado por líderes como D. Paulo Arns, Júlio de Mesquita Neto e Ulysses Guimarães. Odiado pela linha-dura e radicalmente anticomunista e antidemocrático. Nacionalista e defensor da industrialização subordinada ao estrangeiro. Pensador autodidata, eclético, de estilo rocambolesco e árido, que não dispensava consultas a pais-de-santo. Em uma palavra: controvertido. Este é o perfil de Golbery do Couto e Silva, homem do poder, mas que preferia os subterrâneos aos holofotes.

Nascido em agosto de 1911, sua participação ativa na história se iniciou em 1952, quando ingressou na ESG, dando início a uma relação estreita e profícua. Em 1954 redigiu o Memorial dos Coronéis, estímulo à demissão do ministro do Trabalho, Jango, e o Manifesto dos Generais, contra o próprio presidente Vargas. Em 1955, foi um dos articuladores da “novembrada”, movimento que visava a impedir a posse do presidente eleito JK e seu vice, Jango, o que o levou à prisão.

Nomeado para o Conselho de Segurança Nacional do governo Jânio Quadros, foi surpreendido pela renúncia do presidente e movimentou-se amplamente pelo impedimento da posse do vice Jango. Foi dele a idéia de oferecer a Goulart a Presidência sob regime parlamentarista, solução de compromisso finalmente aceita. Já na reserva, passou a liderar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

(Ipes), e ligou-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e ao Movimento Anticomunista na intensa conspiração contra o governo.

Com o sucesso do golpe de 1964, foi nomeado por Castelo Branco chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), com status de ministro. Juntamente com Geisel, tinha grande influência sobre o presidente, mas caiu no ostracismo durante o predomínio da linha-dura, que chegou ao poder com Costa e Silva, e foi trabalhar na filial brasileira da multinacional Dow Chemical em 1969.

Retornou ao poder em 1974, na Chefia do Gabinete Civil de Geisel. Na condução da transição transada, cujo ritmo queria aumentar, realizou muitos contatos com membros da Igreja Católica e outras lideranças. Para ele, a “distensão política” deveria ter ocorrido ainda no momento de auge do autoproclamado “milagre brasileiro”, diminuindo as resistências da direita e agradando controladamente à esquerda.

Mesmo com as promessas de distensão, o governo Geisel foi palco de graves violações aos direitos humanos, censura e arbitrariedades. Era, em parte, obra da linha-dura, que resistia a qualquer proposta de abertura e criava artificialmente um clima de conspirações comunistas. Mas o grupo no poder não tinha muita convicção na democracia: em 1977, diante da rejeição do anteprojeto do governo, de reforma do Poder Judiciário, o Congresso foi fechado por 14 dias e baixado o célebre Pacote de Abril, mudando no meio do jogo as regras eleitorais e buscando garantir o controle do processo de auto-reforma.

Golbery aconselhava a “distribuir pauladas à esquerda e à direita”, mas também a demonstrar boa vontade para com ambos, como em 1978, quando ocorreu a revogação do AI-5, o restabelecimento do habeas-corpus para crimes políticos, a anistia aos cassados 10 anos antes. Acreditava que inimigos deveriam ser enfraquecidos e monitorados, nunca aniquilados, para não fortalecer demais um outro lado nem criar mártires. Guiou-se por essa visão ao conduzir a distensão.

Em 1979, foi reconfirmado no Gabinete Civil pelo novo presidente, João Figueiredo. Sua permanência seria curta: em 1981, divergindo da atuação em relação ao recrudescimento do terrorismo de direita, saiu do governo e ingressou na diretoria do Banco Cidade. Até sua morte, em 1987, aos 76 anos, manteve-se afastado da vida pública. Se bem que “pública” não é o melhor termo para definir sua atuação prática e sua ideologia. Estava a serviço da burguesia brasileira, devotado à busca de uma ideologia voltada a responder conservadoramente aos problemas da realidade nacional.

A quase integralidade da sua teoria baseava-se na questão primária do medo advindo da insegurança da vida humana. Preso a uma angústia existencial, não surpreende que o homem que retrava buscasse a todo custo a segurança que o

mundo não lhe oferecia. Assim, explicação hobbesiana, acabou por engendrar uma entidade à qual, em troca de proteção, alienou parte de sua autonomia e de sua liberdade individuais, o Estado.

Para Golbery, nas esferas interna e externa, os intérpretes e paladinos dos interesses nacionais eram os Estados. Este seria um árbitro imparcial, capacitado a decidir com sabedoria salomônica as perigosas divergências que ocorressem no interior do grupo. Também no nível internacional, acreditava, cada um dos Estados criados pelo "raciocínio lógico e escorreito" dos homens busca atingir determinadas aspirações, por vezes contrapostas ou idênticas às de outros povos, o que os leva à luta para fazer valer seus próprios interesses.

Naquela conjuntura de guerra total – a sufocante guerra fria volta e meia se materializava –, os perigos haviam crescido exponencialmente. Falhara a busca de segurança pela criação do Estado e o responsável por isso era o liberalismo, ultrapassado e nocivo, que pregava o Estado abúlico e indefeso. Por isso, para Golbery, tendia a se repetir o escambo liberdade/segurança, agora em condições muito mais perigosas, em face do "antagonismo vital" entre comunismo e capitalismo. Nascia o superleviatã, o organismo político multinacional exigido pelo panorama de guerra total.

Note-se que Golbery buscava transferir a guerra hobbesiana de todos contra todos do âmbito individual para o do Estado – criado justamente para trazer a harmonia. Ao mesmo tempo, apontar essa origem queria transmitir a idéia de que o Estado eliminara os conflitos e diferenças sociais mais graves e representava os interesses de toda uma sociedade – em vez de classes antagônicas, o povo ou, como ele preferia, a nação. O general estava ideologicamente impedido de trabalhar com a idéia de nação dividida, elidindo as divisões sociais em função de uma visão homogeneizante. Por isso o Estado aparecia em seus escritos como um ente abstrato, a-histórico, a quem toda a sociedade serviria.

O nacionalismo também era conceito-base no seu pensamento. Muitas vezes confundida com o Estado, a nação só podia existir em segurança, integrada e em função de aspirações comuns. A segurança nacional estaria garantida quando se barrassem os antagonismos a estes objetivos nacionais. Fortemente influenciado pelo organicismo, Golbery percebia a sociedade como um organismo regido por leis análogas às da natureza, do que decorria que tudo que a fortalecesse era visto como positivo e natural, enquanto perturbações à ordem seriam patológicas. Aperfeiçoar, não transformar, tinha como corolário a radical desconsideração de qualquer forma alternativa de organização social e a abertura para tachar de inimigos internos todos os que abraçassem causas diferenciadas.

Odiava o comunismo materialista, oriental e internacionalista, que se valia traiçoeiramente do nacionalismo das massas para promover os interesses soviéticos. Ao nacionalismo da esquerda ele contrapunha o nacionalismo verdadeiro, maduro, realista e crítico, distanciado da “corruptora histeria demagógica” e cujo campo promissor era a América Latina.

Por outro lado, mesmo repudiando o liberalismo Golbery não defendia o “totalitarismo” de tipo soviético, que teria avançado para além do recomendável na condução da vida de cada indivíduo. A oposição entre liberalismo e “totalitarismo” (ou seja, o comunismo) não se dava, pois, em termos de amplitude da ação estatal, mas de método de controle social.

Para ele, rejeitar o liberalismo não significava abdicar também da essencial liberdade humana, valor inestimável para o Ocidente. No fundamental, contudo, a liberdade não podia ser anulada porque é essencial para a manutenção da ordem e do progresso. Segundo a lei dos rendimentos decrescentes, segurança, liberdade e desenvolvimento mantêm entre si relações estreitas e interdependentes. Os três têm de ser minimamente garantidos, do que depende o equilíbrio do todo e o desenvolvimento de cada um. Por isso o sistema totalitário soviético estaria fadado ao fracasso: o sacrifício da liberdade em nome da segurança, abaixo de certo nível mínimo, tornava-se contraproducente.

Ainda nos anos 50, pondo-se entre o liberalismo inativo e o totalitarismo opressor, propunha como “terceira via” a democracia participativa e o planejamento democrático, instrumentos para transformar o potencial nacional em poder efetivo. Comparava um possível processo de industrialização autônomo à história do Barão de Münchhausen, que teria alçado da areia movediça a si mesmo e ao cavalo que montava puxando-se por um fio de cabelo. A saída: industrialização pelo empuxo externo.

Reputava inevitável o recurso à poupança externa para levar adiante o processo de desenvolvimento nacional num prazo razoável e com maior probabilidade de sucesso. Sua ilusão necessária era empregar capitais externos para tornar o Brasil uma grande potência.

Entendia que o nacionalismo sadio existente em toda a América Latina abolira antigos receios quanto aos Estados Unidos, gerando ressentimentos contrários: o reclamo por ajuda. Entristecia-o opelo fato de os EUA não lerem nas imutáveis massas continentais o destino grandioso do Brasil, que deveriam ajudar a construir. Afinal, o País tinha toda uma série de trunfos, dos quais ressaltava o promontório nordestino, de valor estratégico inestimável para a defesa continental. Além do mais, a soberania brasileira seria ameaçada por ambições colonizadoras, mas pela sua importância geopolítica para o mundo comunista,

que pretenderia daqui armar um ataque fulminante contra os EUA, o que mais nos aproximava deles.

O general reiterava a disposição do País de utilizar essa vantagem em prol dos interesses americanos e da defesa do ocidente contra o imperialismo comunista. Desta forma, a soberania nacional poderia ser objeto de escambo, desde que fosse uma barganha leal: por exemplo, em troca de um subimperialismo regional.

Convocava as nações centrais do mundo capitalista: subtrair os países subdesenvolvidos do âmbito de influência do comunismo insidioso seria oferecer-lhes uma alternativa à estagnação, de um lado, e ao totalitarismo, de outro. Era preciso, dizia, mostrar a vitalidade e a criatividade da democracia na resolução do drama da miséria.

Uma experiência deste tipo só poderia alcançar a devida repercussão se realizada na América Latina – e como a profundidade da intervenção deveria ser proporcional às responsabilidades e compromissos assumidos, no Brasil, representante desta América Latina e dos subdesenvolvidos. Forte, poderoso, estratégico, o País teria importância ímpar para as “imperiosas necessidades de defesa do Ocidente” e poderia se tornar locus de uma sorte de Plano Marshall latino-americano, em cujo espelho as nações subdesenvolvidas de todo o mundo pudessem se mirar e que redundasse em um aumento do desenvolvimento continental.

Não deixa de ser ingênua a pregação pelo controle político do capital e a crença no desenvolvimento subordinado como o caminho para o Brasil-potência. Mas estas foram, grosso modo, as bases sobre as quais se assentou a política econômica da ditadura, não obstante as diferenças específicas com o pensamento de Golbery. As conseqüências desta opção marcaram definitivamente a história brasileira.

Referências bibliográficas:

ASSUNCÃO, Vânia Noeli Ferreira de. O satânico Dr. Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva. (1999) Dissertação (mestrado) apresentada à PUC-SP. Disponível em: < http://www.verinotio.org/dissertacoes_cienciassociais.htm >.

COUTO E SILVA, Golbery. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. O Sacerdote e o Feiticeiro. São Paulo, Cia das Letras, 2003.

MELLO, Leonel I. A. “Golbery revisitado: da democracia tutelada à abertura controlada”. In: MOISÉS; ALBUQUERQUE. Dilemas da consolidação da democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

SCHILLING, Paulo. O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo, Global, 1981.

http://www.espacoacademico.com.br - Copyright © 2001-2007 - Todos os direitos reservados

10. Declínio do Basil-Nação

por Octavio Ianni [*]

Esta é a ironia da história: o Brasil nasce no século XVI como província do colonialismo e ingressa no século XXI como província do globalismo. Depois de uma longa e errática história, através do mercantilismo, colonialismo e imperialismo, ingressa no globalismo como modesto subsistema da economia global. A despeito dos surtos de nacionalismo e das realizações propriamente nacionais, como ocorre principalmente na época do populismo, isto é, do projeto e realizações do capitalismo nacional, ingressa no século XXI como simples província do capitalismo global; revelando-se um caso de dependência perfeita.

Mas vamos por partes. O assunto tem grande importância prática e

teórica. Vale a pena refletir criticamente sobre o que está ocorrendo no Brasil, quando se verifica um novo surto de globalização do capitalismo.

O que caracteriza a encruzilhada em que se encontra o Brasil na transição do século XX ao XXI é *o abandono e o desmonte do projeto nacional* , com as suas implicações político-econômicas e sócio-culturais, e *a implantação de um projeto de capitalismo transnacional* , com as suas implicações político-econômicas e sócio-culturais. Está em curso *a transição de uma nação em província* , com a transformação do aparelho estatal em aparelho administrativo de uma província do capitalismo global. Mais uma vez, verifica-se que o Estado pode transformar-se em aparelho administrativo das classes dominantes; neste caso classes dominantes em escala mundial, para as quais os governantes nacionais se revelam simples funcionários.

A encruzilhada aparece como conjuntura critica, coleção de impasses, eleição de perspectivas. Também aparece como uma conjuntura de inquietações e interrogações, antes do que perspectivas e convicções, no que se refere às condições e aos horizontes dos diferentes setores sociais. Aí, indivíduos e coletividades, classes e grupos sociais, partidos políticos e movimentos sociais, sindicatos e correntes de opinião pública, situam-se, movem-se, desesperam-se ou formulam perspectivas. É como se houvesse uma estranha coincidência: a encruzilhada em que se encontra o Brasil parece ser a mesma em que se encontram outros países, todos inseridos na crise que assinala a transição do século XX ao século XXI. Na verdade, essa é uma ruptura histórica de amplas proporções, práticas e teóricas, na qual se encontram os povos e as nações, em escala mundial; todos metidos em um novo surto de globalização do capitalismo.

É possível demonstrar que *o modelo de capitalismo transnacional* instalou-se por etapas. Nos anos 1964-85 a ditadura militar, consciente ou inconscientemente, destroçou lideranças e organizações políticas comprometidas com o modelo de capitalismo nacional. Nos anos 1985-94 os diversos governos adotaram medidas econômico-financeiras de cunho neoliberal. E desde 1994 o governo empenha-se totalmente na concretização das instituições e diretrizes econômico-financeiras destinadas a completar a instalação do projeto

de capitalismo transnacionalizado, segundo as diretrizes teóricas, práticas e ideológicas do neoliberalismo.

Esta é a questão central, se queremos esclarecer quais são os nexos que constituem a encruzilhada na qual o Brasil se encontra na transição do século XX ao XXI: desmonta-se o projeto de capitalismo nacional e instala-se o projeto de capitalismo transnacional. Esse o significado principal da "Reforma do Estado", compreendendo a criação do "Estado mínimo", isto é, desregulação, privatização, abertura de mercados, favorecimento de fusões e aquisições de empresas nacionais por transnacionais. Muito simbolicamente o BNDES, que se havia criado de forma a servir à política de industrialização substitutiva de importações, nos moldes do projeto de capitalismo nacional, é reorientado de forma a favorecer a transnacionalização, ou seja, ao desmonte do projeto de capitalismo nacional. Simultaneamente, intensifica-se a privatização dos sistemas de ensino e de saúde, ao mesmo tempo em que se redefinem as relações de trabalho e as condições de funcionamento da previdência, de maneira a favorecer a transformação dessas esferas da "questão social" em espaços de aplicação lucrativa do capital privado, no qual predominam as empresas, corporações e conglomerados transnacionais.

Vale a pena examinar alguns aspectos práticos e teóricos do modelo de capitalismo transnacionalizado, também denominado eufemisticamente de "mercado emergente" ou de "industrialização orientada para a exportação". Esse modelo tem sido apresentado em termos de "Reforma do Estado", destinada a reinserir ou inserir mais amplamente o Brasil na economia globalizada.

A reforma do Estado, nos termos em que está sendo realizada, seguindo fielmente as diretrizes do Consenso de Washington, isto é, do neo-liberalismo, implica uma redefinição drástica das relações entre o Estado e a Sociedade, e não apenas com a Economia; mesmo porque ambas se constituem simultânea e reciprocamente com os seus ingredientes políticos e culturais. Este é o processo que se acha em curso: o Estado está sendo dissociado da Sociedade; suas relações estão sendo redefinidas; altera-se e rompe-se o metabolismo que se havia desenvolvido entre a Sociedade e o Estado na vigência do projeto de capitalismo nacional.

Desde que se intensificam e generalizam as implicações institucionais, econômicas, sociais, políticas e culturais da Reforma do Estado, ou seja, do desmonte do projeto de capitalismo nacional, com a crescente abertura da economia à transnacionalização, logo se acentuam processos tais como os seguintes.

Primeiro, dissociação crescente entre as linhas principais de atuação do Estado e as tendências predominantes na Sociedade, reconhecendo-se que esta pode ser vista como um complexo de classes e grupos sociais dominantes e subalternos; lembrando-se que os subalternos são a grande maioria do povo.

Cria-se, desenvolve-se e aprofunda-se uma singular dissociação entre o Estado e a Sociedade. Em outras palavras, as diretrizes econômico-financeiras, políticas e culturais prevalecentes no âmbito do Estado são cada vez mais evidentemente alheias às necessidades econômico-financeiras, políticas e culturais da maior parte da Sociedade civil. O povo, enquanto um conjunto de classes e grupos sociais subalternos, é esquecido pelos dirigentes, já que estes estão empenhados em "modernizar", "racionalizar" ou "dinamizar" as instituições nacionais de forma a intensificar a "inserção" da "emergente" economia na dinâmica do capitalismo mundial. Os governantes, em conformidade com as diretrizes e injunções das estruturas mundiais de poder, isto é, corporações transnacionais, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras, empenham-se em "reformar" o Estado e o conjunto das instituições nacionais, com o objetivo de acentuar a acomodação do "mercado emergente" com o mercado mundial.

Uma das conseqüências mais imediatas, evidentes e generalizadas do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo global é o *crescente enfraquecimento ou mesmo evidente dissolução do tecido social* . Formas de sociabilidade que pareciam estabelecidas, entram em crise, perdem vigência, tornam-se anacrônicas ou mesmo dissolvem-se. Em lugar do partido político, do sindicato, do movimento social e da corrente de opinião pública, coloca-se a mídia como um insólito, mas presente, eficaz e ubíquo "príncipe eletrônico". Muito do que os indivíduos e as coletividades pensam, sentem, imaginam ou

fazem relaciona-se direta e indiretamente com a poderosa e ubíqua indústria cultural desenvolvida em âmbito local, nacional, regional e mundial, indústria essa organizada em poderosas empresas, corporações e conglomerados eletrônicos. Em lugar do espaço público, enquanto lugar privilegiado da política, colocam-se os programas de auditório, os eventos da cultura mundial de massa, as competições, os*shows* , tudo isso crescentemente transnacional.

Em muitos casos, os *shopping centers* expressam, simbolizam e revelam-se sucedâneos de espaços públicos. Nesses casos, os indivíduos e as coletividades são induzidos a comportar-se de tal modo que *o consumismo aparece como uma figuração de cidadania* . São muitas as evidências de que as formas de sociabilidade que se conheciam estão sendo drástica e generalizadamente modificadas. Está em curso a expansão das formas de sociabilidade determinadas pelo mercado, o consumismo, a organização sistêmica das estruturas mundiais de poder, a dinâmica empresarial, a lógica do capital, a razão instrumental.

Segundo, a Sociedade civil transforma-se em uma nebulosa em busca de redefinição, já que os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião pública, mídia e igrejas que articulam a Sociedade civil são desafiados a dialogar com um governo e aparelho estatal comprometidos apenas ou principalmente com matéria econômico-financeira; sem esquecer o monopólio da violência, por suas organizações policiais, militares e de informação, em geral alheias e adversas aos sentimentos e aos interesses das classes e grupos sociais subalternos. Isto significa que a Sociedade civil está desafiada a rearticular-se sob outras e novas formas, criando o recriando instituições, organizações e reivindicações em condições de expressar diferentes possibilidades de entendimento e emancipação.

É óbvio que amplos setores da Sociedade civil, precisamente os subalternos, ou seja, os que não têm acesso às estruturas “nacionais” e transnacionais de poder, esses setores são levados a um verdadeiro choque: desnorteiam-se e desagregam-se. É como se a Sociedade civil em pouco tempo se tornasse acéfala. Em lugar do metabolismo mais ou menos efetivo que se desenvolvia com o projeto nacional, agora instala-se a dissociação, ou desencontro, devido às diretrizes

assumidas pelos governantes, diretrizes essas alheias ou mesmo em contraposição às inquietações e reivindicações da Sociedade civil.

Esse é o clima em que se cria uma situação particularmente problemática para os setores sociais subalternos: precisam reestruturar-se em novos moldes, desenvolver uma nova consciência das suas condições e perspectivas, recriar meios e modos de atuar politicamente; sem saber se ainda lhes restam possibilidades de construir hegemonias alternativas. Desde que o Estado se torna principalmente um aparelho administrativo das classes e grupos, ou blocos de poder, dominantes em escala mundial; desde que as instituições nacionais são reformadas em conformidade com as estruturas mundiais de poder; desde que classes e grupos sociais dominantes já não revelam quaisquer compromissos com a nação, a Sociedade civil, o povo; desde tudo isso, quais poderiam ser as condições de construção de hegemonias alternativas?

Terceiro, dadas as prioridades estabelecidas com as diretrizes neoliberais, ditadas principalmente por FMI, BIRD, OMC e as corporações transnacionais, o Estado transforma-se em um aparelho administrativo alheio à Sociedade, alheio às tendências predominantes no âmbito das classes e grupos sociais que compõem a maioria do povo. Essa é a realidade: o Estado transforma-se em mero aparelho administrativo dos blocos de poder transnacionais. Esse o contexto em que as “elites” governantes aparecem como estranhas e simplesmente administrativas, impondo-se à grande maioria do povo; uma coleção de conquistadores e colonizadores, em geral servidos por intelectuais, cientistas sociais e outros profissionais com todas as características de “brazilianistas nativos”.

Quarto, esta é uma conseqüência mais ou menos evidente: *a economia brasileira transforma-se em mera província do capitalismo mundial* . Todas as principais decisões que se adotam em âmbito governamental, com sérias implicações em âmbito da vida cotidiana de indivíduos e coletividades, são ditadas principalmente pelas exigências da transnacionalização. Subsistem a sociedade nacional e o Estado, a cultura e a língua, a história e as tradições, os santos e os heróis, os monumentos e as ruínas, mas modificados, deslocados, muitas vezes folclorizados ou emblemas de nostalgias. A parte principal do solo do

Estado-nação transnacionaliza-se, torna-se pasto das corporações transnacionais.

Quinto, ainda, este é um fato novo e fundamental, com diversas e profundas implicações nas relações Estado e Sociedade civil: o novo ciclo de globalização do capitalismo solapa as bases econômicas e políticas da soberania e atinge inclusive as suas bases sociais e culturais. A soberania, como instituto jurídico-político nuclear do Estado-nação perde vigência, ou trans-forma-se em uma ficção da retórica política e dos ordenamentos jurídicos, mas sem condições de vigência efetiva na definição de algum projeto nacional, na formulação de diretrizes político-econômicas e sócio-culturais relativas ao nacional; no estabelecimento das condições e possibilidades de tradução das inquietações e reivindicações de setores sociais subalternos em compromissos e diretrizes de governo, das políticas que se adotam no âmbito do poder estatal. É tal a envergadura da transformação qualitativa do Estado-nação, devido às injunções do globalismo, que os governantes já não conseguem mais se apresentar como estadistas; parecem muito mais funcionários dóceis traduzindo para a língua "nativa" o que se dita no idioma das corporações transnacionais e das organizações multilaterais; sendo que alguns parecem figurações de um teatro mundial de títeres.

Diante dessa nova e profunda crise de hegemonia, com suas implicações em diferentes setores da sociedade nacional e comprometendo pela base o Estado-nação, criam-se vários problemas fundamentais, por suas implicações práticas e teóricas.

A sociedade nacional se vê impossibilitada de por em prática qualquer projeto nacional que dependa da vigência efetiva do princípio jurídico-político da soberania nacional. Ao adotar o projeto de capitalismo transnacional, desenvolve-se não só a transnacionalização mas também a alienação de centros decisórios. A despeito da vigência dos aparelhos estatais, dos partidos políticos e sindicatos, bem como da preservação de signos, símbolos e emblemas nacionais, o Estado-nação se torna uma entidade de outro tipo, sem algumas das suas bases econômicas e jurídico-políticas, o que contamina toda a sociedade, ainda que em diferentes gradações; torna-se um aparelho administrativo obrigado a acomodar as condições e exigências da

transnacionalização crescente da economia, compreendendo a ampla "liberação" das forças produtivas, esquecendo as exigências de setores sociais subalternos.

Esta é uma lição importante, quando se trata de entender como se realiza a transição do projeto de capitalismo nacional para o projeto de província do capitalismo global: As "elites" dominantes, compreendendo empresariais, militares, intelectuais e do alto clero revelam-se com escasso ou nulo compromisso com a nação, o povo, a sociedade. Organizam-se e movem-se como "elites" enraizadas no poder político-econômico conferido pelos monopólios, trustes, cartéis, corporações e conglomerados transnacionais; algo que vem do imperialismo e impregna amplamente o globalismo. Em sua maioria, os membros dessas "elites", isto é, classes e grupos sociais dominantes, ou blocos de poder, organizam-se e comportam-se como conquistadores, colonizadores, desfrutadores. Estão inclinados a associar-se com os monopólios, trustes, cartéis, corporações, conglomerados; e inclinados a considerar o país, a sociedade nacional e o povo como território de negócios, pastagem de lucro, ganhos.

Tanto é assim, que definem as fusões e as aquisições de empresas nacionais promovidas pelas transnacionais como "modernização", "inserção no mercado mundial", "entrada no primeiro mundo". Esquecem o agravamento das desigualdades sociais, o desemprego estrutural, a pauperização, a lumpenização. *Esquecem a evidente e acentuada dissolução do tecido social* , a perda de perspectivas por parte de grandes setores do povo.*Parecem utilizar a generalização da violência e do medo como técnicas de criminalização da Sociedade civil* , o que ajuda a manter e fortalecer os aparelhos de repressão e de intimidação generalizada de amplos setores sociais; precisamente dos setores empenhados em construir formas alternativas de hegemonia.

Daí *o difícil e problemático retorno da questão nacional* , o desafio de recriar a Sociedade civil e o Estado, ou levar a Sociedade civil a "educar duramente o Estado". Trata-se de reavaliar ampla e radicalmente as condições sob as quais se realiza a transição do modelo de capitalismo nacional para o de capitalismo transnacionalizado, reconhecendo-se que o "ciclo" de globalização do capitalismo em curso nesta época cria outras, novas e difíceis condições para a organização e dinâmica do

Estado-nação, compreendendo o contraponto nacionalismo e regionalismo, no âmbito do globalismo; compreendendo alianças e ações de setores, grupos e classes subalternos em âmbito transnacional.

Em se tratando de encruzilhada, tendo-se em conta o nacional e o mundial, ou nacionalismo e globalismo, cabe reconhecer que os dilemas com os quais se defronta a sociedade brasileira são semelhantes aos que enfrentam, já enfrentaram ou irão enfrentar outros países. Sob vários aspectos, pode-se afirmar que o que está ocorrendo no Brasil é não só semelhante ao que ocorre em outros, mas exemplar; uma espécie de experimento dos dilemas que se criam com o novo ciclo de globalização do capitalismo em curso na transição do século XX ao XXI; um experimento exemplar de dependência perfeita.

Acontece que os processos e as estruturas político-econômicos mundiais, compreendendo as corporações transnacionais e o FMI, o BIRD e a OMC, entre outras organizações e estruturas de poder, com freqüência atropelam a capacidade decisória de governos e setores sociais nacionais; atropelam soberanias nacionais; criam sérios obstáculos à construção de hegemonias alternativas; satanizam movimentos sociais e correntes de opinião pública com os quais se propõem alternativas destinadas a reduzir e eliminar os efeitos perversos da globalização do capitalismo.

Diante dessa situação, realmente nova e difícil, cabe aos amplos setores sociais nacionais mais prejudicados pela *globalização pelo alto* reconhecer que precisam mobilizar-se também em escala global, desde baixo, compreendendo as classes e os grupos sociais, ou seja, os setores sociais subalternos. Além das reivindicações locais, nacionais e regionais, cabe reconhecer que há reivindicações que são comuns a amplos setores sociais das diferentes sociedades nacionais, da *Sociedade civil mundial* em formação. Nesse novo mapa da história, nesse novo palco de lutas sociais denominado “mundialização”, “transnacionalização”, “globalização”, ou mesmo “planetarização”, abrem-se espaços para um novo e difícil “internacionalismo” ou, mais propriamente, uma globalização desde baixo, na qual estão engajados indivíduos e coletividades, classes sociais e grupos sociais, partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião

pública, expressando outras e novas formas de hegemonia.

Este é o dilema: trata-se de globalizar as organizações, reivindicações e formas de lutas dos setores sociais subalternos. Diante da crescente globalização das organizações e decisões dos setores sociais dominantes, dos blocos de poder político-econômico predominantes em escala mundial, não resta aos setores subalternos senão se organizarem, desenvolvendo novas formas de inteligência do que são as relações, os processos e as estruturas que se criam com a globalização; podendo assim formular outras e novas formas de reivindicação e luta em escala mundial. Todas as reivindicações locais, nacionais e regionais, que continuam fundamentais para indivíduos e coletividades, têm sempre alguma ou muita implicação global. As fábricas, os escritórios, os meios de comunicação, os centros decisórios, tudo o que diz respeito ao globalismo está disperso em diferentes países, continentes, ilhas e arquipélagos dispersos no novo mapa do mundo; disperso, mas altamente organizado, em geral altamente organizado e centralizado em cidades globais. Sendo assim, o adequado conhecimento dos processos e das estruturas que constituem e movem o capitalismo global pode ser um primeiro momento da consciência crítica sobre o que e como fazer para bloquear e eventualmente desmontar o tipo de globalização que sataniza a maior parte da humanidade.

---

[*] Sociólogo e professor emérito da Universidade de São Paulo, professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Autor, entre outras obras, de *A idéia de Brasil moderno* (Brasiliense), *O labirinto latinoamericano* (Vozes), *Teorias da globalização*(Civilização Brasileira) e *Enigmas da modernidade-mundo* (Civilização Brasileira). Texto publicado na revista *Estudos Avançados* , 14(40):51-58, set/dez. 2000.

Este artigo encontra-se em http://resistir.info

Em "Imagens do Estado Novo: 1937-1945", o mais recente documentário de Eduardo Escorel, vemos quase quatro horas de imagens impressionantes, e na maior parte oficiais, criadas como propaganda do regime totalitário de Getúlio Vargas.

11.Resumo PÁGINAS DE HISTÓRIA DO BRASIL: UM ESTUDO DOS LIVROS ESCOLARES DE MANOEL BOMFIM E OLAVO BILAC E AFRÂNIO PEIXOTO

Gisele dos Santos Oliveira Universidade do Estado do Rio de Janeiro giselefloquinho@yahoo.com.br

http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/PAGINAS%20DE%20HISTORIA%20DO%20BRASIL-UM%20ESTUDO%20DOS%20LIVROS.pdf

Este trabalho analisa dois livros de História do Brasil destinado às escolas, sendo um de Manoel Bonfim e Olavo Bilac (Através do Brasil, 1910) e, outro, de Afrânio Peixoto (Minha Terra e minha Gente, 1916). Consideramos esses livros como arquivos, nos termos da proposta metodológica de Foucault que postula que arquivos são todas as sobrevivências material e simbólica constituídas pelas sociedades em determinada época que restaram como existência daquele passado, passível de serem examinadas por pesquisadores em outros presentes. O livro de Manoel Bomfim e Olavo Bilac impresso pela primeira vez em 1910 narra uma aventura vivida por personagens e a ser revivida pelos leitores. O foco de interesse nesse estudo não se incide sobre a aventura, mas a utilidade que os autores prescrevem para o livro. Entre tais prescrições, apontam críticas contundentes à prática do ensino escolar por meio de livros, deixando claro que se filiam a “certa” pedagogia moderna, que propõe encontrar-se na criança algumas peculiaridades que precisam ser desenvolvidas, respeitando o seu tempo e sua maneira de aprender. Ao criticar um dado modelo de ensino que chamam “enciclopedista”, afirmam que a enciclopédia para o aluno é o professor, pois este detém o conhecimento e o método que possibilitaria a aprendizagem infantil. O trabalho de Afrânio Peixoto tem sua primeira publicação em 1916, parecendo ter como perspectiva apresentar algumas figuras revestidas de cunho histórico e heroico na formação do Brasil. O investimento narrativo foi tomar o uso de personagens históricos como exemplo em diferentes épocas da história nacional, pouco importando o regime político em vigor. O autor deixa ver em sua escrita não ser partidário de posição nacionalista extremada, procurando articular o modelo americano de educação à prática pedagógica brasileira, se afastando da tradição francesa utilizada por Manoel Bomfim e Olavo Bilac. Considera a pedagogia americana ponto central para o desenvolvimento intelectual e prático da nação. Em Bomfim e Bilac pertencer ao Brasil passa pela experiência de conhecer o sertão e sua potencialidade, os heróis da aventura são as próprias crianças, personagens e seus leitores. Nesse sentido, ser brasileiro consiste em estar articulado aos interesses de progresso industrial e ao que deveria ser considerado nacional, como é o caso do Rio São Francisco. Em Afrânio, por sua vez, o que adquire relevo é a dimensão continental, pois a preocupação se desloca do Brasil para a América. Para ele, os povos americanos, em suas diferenças, precisavam conhecer a experiência americana, sobretudo a norte-americana, exemplo de desenvolvimento, civilização e de educação. Afinal, que história pátria ensinar? Nesse arquivo plural o que aparece são narrativas concorrentes, uma apontando

para o próprio do Brasil e outra apontando para aquilo em que o Brasil poderia se tornar.

Palavras chave: Modernidade, Historiografia da Educação, Livro Didático

Introdução Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado em História da Educação no Brasil, está sendo desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Seu recorte temporal se encontra entre 1896 e 1920, porem em virtude da tentativa de entender certos movimentos referentes à História da Educação Brasileira poderemos proceder a deslocamentos que possibilitem alargar esta demarcação temporal, tanto para anos anteriores quanto para períodos posteriores aos informados acima, tendo em vista que discussão acerca da produção de livros no Brasil não se encontra datada dentro do limite temporal estabelecido por esta pesquisa. Nosso foco de interesse são os livros de leitura produzidos para a educação infantil por Manoel Bomfim1 e Olavo Bilac2 (Através do Brasil, 1910) e Afrânio Peixoto3 (Minha Terra e Minha Gente, 1916). Estes materiais impressos representam para nós arquivos, segundo a proposta metodológica de Foucault, que entende arquivo como toda sobrevivência material e simbólica de tempos pretéritos, carregados de informações que nos fazem apesar da distancia entre o passado e o presente, compreender a discursos através de práticas de investigações históricas que nos permitem entender e encaminhar os interesses diversos, porem conviventes, existentes em todas as sociedades, possíveis de serem analisados em outros presentes. Aproximar-nos-emos do trabalho de Lajolo e Zilberman4 , em que tratam da produção de livros didáticos no Brasil, algo possível somente após a chegada da corte em 1808, já que até então era vetado à colônia produzir qualquer tipo de material impresso, bem como a circulação de outras obras consideradas perniciosas a segurança e controle exercidos pela metrópole portuguesa nas terras de alem mar situadas na América, fosse esses escritos provenientes de Portugal ou fora de suas fronteiras. Utilizar-nos-emos de alguns memorialistas e suas participações em disputas pela produção de livros didáticos e por seus métodos de aprendizagem de leitura e escrita comentados pelas autoras que, muito nos elucidaram sobre a temática que aqui tratamos. Lajolo e Zilberman, também discutem os aspectos econômicos presentes em sociedades capitalistas, entendendo-os como o principal foco de interesse das elites letradas em criar gráficas e matérias impressos para obter grandes lucros no mercado destinado a materiais escolares. Porém não desacreditando dessa possibilidade, preferimos pensar na existência da experiência e a insatisfação dos autores de livros com o lugar que ocuparam, enquanto alunos e, naquele momento com o lugar que ocupavam no interior da instrução pública expressa por eles de forma negativa. Lajolo e Zilberman apresentam as produções didáticas trazidas do reino como sendo colocadas em posição superior às produzidas no Brasil, bem como os seus escritores com seus métodos e certezas de que eram capazes de alfabetizar rapidamente e com sucesso as crianças do Brasil, algo que posteriormente não era verificado pelos relatórios referentes ao ensino na época. Essa nossa observação não significa que discordamos que a produção e comercio de material impresso escolar, não tenha sido um grande alvo de um mercado em expansão, formado após a autorização de estabelecimento de matérias gráficos no tempo histórico por nós recortado. Mas apontar para outros interesses que emergiam a partir da nova configuração que a modernidade

didática impressa produzia no interior das relações sociais. Já que formar público leitor era também contribuir para o desenvolvimento de mercados consumidores ávidos por leitura a nova modalidade cultural nas diferentes províncias. Mas também possibilitava destaque e reconhecimento qualitativo para os intelectuais nacionais, ou seja, status social. Manoel Bomfim e Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, bem como outros autores participaram ativamente desse ambiente da “Belle Époque” do Distrito Federal, como discute Mallmann em sua dissertação defendida em 20115 , participam, cada um a sua maneira da transformação do ambiente cultural pela via escolar na capital da República, o instrumento de transformação utilizado é a escrita de livros, o trabalho como professores, a proximidade do governo, principalmente quando ocupam cargo de Diretor da Instrução Pública e tem a possibilidade de materializar suas ideias referentes aos métodos de aprendizagem a serem utilizados pelos professores na tarefa de alfabetizar o maior número possível de crianças, um trabalho difícil agravado pelo longo período de parcos investimentos na instrução pública da época. Faremos, então, um estudo comparativo entre as diferentes preocupações dos autores dos dois livros destinado à infância escolar (Através do Brasil 1910) e (Minha terá Terra e Minha Gente 1916), e sua importância para a introdução do Brasil no campo das nações civilizadas, mesmo que esta nação ainda fosse vista com preconceito de inferioridade pelos intelectuais europeus, e muitas vezes brasileiros. Bomfim e Bilac 4 se preocupam não em contar uma História do Brasil, mas em fazer que os estud

se preocupam não em contar uma História do Brasil, mas em fazer que os estudantes através de uma estória de aventura se identifiquem como brasileiros a parir do sertão que não se destaca da cidade, mas juntos formam uma única nação. Afrânio Peixoto, também nacionalista prefere perceber o Brasil como participante da América, portanto possuidor de algumas singularidades com seus vizinhos, mesmo com os americanos do norte, pois estes funcionam como um exemplo a ser seguido. O livro de Peixoto é um livro de narrativa histórica e heroica que, diferente dos dois primeiros autores, este busca a origem histórica de um Brasil que possa ser glorioso. Manoel Bomfim e Olavo Bilac: a reedição do livro de leitura para crianças Trabalhamos neste artigo com a produção de Manoel Bomfim e Olavo Bilac que foi reeditada e, organizado pela professora Marisa Lajolo, professora titular de teoria e literatura da Unicamp, contou com o apoio do CNPq e da FAPESP junto ao projeto intitulado Memória da Leitura. Ao final do livro encontramos a descrição de como foi possibilitado a confecção da obra no século passado. Esta obra foi composta pelo estúdio O.L.M. em Agaramond, teve seus filmes gerados no bureau 34 e foi impressa pela geográfica em off-set sobre papel pólen soft da Companhia Suzano para a editora Schwarcz em abril de 2000. Este relato nos remete a dificuldade encontrada na atualidade de reproduzir um trabalho do início do século passado que precisa ser preservado em sua primeira materialidade, como documento referente a História da Educação Brasileira. Essas praticas deixam a ver uma rede de pertencimentos, de esforços e a dedicação de alguns intelectuais ao criar uma memória para o Brasil como um país de leitores, mesmo que em pequena escala e esses estiveram preocupados, em ver transformada a realidade de um povo que durante pelo menos 300 anos ficou a margem de políticas publicas de educação, e que em praticamente cem anos esteve

buscando instruir com a leitura e a escrita um quantitativo maior de pessoas que se reconhecesse como alfabetizadas.

Ao final do livro temos uma bibliografia atualizada, até a época da reimpressão do trabalho de Bilac e Bomfim que pode nos levar a ver parte dos trabalhos que foram feitos sobre os autores e sua articulação ao campo educacional. O livro faz parte de uma Coleção intitulada Retratos do Brasil, sendo a décima sétima e última reimpressa até aquele presente. Fizeram parte do conselho editorial Antonio Candido, João Moreira Sales, Lilia Moritz Schuarcz e Maria Emília Bender. Na folha de rosto, no alto da página vem impresso o nome dos autores Olavo Bilac e Manoel Bomfim, ordenação dos escritores diferente da escolhida por nós, que temos sempre nos referido a Bomfim como primeiro autor, seguido por Bilac. Logo abaixo aparece em letras pequenas a destinação do trabalho "Prática da Língua Portuguesa", em itálico em letras maiores o nome do livro Através do Brasil, logo abaixo vem escrito: narrativa. Percebemos com isso o campo disciplinar ao qual a reimpressão do livro está articulada. O que nos deixa ver que um mesmo trabalho pode ser visto e revisto por diferentes leituras servindo a diferentes campos do saber, algo que provavelmente foi impensado por seus autores à época de sua publicação. Isso, como dissemos em nosso trabalho anterior, apresentado no VI CBHE, o torna um Documento Monumento, e um indicativo da importância que lhe tem sido conferida pela atualidade, no sentido de preservação de sua Memória e de sua História dentro dos limites de uma disciplina.·. Na parte destinada a catalogação da obra encontramos descrito o projeto gráfico da capa do livro e, em tom verde esfumaçado temos a imagem da Cachoeira de Paulo Afonso, óleo sobre tela de E.F. Schute, 1850, Pernambuco. Essa ilustração difere bastante da que foi utilizada na 2ª e 4ª edição, que tinha na capa ilustrado uma imagem do espaço urbano em que pessoas se encontravam6 . São oitenta e dois capítulos de aventura, compostos de três a quatro páginas; Antes temos a introdução, a cronologia de Olavo Bilac e a cronologia de Manoel Bomfim. Compondo parte da estória temos algumas páginas dedicadas a Advertência e explicação. Finalizando há o vocabulário e a bibliografia dos dois autores, totalizando quatrocentas e vinte e quatro páginas impressas somadas a estas, temos também as duas orelhas do livro que trazem alguns dados sobre a obra e a organizadora. Afrânio Peixoto: Minha Terra e Minha Gente 6 O livro traz à capa no alto o nome do autor destacados po

O livro traz à capa no alto o nome do autor destacados por dois traços sublinhados, as palavras que compõe o título do livro tem as primeiras letras em maiúsculas. Logo abaixo existe um mapa da América, tendo nomeadas as nações que fazem parte do continente americano do sul, onde ocorreram as diferentes colonizações Ibéricas, dando destaque ao mapa do Brasil que se encontra pintado, se constituído, enquanto representação da Bandeira Nacional Brasileira, à direita abaixo do Brasil simbólico está escrito "Esta é a ditosa pátria minha amada", depois desta frase, em letras maiores, vem o nome Camões. Essa escolha deixa clara a sua filiação a origem portuguesa da pátria e a sua formação literária. Autor e livro estão ligados a Livraria Francisco Alves – Rio de Janeiro – S. Paulo – Belo Horizonte, o nome das cidades aparecem em letras menores. Existe também a identificação de outras duas livrarias: Ailaud e Bertrand, ao final a localização dessas ultimas aparecem citadas as cidades de Paris – Lisboa – 1916 (ano de publicação). Após a capa, vem a informação Typ.

Aillaud, Alves &C.ª – Lisboa. Na segunda página vem novamente o nome do autor e obra, como referido anteriormente, logo após o do título do livro uma nova frase: “Eu desta Gloria só fico contente que minha terra amei e a minha gente”. Abaixo desta vem o nome – Ferreira. Antecipando o que pretende com esse trabalho Afrânio Peixoto deixa um destaque, que poderíamos chamar de introdução, mas de tão curto nos causa dúvidas: Os brasileiros oscilam, ordinariamente, entre um desenganado pessimismo e um otimismo ridículo... ...Pareceu, pois ao autor, a novidade útil, escrever para as crianças de sua terra um livro sincero, sem reservas nem veemências, no qual procurasse sobre os problemas essenciais da nossa nacionalidade dizer-lhes verdades necessárias. A educação cívica há de ser feita com o conhecimento da causa, as razões do patriotismo, buscadas nas origens e nas tradições, continuadas na história da formação nacional... O índice apresenta três capítulos: o primeiro As Origens, assim como todos os outros três capítulos se subdivide em cinco pontos, que possuem entre dez e quinze páginas impressas. O segundo capitulo: A Formação Nacional; o terceiro capitulo: Da emancipação política para a economia. O livro chega ao final com duzentas e trinta páginas impressas.⋯

Manoel Bomfim e Olavo Bilac, Afrânio Peixoto: estória e história para a formação de crianças leitoras na Capital da República Ao nos aproximarmos de Lajolo e Zilberman vimos responder a pergunta que muito nos intrigava a respeito da forma como foi escrito (Através do Brasil 1910), em que os autores alem de trazerem a proposta de um livro de leitura para crianças tinham também a preocupação de instruir os mestres para essa tarefa. Muitas respostas fizeram parte de nossas possibilidades, mas sempre ficava alguma lacuna. Até que ao estudar, os depoimentos escritos, produzidos por alguns escritores brasileiros no final do século XIX e princípio do século XX e reescritos pelas autoras no século passado, levou-nos a perceber semelhanças entre esses intelectuais e os três que ora trabalhamos. Arriscamos dizer que eles foram os primeiros alunos das escolas instaladas nos momentos políticos da colônia que envolve a chagada da família real portuguesa ao Brasil e posteriormente nos governos dos dois impérios. Esses autores tecem críticas ácidas a esses lugares de instrução e alguns objetos da cultura material escolar que fizeram parte de suas experiências históricas, como, a presença, sempre ameaçadora da palmatória. Também se referem da língua portuguesa às leituras difíceis de serem compreendidas em virtude de a gramática ser a mesma que era praticada em Portugal, que pouco tinha a ver com o português utilizado no Brasil. A partir disso, traçam comparações entre o prazer da leitura encontrado em algumas obras e o enfado causado pela leitura dos clássicos, entendidos pelas autoridades escolares como necessário ao bom aprender da leitura, porem estes livros eram repugnados pela maioria dos alunos. Os estudantes apesar dessas experiências negativas aprendiam a ler, e exerciam essa prática, através de livros proibidos que liam dentro dos muros da escola ou fora dela, de forma clandestina, que segundo os mesmos foram importantes para sua formação de gosto pela leitura e por aquele mundo de aventura distante dos deles. A partir desses relatos entendemos que esses alunos quando adultos foram tomados pelo desejo de reformar a escola, a leitura e os materiais didáticos envolvidos com a atividade de ensinar a aprender a ler e escrever. Vejamos o que nos trás Graciliano Ramos: Foi por esse tempo que me infligiram Camões no manuscrito. Sim senhor: Camões em medonhos caracteres borrados – e manuscritos. Aos sete

anos no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. (LAJOLO. ZILBERMAN. 1999, p. 204) 7 A presença de Camões e dos clássicos portugueses marca a aprendizagem dos escritores, que relembram ora positiva, ora negativamente a influência sofrida. Assim, as restrições que escritores portugueses inspiravam a alguns autores brasileiros em virtude de suas manobras pela conquista da gorda fatia do ralo mercado disponível para o livro didático, somam-se as carrancudas e não poucas vezes literalmente dolorosas lembranças dos primeiros contatos com as armas e os barões assinalados... Mas talvez a literatura portuguesa pagasse as contas de uma monotonia que não era dela e sim da escola brasileira do século XIX... sua maciça presença na sala de aula como que ocupa (Indevidamente?) o lugar que os primeiros historiadores de nossa literatura tinham sonhado reservar para as letras nacionais. (LAJOLO. ZILBERMAN. 1999, p. 206) Com relação à citação acima podemos dizer com certeza que os autores Bomfim e Bilac, e Peixoto têm reconhecimento positivo sobre a aprendizagem que receberam na escola, através dos estudos de formação de leitores a partir da leitura de Camões e outros Clássicos da literatura portuguesa. Bomfim deixa isso bem claro em A América Latina Males de Origem (1903): O progresso geral continua; agora, é a ciência, a filosofia, o estudo direto da natureza, e, enquanto outros povos mantêm participando do progresso científico e artístico do século, a península declina. No correr do século XVII e do XVIII, a Ibéria que havia dado ao mundo Cervantes, Camões, Murílo, Lopes de Veja, Ribera... desaparece... degenera; não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundam a cultura moderna e dominam a natureza, ou aqueles que refazem a filosofia racionalista, que iluminara as gentes na conquista da justiça e da liberdade... (BOMFIM, 2005, p. 61) E em Peixoto sua filiação aos literários portugueses fica clara nas epígrafes que introduzem seu livro, Minha terra e Minha Gente (1916), uma frase retirada de Camões “Esta é a ditosa pátria minha amada” e outra de Ferreira “Eu desta Gloria só fico

contente que minha terra amei e a minha gente”. É perceptível também em sua escrita sua filiação histórica a história como mestra da vida e o que espera que seu trabalho venha acrescentar na educação dos pequenos brasileiros: O que nos cumpre hoje é preparar, hoje, o Brasil de amanhã. Educar o brasileiro de agora para lhe dar uma consciência de si e, portanto, dar a todos uma consciência nacional. Mostrar-lhes suas origens de espírito e civilização para que as preze as saiba honrar; as suas origens mesológicas e etnográficas para que saiba conhecer e aperfeiçoar. Contar-lhe a sua história, ou a moralidade da sua história, para que do passado algum bem possa colher e aplicar, com proveito no presente e prevenção no futuro. Modelar-lhes a ênfase, desiludir-lhes as utopias, corrigirem os desdém das realidades práticas, para que não sejam discursadores vãos, poetas e escrivinhadores visionários, parasitas das classes improdutivas que vivem do orçamento e tornam difícil a vida dos que trabalham. (PEIXOTO, 1916, p. 228-229) Em Bomfim e Bilac o foco de interesse se coloca em contar uma estória de aventura que crie nas crianças o desejo da leitura, de viver cada momento, com os personagens, como se fizessem parte daquela história, aprendendo assim uma “história” do Brasil sob os passos do livro de leitura e, do auxilio do professor, pelas diretrizes que traça para o livro com certeza não era um trabalho de literatura, porque tinha objetivos bastante

definidos e de acordo com a autoridade pedagógica 8 da escola e do professor: ...Quando a pedagogia recomenda que as classes primárias elementares não tenham outro livro além do de leitura, não quer dizer com isso que nesse livro único se incluam todas as noções e conhecimentos que a criança deve adquirir. (BOMFIM. BILAC. 2000, p. 44) ...Alem de servir de oportunidade para que o professor possa realizar suas lições, o livro de leitura deve conter em si mesmo uma grande lição... Estamos certos de que a criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira. (BOMFIM. BILAC. 2000, p. 46)

Com a instalação do regime republicano os intelectuais envolvidos com as propostas de instrução e de criação de material didático pensam estar diante de um grande momento histórico capaz de em curto prazo resolver a situação critica da educação no Distrito Federal e também no país como um todo. “O novo regime adota medidas educacionais auspiciosas, criando em 1890 a Secretaria de Estado dos negócios da Instrução pública”, (Lajolo. Zilberman, 1999, p. 154), porem essa medida pouco auxilia na veiculação dos projetos educacionais da intelectualidade que agia nas escolas como professores de crianças ou como professores de professores. A rede de docentes, não só no Rio de Janeiro estava insatisfeita com o mal desenvolvimento de seu trabalho. Eles acreditavam plenamente que o desenvolvimento da leitura e escrita era o “carro chefe” na atividade de ensino e aprendizagem, mas esta estaria prejudicada, pela falta de investimentos esperados, o que fazia com que se continuasse em uso as antigas cartilhas e materiais didáticos desatualizados, geralmente vindos de Portugal que aquele momento era o maior concorrente na produção e veiculação de livros destinados a escola no Brasil. O discurso nacionalista se pautou na maioria das vezes nas representações de diferenças nem sempre tão claras com relação ao uso de livros de leitura que viessem a instruir as crianças, de forma que realmente suprisse a carência da aprendizagem almejada, já que esta se fazia mais pela falta de material didático para todos do que de alguma deformidade séria quanto ao material usado. Caricatura e Educação na modernidade do Rio de Janeiro Depois de apresentar os dois livros em sua forma e discursos de seus autores para o uso adequado do material que produziam, nos cabe proceder a leitura dos aspectos nacionalistas presentes nos dois trabalhos, o primeiro, (Através do Brasil 1910) situa os limites de um programa de educação para o conhecimento do nacional, enquanto algo particular que, toca toda nação em seus vasto território. E o segundo (Minha Terra e Minha Gente 1916), se propõe alargar essa nacionalidade para as diferentes nações que compõe o Continente Americano, já iniciando tal tarefa quando apresenta na capa do livro um mapa da América Ibérica. Nenhuma menção a cidade do

Rio de Janeiro, ou a Distrito federal como lugar de produção cultural característico de sua modernidade em particular, já que buscam criar e conservar para o Brasil a sua unidade. Os Impressos produzidos são modelos de pedagogias modernas, buscam ser material de formação social e cultural da infância. Em Bomfim e Bilac, a estória da aventura se concentra no sertão e não na vivencia cotidiana das crianças no ambiente citadino. E em Peixoto se dá a construção histórica e heroica da nação Brasil partindo de uma origem e indo ao encontro do progresso econômico liberal. E neste caso tanto Bomfim e Bilac, como Peixoto parecem usar de estratégias parecidas para se protegerem dos

discursos e das críticas que nascem na rua, nos becos, nos cafés da sociabilidade carioca. Qual o perigo existente no Rio de Janeiro que os levava a buscar em outras histórias as diferentes maneiras de instruir as crianças da modernidade da capital da República? Que lugar ocupava a modernidade carioca na produção do conhecimento sobre a sociedade? Esses impressos não importando muito quem eram seus autores criavam opinião e podiam entre a comunidade letrada criar verdades contrárias ao discurso de ordem buscado pelo Estado ao mesmo tempo no plano econômico concorriam ainda mais com os outros materiais colocados a venda no mercado editorial. Ao ler o trabalho de Veloso (1996), pude enriquecer o questionamento sobre a vontade instrução dos autores de livros referente ao público infantil e a formação de professores e as dificuldades para lidar com o novo alunado moderno e com os impressos caricaturistas daquela época que sempre apareciam como um incomodo. Os intelectuais da modernidade carioca estavam, em sua maioria, envolvidos com produção artísticas e literárias que criticavam a República. Seus lugares de sociabilidade eram os cafés, a rua espaço aberto em que criavam e recriavam a imagem da cidade, da ciência das autoridades de forma divertida e caricatural. Ocupavam um lugar de reconhecimento cultural marginalizado, embora suas críticas pudessem ser vistas e refletidas pela população que acompanhava a impressa da época. “É patente nesses autores a ideia de pensar a cidade e, por extensão, o próprio país através de suas ruas”. Essas se apresentam como espaço pleno de significado, gerador de formas culturais inéditas, revelando uma população que se mantinha desconhecida aos olhos da república modernizadora. O Submundo, a marginalidade, a boemia e as ruas constituem espaços expressivos para se

pensar a modernidade brasileira, notadamente a do Rio, onde a exclusão social seria vivenciada de forma mais aguda. (VELLOSO,1996, 29) Os intelectuais ligados a instrução pública, partidários da pedagogia moderna buscam exatamente a saída desse cenário desregrado para um lugar de normas, de apresentação da representação de uma sociedade civilizada. O livro escolar vem contar outra história que não está nas ruas, mais partem dos laboratórios científicos, em que criações e pensamentos construídos nos séculos XVII e XVIII, são relidos reelaborados para compor o progresso anunciado no século XIX. Nesse sentido tanto Bomfim e Bilac, como também Peixoto se aproximam da máquina governamental para por em prática seus projetos de instrução pública que só podem se tornar reais se financiados pelos governos que se sentem também incomodados com a instrução e aprendizagem que partem dessa intelectualidade de rua, lugar de desordem que precisa ser reformado. Não por acaso é no momento da reforma da cidade que os intelectuais médicos, se aproximam do campo da educação aparecem como grandes colaboradores do estado nessa tarefa de higienizar a cidade. A caricatura criada para esse momento é bastante elucidativa da guerra aberta nos discursos intelectuais. As obras públicas de remodelação e saneamento do Rio de Janeiro são acompanhadas com desconfiança, ironia e tiradas de humor. Na época, são inúmeras as caricaturas em que se criticam as medidas de higiene decretadas por Oswaldo Cruz. Ironizando o caráter autoritário da medida que determinava a vacinação obrigatória, Kalixto veste Oswaldo Cruz com roupagem absolutista de Luis XIV. Substituindo o cetro real pela vassoura e a espada pela seringa, o caricaturista põe na boca do personagem a seguinte fala “Le Tas c’est moi!” (O

Malho, 19-3-1904) Era preciso que medidas de segurança fossem tomadas para reverter esse gosto pela caricatura da vida nacional, principalmente quando se trata de ridicularizar a ciência em sua vertente mais importante a época para o aquele país: a questão da higiene e do controle de doenças graves que muito vitimizavam sociedade. Parece sugestivo que os envolvidos com as questões de produção didáticas para a escola e para a infância foram homens que pertenciam as ciências médicas ou tiveram vinculo próximo com ela, como é o caso de Manoel Bomfim e Afrânio Peixoto, que eram médicos e Olavo Bilac que era filho de médico, cursou algum tempo Medicina,

desistindo desta, forma-se em Direito e investe na produção de impressos escolares, na literatura e na imprensa popular, através de atividades jornalísticas da época, atuando também na política da Instrução Pública o que certamente favoreceu a nossos autores a publicação e uso de seus livros impressos, nas escolas do Distrito Federal. Considerações Este trabalho apresentou uma pequena reflexão sobre a confecção e impressão de livros didáticos no Brasil a partir da leitura de dois trabalhos destinados a educação escolar da infância no distrito federal entre os anos de 1910 e 1916, embora nosso recorte temporal seja desde 1896 até 1920. Isso se deu porque os autores envolvidos Manoel Bomfim e Olavo Bilac, bem como Afrânio Peixoto tiveram participação no ambiente letrado vinculado a Instrução Pública no Distrito Federal dentro desse limite temporal por nós recortado. Importância deste material para a História da Educação no Brasil e em particular no Rio de Janeiro, demonstrar sua inserção no campo da produção de cultura Material escolar, tendo o livro didático como um importante arquivo dos interesses particulares e de Estado para a confecção desse material que todos nós conhecemos, durante longos anos de escolarização e que sabemos não tem sido sempre o mesmo. Para nossa formação seu destaque se dá na medida em que nos permitiu uma aproximação mais detida, ainda que apresente falhas, do que seja um livro em sua formatação diagramação e interesses envolvidos através dos discursos que carregam. Foi bastante útil perceber como dois livros, aparentemente tão distante tiveram pontos de encontro e sucesso muito próximos em virtude da complementação que um pareceu fornecer ao outro. Através de suas filiações que sem o estudo e a pesquisa não seria possível perceber. Esses investimentos nos faz muito crescer e desejar que venham as novas etapas da vida e da pesquisa e da aprendizagem objeto sempre almejado em direção do desconhecido que esses arquivos podem nos possibilitar enxergar. Algumas questões continuaram em suspenso por falta de tempo e espaço para fomentar a discussão. Não foi discutido como previsto a questão da importância da filiação de Afrânio Peixoto a America do Norte, em particular os Estados Unidos, que pareceu fazer parte de seu texto. Isso parece a primeira vista um ponto fraco do trabalho, mas olhando com outros olhos, é possível que possamos em outro momento apresentar alguma reflexão que preencha esse vazio deixado neste artigo.

Referencias AGUIAR, Ronaldo Conde. O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema do ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. FOUCAULT.

Michel. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. LAJOLO, Marisa. (org) Através do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. _____. ZILBERMAN, Regina. Livros didáticos, escolas, leituras. In: A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1999. MALLMANN, Marcela Cockell. Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado na Belle Époque tropical (1898-1914). 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011. VELLOSO, Monica Pimenta. Modernismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

12.A realidade política brasileira

O Brasil foi constituído a partir de uma fraca noção de identidade pública e sob a batuta de interesses privados muito fortes. É um estado forte demais para conceder favores e fraco demais para estabelecer os limites entre o público e o privado.

Forum de Interesse Publico — publicado 01/06/2011 10h11, última modificação 01/06/2011 11h10

http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-realidade-politica-brasileira

Por Leonardo Avritzer

O Centro de Referencia do Interesse Público (CRIP) reúne um conjunto de professores da Universidade Federal de Minas Gerais das áreas de ciência política, filosofia e história que partilham um diagnóstico sobre a realidade política brasileira. Na nossa opinião, o Brasil foi constituído a partir de uma fraca noção de identidade pública e sob a batuta de interesses privados muito fortes. O nosso estado é um estado forte demais para conceder favores e fraco demais para estabelecer com clareza os limites entre o público e o privado, especialmente para os poderosos. Fenômenos como o que assistimos na semana passada, de um ministro da Casa Civil afirmar que fez aquilo que todos fazem, isso é, negociou informações e acesso privilegiado ao estado com grandes grupos econômicos, são parte do dia a dia da política brasileira. É verdade que a opinião pública se indigna com razão a cada um destes episódios, mas a verdade é que a sua raiz reside em aspectos quase estruturais da cultura

brasileira. Uma incapacidade de construir uma noção forte daquilo que é público na política.

O CRIP pretende tratar acadêmica e politicamente dos fenômenos da corrupção e da organização da Justiça no Brasil. No que diz respeito à corrupção, temos aplicado anualmente, desde 2008, pesquisas de opinião sobre o problema, tentando produzir medidas de longo prazo e comparativas sobre o fenômeno, algo que inexiste hoje no país. Ao longo destas pesquisas, três resultados importantes foram revelados: o primeiro deles é que a população brasileira na sua esmagadora maioria (73%) acha a corrupção um fenômeno grave ou muito grave; o segundo é que a população não acredita que a corrupção aumentou durante os últimos anos – que ocorreu foi que ela passou a ser mais investigada, especialmente pelas operações da Polícia Federal; e em terceiro lugar, a população identifica corretamente que a instituição que mais abriga a corrupção é o Poder Legislativo, com os Legislativos municipais capitaneando o processo.

Vale a pena comentar alguns destes resultados. De fato, a população brasileira aumentou a sua atenção e a sua rejeição à questão da corrupção nos últimos anos. No entanto, têm faltado à população os meios para melhorar a qualidade do sistema político brasileiro. Estes podem vir ou através de iniciativas da sociedade civil ou através de mudanças na legislação e aprimoramentos institucionais que impliquem em melhorias no controle da corrupção. Dentre as diferentes iniciativas que são possíveis, uma se destaca devido à sua origem na sociedade civil: a proposta da lei da ficha limpa. É sabido que o Brasil tem uma das concepções mais estapafúrdias do mundo acerca da presunção da inocência pela via do assim chamado “transitado e julgado”. Até recentemente, a condenação de um político em três instâncias do Poder Judiciário não tinha absolutamente nenhuma conseqüência em relação às suas ações, ou seja, ele continuava livre e podia ser candidato. A Justiça não produzia praticamente nenhum efeito em relação às ações dos políticos, especialmente em relação àqueles que se habilitam ao foro especial. A ficha limpa veio com a intenção de modificar este estado de coisas. Ela propôs a impossibilidade de concorrer a um mandato depois de uma primeira condenação em segunda instância.

A importância desta lei não pode ser subestimada quando cruzamos com a percepção da população sobre a corrupção. A percepção da população, corretamente, é que a corrupção tem maior incidência no Poder Legislativo. Os problemas tratados pela ficha limpa restringem as candidaturas principalmente a este Poder. Esse pode ser um bom início para uma agenda que interessa aos membros do Centro do Interesse Publico e que estaremos discutindo neste Fórum que é: quais modificações podem fazer com o sistema político brasileiro se torne menos corrupto? Sabemos que algumas mudanças podem ajudar como é o caso da mudança nas regras de financiamento de campanha. Mas não temos ilusões. É preciso mudar a maneira como o Judiciário brasileiro funciona para que a corrupção no país diminua. Esse é o segundo tema que pretendemos tratar neste fórum.

A questão do papel do Judiciário na sociedade brasileira é bastante complexa. Até 1988, era o mais fraco dos três Poderes e o que menos se afirmava frente ao Executivo. Depois de 1988, o judiciário recuperou fortemente suas prerrogativas, ao mesmo tempo que o Congresso Nacional continuou a perder as suas. Hoje há um forte processo de judicialização no país firmemente calcado no artigo 102 da Constituição e sua regulamentação posterior, que ampliou fortemente os atores que podem arguir a inconstitucionalidade, incluindo desde a OAB, aos partidos e associações de classe. Assim, ocorreu um forte aumentou do conjunto de questões que chegam ao STF para o exercício do controle concentrado de constitucionalidade. Ao mesmo tempo, a Constituição não alterou fortemente a estrutura de privilégios e recursos que, como sabemos, entrava o Judiciário brasileiro. Pelo contrário, o uso recorrente do Judiciário por certo atores, especialmente pelo próprio Estado e grandes atores econômicos torna a Justiça brasileira muito lenta e permite a impunidade, que é hoje uma das grandes preocupações da sociedade brasileira. Sabemos que em janeiro de 2011 o estoque de ações no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo alcançava a marca de 18 milhões de processos, entre os quais 10 milhões ligados à execuções fiscais municipais, uma grande parte delas de baixo valor. A incapacidade do Poder Judiciário de responder aos reclamos da sociedade contra a impunidade, em particular, contra a impunidade daqueles que cometem

crimes contra o erário público, é hoje uma das maiores ameaças à legitimidade das instituições políticas no país.

Vale a pena analisar algumas iniciativas que podem ter um impacto positivo, tanto no combate à corrupção quanto na impunidade geral que graça em relação aos membros do sistema político. Trata-se da lei da ficha limpa e da assim chamada “emenda Peluso”. Em ambos os casos, trata-se de revisar fortemente a ideia do transitado em julgado brasileiro de maneira que condenações de segunda instância tenham de fato efeito e penas comecem a ser cumpridas. No caso da ficha limpa, vale a pena perceber que ela expressa uma tentativa da sociedade civil brasileira, através do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral de intervir no processo político de modo. Neste caso, trata-se não apenas de romper com uma tradição de impunidade que, no caso do sistema político é mais ampla, devido à lentidão adicional causada pelos forus especiais, como também de qualificar uma dimensão mais republicana do Estado. O critério para alguém ser candidato e servir ao poder público deve estar além da simples dúvida processual a qual cabe um recurso. Há no “ser candidato” ou no “ser membro do sistema político” uma dimensão de responsabilidade com o dever público que a lei precisa contemplar. No caso da emenda Peluso, a questão mais importante é fazer com que um padrão mínimo de igualdade penetre no funcionamento do sistema de justiça no Brasil impedindo que aqueles que têm acesso a bons advogados possam se manter indefinidamente em liberdade, independente da culpa. O caso Pimenta Neves, finalmente resolvido recentemente, é o melhor exemplo da utilização do sistema de Justiça com o objetivo da impunidade.

O membros do CRIP, Centro de Referência do Interesse Público, irão no fórum, que ora instalamos em parceria com a Carta Capital, tratar destas questões a partir de perspectivas plurais, envolvendo a ciência política, a filosofia, a história e os estudos sobre cultura. A cada semana um dos membros do CRIP e ou parceiros que têm trabalhado conosco nas nossas principais publicações – Reforma Política no Brasil e Corrupção: Ensaios e Crítica – irão ocupar o fórum para tratar de um destes problemas levantados acima na perspectiva do Interesse Público. Acreditamos que o fórum constitui um excelente momento

para o estabelecimento desta parceria que pretende aprofundar temas que frequentemente são abordados pela imprensa, mas não são aprofundados. Estes artigos terão como objetivo aprofundar o debate público sobre os temas do controle da corrupção e do acesso ao Judiciário. Sendo assim eles pretendem reforçar uma tradição de jornalismo independente e bem informado que tem sido a marca da revista “Carta Capital”.

13. A luta pela abolição da escravidão

http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1546&id_coluna=10

Augusto Buonicore

* *Historiador, mestre em ciência política pela Unicamp*

À Jacob Gorender e Clóvis Moura

Desde a o início do século 19 existia uma forte pressão internacional pela abolição da escravidão nas Américas. A Grã-Bretanha, principal potência capitalista da época, passou a exigir que países como o Brasil abolissem o tráfico intercontinental de escravos. Menos por razões humanitárias e mais por razões econômicas. Nos séculos anteriores a burguesia inglesa foi a que mais se beneficiou do tráfico para a América espanhola. Este, inclusive, foi uma das bases para seu rápido processo de acumulação de capital. Mas, em 1807 a Inglaterra aboliu o tráfico nas suas colônias. Os tempos, agora, eram outros.Em 1831, por pressão inglesa, foi assinado um acordo proibindo o comércio intercontinental de escravos com o Brasil. No entanto, maior que a pressão do "imperialismo" britânico foi a pressão dos grandes comerciantes e latifundiários escravistas brasileiros, que eram forças hegemônicas no Estado Nacional nascido em 1822. A lei jamais foi aplicada e, por isto mesmo, foi ironicamente intitulada de uma lei "para inglês ver".

Após a aprovação da lei cresceu o número de escravos negros introduzidos no Brasil. Isto enfureceu a principal avalista internacional de nossa independência. As coisas tenderam a se agravar após a abolição completa da escravidão nas colônias inglesas. Em 1845 o parlamento britânico aprovou uma lei, a Aberdeen, que dava à sua marinha poder para apreender navios negreiros e julgar os traficantes.

Cresceu, então, um nacionalismo de conteúdo escravista. As elites conservadoras, sempre subservientes aos interesses externos, passaram a radicalizar seu discurso contra a intervenção estrangeira nos negócios internos do país. Um patriotismo bastante suspeito. As mesmas classes não se envergonhavam da contratação de mercenários estrangeiros para reprimir os movimentos insurrecionais no nordeste e nem em relação aos volumosos empréstimos externos feitos pelo governo brasileiro para pagar a nossa independência.

A repressão inglesa se tornou cada vez mais violenta. Todos os navios suspeitos de tráfico eram interceptados e alguns afundados. O mar territorial passou a não ser mais respeitado. Até navios que faziam comércio de escravos interprovíncias foram atacados. Chegou-se mesmo à beira de uma guerra entre o Brasil e a Grã-Bretanha. O governo imperial e os escravistas tiveram que ceder. Chegaram à conclusão de que era preciso ceder os anéis (do tráfico) para não perder os dedos (a escravidão). Em 1850 foi aprovada a Lei Euzébio de Queirós que pôs um fim definitivo ao comércio infame.

Já em meados do século 19 a abolição do tráfico era anseio de amplos setores da sociedade brasileira, especialmente das camadas médias urbanas. Antônio Carlos de Andrade defendeu a ação da marinha de guerra britânica. Mais tarde o abolicionista e estadista Joaquim Nabuco aplaudiu a coragem de Antônio Carlos, somente criticou que a ação da marinha inglesa fosse voltada apenas contra países mais fracos e não contra os Estados Unidos.

Em resposta ao nacionalismo espúrio das elites escravistas se levantaria a voz de um dos maiores poetas brasileiros que, nas estrofes revolucionárias de seu poema épico O Navio Negreiro, cantou: "Existe um povo que a bandeira empresta/ Para cobrir tanta infâmia e cobardia! / E deixa-a transformar nessa festa/ Em manto impuro de bacante fria! / Meu Deus! Meu Deus! Mas que bandeira é esta, / Que impudente na gávea tripudia?! / Silêncio! (...) Musa! chora, chora tanto/ Que o pavilhão se lave no seu pranto!/ (...) Auriverde pendão de minha terra,/ Que a brisa do Brasil beija e balança,/ Estandarte que a luz do sol encerra,/ E as promessas divinas da esperança/ Tu, que da liberdade após a guerra/ Foste hasteado dos heróis na lança,/ Antes te houvesse roto na batalha,/ Que servires a um povo de mortalha!"

O fim do tráfico negreiro permitiu que parte dos capitais investidos no tráfico se desviasse para outros setores da economia, especialmente para a incipiente indústria nacional. Entre os que comemoraram a medida estava o Barão de Mauá, o pai (ou avô) da burguesia industrial brasileira. Mas, esta medida era ainda insuficiente para expansão de relações de produção capitalista. Isto exigia

a formação de um amplo mercado de mão-de-obra formalmente livre, que era incompatível com a predominância de relações de produção escravistas.

Trinta e três anos depois da primeira lei que proibiu a entrada de escravos negros, em 1864, um decreto emancipou os africanos que aqui haviam entrado ilegalmente desde 1831. Calculava-se que ainda existissem cerca de 500 mil negros nesta situação. Os fazendeiros tudo fizeram para que essa lei também ficasse no papel. Afinal, era muito difícil para os pobres negros escravizados ilegalmente comprovarem a sua situação. Em torno destes casos se travou uma acirrada luta jurídica e política entre abolicionistas e escravistas, na qual se destacou o eminente advogado abolicionista negro Luís Gama.

O movimento abolicionista adquiriu maior amplitude e ganhou amplas parcelas da população. Em relação a ele se manteve afastada a quase totalidade dos grandes fazendeiros. A luta dos abolicionistas recebeu apoio internacional. Várias mensagens e manifestos de intelectuais progressistas europeus e americanos foram endereçados ao governo e ao parlamento brasileiro. Assim, a luta adquiriu um caráter internacionalista.

Acuado, o parlamento imperial aprovou, em 1871, a Lei do Ventre Livre que deu liberdade a todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. O escravismo entrava na defensiva e procurava manobrar, adotando medidas protelatórias. Sabiam que a abolição era inevitável e que seria necessário adiá-la o quanto fosse possível. O próprio projeto dava aos proprietários escravistas o direito de manter o "liberto" sob sua guarda até os 21 anos de idade — ou seja, até 1891. A lei serviu para desorganizar momentaneamente o movimento abolicionista, afastando dele os elementos mais conciliadores. Apenas a ala radical do abolicionismo se manteve ativa.

No início da década de 1880 a campanha ganhou novamente as ruas. Ela adquiriu maior dimensão e mudou de qualidade. O escravismo, ainda mais acuado, buscou deter a avalanche abolicionista com novas medidas protelatórias. Em 1885 o parlamento imperial aprovou a Lei do Sexagenário. Esta, libertava os escravos com mais de 60 anos, mas os obrigava a trabalhar compulsoriamente por mais três longos anos, ou seja - até o fatídico ano de 1888. Obrigava também o liberto a ficar no município em que foi libertado por cinco anos, sob ameaça de prisão.

De um lado, o Estado escravista tentou manobrar com uma legislação de fundo reformista-conservador; de outro, endureceu a legislação contra os abolicionistas radicais. Ampliou a pena de prisão para os que organizassem fugas de escravos e estabeleceu uma multa entre 500 e 1.000 mil-réis aos que dessem cobertura para os escravos fugitivos. O próprio D. Pedro 2º, considerado

por muitos como simpatizante da abolição, não titubeou em destituir os presidentes das províncias do Ceará e do Amazonas por terem permitido a abolição nos seus estados. Puniu também militares abolicionistas, como Sena Madureira. Os fazendeiros escravistas resistiram quanto puderam, se organizaram nos Clubes de Lavoura e passaram a formar milícias armadas para combater os abolicionistas. Jornais foram empastelados e militantes foram agredidos e mortos.

A Lei do Sexagenário, considerada infame, não conteve o ímpeto dos abolicionistas. Ninguém aceitava mais as medidas protelatórias do império. A estratégia reformista parecia derrotada em 1886. Diante da ineficácia dos métodos moderados — exclusivamente jurídicos e parlamentares —, uma parte de seus membros aderiu às posições mais radicais e passou a organizar fugas de escravos.

Na década de 1880 se compôs uma ampla frente abolicionista — envolvendo escravos, a pequena-burguesia urbana, a jovem burguesia industrial, o proletariado e setores da burocracia de Estado. Aumentou o número dos casos de fugas em massa de escravos, apoiados pelos abolicionistas. Estima-se que 1/3 dos 173 mil escravos tenha escapado das fazendas paulistas nos últimos anos da escravidão. A cidade de Rio Claro chegou a ficar sem nenhum escravo nas suas fazendas de café. A luta de classes, especialmente dos escravos, teve um papel fundamental para desagregação desse modo de produção arcaico.

Em outubro de 1887 o escravismo sofreu um duro golpe quando o Marechal Deodoro da Fonseca, presidente do Clube Militar, solicitou que não se utilizasse o Exército na caçada de escravos fugitivos. Aumentou, assim, a cisão no aparato repressivo do Estado escravista e os senhores de escravos não podiam mais contar com o braço armado do Estado imperial.

Portanto, a libertação dos escravos não ocorreu por decisão voluntária dos fazendeiros paulistas e, muito menos, foi uma dádiva da família imperial. Ela foi fruto de uma grande luta popular, que envolveu diretamente os próprios escravos. O decreto que aboliu definitivamente a escravidão foi assinado em 13 de maio de 1888. Mesmo assim, no projeto inicial, enviado pelo ministério da princesa Isabel, a abolição era acompanhada por alguns condicionantes: ressarcimento monetário aos proprietários, obrigação dos libertos de prestarem serviços compulsórios até o final da safra e de permanecerem no município por seis anos. Esta foi a última tentativa dos escravistas para adiar o inadiável. A pressão popular e a recusa dos setores liberais em aprovar o projeto daquela forma, levaram-no a ser alterado.

Expressiva foi a declaração de voto do deputado escravista Lourenço de Albuquerque: "Voto pela abolição porque perdi a esperança de qualquer solução contrária; seriam baldados os esforços que empregasse; sendo assim, homenagem ao inevitável, à fatalidade dos acontecimentos."

Neste sentido discordamos radicalmente da opinião do eminente sociólogo Octávio Ianni que defende que a abolição teria sido uma "coisa de branco" e não teria sido "a casta dos escravos que destruiu o trabalho escravizado". Para ele a escravidão foi extinta "devido a controvérsias e antagonismo entre os brancos ou grupos e facções dominantes". Esta tese é amplamente hegemônica na historiografia e na sociologia brasileira, excluindo-se Clóvis Moura, Robert Conrad, Jacob Gorender e Décio Saes.

Reformistas e radicais

No interior do movimento abolicionista se chocaram duas correntes distintas: uma reformista e outra radical-revolucionária. Esta última tinha como base social as classes médias urbanas (advogados, jornalistas, médicos e pequenos funcionários públicos) e os trabalhadores livres (ferroviários, cocheiros, jangadeiros, tipógrafos, operários fabris). Articulavam uma ativa propaganda, através da imprensa, e métodos ilegais, como patrocínio de fugas de escravos. Dois expoentes deste abolicionismo radical eram Luís Carlos de Lacerda, no Rio de Janeiro, e Antônio Bento em São Paulo. Este último organizou e dirigiu o movimento dos caifazes, que ficou famoso pelas espetaculares fugas de escravos que organizou no interior paulista.

O abolicionista paulista Raul Pompéia escreveu: "A humanidade só tem a felicitar-se quando um pensamento de revolta passa pelo cérebro oprimido dos rebanhos das fazendas. A idéia de insurreição indica que a natureza humana vive. Todas as violências em prol da liberdade violentamente acabrunhada devem ser saudadas como vendetas santas. A maior tristeza dos abolicionistas é que estas violências não sejam freqüentes e a conflagração não seja geral". Na mesma linha afirmou José do Patrocínio: "Contra a escravidão todos os meios são legítimos e bons. O escravo que se submete, atenta contra Deus e contra a civilização; o seu modelo, o seu mestre, o seu apóstolo deve ser Spartaco". Em geral, os radicais eram antimonarquistas e defendiam a reforma agrária. Eles estiveram à frente de várias manifestações violentas contra capitães de mato e capatazes.

Por outro lado, os reformistas abominavam todas as ações que buscavam

envolver o povo e particularmente ousassem mobilizar a massa escrava. Um expoente deste tipo de abolicionismo era Joaquim Nabuco. Ele afirmava: "é no parlamento, e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade". O abolicionismo reformista tinha como base social os dissidentes das oligarquias rurais e altos escalões da burocracia estatal. Em geral, não articulavam a libertação da escravidão e o fim da monarquia. Joaquim Nabuco, por exemplo, sempre foi um monarquista fiel. Este setor seria fortemente reforçado pela adesão, de última hora (diria, mesmo, último minuto), dos fazendeiros paulistas à causa abolicionista.

No primeiro semestre de 1887 ocorreu o auge do movimento de fugas de escravos — que atingiu o seu ápice no mês de junho —, colocando a lavoura paulista em crise. As autoridades provinciais pediram reforço militar ao governo imperial. O Barão de Cotegipe enviou um navio de guerra e um batalhão de infantaria. Não foi à toa que em dois de junho de 1887 Campos Salles iniciou o processo de emancipação "voluntária" dos escravos — com cláusulas de serviço por vários anos — entre os fazendeiros paulistas.

Entre os novos convertidos à tese abolicionista estava o paulista Antônio Prado, ex-ministro da agricultura do ministério conservador e escravista do próprio Cotegipe. Prado havia sido um dos principais alvos dos abolicionistas um ano antes ao regulamentar a legislação emancipacionista imperial de maneira conservadora. Foram políticos como este, ligados à elite agrária paulista, que assumiram o comando do movimento nos derradeiros momentos da abolição. E assim este acontecimento ficou marcado na historiografia brasileira, quer na sua vertente conservadora quer na sua vertente progressista.

Justamente temendo que isso pudesse acontecer, em 29 de abril de 1888, o editorial do jornal abolicionista A redenção, ligado à Antônio Bento, afirmou: "Quando se escrever a história da escravidão no Brasil, não faltará algum escrito venal que venha por esses escravocratas como grandes cooperadores na redenção dos escravos".

A abolição da escravidão foi um grande passo na construção da nacionalidade. Não deve ser subestimada. Ela permitiu que o país desse mais um passo no sentido do desenvolvimento capitalista — condição da revolução socialista. Corretamente, afirmou o documento 500 anos de Luta: "A abolição resultou de um vasto movimento de massas, que incluiu os escravos rebelados, os setores médios das cidades, a intelectualidade avançada e os primeiros da classe

operária (...) foi uma conquista que eliminou o escravismo, criando condições propícias à transição para o modo de produção capitalista no Brasil".

No entanto, como ela não foi acompanhada de uma reforma agrária e de leis protetoras do trabalhador emancipado, acabou mantendo a população negra liberta numa situação de miséria e longe de poder integrar-se à sociedade brasileira enquanto cidadãos. Alguns abolicionistas, reformistas e radicais, compreenderam estes limites. Por isto apresentaram a proposta de uma reforma agrária, como complemento necessário da reforma servil. Assim pensavam Nabuco, Patrocínio e Rebouças. Mas, a reforma agrária seria uma das tarefas que não poderiam ser realizadas por aquele Estado oligárquico e pelas classes dominantes brasileiras — quer na sua versão monárquica ou republicana.

uma lei "para inglês ver".

Ver também a coluna "13 de maio: um dia para se comemorar?"

Bibliografia

Cardoso, Ciro Flamarion (org.) – Escravidão e abolição no Brasil: Novas

perspectivas, Jorge Zahar Editora.

Conrad, Robert – Os últimos anos da escravatura no Brasil

Gorender, Jacob – A escravidão reabilitada, Ed. Ática.

---------- - Brasil em preto & branco, Ed, Senac.

---------- - O escravismo colonial, Ed. Ática.

Moura, Clóvis – Rebeliões da Senzala, Ed. Ciências Humanas.

Santos, Ronaldo Marcos dos – Resistência e superação do escravismo na

Província de São Paulo (1885-1888), IPE/USP.

Viotti da Costa, Emília – Da senzala à colônia, ed. Ciências Humanas.

** Este texto é um trecho do ensaio "As transições na história brasileira", subsídio ao curso nacional do PCdoB, já publicado nesta coluna alguns anos atrás.*

14. Mário de Andrade visita Adorno

Por Henry Burnett

Dossiê CULTURA BRASILEIRA

HTTP://WWW.REVISTATROPICO.COM.BR/TROPICO/HTML/TEXTOS/2919,1.SHL

Convergências e divergências entre o poeta e o filósofo a respeito da indústria cultural e da música popular

O titulo desse texto joga com um dado pouco mencionado quando estudamos a música popular brasileira sob o foco da *filosofia da música* de Theodor Adorno: a posição contemporânea ocupada por ele e Mário de Andrade.

Causa estranhamento que ainda não se tenha escrito um estudo de fôlego sobre eles, já que refletiram sobre música a partir de uma mesma preocupação, mais exposta em Adorno e um pouco mais nuançada em Mário: a hegemonia do capitalismo. Basta pensar que suas análises musicais partem justamente da música popular veiculada através dos discos e das rádios comerciais[1]. A despeito dessa proximidade inequívoca, eles permanecem isolados e desconectados. Embora existam muitos pontos de contato, gostaria de tomar apenas um em especial aqui, e ainda assim apenas como o resumo de um estudo mais aprofundado que está em curso: o olhar que ambos lançaram sobre a música popular.

Para que se possa pensar sobre os caminhos atuais da música popular no Brasil, os ensaios de Adorno ainda permanecem incontornáveis e fundamentais, ainda que, de um certo ponto de vista, se possa considerá-los limitados para dar conta do sentido mais profundo que a canção popular atingiu no seio da cultura nacional – o estilo adquiriu entre nós um nível lítero-musical jamais presenciado ou imaginado pelo alemão. Mas Adorno dedicou especial atenção à música em muitos de seus textos, livros e conferências, pois sempre acreditou que ela deveria ser discutida dentro dos círculos da filosofia e da sociologia acadêmica; por isso ele nos é imprescindível.

Mário de Andrade, por sua vez, desenvolveu importantes análises a respeito da música brasileira num momento paralelo à própria formação de uma musicalidade nacional. Suas análises, ainda hoje, são de extrema importância para quem se debruça sobre a história e a teoria da arte musical popular e erudita, ainda que sua visão a respeito da então nascente música comercial possa ser criticada em muitos pontos,

como pelo nacionalismo por vezes exacerbado com que lidou com os domínios do folclore, imaginando ser possível quase domesticá-lo para fazer dele a fonte das criações eruditas. Ao aproximá-los, tentaremos mostrar que, de modos diversos, ambos estiveram preocupados com os destinos da música popular, ainda que tenham chegado a lugares completamente diferentes.

A música popular para Adorno

Quando Adorno escreve o prefácio ao livro Filosofia da nova música, de 1948, ele mesmo destaca o ensaio "O Fetichismo na música e a regressão da audição", de 1938, como um momento determinante de seus estudos sobre a música[2]. Sua intenção no texto de 38 era apontar as modificações que a percepção musical sofria no interior da indústria cultural, alterações que teriam atingido não só o gosto como a própria faculdade de audição dos ouvintes modernos.

Esse texto, junto com outro do mesmo período, "Sobre música popular" (escrito com a colaboração de George Simpson, com quem Adorno trabalhou no The Princeton Radio Research Project, uma pesquisa sobre os fenômenos musicais das emissões radiofônicas nos Estados Unidos, na qual tomou parte convidado pelo pesquisador Paul Lazarsfeld[3]) serve de base para este comentário.

Sempre que Adorno escreve mais diretamente sobre música e indústria cultural, faz questão de marcar uma diferença entre a música popular e a chamada música clássica, que ele chama de "séria" ("serious music"). Tal posição, não significa uma parcialidade sua em proveito de uma música erudita que seria hierarquicamente superior à popular, antes parece ter sido gerada pela uniformização dos estilos veiculados nas rádios comerciais, que ele conhecia desde antes do exílio, ainda na Alemanha. E mais do que isso: o conceito de *popular* utilizado por Adorno, parece vinculado de forma muito estreita ao funcionamento e à especificidade do mercado norte-americano.

A bem da verdade, o que Adorno chama de popular não tem um correspondente similar no Brasil, como afirma Rodrigo Duarte: "Registra-se aqui uma confusão, que não é normalmente feita por Adorno nos textos em alemão, entre 'música de massa' e 'música popular'. Para um norte-americano parece quase impossível fazer essa distinção, já que a autocompreensão dos EUA como uma cultura própria, independente da européia, se dá às vésperas da consolidação dos monopólios culturais. No Brasil, ainda podemos, felizmente, diferenciar -pelo menos em termos parciais- a cultura popular mais enraizada, daquela totalmente fabricada para o consumo, ainda que tenha raízes supostamente populares"[4].

A representação mais clara desse processo de decadência da música popular para Adorno era o jazz. Num pequeno texto chamado "A

indústria cultural" ele tenciona um pouco mais essa distinção: "A indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores. Ela força a união dos domínios, separados há milênios, da arte superior e da arte inferior. Com prejuízo para ambos. A arte superior se vê frustrada de sua seriedade pela especulação sobre o efeito; a inferior perde, através de sua domesticação civilizadora, o elemento de natureza resistente e rude, que lhe era inerente enquanto o controle social não era total"[5].

Esses primeiros movimentos servem para indicar alguns pontos de contato entre a abordagem de Adorno do contexto norte-americano e a ligação disso com a canção popular do Brasil. O que aproxima, às vezes estreitamente, a perspectiva de Adorno da nossa é a abrangência global e, quase sempre, atual de suas observações. Vejamos: "Se perguntarmos a alguém se 'gosta' de uma música de sucesso lançada no mercado, não conseguiremos furtar-nos à suspeita de que o gostar e o não gostar já não correspondem ao estado real, ainda que a pessoa interrogada se exprima em termos de gostar e não gostar. Ao invés do valor da própria coisa, o critério de julgamento é o fato de a canção de sucesso ser conhecida de todos; gostar de um disco de sucesso é quase exatamente o mesmo que reconhecê-lo"[6].

No artigo já citado de Iray Carone, encontramos o seguinte: "O negócio da música envolvia, como uma complexa indústria, os editores dos 'sheets' ou partituras com arranjos instrumentais e letras do sistema Tin Pan Alley, os donos de orquestras e arranjadores, as gravadoras de discos, os cantores famosos e suas editoras privadas, os 'pluggers' (promotores comerciais de músicas), os 'disc jockeys' e a prática da 'payola' (suborno usado pelas gravadoras para a divulgação intensiva de músicas na programação radiofônica) das emissoras, os interesses da máquina de produção de filmes sonoros de Hollywood etc."[7].

O cenário norte-americano que Adorno tinha diante de si não parece servir como parâmetro para um entendimento adequado do que se passou por aqui na mesma época. O resultado dos processos culturais específicos do Brasil não pode se posto à luz das análises de Adorno desconsiderando questões pontuais; uma entre tantas delas, o fato de que aqui não se produz música séria na mesma proporção que a popular por carências musicais, mas que o cancioneiro popular é hegemônico por conta de um imperativo histórico.

O que está aqui, digamos, para além de Adorno, é o papel diferenciado que as canções populares ocupam no Brasil, seu poder de emancipação, enquanto agente político que foi em momentos chave da história recente do Brasil, já distanciam nosso cenário daquele vislumbrado por ele. Mas isso Adorno não podia saber.

Quando ele reflete sobre o jazz, parece vê-lo apenas como fruto daquele processo de padronização, o que parece restritivo, mesmo que pensemos apenas no contexto americano. Ele não atribui, ou não pôde

atribuir, quase nenhuma importância ao cancioneiro popular e nem ao jazz produzidos na América. Em alguns momentos, é muito difícil dialogar com Adorno nesse quesito, como diante de uma afirmação dessa natureza: “Seria igualmente cômodo ocultar a separação e a ruptura entre as duas esferas e supor uma continuidade, que permitiria à formação progressiva passar sem perigo do jazz e das canções de sucesso aos genuínos valores da cultura”[8].

Creio que nós, que invocamos Adorno buscando nele um antídoto contra a opressão atual exercida pela indústria sobre o cancioneiro popular do Brasil, nos sentimos órfãos.

Mario de Andrade e um projeto de Brasil

Abancado à escrivaninha em São Paulo
Na minha casa da rua Lopes Chaves
De sopetão senti um friúme por dentro.
Fiquei trêmulo, muito comovido
Com o livro palerma olhando pra mim.

Não vê que me lembrei lá no norte, meu Deus!
/muito longe de mim,
Na escuridão ativa da noite que caiu,
Um homem pálido, magro de cabelo escorrendo nos olhos
Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,
Faz pouco se deitou, está dormindo.

Esse homem é brasileiro que nem eu...
(Mário de Andrade, “Descobrimento”, de “Dois Poemas Acreanos”)

O poema, de certa forma, mostra que Mário caminhou na contramão de Adorno quando estudou e tentou caracterizar a música popular em geral. Ele já sugere no poema que o Brasil é muito maior que a cidade de São Paulo -e, portanto, maior que o louvor da sofisticação trazida com o capital e os ideais de progresso sem freios- e que o essencial para qualquer projeto de país, já naquele momento, passava pelo entendimento de nosso não-lugar, isto é, de nossa condição multicultural: “Cabe lembrar mais uma vez aquilo do que é feita a música brasileira. Embora chegada no povo a uma expressão original e étnica, ela provêm de fontes estranhas: a ameríndia em porcentagem pequena; a africana em porcentagem bem maior; a portuguesa em porcentagem vasta (...). Além dessas influências já digeridas temos que contar as atuais. Principalmente as americanas do jazz e do tango argentino. Os processos do jazz estão se infiltrando no maxixe. Em recorte infelizmente não sei de que jornal guardo um ‘samba macumbeiro, Aruê de Changô’ de João da Gente que é documento curioso por isso. E tanto mais curioso que os processos polifônicos e

rítmicos de jazz que estão nele não prejudicam em nada o caráter da peça. É uma maxixe legítimo. De certo os antepassados coincidem..."[9].

Como se vê, desde muito cedo, Mário não estava alheio aos fenômenos de massa e compreendia com lucidez onde e como esses fenômenos agiam sobre a música popular do Brasil. Suas observações, fruto de grande erudição e das viagens que ele empreendeu e organizou país afora, mostram que, desde as origens, nossa música foi alimentada por uma teia de influências de grande complexidade. Essa aproximação da canção popular com o jazz, por exemplo, muitas décadas antes que se desse o mesmo vínculo através da bossa nova, mostra que já havia uma tendência comercial na produção popular, mas que essa ligação entre entretenimento e boa música ainda não era uma relação excludente.

Com isso, se quer confirmar, com Adorno, que o modo de produção capitalista foi avassalador, mas que, contra ele, a arte musical no Brasil não foi abatida como, eventualmente, se deu nos EUA, se acatamos sua análise sem restrições críticas. Mas como é quase consensual, a despeito das diferenças entre o jazz e os ritmos brasileiros na primeira metade do século XX, Adorno não parece ter enxergado devidamente a importância e o significado histórico do gênero nos EUA.

A resistência de Adorno ao jazz pode ser interpretada de várias formas. Em 2003 foi publicado o livro de Christian Bèthume, "Adorno et le jazz - analyse d'um dèni esthétique". Na resenha do livro, Iray Carone fornece uma hipótese interessante: "Adorno começou a escrever sobre o jazz na Alemanha, onde conheceu o 'jazz craze' da República de Weimar: uma verdadeira onda de jazz de segunda mão, uma música de dança, porque os alemães não tinham condições econômicas para lá trazer os seus criadores norte-americanos e tampouco importar os seus discos. Por causa dessa particularidade histórica, o que circulava na Alemanha sob a etiqueta 'jazz' era apenas um sucedâneo redutor, uma música de salão, feita de cadências militares e reminiscências folclóricas"[10].

1 - De Mário de Andrade, um bom exemplo pode ser encontrado na edição de sua discografia comentada: Toni, Flávia Camargo (Org.). "A Música Popular Brasileira na Vitrola de Mário de Andrade". São Paulo: Sesc São Paulo/ Senac São Paulo, 2004. De Adorno, podemos citar, por exemplo, sua pesquisa no "The Princeton Radio Research Project", que comentarei mais adiante.

2 - Adorno, Theodor. "Philosophie der neuen Musik". Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, pág. 9.

3 - Sobre o envolvimento de Adorno nesse projeto de pesquisa sobre o rádio nos EUA, ver o artigo de Iray Carone. "Adorno e a música no ar: the princeton

radio research project". Em: "Tecnologia, Cultura e Formação... Ainda Auschwitz". São Paulo: Cortez Editora, 2003.

4 - Rodrigo Duarte. "Teoria Crítica da Indústria Cultural". Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 192.

5 - Adorno, Theodor. "A Indústria Cultural". Em: "Adorno". São Paulo: Ed. Ática, 1986, págs. 92-3.

6 - Adorno, Theodor. "O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição". Em: "Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno". São Paulo: Abril Cultural, pág. 165.

7 - Carone, Iray. "Adorno e a Música no Ar: The Princeton Radio Research Project". In: "Tecnologia, Cultura e Formação... Ainda Auschwitz". São Paulo: Cortez Editora, 2003, págs. 82-3.

8 - "O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição", pág. 169.

9 - Andrade, Mário de. "Ensaio Sobre a Música Brasileira". São Paulo: Ed. Martins, 1962, pág. 25.

10 - Iray Carone. "A obsessão pelo jazz". São Paulo: caderno "Mais", "Folha de S. Paulo", 2003.

15.MPB E FILOSOFIA

Hugo Allan Matos[1]

Neste último semestre concentrei minha reflexão além de meu tcc[2] em temas que versam sobre *filosofia brasileira.* Sobretudo, no assunto: *há filosofia e filósofos brasileiros?* Agora, inspirado nas aulas e reflexões geradas na disciplina de mesmo nome, tendo como objetivo comentar os 4 textos indicados em uma aula intitulada como: *conversas com filósofos brasileiros*, tentarei compartilhar um pouco do resultado desta reflexão "semestral".

Antes de abordar o tema filosofia brasileira, penso ser primordial dizer o que penso ser a filosofia. Filosofia, ao meu ver[3] é uma forma de vida, de existência, que têm por meio o conhecimento (teórico-práxico) e fim a prática cotidiana. Ou seja, filosofia é um modo de existência que tem por mediação o conhecimento – histórico e atual, teórico e prático[4] - e têm seu fim único de transformar a realidade para melhor, visando a reprodução de vida e a denúncia de morte. Sim, pode parecer maniqueísta ou outras coisas, mas não vejo outra definição

legítima que contrarie esta dada por mim acima. Pois, a finalidade última de qualquer Ser é a vida, é viver. Nunca soube de alguém que quisesse morrer, até nas experiências bem próximas de suicídio que tive contato, ocorreram pela privação de vida digna e portanto, não por vontade de morte. **O Ser humano é ser para a vida**, para a existência. Isso parece muito óbvio, mas penso que tratar do óbvio seja uma das funções da filosofia, pois ultimamente esta e outras afirmações tão óbvias, não são consensuais ou comuns.

Dada esta definição de filosofia como meio[5] de transformação social, desejo exemplificar algumas implicações que já percebo quanto à atitude filosófica. Historicamente não conheço um só filósofo que foi ileso em seu pensar, que não sofreu criticas, perseguições e muitas vezes fora morto por causa de sua filosofia. Quanto mais fora do sistema vigente – e contraditórias a ele – eram suas afirmações, maior parece que fora o que chamarei aqui de sua *recompensa filosófica*. Sócrates bebeu a sicuta, Cristo fora crucificado, muitos medievais morreram, alguns modernos tiveram privações sociais e até de saúde[6] e ainda hoje: o descaso, falta de reconhecimento, perseguições e críticas…

Assim, posso começar a rumar para o assunto central desta reflexão: diante desta definição de filosofia e de filósofo, o que seria uma filosofia brasileira? A filosofia é universal. Ou seja, se dá do particular para o universal. E se o particular é em âmbito local, sempre partindo da experiência concreta, pessoal do filósofo, o universal último da filosofia é o fim que enunciamos como visar a reprodução[7] da vida e a denúncia da morte.

E quando falo de uma **filosofia brasileira**, estou falando de uma filosofia autêntica que trate da reprodução da vida e denúncia da morte no – ou a partir do – Brasil. Ora, muitas vezes esta afirmação que já deve ter sido realizada por outros, pode gerar espanto, mas a filosofia, ao meu ver, sempre foi assim. O que faziam os tidos como clássicos: Platão, Sócrates, Aristóteles, e todos os que vieram antes deles, inclusive os egípcios, mesopotâmios, etc…? Ainda que não possa chamar o conhecimento existente antes do grego de filosofia – mesmo este tendo contribuído enquanto pré-história necessária para o tal nascimento dela – e depois foi cruelmente negado e esquecido na história do ocidente – mas, desde então, passando pela Grécia, mundo antigo, medieval, modernidade e ainda hoje, o que têm feito a filosofia autêntica se não a utilização do conhecimento teórico-prático para transformar a sociedade para “melhor”? E aqui entro nesta discussão qualitativa e subjetiva do termo melhor. Melhorar a sociedade, no que tange melhora da qualidade de vida nas relações dos sujeitos enquanto indivíduos, enquanto sociedade que interagem consigo, entre sí e com a natureza.

Se ainda não deixei claro, penso que uma filosofia autenticamente brasileira deve ser antes de tudo ética. Porque sua elaboração estará mediada pela tradição filosófica eurocêntrica e a baixa auto-estima intelectual brasileira que está acostumada com a idéia de que *os brasileiros não possuem asas metafísicas*. E se assim realmente for, este problema passa a ser um problemão porque nos remete a estas duas questões concomitantes:

O que a tradição eurocêntrica representa para o Brasil? Em uma só palavra: opressão! Sim, pois nos destituíram do que éramos, da nossa cultura, de nosso ser[8] e quiseram e querem nos impor o que devemos ser, desde nossa língua até nossa religião. Roubaram e roubam nossas riquezas e nos mantêm escravos de sua cultura.

O segundo problema, ao meu ver, é bem pior. Existe uma classe intelectual no Brasil, que hoje ainda é a classe hegemônica, que acha que não temos capacidade de pensarmos por nós mesmos, respondendo aos nossos problemas e dedicam suas vidas intelectuais à repetição desta tradição opressora, legitimando e perpetuando a opressão em nosso meio. E como esta classe é a que está à frente das grandes universidades do país, nos jornais e na midiogarquia[9] em geral, as tentativas de pensamentos autenticamente brasileiros são encobertos, rejeitados, etc.

Portanto, uma filosofia brasileira, penso eu, deve dar conta destes dois momentos: negativo e positivo, eticamente. Negativo enquanto negação da identidade eurocêntrica imposta a nós e assimilada em geral. E positiva enquanto propositora de caminhos que melhorem a reprodução da vida dos brasileiros em suas diversas dimensões. Desta forma, o diálogo com a tradição eurocêntrica enquanto pré-história de uma filosofia brasileira é mais positivo que negativo, pois são séculos de conhecimento e portanto de instrumento teórico-práxico. Contudo, para o momento positivo desta filosofia brasileira, esta pré-história pouco têm a contribuir, pois se a Europa se constituiu a partir da negação do anterior constituindo-se enquanto único ser possível subsumindo o Outro[10] enquanto objeto, nós, nos constituímos sendo este Outro, oprimido, aniquilado e subsumido por eles. Agora que estamos conseguindo ao menos gritar que somos tanto quanto eles, não podemos ignorar nossa constituição e "querer dar o troco" simplesmente ignorando-os. Pois repetiríamos parte do erro ontológico que eles cometeram: dizer que nós somos e eles não. O contrário, podemos dizer-lhes: vocês erraram e nós poderemos errar em outras coisas, mas não nisso. Permitindo assim, a alteridade[11] em nossa filosofia, ou seja, acredito que o diálogo com a tradição filosófica eurocêntrica de forma ética seria reconhecer os avanços positivos que houveram e tentar avançar a partir deles na resolução de nossos problemas. A *filosofia dusseliana da libertação* faz isso de forma esplêndida em âmbito Latino Americano e penso que é um ótimo ponto de partida para pensar uma filosofia brasileira.

Desta forma, o texto do padre Vaz[12] é positivo no sentido de mostrar o posicionamento do intelectual, como *intelectual orgânico**[13]***, que apesar de engajado, não está vinculado a partidos ou ideologias específicas, é livre, mas nunca neutro, pois não existe neutralidade possível. Já no texto de Wilson Martins[14] gostei de algumas coisas, como por exemplo da diferenciação de filosofia no Brasil e Filosofia do Brasil, todavia, não me ficou bem claro sua definição se é que pretendeu uma, de filosofia. Já sobre a Marilena Chauí, comentando sua entrevista à revista Caros Amigos em novembro de 2005, revista número 104, mostra claramente o oposto do padre Vaz que ainda que seja um filosofar é inautêntico por estar claramente vinculado e à serviço de uma instituição: o partido dos trabalhadores, só pra citar, totalmente diferente da postura que têm Frei Beto, que apesar de auxiliar e até ter ocupado um cargo

“no partido”, não deixou-se aprisionar a ele hoje é um dos maiores críticos deste. Finalizando esta reflexão, o texto do Olavo de Carvalho[15], sobretudo em sua definição do que é filosofia me provocou bastante. Mas, penso que ele radicaliza muito e de certa forma dogmatiza[16] quando diz que não há um filósofo na academia. Primeiro que é uma generalização apressada e esse é um princípio básico muito útil a nós. Depois que partindo de nossa definição de filosofia, a academia, assim como a educação – mesmo neste sistema que está aí – são dois ótimos veículos para o “ensino” – ou prática - da filosofia. No fim, concordamos que hoje, deve haver mais filósofos fora da academia que nela. E pra não deixar esta brecha sem comentar: uma filosofia brasileira pode sim, ser ensinada, sobretudo e principalmente com a atitude filosófica dos filósofos que a ensinam.

---

[1] Estudante de filosofia na UMESP, autor do blog HTTP://reflexaoaltera.blogspot.com

[2] Que tem como tema uma introdução à Filosofia da Libertação de Enrique Dussel

[3] Esta é a definição que cheguei até hoje, com 27 anos, pode ser que não seja a mesma pra sempre, pois acho que como todos os outros conceitos, não existe um só que *necessariamente* permaneça o mesmo sempre.

[4] Conhecimento prático pode ser o relato de um povo, modo de viver de alguém, cultura, estética, etc.

[5] Que traz implícita o filósofo que se doa por opção e/ou vocação a realizá-la.

[6] Não só física, mas mental também

[7] Reprodução enquanto melhorar e ampliar a vida, o que implica sinteticamente na relação entre os sujeitos e deles com a natureza.

[8] Indígena-agricultor, religioso, etc…

[9] Mídia hegemônica que pertence à oligarquia brasileira

[10] O Outro enquanto diferente do que os Europeus são. Ainda hoje é assim que o eurocentro se mant6em enquanto “centro do mundo”, apesar de estar em crise e decadência.

[11] Neste sentido, uma filosofia brasileira deve ser áltera: não dogmática, analética, que não emita verdades.

[12] http://www.padrevaz.hpg.ig.com.br/artigo034.htm

[13] Ao menos esta é a interpretação que faço do intelectual orgânico de Brecht

[14] http://www.secrel.com.br/tributos/wmartins.html

[15] http://www.olavodecarvalho.org/textos/temfilosofo.htm

[16] Acho que nenhum dogma soa bem na filosofia

http://www.consciencia.org/uma-filosofia-brasileira

16.Edição crítica celebra 80 anos de "Raízes do Brasil"

SYLVIA COLOMBO *ilustração* **LUCAS ARRUDA**

07/08/2016 = ACESSO 08 AGOSTO 2016

http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/08/1799285-edicao-critica-celebra-80-anos-de-raizes-do-brasil.shtml?cmpid=compfb

RESUMO Edição crítica de 80 anos de "Raízes do Brasil" expõe mudanças feitas por Sérgio Buarque de Holanda na obra e permite ampliar debate sobre ela. Clássico da historiografia tem entusiastas, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e críticos, como o cientista social Jessé Souza.

"Era no mínimo estranho que um livro tido como um dos principais da historiografia brasileira não tivesse sua história esmiuçada", diz à **Folha** o professor de literatura da Universidade de Princeton Pedro Meira Monteiro.

O pesquisador organizou, com a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, professora da USP e também da universidade norte-americana, a edição crítica de "Raízes do Brasil" [Companhia das Letras, 520 págs., R$ 94,90, R$ 44,90 em e-book], de Sérgio Buarque de Holanda (1902-82), lançada agora em comemoração aos 80 anos da publicação original da obra.

O volume, que traz nova introdução e novos posfácios à obra, será lançado em São Paulo com evento nesta segunda-feira (8), às 19h, no teatro Eva Herz, da Livraria Cultura (av. Paulista, 2.073, tel. 11-3170-4033). O lançamento do volume inaugura as comemorações de 30 anos da Companhia das Letras.

A edição traz o texto atual de "Raízes do Brasil", ou seja, a última edição que o historiador aprovou em vida, publicada em 1969, mas também mostra as alterações pelas quais passou através das quatro edições que a precederam. O comovente caderno de imagens –veja galeria– é um exemplo. Expõe o modo como o autor insere, corta e retifica títulos e trechos inteiros do texto, em algumas partes com rabiscos ou apontamentos à mão, noutras batendo à máquina parágrafos colados nas páginas em que deveriam ser inseridos.

"As mudanças que Sérgio Buarque fez não foram nada cosméticas, ele foi realizando uma varredura no livro. É um livro vivo, consideravelmente alterado por três décadas", diz Schwarcz.

A alteração mais marcante se dá entre a edição original, de 1936, e a segunda, de 1948.

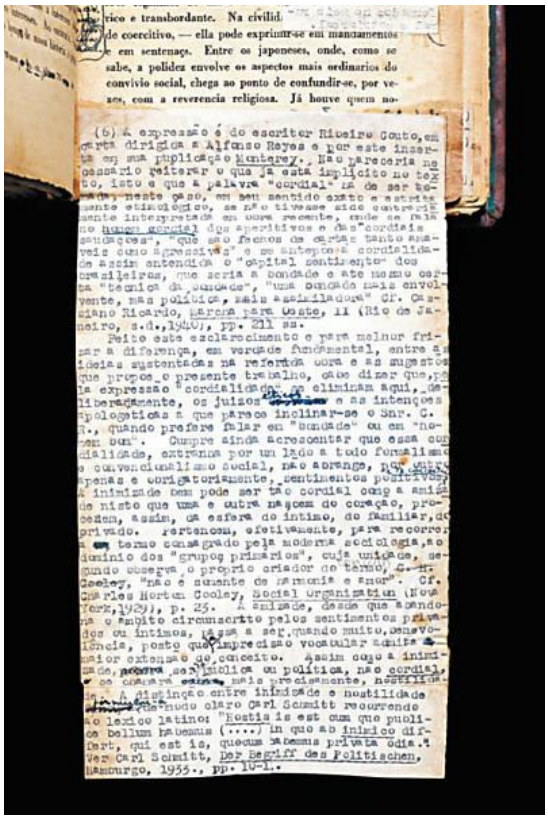
"Quando foi publicado, 'Raízes' continha uma dose importante de desconfiança em relação às grandes teses liberais", explicam, na introdução, os organizadores. Essa desconfiança fundamentava-se no contexto histórico que a região vivia. Sérgio Buarque sentia um "desconforto" com os "caudilhismos" latino-americanos e não acreditava que uma visão mais impessoal da política pudesse derrotar o personalismo que então predominava na América Latina.

Essa visão, porém, alterou-se profundamente no cenário da segunda edição do livro, em 1948, quando o autor, nas palavras de Monteiro, "exorciza a desconfiança que tinha do pacto liberal da década de 30". "E a razão é clara, já não se podia mais manter o texto daquela forma num contexto pós-Segunda Guerra."

As mudanças dessa versão mostram que Sérgio Buarque não quis deixar nenhum indício que justificasse uma acusação de que fosse um "antiliberal". "Raízes", a partir de então, penderia de forma decidida, e radical, para o lado da democracia.

DEBATE AMPLIADO

Essa é uma das novas discussões que a edição crítica propõe, ampliando o debate sobre a obra, que nos últimos anos se reduziu ao que Sérgio Buarque, afinal, teria querido dizer ao conceber o brasileiro como "homem cordial".



-
-
-

O conceito rendeu uma polêmica que se prolongou por décadas, mas que pode ser resumida assim: na edição original, o historiador paulistano justificava que a cordialidade, como herança de nosso passado rural e ibérico, significaria a prevalência da importância das relações pessoais e afetivas sobre os modos mais impessoais de regras de funcionamento da sociedade. Dessa forma, favorecia o surgimento dos compadrios e da força do "pistolão". Sugeria que, à medida que o país se urbanizasse, o "homem cordial" morreria.

Foi então que o poeta Cassiano Ricardo abriu fogo contra a ideia, interpretando a cordialidade como uma "técnica da bondade", relacionando-a a uma ideia de polidez.

Sérgio Buarque respondeu, em carta incorporada às edições seguintes, a partir da terceira (1956). Explicou que a cordialidade tinha tanto a ver com a bondade

como com a inimizade e que o homem cordial era o contrário do homem polido, por ser avesso a rituais públicos e por cultivar grande intimidade na atividade política.

Diante da seriedade que a contenda tomou, não se imaginaria que o historiador a enfrentaria com tal bom humor, tentando baixar seu nível de estridência: "Confesso sem vergonha, e também sem vanglória, que não me sinto muito à vontade em esgrimas literárias". E acrescentava: "Não me agarro com unhas e dentes à expressão cordial, que mereceu objeções. Se dela me apropriei foi à falta de melhor".

Para Monteiro, falta ainda fazer uma genealogia da questão da cordialidade a partir de um ponto de vista latino-americano. Ele lembra que o próprio Sérgio Buarque usou a expressão lida na correspondência entre Ribeiro Couto e o mexicano Alfonso Reyes (1889-1959), mas que já havia sido identificada em outros escritos. O nicaraguense Rubén Darío (1867-1916), por exemplo, havia se referido ao "homem cordial" latino-americano, em artigo para o jornal argentino "La Nación", ao comentar as repercussões da tomada de Cuba e Porto Rico por parte dos EUA em 1898.

"Entendo que existam críticos da cordialidade que dizem que é uma generalização, mas, como se vê, é uma generalização feita há muito tempo e que segue presente. E as generalizações, ainda que sejam de certo modo uma ficção, têm a função de criar um parâmetro para iluminar a realidade", diz Monteiro.

RADICALISMOS

A edição traz ainda o famoso prefácio de Antonio Candido, incorporado à quinta edição, em 1969, e escrito dois anos antes. Para Schwarcz, o autor de "Formação da Literatura Brasileira" estava "delineando nessa época sua interpretação sobre a importância dos 'radicalismos' na produção intelectual brasileira".

"O termo vinha de raiz e supunha que, mais do que um pensamento conservador, essa era uma forma de os intelectuais nacionais assumirem sempre soluções de compromisso, tendo o Estado para mediar os conflitos. E foi assim que ele definiu o livro de Sérgio Buarque, transformando esse prefácio em um capítulo essencial do livro."

"Raízes" foi publicado inicialmente pela José Olympio, dentro da coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Gilberto Freyre (1900-87). Passou para a Companhia das Letras em 1995 e, desde então, vendeu mais de 250 mil

exemplares. No fim da vida, Sérgio Buarque chegou a lamentar que "Raízes" ficasse conhecido como sua principal obra, em vez de trabalhos de fases mais maduras, como "Visão do Paraíso" e "História Geral da Civilização Brasileira".

Para Schwarcz, uma explicação possível viria do fato de que "'Raízes' ainda nos assombra, assim como assombrou seu autor, porque vemos até hoje essas ideias de algum modo vivas na nossa sociedade" –"por exemplo no modo como a esfera pública é vista como uma extensão da privacidade e das relações de intimidade".

SYLVIA COLOMBO, 44, é repórter especial da **Folha**.

17.QUE SOMOS?

Celso Furtado – Ex Ministro da Cultura – Nova Republica

O Longo Amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado ...

▶ 72:53

*https://archive.org/details/Longo.Amanhecer.**Furtado***

5 de nov de 2013

Uma análise das idéias do economista ***Celso Furtado*** e de sua participação em diversos projetos ...

Mesa-redonda "Celso Furtado: a dimensão cultural do ...

▶ 129:11

www.youtube.com/watch?v=R9ZyapSEtMk

22 de dez de 2011 - Vídeo enviado por Centro Celso Furtado

A mesa-redonda ***Celso Furtado***: a dimensão cultural do desenvolvimento, ocorreu dia 25 de novembro

Nos momentos de crise, quando todas as referências parecem incertas, cobra plena validade a velha pergunta Que somos? Como se o homem necessitasse de desafio para tomar consciência de que em seu futuro sempre estará embutido um elemento de mistério, algo irredutível à sua experiência vivida. Se perguntarmos “Que somos?” é que estamos em crise de identidade, sentimo-nos incômodos na pele ou dentro da roupa que estamos usando.

Essa consciência de estar representando um papel equivocado na história esteve no centro das preocupações dos intelectuais que promovem o movimento

contestador, mal chamado de Semana de Arte Moderna, de 1922. Começava, então, a desmoronar o velho edifício da economia primário-exportadora, quadro formativo de nossa sociedade, que se mantinha de pé graças às muletas da política dita de “valorização” do café.

Assentado o pó desse desmoronamento, um ministro da Educação, Gustavo Capanema, cometeu a Mário de Andrade a tarefa de dar resposta, numa obra coletiva, às perguntas que havia permanecido no ar desde que o país fora acordado de seu sono letárgico pelos estampidos de 22. Mas o tempo já havia o seu trabalho.

Através dos solavancos políticos dos anos 20, da crise econômica de 29 e das rupturas institucionais dos anos 30 o Brasil abrira caminho entre os escombros da velha ordem desmoronada, como um rio que descobre novo leito para correr. Industrialização e urbanização estavam modificando profundamente a velha estrutura social.

Um contexto externo adverso havia imposto a introversão da economia, que se apoiava de forma crescente no mercado interno. Os velhos paradigmas vindo do exterior se esvaeciam.

Nessas fases históricas de robusto otimismo o agir para pensar sobrepõe-se ao pensar para agir, se me permitem uma paráfrase de Goethe. Compreende-se, portanto, que Mário de Andrade haja desenvolvido a missão, confessando a inviabilidade do projeto, certo de que não seria fácil retratar uma personagem em pleno processo de metamorfose, com um perfil ainda não definido. A tarefa que então podia ser realizada, e que foi brilhantemente cumprida por Fernando de Azevedo, não podia ir muito além de uma inventariação do acervo que nos legara o passado. Vivia-se uma época de certezas e nessa fase da vida de um povo as crises de identidade são fenômenos micro-sociais, que encontram espaço no plano da biografia, mas dificilmente no da história. Dava-se como evidente a autenticidade de obras como a de Villa-Lobos, de Portinari, dos novelistas regionais, que eram lidos avidamente de norte ao sul país.

Hoje vivemos uma fase que não é apenas de contestação, mas também de desilusão e ansiedade. A nova mansão construída na euforia da industrialização e da urbanização exibe gretas em todas as suas paredes. Já a ninguém escapa que nossa industrialização tardia foi conduzida no quadro de um desenvolvimento imitativo, que reforçou tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e á opressão social. Formas mais sutis e mais insidiosas de dependência, infiltradas nos circuitos financeiro e tecnológico, vieram substituir a tutela antes exercida pelos mercados externos na regulação de nossas atividades produtivas. O processo de acumulação foi posto a serviço da modernização desbridada do estilo de vida dos estamentos sociais de rendas médias e altas, desatendendo-se a satisfação das necessidades mais elementares da massa da população.

O autoritarismo político, ao neutralizar todas as formas de resistência dos excluídos, exacerbou as tendências anti – sociais do desenvolvimento mimético. Mas autoritarismo, como Jano, tem duas faces. Se por um lado favoreceu os interesses criados da área econômica, por outro lado propiciou um deslocamento da esfera política, que adquiriu crescente autonomia de decisão sob a forma de poder tecnocrático. Ao autoritarismo devemos à ideologia geopolítica da “potência emergente”, que conduziu ao faraonismo, cuja expressão mais aberrante foi a frustrada construção da via Transamazônica. Também aí tem

raízes o processo de endividamento externo, que nos reduziu a uma situação de dependência sem precedente desde a época colonial.

È próprio das situações de crise que aumente o poder de percepção do homem com respeito ás contradições do mundo que ele mesmo cria. Somente uma crise da dimensão da que se produziu na Europa Central na primeira metade deste século poderia aguçar a sensibilidade humana aos extremos que testemunha a obra de um Kafka ou de um Musil. Essa hipertrofia da percepção dos impasses a que a história pode conduzir uma sociedade não é estranha às explosões de criatividade artística que marcaram a vida de certos povos, mas está longe de ser condição suficiente para imprimir sinergia às forças sociais e canalizá-las num sentido construtivo.

A retomada do desenvolvimento, se um processo endógeno, também requer a criatividade no plano político, a qual somente se produz se, à aguda percepção do momento histórico, adiciona-se um elevado ingrediente de vontade coletiva. O afinamento da sensibilidade e o estado de extrema lucidez que se produzem em certos indivíduos nos momentos de crise podem dar excepcional brilho a uma decadência. Mas somente a vontade política é capaz de canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais avariadas e a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de vida.

Pode parecer paradoxal falar de decadência a uma geração que se alimentou de triunfalismo. Mas, que é nosso subdesenvolvimento senão o saldo negativo que nos deixaram repetidos soçobros na decadência? Nos albores de nossa história, no século XVI, ocupávamos posição de vanguarda na tecnologia e desfrutávamos de um nível de vida dos mais altos da época. Foi a longa decadência da economia açucareira, iniciada pela metade do século XVII que produziu rígidas estruturas sociais do Nordeste, esse caso extremo de subdesenvolvimento das Américas. E que dizer desta região mineira, de precoce urbanização, que ocupou no século XVIII eminente na criação artística para em seguida prostrar-se, como enxágüe, em longa letargia?

Temos o dever de nos interrogar sobre a natureza dos problemas que afligem nosso povo despindo-nos das posições doutrinárias correntes que assimilam desenvolvimento a crescimento econômico. Não será que os germes da crise atual já corroíam nosso organismo social na fase de rápido crescimento das forças produtivas do país? Não terá sido o nosso um desses casos de mau desenvolvimento que hoje preocupam os estudiosos da matéria? Com efeito, o que vemos em nosso país após um período de crescimento industrial intenso que se prolongou por meio século?

Três quartas partes da população urbana sofrem de carência alimentar. Uma leitura mesmo superficial de nossos indicadores sociais põe em evidência que enveredamos por um caminho que nos conduz implacavelmente a um impasse histórico.

È certo que a causa imediata da crise que aí está foi o forte desequilíbrio da balança de pagamentos, para o qual concorreram com força de fatores de origem externa. Mas aonde nos levaria um processo de crescimento econômico que derivava seu dinamismo da reprodução indiscriminada de padrões de consumo imitados de sociedades que se beneficiam de níveis de produtividade e renda muitas vezes superiores ao nosso? Como não perceber que os elevados padrões de consumo em que se instalara a chamada classe média tinham como

contrapartida a esterilização de parte substancial da poupança e estavam em direita contradição com os ambiciosos planos de investimento do setor público? As tensões estruturais que daí resultaram estão na origem da proclividade ao endividamento externo e das pressões inflacionárias incontroláveis, essas duas tenazes que hoje imobilizam o governo e asfixiam o sistema produtivo.

Portanto, a crise que agora aflige o nosso povo não decorre apenas de amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida ela é a manifestação antecipada de um impasse que se pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado privando a grande maioria da população de bens e serviços essenciais. Como não é possível evitar que se difundam de uma ou outra forma, certo padrão de comportamento adotado pelas minorias de altas rendas, surge uma contrafacção de massas em que se acomodam formas sofisticadas de consumo supérfluo com carências essenciais.

A superação desse impasse, somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva poderá produzi-la. Ora, essa vontade coletiva terá de surgi de um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. É aqui que se insere a questão inicial: que somos? Uma reflexão sobre nossa própria identidade terá que ser o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente, se desejamos que o desenvolvimento futuro se alimente da criatividade de nosso povo e contribua para a satisfação dos anseios mais legítimos deste. Devemos pensar em desenvolvimento a parti de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar e não da lógica dos meios que nos é imposto do exterior. A superação do impasse estrutural que está no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abrir espaço a essa realização das potencialidades de nossa cultura.

Em um país como o nosso em que os que detêm o poder parecem obsessos pela mais estreita lógica economista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer simples fuga na utopia. Mas, que é a utopia se não o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidade aberto ao homem? Esta ação de vanguarda constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise. Cabe-lhes a aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhe projetar luz sobre os desvãos da história, onde se ocultamos crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão.

Um intercâmbio de idéias sobre esses temas que tive com José Aparecido de Oliveira e Darcy Ribeiro, secretários de cultura de dois estados que desempenharam papéis eminentes na formação de nossa nacionalidade, está na origem deste encontro sobre política cultural.

Comprometi-me, então a sugerir alguns temas de discussão para um confronto de idéias sobre as relações entre cultura e desenvolvimento. Meu ponto de vista é que esse debate deve ter como referência imediata a nossa história, sem que em nenhum momento se deixe de ter em conta que esta

sempre esteve inscrita num quadro que desborda amplamente de nossas fronteiras. Sou de opinião que a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções de desenvolvimento. É porque a abordagem da problemática do desenvolvimento não tem beneficiado de prévia reflexão sobre nossa cultura que contentamos com montagens conceptuais sem raízes em nossa história, nos diagnósticos da situação presente em nossos ensaios prospectivos.

Encorajado por esse convite, atrevi-me a esboçar alguns pontos, que chamei de teses sobre a cultura brasileira, as quais passo em seguida a referir-me.

SETE TESES SOBRE A CULTURA BRASILEIRA

I - O Quadro histórico que conduz a mundialização da cultura européia pode ser descrito a partir de dois processos germinativos. O primeiro tem como ponto de partida essa nova leitura da cultura clássica que chamamos de renascimento. Ele conduz à secularização, ao neoplatonismo galileano, que identifica o mundo exterior com estruturas racionais traduzíveis em linguagem matemática, à legitimação do poder pela eficiência, finalmente à ampliação do espaço em que age e pensa o indivíduo. Essa revolução cultural que irradia da Itália, a barca o homem em todas as suas dimensões, estendendo-se dos estudos de anatomia, com Vesalius, aos de arquitetura, com Bramante. O segundo processo germinativo, que assume a forma de avanço da fronteira geográfica, concretiza-se na abertura de linhas de navegação intercontinentais. Graças a ele amplia-se consideravelmente a base do processo de acumulação na Europa e estatelam-se de forma permanente contatos entre as grandes civilizações contemporâneas do ocidente e do oriente. O foco de onde parte esse segundo vetor conducente a mundialização da cultura européia é Portugal.

II - A cultura brasileira é um dos múltiplos desse processo de mutação que assume a forma de desbordamento da cultura Européia a partir dos inícios dos séculos XVI. Mais tem de particular o haver emergido diretamente de um dos pólos do duplo processo germinativo, o que deve ser tido em conta se pretendemos captar suas peculiaridades. O avanço das fronteiras geográficas e econômicas da Europa no século XVI é quiçá a primeira grande vitória política obtida essencialmente com base no uso de recursos técnicos. Durante três quartos de século os portugueses aplicaram-se em acumular conhecimentos teóricos e práticos que os capacitassem para alcançar terras longínquas utilizando meios econômicos escassos. O esforço realizado desdobrou-se em múltiplas frentes, pois se tratava de desenvolver a técnica de construção de barcos para a navegação de longo curso, de formar navegantes e outros especialistas, de elaborar a técnica de navegação de alto-mar, de acumular conhecimentos cartográficos, de abrir novas rotas. Esse projeto ambicioso somente pôde ser concebido e concretizado porque circunstâncias históricas particulares conduziram a uma aliança precoce entre a monarquia portuguesa e a burguesia de Lisboa. Não vem ao caso detalhar esse tema, mas convém assinalar que teve importância na história européia que sentido de continuidade que caracteriza a ação dos governos monárquicos fosse posto a serviço de um ambicioso projeto de expansão comercial, cuja execução somente podia ser

assegurado por homens de espírito mercantil. O estado português esteve presente em todas as fases do complexo desdobramento do projeto de descoberta do caminho marítimo das índias e de exploração comercial destas. Pode-se mesmo afirmar que essa experiência serviu de modelo para a criação das companhias de comércio e navegação, que surgiram posteriormente na Holanda e na Inglaterra como instituições de direito privado, mas exercendo funções públicas. Essa articulação íntima entre o Estado e grupos mercantis estará igualmente presente na ocupação, na defesa e na exploração das terras americanas em que se construíra o Brasil. A isso cabe atribuir o sentido de continuidade que caracterizará a ação portuguesa, patente na permanente preocupação de preservar a integridade territorial, a despeito dos altos custos incorridos na defesa de vastas áreas sem perspectiva de valia econômica.

III - Durante todo período colonial os portugueses foram no Brasil uma minoria em face da presença indígena e também da presença da população de origem africana, que logo começa a afluir como força de trabalho.
O peso dessa minoria na formação da cultura brasileira será, contudo, considerável. Não apenas porque os portugueses são os senhores e, os demais, escravos ou quase escravos. Na verdade o número de portugueses que não são proprietários e não exercem funções de mando cresce rapidamente. O que importa é que os portugueses dispunham de técnicas mais avançadas e continuavam a alimentar se de suas fontes culturais européias, com as quais mantinham contato regular. Enquanto os aborígines e os africanos são isolados das matrizes culturais respectivas e privados de memória histórica, os portugueses têm acesso a um fluxo de valores vindos do exterior em permanente renovação.

IV - Durante os três séculos do período colonial desenvolveu no Brasil uma cultura que, sendo portuguesa em sua temática e estilo, incorpora não apenas motivos locais mas também valores das culturas dominadas. É na arquitetura e na escultura que se expressa à força maior dessa cultura, o que não deve surpreender posto que o estado e a igreja ocupavam na sociedade espaço similar ao que haviam ocupado nas sociedades européias pré-renascentes A apropriação e a exploração das terras brasileiras fizeram se no quadro de empresas agrícolas voltadas para exportação. Contudo, as atividades comerciais permaneceram mediatizadas por agentes metropolitanos, razão pela qual emerge no país uma classe mercantil propriamente dita. As estruturas de dominação social estavam constituídas pelos senhores de terras e pelos estamentos burocráticos civil, religioso e militar. Na ausência de uma classe mercantil poderosa, tudo dependia do Estado e da Igreja.

V - O ciclo barroco brasileiro constitui quiçá a ultima síntese cultural no espírito da Europa pré-Renascimento. Sua temática e seu poder morfogenético derivam da mesma visão do mundo que nutriu os pintores flamengos dos quatrocentos e primeira metade dos quinhentos. Com o Renascimento de dissolve-se a síntese cultural que encontrara nos círculos concêntricos de Dante sua expressão mais pura. A eclosão do humanismo abre um processo criativo que somente cristalizará em nova síntese com o Romantismo. O quadro histórico em que forma o Brasil–articulação precoce do Estado com a burguesia em Portugal e total domínio da sociedade colonial pelo Estado e pela Igreja –

congela o processo cultural no universo europeu pré-renascente. Daí que se possa dizer com razão ser o Aleijadinho o último grande gênio da Idade Média. Importava assinalar que, à semelhança da síntese medieval européia, o barroco brasileiro era a expressão da sociedade como um todo. Sua mensagem atingia senhores e escravos.

VI - A ruptura cultural brasileira pós-barroco não se explica sem se ter em conta as mudanças no contexto maior em que estava inserido o país. A Revolução Industrial, que irrompe na Europa no último quartel do século XVIII, constitui autêntica mutação no processo acumulativo. Até essa época a acumulação se fizera com relativa lentidão e da preferência fora do sistema produtivo. A mecanização abre a porta a aumentos consideráveis de produtividade do trabalho e ao crescimento do excedente, fatores causantes da intensificação da acumulação. Esse processo engendra elevação e diversificação dos padrões de consumo. Os dois vetores da expansão do sistema são incrementos da produtividade do trabalho e a diversificação do consumo, ou seja, o progresso tecnológico ao nível dos processos produtivos e ao nível da concepção dos bens de consumo final. Ora, o sistema de divisão internacional do trabalho permitiu isolar esses dois vetores. Um país que se especializasse na produção agrícola para a exportação podia ter acesso à moderna tecnologia ao nível dos produtos finais sem ter que modificar seus processos produtivos. O excedente produzido pelas vantagens comparativas e o acesso a um mercado em expansão permitiam pagar os bens sofisticados disponíveis no mercado internacional. Era o processo da modernização dependente, fez que a ruptura da síntese barroca conduzisse ao bovarismo e não a novo ao novo processo cultural criativo, à diferença do ocorrido na Europa com a passagem da visão do mundo medieval para o humanismo. O distanciamento entre elite e povo será traço característico do quadro cultural produzido pela modernização dependente. As elites voltam se, como que hipnotizadas, para os centros da cultura européia. A visita de uma companhia teatral européia a uma cidade do país podia ser o acontecimento cultural marcante na vida de toda uma geração O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do ***atraso***. Ignorado das elites esse povo segue seu curso próprio, reforçando autonomia criativa e diferenciando-se regionalmente. O indianismo de um Carlos Gomes ou de um Alencar não é mais do que uma rejeição do povo real. E a ironia sutil com que Machado observa este tem sabor de uma escusa em face de um tema proibido.

VII - A descoberta, casual ou buscada, do país real pelas elites é certamente o traço mais saliente do processo cultural brasileiro no século atual. São muitos os fatores que intervêm, tanto de origem externa como interna. De não pouca importância são as grandes guerras, que reduzem o país a relativo isolamento, a ascensão econômica dos Estados Unidos, a crise da economia primário-exportadora conduzindo a uma industrialização tardia apoiada exclusivamente no mercado interno. Com a urbanização a presença do povo faz-se mais visível e sua criatividade cultural mais difícil de ser escamoteada. A emergência, na segunda metade do século, de uma classe média de peso crescente introduz novos elementos na equação do processo cultural. A classe média forma se no quadro da modernização dependente, ainda que mediatizada pela indústria local, mas está demasiado próxima do povo para poder assumir a visão bovarista

das antigas elites. Por outro lado, a influência que exerce a cultura de classe média na massa Popular interfere na criatividade desta. O seu encontro com o povo é também a descaracterização deste. Em síntese, neste final do século XX, o processo cultural brasileiro se apresenta como resultante de múltiplos fatores, cabendo assinalar Por seu relevo a forte atuação da indústria da cultura como instrumento da modernização dependente, a incipiente autonomia criativa de uma classe média em que existem raízes populares ainda frescas e a força reativa de uma massa popular ameaçada de descaracterização cultural. A classe média constitui se no ***locus*** privilegiado da criação cultural, interagindo entre a modernização dependente. Portanto, uma nova síntese cultural, que recolha a força criativa do povo, pressupõe o aprofundamento do processo de democratização e a redução da heterogeneidade social.

POLÍTICA CULTURAL

Não me escapa que a preocupação dos promotores desse encontro vai mais longe do que um projeto de reflexão sobre a cultura brasileira, seu gênio e figura. No centro da indagação que aqui nos reúne está a interação da cultura como sistema de valores com o processo de desenvolvimento das forças produtivas. A interface entre a lógica dos fins, que reage a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente ao desenvolvimento da capacidade produtiva.

Como preservar o gênio de nossa cultura, em face da necessidade técnicas que, se aumentam nossa capacidade da ação, nossa eficácia, também são vetores de valores que com freqüência mutilam nossa identidade cultural? Simplificando: como apropriar se do *hardware* da informática sem intoxicar se com o *software,* os sistemas de símbolos importados que com freqüência ressecam nossas raízes culturais? Esse problema se coloca hoje um pouco por toda parte, na medida em que a produção de bens culturais transformou se em ciclópico negócio e uma das leis que regem esse negócio é a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados.

Problemas desse grau de complexidade não têm solução única nem ótima. Os objetos que presidem o avanço tecnológico são muitas vezes contraditórios. Uns querem matar, outros defender se. O avanço da técnica vem em ajuda a uns e outros. E seria equivocado imaginar que as técnicas são neutras. Elas refletem o contexto cultural em que surgem. As artes militares alimentam os instintos belicosos, mas elas já são o fruto de uma civilização guerreira. Ora, as técnicas se interligam, como um sistema de vasos comunicantes. No mundo atual as técnicas que avançam mais rapidamente são aquelas ligadas às artes militares. Os demais campos da cultura são cada vez mais influenciados pelos avanços que aí se realizam.

Portanto, muitas são as incógnitas do problema a equacionar. Mas se o reduzimos as seus elementos mais simples, comprovamos que a questão se cinge, a saber, se temos ou não possibilidades de preservar nossa identidade cultural, o que pressupõe haver respondido à questão que inicialmente formulei: que somos?

É dessa interrogação que se deve partir para formular uma política cultural, que outra coisa não senão um estímulo organizado às formas de criatividade que enriquece a vida dos membros da coletividade.

Um maior acesso a bens culturais também melhora a qualidade da vida dos membros da coletividade, mas, se fomentado indiscriminadamente, pode frustrar formas de criatividade mutilando a cultura. A política cultural se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em nossa época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que floresça.

Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa, venham eles de instituições veneradas que se dizem guardiãs da herança cultural, de comerciantes travestidos de mecenas ou do poder burocrático. Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e coatada de todas as formas de liberdade. Portanto, uma verdadeira política cultural terá de ser conquistada e preservada pelo esforço e vigilância daqueles que crêem no gênio criativo de nossa cultura.

Celso furtado, ex-Ministro do Planejamento do governo João Goulart, fundador da SUDENE, ex–professor da Sorbone e da Escola Estudos em Ciências Sociais, ambas na França. O presente texto é o da conferência que o autor pronunciou no Encontro Nacional de Política Cultural, realizado em Belo Horizonte.

18. Weber e a interpretação do Brasil

http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=85

Luiz Werneck Vianna - 1999

O nível de maturidade de uma universidade, especialmente em uma situação periférica como a nossa, pode ser indicado pela sua capacidade de apropriar-se do pensamento clássico, e, de modo ainda mais seguro, quando a interpelação aos fundadores de uma certa tradição disciplinar não se limita às traduções, mas pretende, por esforço próprio, estabelecer o sentido da sua obra, tal como neste "Seminário Internacional Max Weber". Entre nós, assiste-se a um movimento desse tipo, valendo o registro de que a universidade americana deve muito da sua significação, em particular na área de humanas, à dedicação com que se empenhou nessa direção a partir dos anos 30. Neste seminário, operamos a tentativa de apropriação de um clássico, processo em que, como inevitável, ele como que nasce outra vez, vindo à luz a partir de perguntas e de inquietações sobre a nossa realidade, importando, no caso, a recepção que concedemos a ele no nosso contexto cultural.

Marx e Weber, dos pensadores clássicos das ciências sociais, não somente estão entre os três autores mais citados nas dissertações de mestrado e nas teses de doutorado da disciplina (Melo, 1997), como também se constituem na principal referência da grande controvérsia que anima a literatura sobre a interpretação do Brasil. Contudo, tem predominado, até aqui, um tipo de

recepção a eles que enfatiza aspectos parciais das suas teorias, selecionados em função das diferentes motivações dos autores brasileiros que os mobilizam para suas explicações do país. Assim, quanto a Marx, a apropriação que se faz do seu trabalho varia, como se sabe, em função das opções temáticas dos seus intérpretes: a valorização do tema da vontade política como recurso de superação da disjuntiva atraso/moderno, tendo motivado — principalmente nos círculos extra-universitários — uma leitura que privilegiou os seus textos políticos, que contemplavam a possibilidade de saltos revolucionários, dando curso a um marxismo cujo paradigma é a Rússia, enquanto a preferência pela análise do processo de imposição do capitalismo no Brasil, como na grande reflexão social paulista, conduziu a uma maior aproximação com o modelo de *O capital* com base no paradigma inglês.

O "nosso" Weber tem conhecido uma fortuna similar, uma vez que tem sido convocado pela literatura, predominantemente, para explicar o *atraso* da sociedade brasileira, com o que se tem limitado a irradiação da sua influência a uma sociologia da modernização. Daí que a mobilização desse autor, pela perspectiva do *atraso*, se faça associar ao diagnóstico que reivindica a *ruptura*como passo necessário para a conclusão dos processos de mudança social que levam ao moderno — no caso, com o patrimonialismo ibérico, cuja forma de Estado confinaria com o despotismo oriental. Tem-se, então, que uma obra radicalmente inscrita na cultura política do Ocidente, com seus valores universalistas, impasses e promessas de realização, seja descortinada pelo ângulo do Oriente e dos caminhos possíveis para a sua modernização. Assim é que o "nosso" Weber incide bem menos na inquirição das patologias da modernidade do que nas formas patológicas de acesso ao moderno.

Weber, como Marx, tem sido, desde os anos 50, quando a ciência social brasileira recuperou a linha ensaística dos pioneiros na interpretação do Brasil, como a de Euclides da Cunha, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, uma das principais marcações teóricas da produção que se voltou para o objetivo de explicar a singularidade da nossa formação social. Decerto que grande parte da controvérsia, no campo das explicações que concorrem entre si, está vinculada às diferentes concepções intrínsecas aos sistemas de Marx e Weber, sobretudo as que se manifestam no campo axiológico, com as óbvias repercussões que daí derivam para a análise do comportamento do ator social e dos condicionantes exercidos sobre ele pelas estruturas sociais. A remissão, contudo, à obra desses autores nem sempre contempla o que há de efetivamente diverso entre eles, abdicando das nuanças e da complexidade das suas construções teóricas originais a fim de demarcar oposições, freqüentemente idiossincráticas. Assim, por exemplo, com as relações entre o Estado e a sociedade civil, em que a "nossa" leitura dominante de Weber radicaliza a autonomização da primeira dimensão diante da segunda, enquanto atribui a Marx, em que pese a sua argumentação em *O 18 brumário* e em outros momentos densos da sua obra, uma concepção na qual desaparecem inteiramente os temas da autonomia da política quanto aos interesses e do Estado quanto à sociedade civil, que vão ser, para citar apenas um autor, o *leitmotiv* da sociologia política de um pensador marxista do porte de Antonio Gramsci.

O Weber da versão hoje hegemônica nas ciências sociais e na opinião pública sobre a interpretação do Brasil, tem sido aquele dos que apontam o nosso *atraso* como resultante de um vício de origem, em razão do tipo de colonização a que fomos sujeitos, a chamada herança do patrimonialismo ibérico, cujas estruturas teriam sido ainda mais reforçadas com o transplante, no começo do século XIX, do Estado português no solo americano. Desse legado, continuamente reiterado ao longo do tempo, adviria a marca de uma certa forma de Estado duramente autônomo em relação à sociedade civil, que, ao abafar o mundo dos interesses privados e inibir a livre iniciativa, teria comprometido a história das instituições com concepções organicistas da vida social e levado à afirmação da racionalidade burocrática em detrimento da racional-legal. Ainda segundo essa versão, a ausência do feudalismo na experiência ibérica, inclusive no Brasil, aproximaria a forma patrimonial do nosso Estado à tradição política do Oriente, onde não se observariam fronteiras nítidas a demarcar as atividades das esferas pública e privada. Raimundo Faoro, no seu clássico *Os donos do poder*, além de avizinhar o iberismo do despotismo oriental, retomando o argumento de Tavares Bastos e Sarmiento, liberais ibero-americanos do século XIX, sugere a necessidade, motivado pelo seu estudo de caso, de se proceder à revisão da tese de Weber, que vincula a emergência do espírito capitalista à ética calvinista, em favor da que sustenta que "somente os países revolvidos pelo feudalismo" teriam chegado a adotar o sistema capitalista, integrando nele a sociedade e o Estado" (Faoro, 1975, vol. 1:22).

Não seríamos propriamente um caso ocidental, uma vez que, aqui, o Estado, por anteceder aos grupos de interesses, mais do que autônomo em face da sociedade civil, estaria empenhado na realização de objetivos próprios aos seus dirigentes, enquanto a administração pública, vista como um bem em si mesmo, é convertida em um patrimônio a ser explorado por eles. Inscritos no Oriente político — Simon Schwartzman, ao conceituar patrimonialismo, categoria central do seu influente *Bases do autoritarismo brasileiro*, não somente cita o Marx do modo de produção asiático, como também o clássico de K. Wittfogel sobre as sociedades hidráulicas do despotismo oriental (Schwartzman, 1982:43) —, conheceríamos um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação, uma sociedade estamental igualmente sobreposta à estrutura de classes, o primado do Direito Administrativo sobre o Direito Civil, a forma de domínio patrimonial-burocrática e o indivíduo como um ser desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado.

Tal versão, hegemônica na controvérsia sobre a explicação do Brasil, procura contrapor a dimensão da *física* dos interesses à *metafísica* brasileira, historicamente centrada na idéia de uma comunhão entre o Estado e a nação, investido aquele da representação em geral da sociedade e do papel de intérprete das suas expectativas de realização, e sobretudo na noção de que o interesse do particular, para ter a sua legitimidade plenamente reconhecida, deva se mostrar compatível com o da comunidade nacional. O capitalismo brasileiro, originário dessa metafísica, seria, pois, politicamente orientado, uma modalidade patológica de acesso ao moderno, implicando uma modernização sem prévia ruptura com o passado patrimonial, o qual, ademais, continuamente se reproduziria, na medida em que as elites identificadas com ele deteriam o controle político do processo de mudança social. O Estado neopatrimonial, ao

restringir a livre manifestação dos interesses, e ao dificultar, com suas práticas de cooptação, a sua agregação em termos sindicais e, principalmente políticos, favoreceria, assim, a preservação das desigualdades sociais crônicas ao país.

Romper com esse Oriente político significaria, de um lado, uma reforma política que abrisse o Estado à diversidade dos interesses manifestos na sociedade civil, impondo a prevalência do sistema de representação, e, de outro, a emancipação desses interesses de qualquer razão de tipo tutelar. A identificação do caráter quase asiático do Estado brasileiro como obstáculo à liberdade e a padrões igualitários de convivência social, argumento que tem como ponto de partida a sua radical autonomia diante da sociedade civil e o que seria a separação dramática entre seus fins políticos e a esfera dos interesses privados, leva, então, à sugestão de que a reforma do Estado deve estar dirigida à sua abertura a essa esfera, realizando o seu papel democrático na administração e composição dos diferentes e contraditórios interesses socialmente explicitados. Somente a *física* dos interesses pode remover a velha tradição*metafísica* brasileira, que estaria comprometida com a noção de uma sociedade hierárquica e desigual.

A ruptura, pois, como em Tavares Bastos no século passado, deveria se aplicar no plano da institucionalidade política, especialmente no que diz respeito à forma do Estado, uma vez que, ao se conceder plena liberdade aos interesses, eles tendem a produzir uma dinâmica benfazeja que traz consigo maior igualdade social. O patrimonialismo é marca do Estado, e não da sociedade, e, por isso mesmo, nessa versão interpretativa, ela não comparece como dimensão analítica, em particular na sua questão agrária: o argumento cinge-se ao institucional, a reforma na política contém em germe a possibilidade da boa sociedade. A leitura do tema do patrimonialismo em Weber, à medida que se volta para o paradigma do Oriente clássico, onde não se conheceu o direito à propriedade individual, direito que, desde os gregos, nasce com o Ocidente, é, então, prisioneira do ângulo das instituições políticas, crucialmente do Estado, e é daí que provém a sua ênfase na reforma política e não na reforma social. Desse eixo explicativo deriva uma das principais controvérsias da literatura, opondo, de um lado, os que advogam, desde Tavares Bastos aos constituintes de 1891 e aos adeptos de hoje da reforma política como base prévia para a modernização do país, que o país legal deva mudar o país real, e, de outro, os que invertem o sentido dessa proposição.

Na interpretação que privilegia o fenômeno do patrimonialismo pela forma do Estado, contudo, o que haveria de oriental na política tenderia a ser deslocado pela afirmação dos interesses, o estado de São Paulo, com a expansão da agroexportação cafeeira, um primeiro esboço do Ocidente sobre o qual deveria se assentar a arquitetura institucional da democracia representativa, removendo-se a pesada carga de um Estado parasitário a fim de dar passagem aos interesses e à sua livre agregação. Nesse sentido, conta-se a saga de infortúnios da democracia brasileira a partir das derrotas políticas de São Paulo, que o teriam privado de universalizar o seu paradigma ocidental. Nessa versão, portanto, a chamada revolução de 1930 teria retomado o velho fio ibérico de precedência do Estado sobre a sociedade civil, a era Vargas entendida como contínua ao ciclo dominado pelo eixo Pombal—D. Pedro II, uma projeção do

Império, uma vez que expressaria as mesmas "vigas mestras da estrutura" ao traduzirem a realidade patrimonialista na ordem estatal centralizada (Faoro, 1975, vol. 2:725). Afora o interregno de hegemonia de São Paulo — 1889-1930 — ou mesmo de influência deste Estado — 1934-1937 —, a força da tradição e o peso das estruturas do Estado induzem a uma determinação, a "todos superior, condutora e não passivamente moldada", que leva o quadro administrativo a dominar a cúpula. E, assim, "em 1945, o ditador já não temia mais a hegemonia paulista, só possível na base de núcleos econômicos não dependentes, como fora a lavoura cafeeira", trazendo os seus interesses para a malha do Estado, lugar patrimonial de extração de riqueza e de distribuição de prebendas, a esta altura vinculando, cartorialmente, o parque industrial paulista à sua administração (idem).

A revolução de 1930 consistiria, pois, em um retorno às raízes patrimoniais, obedecendo ao movimento oculto das estruturas, e não em uma invenção com que os dirigentes da ordem burguesa, diante da crise de legitimidade da Primeira República, teriam ampliado o alcance da universalização do Estado, impondo-lhe maior autonomia quanto à esfera dos interesses — no caso, os dominantes em São Paulo —, a fim de permitir a incorporação ao sistema da ordem dos personagens emergentes da vida urbana, como militares, empresários, operários e intelectuais. O que teria sido o feliz interregno 1889-1930, quando os interesses encontraram representação na política e conformaram o Estado, no contexto institucional da Carta americana de 1891 e do sistema de dominação formalmente racional-legal dela derivado, foi, como sabido, o momento republicano em que a esfera pública foi apropriada pela esfera privada e em que se solidarizou aquele sistema de dominação com a ordem patrimonial pela via do sistema político do coronelismo.

O interesse, como instância isolada — como já fora percebido nas lições clássicas do radicalismo filosófico inglês, em Hegel, Tocqueville, para não falar de Marx —, conduzia ao particularismo na forma do Estado, e, nas condições retardatárias da sociedade brasileira, onde predominava o estatuto da dependência pessoal, tendia a se combinar com as formas de mando oligárquicas e a sociabilidade de tipo hierárquico que prevaleciam no país. O primado do interesse, na Primeira República, assim, não se confronta com as formas de dominação tradicionais, antes as subordina, convertendo o *atraso*, tal como na exemplar demonstração de Victor Nunes Leal em seus estudos sobre o coronelismo, em uma vantagem para o *moderno* que estaria representado pela economia dominante em São Paulo, sob a direção de um patriciado com origem na propriedade fundiária e orientado por valores de mercado — a Prússia paulista será uma invenção da Primeira República.

Pelo ângulo do Oriente, isto é, considerando o patrimonialismo como um fenômeno de Estado, essa versão weberiana sobre a interpretação do Brasil, mais do que identificar o *atraso* como próprio à instância do político, tenderá a ocultar as relações patrimoniais que instituem o tecido da sociabilidade, perdendo de vista, na linguagem da controvérsia do pensamento social brasileiro, "o país real", especialmente o mundo agrário, as relações de dependência pessoal que aí se estabelecem e de como o seu paradigma paulista, longe de representar uma linha de oposição entre *atraso* e *moderno*,

representação e cooptação, ordem racional-legal e patrimonialismo, na verdade, aponta para uma composição ambígua dessas polaridades, imprimindo à matriz do interesse a marca de um particularismo privatista antípoda à formação da cultura cívica.

Na outra ponta da recepção de Weber, transita-se da perspectiva das instituições políticas para a da sociologia, com centralidade na questão agrária e no patrimonialismo de base societal, e, principalmente, do Oriente para o Ocidente, de cuja história e processo de desenvolvimento o Brasil seria um resultado e parte integrante, embora incluído nele como um caso retardatário e ambíguo, uma vez que combinaria em si a forma moderna do Estado de arquitetura liberal com o instituto da escravidão e com a organização social de tipo patrimonial. Weber, nessa chave, deixa de ser mobilizado como uma referência que se contraponha a Marx na questão da autonomia do Estado e do político em geral, recolhendo-se dele a marcação teórica para a análise da sociedade "senhorial escravocrata" e a sua organização estamental, enquanto em Marx se vão procurar os conceitos que permitam explicar a inscrição do país no sistema do capitalismo mundial e a transição para uma "ordem social competitiva" fundada em uma estrutura de classes moderna.

Daí se vê, por conseguinte, a heterogeneidade na recepção brasileira de Weber, que estaria presente tanto na versão interpretativa dos que identificam os elementos quase asiáticos que teriam presidido a formação do Estado nacional, em razão do transplante do patrimonialismo de Estado português, como a raiz dos nossos males, como na dos que, como Florestan Fernandes, Maria Silvia de Carvalho Franco e José Murilo de Carvalho, à medida que entendem, nas palavras do primeiro, "o Estado [...] como a única entidade que podia ser manipulável desde o início [...] com vistas à sua progressiva adaptação à filosofia política do liberalismo" (Fernandes, 1975:35), ou, nas da segunda, para quem a "organização administrativa desse período [década de 1830] fundava-se formalmente no princípio burocrático de obediência a um poder público abstratamente definido, legitimado e expresso por normas racionalmente criadas e legalmente estatuídas" (Franco, 1969:116), ou, ainda, nas do último, ao sustentar que a burocracia imperial não teria se constituído em um estamento (Carvalho, 1980:129), provocando, com isso, o deslocamento da inquirição sobre a causa do nosso *atraso* para o terreno das relações sociais e do impacto da natureza patrimonial delas sobre um Estado, em sua concepção original, de extração moderna.

Nessa interpretação, cujo eixo se encontra na caracterização do compromisso que se estabeleceu, a partir da Independência, entre a ordem racional-legal e a patrimonial, entre o liberalismo da forma do político e as estruturas econômicas herdadas da Colônia, entre o *atraso*e o *moderno*, compreendido o primeiro como racional ao capitalismo, entre a representação e a cooptação, o problema da ruptura não deveria estar referido ao Estado, mas sim às relações sociais de padrão patrimonial, fazendo com que "toda a conduta dos personagens [venha] entrelaçada com a concessão de mercês, expondo a vigência do princípio de dominação pessoal, base pouco propícia para a orientação racional da ação" (Franco, 1969:27). Sob esse ângulo, a ruptura põe-se no registro da longa duração, sendo o resultado de transformações moleculares nas relações

tradicionais, historicamente responsáveis pela contenção da afirmação da sociedade de classes entre nós, caracterizando a revolução burguesa no país como dominada pelo andamento passivo, e, como tal, melhor representada conceitualmente pelo tema da transição, no caso, o da transição da ordem senhorial escravocrata para a ordem social competitiva.

O processo de diferenciação dos interesses entre colônia e metrópole, de onde surgira o espírito nativista e a adesão ao liberalismo dos homens que realizaram a Independência, teria importado uma forma particular de internalização da ideologia liberal, em que ela viria a expressar mais os anseios "de emancipação dos estamentos senhoriais da 'tutela colonial'" do que os de "emancipação nacional" (Fernandes, 1975:36). Concretizada, porém, a Independência, na análise de Florestan Fernandes, esse movimento se inverte, com a conversão do liberalismo em uma força dinamizadora da sociedade civil nascida da Independência, "uma esfera na qual se afirma e dentro da qual preenche sua função típica de transcender e negar a ordem existente" (idem:39). Transcendência e negação que, na passagem da sociedade colonial à sociedade nacional, iriam exigir processos históricos de longa duração, no curso dos quais se produziriam, pelo papel da ideologia e das instituições liberais na "revolução encapuzada" da Independência, contínuas transformações moleculares em que se opera, na expressão daquele autor, o sepultamento do passado (idem:46). A intensa floração mercantil que se segue à ruptura com o pacto colonial, a nacionalização do comércio exportador, alterando as funções econômicas do senhor rural, assim como a própria diferenciação social daí resultante, com a criação de novas ocupações qualificadas e o estímulo às profissões liberais, teriam induzido, então, que uma "parte da sociedade global" viesse a se destacar "das estruturas tradicionais preexistentes", passando a constituir o seu "setor livre", "única esfera na qual a livre competição podia alcançar alguma vigência". Sob essa lógica, tem início, apesar das condições "socioeconômicas adversas (por causa da persistência da escravidão e do patrimonialismo), uma área na qual o *'sistema competitivo'* pode coexistir e chocar-se com o *'sistema estamental'*" (idem:48, ênfases no original).

A transição, pois, da ordem senhorial-escravocrata para a ordem social competitiva cumpre o andamento das revoluções passivas, lida na chave weberiana dos tipos de dominação e das modalidades expressivas de ação que cada um deles comporta, implicando um processo progressivo de realização do moderno em que, por meio da diferenciação societal — basicamente, pela aparição e afirmação de novos papéis sociais de desempenho incompatível com a ordem tradicional —, o sistema de orientação racional da ação tende a se generalizar, tornando-se, por fim, hegemônico. No entanto, em razão da natureza *passiva* do caminho que o viabiliza como dominante, o sistema de orientação racional da ação pode coexistir com a ordem patrimonial, criando para a burguesia a possibilidade de extrair vantagem tanto do *moderno*como do *atraso*: "[a burguesia] se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e, para ela, era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do *atraso* quanto do *adiantamento* das populações" (idem:204, ênfases no original). Assim, se o Estado nacional nasce "bastante moderno", apto à "modernização ulterior de suas funções econômicas, sociais e culturais",

matriz efetiva da expansão do liberalismo no país (idem:38), desde a sua origem ele mantém a marca de uma convivência com uma ordem antitética à sua, que, longe de ser impeditiva de sua afirmação, torna-a possível, sobretudo por consistir na base econômica a partir da qual ele vai poder operar a sua forma de inscrição no capitalismo mundial.

A trajetória de São Paulo, especialmente a partir do momento em que a agroexportação do café veio a se basear no trabalho livre, seria paradigmática de como a afirmação da esfera dos interesses e o sistema de orientação racional do *homo œconomicus* não teriam sido suficientes para a imposição da ordem social competitiva, importando, pois, em um novo cenário, a reiteração da ambigüidade constitutiva à formação brasileira: de um lado, o "cálculo exato" do*homo œconomicus* da cultura capitalista do café e dos tipos sociais emergentes com a expansão dos negócios e da industrialização; de outro, no plano da política, a preservação do estilo senhorial, a extração do consentimento e o exercício da coerção por métodos e formas patrimoniais. A ordem competitiva, se prevalece na economia, não irá produzir os agentes sociais vocacionados para uma racionalização do seu mundo, distantes "de uma filosofia política [...] que possa conduzir ao *capitalismo como estilo de vida"*. Como instância isolada, o interesse e os agentes sociais que melhor o representam, mesmo na sua forte manifestação paulista, ficam confinados ao horizonte da esfera privada, "convertendo-se ao *liberalismo* das elites tradicionais, [incorporando-se], de fato, aos círculos conservadores e [passando] a compartilhar formas de liderança e de dominação políticas variavelmente conflitantes ou inconsistentes com a consolidação da ordem social competitiva [...]" (idem:146, ênfases no original). O interesse*moderno*, em sua forma já especificamente capitalista, ao abdicar do programa de radicalização do liberalismo, nasce, além de comprometido com as práticas de extrair vantagens do *atraso* — como realizar, no mundo agrário, a produção de excedente a partir de relações de dependência pessoal —, associado a técnicas de controle social que dissimulem a existência da estrutura de classes e impeçam a sua livre explicitação.

O fracasso das elites econômicas de São Paulo, no momento da transição para o trabalho livre e quando se firma o primado das relações especificamente capitalistas, em realizar "por cima" a universalização da agenda da ordem social competitiva, em nome do cumprimento do programa liberal-radical de difundir o *capitalismo como estilo de vida*, teria como conseqüência destiná-la a uma construção "por baixo", cuja orientação estivesse voltada a derruir o padrão de heteronomia social prevalecente na sociedade brasileira, suposto da organização patrimonial. Tal construção, por isso mesmo, deveria ter como ponto de partida a afirmação dos interesses dos indivíduos expostos ao estatuto da dependência pessoal ou de cidadania precária do ponto de vista político e social. O nó górdio a ser cortado, a fim de se encontrar passagem para a ordem social competitiva, não estaria, então, no Estado nem no interesse *em geral*, mas sim em um certo tipo de interesse, que, ao ser livremente manifestado, fosse dotado da propriedade de conformar identidades autônomas, instância nova sem a qual não se poderia romper efetivamente com o legado da herança patrimonial.

Nesse novo caminho para a inquirição do caráter do patrimonialismo brasileiro, do qual resulta a troca de foco do Estado para a sociedade, a percepção da política e do Estado deveria ter o exclusivo agrário como ponto de partida, dado que somente aí se poderia surpreender, no contexto puro da dominação senhorial, a trama da sociabilidade que envolveria os indivíduos submetidos à situação de dependência pessoal, condição para se desvendar o modo particular de articulação entre a dimensão do público e a do privado e a do Estado com a sociedade, pondo-se a nu as conexões internas, vigentes na modelagem da ordem burguesa no país, entre o plano do racional-legal e o do patrimonial. Com essa perspectiva sociológica, que procura combinar analiticamente os micro e os macrofundamentos responsáveis pela formação do Estado, se joga uma nova luz sobre a dimensão do interesse, que deixa de ser percebido como o lugar da inovação e de resistência ao patrimonialismo, e sim da conservação do *status quo*.

Maria Silvia de Carvalho Franco, no seu clássico *Homens livres na ordem escravocrata*, ao utilizar o argumento de Weber sobre a singularidade da organização burocrática estatal no Ocidente moderno, demonstra empiricamente como, aqui, nas condições de escassez de recursos que pudesse suportar a ação do Estado, o processo de expropriação do servidor público dos meios materiais da administração teria sido apenas formal, na medida em que, na realidade, boa parte desses meios era financiada com recursos privados. Foi a pobreza da agência estatal, e não a sua natureza pretensamente quase oriental, que teria dado como resultado não desejado a fusão entre o público e o privado, permitindo, assim, que o exercício do poder originário do cargo público pudesse ser traduzido na busca de fins estritamente particulares (Franco, 1969:cap. III). Investigando as condições de funcionamento, no século passado, das Câmaras Municipais do Vale do Paraíba, a autora exprime, de modo exemplar, a versão weberiana que inscreve o patrimonialismo brasileiro como de caráter societal e de raiz agrária:

[...] na base do desenvolvimento da burocracia na administração pública, está um caráter essencial: o processo de expropriação do servidor público dos meios materiais da administração, separando-se com nitidez os recursos oficiais dos bens privados dos funcionários. Pelo que já ficou exposto, vê-se como esse processo de expropriação, no Brasil do século XIX, foi sustado pelo insuperável estado de penúria a que estavam sujeitos os órgãos públicos. Embora mantidos os gastos sempre dentro do imprescindível à preservação dos bens e à continuidade dos serviços do Estado, mesmo para esse mínimo, os recursos oficiais eram escassos, compensando-se essa falta pelas incursões aos bolsos dos cidadãos e das autoridades. E o resultado disto foi que, em lugar do funcionário público tornar-se cada vez mais um executivo que apenas gere os meios da administração, manteve-se preservada a situação em que ele detinha sua propriedade. Isto significa, evidentemente, que ele os podia controlar autonomamente, *pois ele os possuía*. Seu era o dinheiro com que pagava as obras; seu, o escravo cujos serviços cedia; sua, a casa onde exercia as funções públicas (idem:126, ênfases no original).

Distante, pois, da interpretação que caracteriza o Estado como uma instância radicalmente autônoma da sociedade, como na literatura que o compreende

como patrimonial e responsável pelo *atraso*, a versão que identifica o patrimonialismo brasileiro como fenômeno societal, o percebe, em chave oposta: a imagem do *Estado tutelar* não passaria de uma simples aparência a dissimular a sua natureza efetiva de *Estado instrumento*. Embora moderno, na medida em que sua burocracia administrativa estaria referida aos princípios da ordem racional-legal, as suas ações seriam "corrigidas" no plano da vida local — os "pequenos reinos" dos senhores de terras —, sendo permanentemente "negado enquanto entidade autônoma e dotada de competência para agir segundo seus próprios fins", a vida privada prolongando-se para dentro da vida pública, "mantendo, também nesta, a dominação pessoal" (idem:135, 138 e 230).

O elemento retardatário teria a sua origem na sociedade civil, a partir da estruturação do modo de propriedade e das relações de trabalho nela prevalecentes, e não no Estado, impondo a este uma fórmula bifronte, combinando ambiguamente a dominação racional-legal com a tradicional, e àquela um amorfismo que lhe teria impedido de conhecer, quando da passagem para o trabalho livre, uma estrutura de classes de tipo capitalista, o poder pessoal interditando ao seu objeto — o "homem pobre" — a percepção de si como detentor de direitos e interesses próprios, e ao seu sujeito — os grupos dominantes — a identificação dos seus objetivos econômicos comuns a fim de agirem com unidade (idem:231). Dessa forma, para que a matriz do interesse viesse a produzir seres sociais dotados de autonomia e de identidade social definida, importaria, de um lado, erradicar as formas de patrimonialismo societal preservadas no processo de modernização da sociedade brasileira, e, de outro, por um fim na tradicional capacidade da esfera privada de invadir a esfera pública, convertendo-a em um instrumento seu.

O diagnóstico formulado por essa interpretação se fazia singularizar, entre outros motivos, pela compreensão de que *atraso* e *moderno* não se achavam, devido à forma de desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, em contraposição agonística, mas combinados, levando à acomodação princípios antitéticos que se fundiriam de modo heteróclito no Estado, como acima se procurou explicar. Com esse argumento de fundo, o processo de modernização capitalista, com base em uma industrialização politicamente induzida, tal como teve curso a partir de 1930, intensificando-se nas duas décadas seguintes, vai ser entendido como uma confirmação, já em um contexto especificamente capitalista, do compósito em termos de princípios e de sistema da ordem que teria presidido a nossa formação, uma vez que ele se cumpriria sem liberar a manifestação da estrutura de classes e sem deslocar as elites tradicionais do interior do Estado.

O nacional-desenvolvimentismo consistiria na nova práxis burguesa por meio da qual se garantiria continuidade a essa velha solução brasileira, compatibilizando os ideais de modernização econômica das novas elites com a preservação do domínio das oligarquias tradicionais — que ainda reteriam grande parte da população do campo sob o estatuto da dependência pessoal. Por definição, de sustentação pluriclassista, o *regime* nacional-desenvolvimentista consistiria em uma inovação no sistema da ordem ao admitir, pela via da estrutura corporativa sindical e da outorga da legislação protetora do trabalho, a incorporação dos trabalhadores do mercado formal urbano às instituições e à ideologia de Estado, impondo a eles, em contrapartida, uma situação de heteronomia, com o que se

esperava reforçar a sua legitimidade e conferir ao seu projeto o simulacro de uma representação dos interesses da coletividade como um todo (Fernandes, 1976).

É sobre esse assentamento conceitual que a chamada teoria do populismo, com uma influência weberiana mais velada do que explícita — também inspirada, em seus inícios, pela obra do importante sociólogo ítalo-argentino, Gino Germani [1] —, vai encontrar a sua base para a explicação do Brasil, na qual, ao contrário do eixo analítico que a inspira, além de se perder a fina conexão entre *atraso* e *moderno*, presente em Fernandes e Franco, a ênfase no macroestrutural vai ceder lugar ao tema da subjetividade, dimensão estratégica onde se radicaria a vontade do ator moderno, sem cuja vigorosa manifestação não se afastariam os constrangimentos estruturais que impediriam a construção de uma identidade autônoma de classe do operariado brasileiro moderno [2].

A teoria do populismo vai se tornar, a partir dos anos 60, particularmente depois do golpe militar de 1964, a linguagem comum dos que entendiam que a miséria brasileira se devia ao fato de a racionalidade ocidental estar, aqui, submersa e condicionada à ordem privada de estilo patrimonial, que se faria preservar nas coalizões pluriclassistas entre elites modernas e tradicionais e o sindicalismo jurisdicionado pela estrutura corporativa. O sindicalismo, como lugar de identificação e de agregação de interesses dos trabalhadores, seria a instância privilegiada de onde se poderia impor a ruptura com a forma heteróclita de Estado, cuja função manifesta consistiria em resguardar, no curso do processo de modernização, a conservação da tradição e os modos de controle social de caráter extra-econômico sobre a força de trabalho, isto é, não especificamente capitalistas.

O populismo resultaria da manipulação das massas trabalhadoras, em sua maioria com origem no mundo rural, mediatizada pela ação carismática de um líder, as quais seriam incorporadas ao sistema da ordem pelo duplo caminho de acesso aos direitos sociais e pelo uso de cursos simbólicos de integração, com o que se procurava levá-las à abdicação da autonomia enquanto classe e à perda de distinção dos seus interesses em favor dos interesses da coalizão de elites à testa do Estado. O carisma, no caso, não se comportaria como uma ação propiciatória ao encantamento do mundo e como um *fiat* do novo, cumprindo o seu papel em um processo de conservação com mudança controlada, pondo o interesse — e não apenas dos trabalhadores — sob a tutela da racionalização burocrática do Estado. O apelo ao carisma seria, então, um recurso do *atraso*, e contra ele se deveria insurgir o interesse do trabalhador, cuja racionalização nos sindicatos reclamaria o mercado como direção principal — e não o Estado, que negaria a construção da sua autonomia —, onde o *moderno* que lhe seria intrinsecamente constitutivo encontraria campo livre para estabelecer as raízes, ao longo do tempo e a partir "de baixo", de uma nova forma de Estado.

Como interpretação do Brasil e como ideologia orientada para a ação, a teoria do populismo nasce sob o registro do interesse moderno dos trabalhadores industriais e da necessidade da sua emancipação dos mecanismos de cooptação por parte do Estado. Nesse sentido, o seu paradigma é o mercado de São Paulo e a sua unidade estratégica de análise é o sindicalismo daquele

estado da Federação. Centrada nos problemas da representação sindical e política dos trabalhadores industriais, essa teoria relega ao abandono o veio analítico da sociologia agrária e do movimento dos personagens sociais originários do campo, com o que induz a percepção do *atraso* como uma região social a ser colonizada por aqueles. Não à toa, muitas das correntes de opinião da esquerda, que, nos anos 70, acolheram a explicação da teoria do populismo, se voltaram, anacronicamente, para a experiência dos Conselhos Operários da época da juventude de Gramsci em Turim, na expectativa de mudar a sociedade e o Estado a partir das fábricas. Nesse particular, a teoria do populismo, inesperadamente, vinha reforçar o campo explicativo da versão weberiana de patrimonialismo *de* Estado, na medida em que, como ela, se limitava a contrapor à coalizão moderno-atraso, tradicionalmente prevalecente no sistema da ordem, a explicitação social do *moderno*, sem política e sem alianças com as classes retardatárias dos setores subalternos: o "operário" que emerge da teoria do populismo não está vocacionado, por definição, a se aliar ao camponês.

Essas versões weberianas na interpretação do Brasil, distantes entre si, como se tem procurado demonstrar, guardam, no entanto, algumas afinidades, sobretudo o paradigma paulista e a valorização da matriz do interesse como estratégicos para a democratização do país. Mais substantivamente, o diagnóstico da modernização operada em chave neopatrimonial, conforme a primeira versão aqui sumariada, e o da realizada, na segunda versão, sob o pacto nacional-populista, ambos indicando a necessidade de uma ruptura histórica com a tradição, apresentam elementos comuns, principalmente na indicação do papel negativo do Estado na formação da sociedade brasileira contemporânea. Entre tantas, a maior diferença que as distingue está na compreensão do tema estratégico do interesse, emancipatório *em geral* para uma, e, *em particular*, para a outra, e somente na medida em que está associado à questão da autonomia e da identidade de classe.

Essas versões fizeram fortuna — embora nem sempre estivesse visível, em especial em fins da década de 80 e no começo da de 90, o que as singularizava irredutivelmente —, e consistiram no suporte ideal das forças políticas que, após a promulgação da Constituição de 1988, se fizeram dominantes na opinião pública e nos segmentos organizados da sociedade, vindo, mais tarde, a assumir configuração partidária no PSDB e no PT, não por acaso originários do Estado de São Paulo (Barboza, 1995), o primeiro deles, como notório, ocupando a Presidência da República, e, o segundo, o lugar de maior partido de oposição do país. Contudo, a emancipação dos interesses da política dos do Estado não o tem feito virtuoso, assim como a desqualificação da idéia de República em favor da de mercado não tem produzido indivíduos dotados de direitos e gozando de iguais oportunidades na vida. O *moderno* interesse das elites econômicas de São Paulo, agora como antes, na Primeira República, somente se faz hegemônico no campo da política ao se coligar com as oligarquias — exemplar a aliança governamental entre o PSDB e o PFL —, as quais se utilizam do Estado e dos seus recursos a fim de reciclar e atualizar o seu domínio e identidade de classe. De outra parte, o *moderno* interesse dos trabalhadores industriais, apesar do vigor demonstrado nas grandes movimentações sociais dos anos 80 e da relativa força eleitoral do partido a que deu nascimento, ao dar as costas ao

tema republicano e se tornar prisioneiro do seu interesse particular, não se vem revestindo de capacidade de universalização.

Sob o império do interesse, uma década depois de promulgada a mais democrática Carta constitucional que o país já conheceu, pode-se constatar, contra os melhores votos formulados pelas interpretações dominantes sobre o Brasil, que a ordem racional-legal não se faz acompanhar necessariamente de mais justiça — ademais, com o Executivo ultrapassando o Legislativo em matéria de legislação pelo uso das Medidas Provisórias, nem previsibilidade ela pode garantir —, assim como uma estrutura de classes sociologicamente "limpa" não erige automaticamente sobre si uma representação política que favoreça as maiorias. O *moderno*, pois, não veio a *encantar* o mundo dos brasileiros, pondo-os em um faroeste idílico propício à livre iniciativa e à realização de trajetórias individuais venturosas, mas a racionalizar a sua vida a partir de valores de mercado, como, aliás, seria de esperar de uma previsão weberiana.

As linhas principais dessas interpretações do Brasil se tornaram idéias-força e se encontraram com os atores que as conduziram à concretização — e, nisso, comprovaram o seu caráter não arbitrário —, mas o seu êxito intelectual e político está muito distante dos resultados práticos previstos nos seus diagnósticos: a *malaise*, se muda o cenário, é a mesma e se aprofunda nos níveis de exclusão e fragmentação social. Mais do que isso, o movimento novo que reanima a sociedade vem de um lugar insuspeitado: do *atraso* e da *ralé de quatro séculos*, onde o interesse é como se fosse virtual, uma expectativa e não um fato tangível, fora do mercado e do mundo dos direitos constituídos, dos trabalhadores *sem* terra. Esse movimento é, por natureza, republicano, na medida em que se dirige necessariamente ao Estado e à arena pública a fim de converter à cidadania indivíduos destituídos de direitos e até de interesses — salvo o natural de conservar a própria vida, uma vez que sequer fazem parte da força de trabalho, constituindo-se em "sobra" consolidada da população. Além disso, como o seu interesse não se reveste de materialidade, ao contrário do que ocorre com o campesinato clássico, para que ele venha à luz é indispensável a organização prévia e a concepção de uma adequada rede social que viabilize sua resistência nas invasões de terra e nos acampamentos. Dessa forma, ao menos para nascer, o seu interesse requer a virtude, intrínseca à sua manifestação a fórmula tocquevilliana do "interesse bem compreendido".

Nessa hora em que se esgotam as perspectivas de boa sociedade contidas nas promessas feitas pelas interpretações hegemônicas sobre o Brasil, em que cabia ao *moderno*, no "mercado" político e no mercado propriamente dito, dar passagem à liberdade e à igualdade, a relação entre*atraso* e República pode apontar para um recomeço. Em primeiro lugar, porque os seus temas de fundo são o da ampliação da cidadania e o da defesa da sociabilidade contra o que seria a naturalidade dos mecanismos de mercado em um mundo globalizado; e, em segundo, porque importa uma reabertura da avaliação da nossa história, e, com ela, do que foi a nossa Ibéria, certamente uma república de poucos, embora tenha se mostrado apta à incorporação dos setores emergentes na sociedade brasileira, como se verificava no imediato pré-64. Decerto que ela ficou para trás, como também ficou a idéia do Estado nacional como uma comunidade superposta aos interesses dos indivíduos que o compunham.

O interesse sem República, não importa quem seja o seu portador, vive a lógica do mercado, e a questão reside, então, na possibilidade de ela ser construída a partir de uma nova sociabilidade que se credencie a resolver a velha dissociação entre as esferas do público e do privado, para o que ainda são referências importantes as obras de Tocqueville e Gramsci, assim como o esforço da teoria contemporânea no sentido de fundamentar uma democracia deliberativa, com todas as suas implicações sobre uma reforma ético-moral — como a queria Gramsci, por exemplo — que venha a deslocar a questão da eticidade do plano do Estado para o da sociedade civil. A República é um espaço comunitário, em que os interesses também expressam valores e uma certa história comum; o grande desafio para uma nova interpretação do Brasil está em abrir o campo de indagações e possibilidades a fim de que a *física* moderna dos interesses "bem compreendidos" — vale dizer, do interesse dotado de capacidade de universalização na medida em que também venha a expressar valores públicos — se encontre com a *metafísica* brasileira [3], pondo-a sob a sua direção, e traduzindo para o plano da sociabilidade a tradição de valorização do público que a Ibéria praticou no interior do seu Estado, cumprindo assim o programa republicano de formar uma comunidade de cidadãos com iguais direitos à vida e à realização pessoal e que tenha a sua história como um dos sistemas de orientação que a projetem para a frente.

Luiz Werneck Vianna é professor do Iuperj e autor, entre outros, de *Liberalismo e sindicato no Brasil*.

Notas

[1] Particularmente influente foi a sua *Sociología de la modernización* (Germani, 1969).

[2] Sobre o ponto, ver, de F. Weffort, *Sindicatos e política*, obra de ampla recepção entre os cientistas sociais brasileiros dos anos 70 e 80 (Weffort, s/d).

[3] Sobre a *metafísica* brasileira e suas relações com o mundo dos interesses, ver *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Werneck Vianna, 1997) e *O quinto século — André Rebouças e a construção do Brasil* (Rezende de Carvalho, 1997).

Referências bibliográficas

BARBOZA FILHO, Rubem. (1995). "FHC: os paulistas no poder". In: VV.AA. *FHC: os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial.

CARVALHO, José Murilo. (1980). *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Campus.

FAORO, Raimundo. (1975). *Os donos do poder*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Globo/Ed. da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Florestan. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

----------. (1976). *A sociologia numa era de revolução social* (2. ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. (1969). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros-USP.

GERMANI, Gino. (1969). *Sociologia de la modernización*. Buenos Aires: Paidós.

MELO, Manoel Palácios Cunha. (1997). *As ciências sociais no Brasil*. Tese de Doutorado, IUPERJ.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. (1997). *O quinto século — André Rebouças e a construção do Brasil*. Tese de Doutorado, IUPERJ.

SCHWARTZMAN, Simon. (1982). *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus.

WEFFORT, Francisco C. (s/d). *Sindicatos e política*. Tese de Livre-Docência, USP.

WERNECK VIANNA, Luiz. (1997). *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

Fonte: Especial para *Gramsci e o Brasil*.

19-As raízes do Brasil e a democracia

http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1722

Brasílio Sallum Jr. - Dezembro 2014

A noção de democracia, tal como usada por Sérgio Buarque de Holanda, tem grande complexidade, o que permite ao analista que dela se utiliza evitar enganos advindos, por vezes, do uso de viseiras conceituais estreitas, tendentes a produzir conhecimentos claros mas simplórios. Esta complexidade, porém, oferece suas próprias dificuldades, pois o termo diz respeito a distintas dimensões da vida social, elas próprias dependentes da estrutura e dinâmica da vida social subjacente.

Com efeito, em *Raízes do Brasil*, o termo democracia se refere, às vezes, a um padrão de relações de poder entre distintas camadas e grupos sociais, apontando portanto para a dimensão sociopolítica da sociedade. Neste sentido,

ela designaria realidades existentes talvez em outras partes, mas não no Brasil daqueles tempos. No momento em que o livro foi publicado, ela estaria, apenas, em gestação. Portanto, democracia neste sentido é um contraponto à relação oligárquica e pode designar um modo de organizar a vida política que o analista identifica como futuro provável decorrente das tendências de transformação social em operação em determinada sociedade.

Outras vezes, o termo democracia remete ao plano cultural — da cultura política. Ela designa aí ideologia, uma representação social que adorna, que ornamenta relações não democráticas de poder. Ainda no plano da cultura política, ela pode designar, ao contrário, valores e modos de organização política não prevalecentes no país, sintonizados com relações sociopolíticas democráticas, contrapostos aos predominantes, ancorados em nossa tradição Ibérica. Neste sentido, ela designa aspiração coletiva e não apenas uma forma de organização política que o analista identifica como tendente a se realizar.

A discussão que aqui se fará da noção de democracia tal como utilizada em *Raízes do Brasil* tem relevância não só do ponto de vista da interpretação de um dos clássicos do pensamento social brasileiro. Creio que o modo como Sérgio Buarque reflete sobre a noção em pauta pode ser iluminador no exame do presente histórico.

Como em *Raízes do Brasil*, a noção de democracia aparece em contraponto à tradição ibérica, começarei pela exame desta tradição. Discutirei, depois, a noção de democracia e as relações complexas que mantém com a sociedade como um todo; por último, examinarei as dificuldades para sua implantação nos países da tradição ibérica, como o Brasil.

Personalismo, oligarquia e patrimonialismo

A dupla referência que fiz ao futuro — sublinhando que a democracia em *Raízes do Brasil* aparece como aspiração social ou como realidade em gestação que o analista identifica — mostra bem o problema que Sérgio Buarque tinha em vista ao elaborar seu ensaio. Com efeito, o problema central do livro não é reconstituir o passado do Brasil, nossas raízes enquanto tais; é desvendar o *processo de transição sociopolítica* experimentado pela sociedade brasileira.

É no último capítulo, como atesta o seu título — “nossa revolução” — que o cerne do livro vem à tona plenamente. Mas a questão percorre toda a obra, mesmo quando o texto parece só ter em vista o passado. Ao examinar as concepções, instituições e formas de vida gestadas por nossos antepassados, Sérgio Buarque o faz tendo em vista que elas ainda oprimem — como diria Marx — o cérebro dos vivos.

O que se quer identificar no livro é qual passado estava então para ser superado e qual futuro embrionário estava contido naquele presente histórico. É claro que os episódios e formas de sociabilidade examinados no livro podem decerto ser situados no tempo, mas sua intenção não é reconstituí-las como passado encapsulado e desconectado do presente. Seu objetivo, ao invés, é reconstruir fragmentos de formas de vida social, de instituições e de mentalidades, nascidas

no passado, é certo, mas que tomavam parte da constituição da identidade nacional que Sérgio Buarque acreditava estar em curso. *Raízes do Brasil* não é, assim, um livro de história. Ele usa a matéria legada pela história para identificar as amarras que bloqueiam no presente o nascimento de um futuro melhor.

Há, pois, que ter cautela com a interpretação que entende ser o objetivo de *Raízes do Brasil* reconstituir a identidade nacional brasileira, aquilo que nos singularizaria como sociedade [1]. Cautela, porque trata-se em *Raízes* de reconstituir a identidade brasileira "tradicional" apenas como um dos componentes do presente, como o elemento do passado que ainda conforma parcialmente o presente mas que, no entender de Sérgio Buarque, tendia a ser superado pelo processo de transformação social que perpassava a sociedade brasileira. Assim, para Sérgio, a identidade brasileira estava em devir, em construção.

No entanto, em *Raízes do Brasil* a tensão inerente à práxis histórica não derivava apenas da "nossa revolução". Antes mesmo de que iniciasse a história nacional brasileira, ainda no início da aventura portuguesa na América, sublinha-se a tensão entre passado e presente, entre legado institucional e condições sociais e materiais. Esta tensão é entendida como característica dos fenômenos examinados. Assim, no momento mesmo de colonização portuguesa, Sérgio Buarque sublinha a ambiguidade da experiência decorrente da nova sociedade ser fruto da colonização europeia e não se amoldar bem à sua herança social. Este é o tema das primeiras frases do livro: "A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante" (Buarque de Holanda, 1993, p. 3).

Parece, assim, que as transformações iniciadas no século XIX, que tiveram na Abolição o seu epicentro, reinstauraram na sociedade brasileira um descompasso que Sérgio Buarque sublinha ter havido nos albores da colonização, quando os portadores das instituições transplantadas tiveram que enfrentar o desafio de condições naturais e sociais diferentes das existentes no mundo ibérico.

Em meados dos anos 30, Sérgio Buarque sublinha, mais uma vez, o descompasso; mas, agora, com sinal contrário. *Já não é a rusticidade da matéria que resiste às formas institucionais do legado ibérico; agora é a tradição ibérica e sua encarnação institucional que constrangem a construção de uma nova sociedade, divergente em relação à tradição herdada.*

Que tradição ibérica é esta a que Sérgio Buarque se referia?

Trata-se do personalismo. No seu cerne estava uma concepção da natureza humana que portugueses e espanhóis compartilhavam antes e ao longo do processo de colonização da América. Com efeito, predominava na Península Ibérica — por oposição às concepções reinantes na Europa de além Pirineus — a cultura da personalidade, a valorização extremada da pessoa, de sua autonomia em relação aos seus semelhantes. Em lugar, da subordinação aos valores e normas das coletividades estamentais, para os ibéricos, sublinha

Sérgio, o índice do valor de um homem pode ser inferido da extensão em que não dependa dos demais.

Este sentimento da dignidade própria a cada indivíduo, mesmo tendo se universalizado, inclusive entre os plebeus, nasceu da nobreza, como ética de fidalgos. A burguesia ascendente, em lugar de contrapor-se a ela, assimilou-a. De fato, a frouxidão da estrutura social, a permeabilidade das hierarquias — em contraste com as barreiras existentes onde o feudalismo imperava — permitira que artesãos e mercadores citadinos ascendessem socialmente em Portugal sem grandes obstáculos, já na época da Revolução de Avis, no século XIII. Estas facilidades explicam — segundo Sérgio — por que a burguesia mercantil não precisou em Portugal adotar um modo de viver e pensar absolutamente novo, que marcasse permanentemente o seu predomínio. Ao contrário, procurou associar-se às antigas classes dirigentes e assimilar muitos dos seus princípios, "guiar-se pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista" (BH, 1993, p. 8).

Em suma, no mundo ibérico a cultura da personalidade associava-se a certa frouxidão da estrutura social, a uma falta de hierarquia organizada, em que os privilégios hereditários jamais tiveram influência muito decisiva, importando menos o nome herdado que o prestígio pessoal, relacionado com "a abundância dos bens de fortuna, os altos feitos e as altas virtudes" (BH, 1993, p. 9).

Não se reconhecia esta autonomia aos que dependiam (filhos, mulheres, etc.) dos que portavam na sua plenitude a condição de pessoas. O mesmo ocorria com os que viviam de trabalhos mecânicos. O personalismo ibérico, fazendo a apologia da autonomia da pessoa, concebia a ação sobre as coisas, sobre objetos exteriores, como aceitação de uma lei estranha ao indivíduo, que aviltaria e prejudicaria a própria dignidade. É por isso, escreve o nosso Autor, que "é compreensível que jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. [...] E assim, enquanto os povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se largamente no ponto de vista da antiguidade clássica [...] de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor" (BH, 1993, p. 10).

Desta concepção personalista de autonomia da pessoa resultam três consequências para as relações entre os homens. Dela resulta, segundo Sérgio, boa parte da fragilidade das formas de associação baseadas em solidariedades livremente pactuadas. A própria carência de uma moral do trabalho no mundo ibérico reforça a pouca capacidade de organização social autônoma. De fato, onde impera uma moral do trabalho, o esforço humilde, anônimo e desinteressado tende a produzir a solidariedade de interesses, a organização racional e a coesão entre os homens. Entre os hispânicos, pois, a solidariedade não emerge da compatibilização de interesses; surge mais frequentemente de vínculos sentimentais — solidariedade entre parentes ou amigos, círculos necessariamente limitados e particularistas.

Segundo aspecto. Ao exaltar o mérito pessoal — riqueza, feitos ou virtudes — frente aos privilégios herdados, o personalismo distingue-se obviamente do

universo de pensamento inerente ao feudalismo da Europa além dos Pirineus. Contra esta subordinação dos indivíduos à coletividade, o personalismo é uma forma de individualismo. Mas afasta-se também do individualismo moderno. Este pressupõe uma igualdade essencial entre os homens; para o personalismo, ao contrário, a desigualdade é o resultado inevitável da competição entre eles; alguns homens seriam mais, outros menos talentosos, uns mais, outros menos dependentes dos demais. Pode-se dizer, quando muito, que o personalismo é um individualismo aristocrático, de uma aristocracia aberta ao talento.

Terceiro aspecto. As tendências anárquicas inerentes à exaltação da personalidade e as dificuldades de gestação de formas livremente pactuadas de organização social convertem os governos no único princípio organizador das sociedades ibéricas. Diz-se em *Raízes*: “em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (p. 4). A estabilidade política aqui só poderá surgir de uma alternativa, a renúncia à personalidade, à autonomia da pessoa, em vista de um bem maior. Renúncia conducente à obediência cega, disciplinada, a uma potência externa. Entre os povos ibéricos, “a vontade de mandar e de cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem” (BH, 1993, p. 11).

Desta forma, a instabilidade política — a oscilação entre a anarquia e a ditadura — torna-se inevitável, uma constante da vida social, um pressuposto sociopolítico do personalismo.

Essa “cultura política”, centrada no personalismo, encarnou-se no Brasil-colônia na família patriarcal, centro de toda sua organização social. Seguindo as normas do antigo direito romano-canônico, preservadas na Península Ibérica, a família patriarcal incluía no seu círculo não só os parentes de sangue mas também os agregados, os escravos domésticos e das plantações. Nela, o pátrio poder era quase ilimitado, mantendo-se quase imune às pressões ou restrições de fora. A propriedade rural como um todo estava sujeita à sua vontade. E ela própria era um organismo que, em princípio, bastava-se a si mesmo, tendia à autarquia. Tinha escola, capela, produzia sua alimentação cotidiana, os móveis e apetrechos do engenho saíam de suas serrarias.

Foi este o modelo de organização social que, ao ver de Sérgio Buarque, se projetou para toda a vida social colonial, priorizando o particularismo e os laços afetivos. Com efeito, a família patriarcal foi o elo social através do qual a tradição personalista e aventureira herdada dos colonizadores portugueses se aclimatou entre nós e acabou por imprimir sua marca na sociedade com um todo, mesmo quando, depois da Independência, desenvolveram-se os centros urbanos e decaiu a velha lavoura. Com efeito, na ausência de uma burguesia urbana independente, as principais ocupações citadinas acabaram sendo preenchidas por donos de engenhos, lavradores ou seus descendentes, os quais acabaram por transportar para as cidades a mentalidade, os preconceitos e, na medida do possível, o estilo de vida originário dos domínios rurais.

Como o patriarcalismo marcou a organização política da sociedade brasileira independente? Como se acomodam o particularismo de origem patriarcal ao universalismo da forma-estado, instituído pela Independência?

O processo pelo qual o universal suplanta o particular foi acompanhado de crises mais ou menos prolongadas. No caso brasileiro, assegura Sérgio Buarque, a situação seria tanto mais problemática porque a família de tipo patriarcal, aqui predominante, tende a absorver intensamente os seus membros na comunidade doméstica — marcada pelos laços de afeto e de sangue, pela reduzida autonomia e senso de responsabilidade própria de seus membros. A preocupação central de Sérgio Buarque não estava tanto nas dificuldades gerais de adaptação dos indivíduos à ordem social individualista moderna. Estava nas consequências do predomínio do patriarcalismo sobre o funcionamento das modernas instituições societárias, especialmente as atividades estatais.

De fato, para ele, o indivíduo formado em um ambiente dominado pelo patriarcalismo dificilmente conseguirá distinguir entre o domínio privado e o domínio público e, portanto, a coisa particular do bem público. Tende a comportar-se como um funcionário "patrimonial", para o qual — segundo Max Weber — "a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem as garantias dos cidadãos" (BH, 1993, p. 106).

Este seria o caso do Brasil — escrevia Sergio Buarque nos anos trinta e quarenta do século XX. Aqui quase sempre teria predominado, tanto na administração pública como em outras áreas, o modelo de relações gerado na vida doméstica — a esfera dos laços afetivos e de parentesco.

Vale sublinhar que esta concepção de patrimonialismo diz respeito a uma forma de domínio em que agrupamentos políticos enraizados em grupos particularistas da sociedade — desdobramentos da família — produzem um viés na esfera pública, submetem o Estado e o interesse geral. Nessa concepção, não é o Estado a potência universal que organiza a sociedade, mas são os particularismos desta que submetem o Estado. Oscilando entre a descentralização tendente à anarquia e à centralização tendente ao governo forte, o Estado patrimonial nada mais é do que domínio oligárquico.

Assim sendo, há uma afinidade entre a cultura política nucleada no personalismo, o domínio oligárquico e o Estado patrimonial. Esta cultura e esta ordem política ainda vigoravam no Brasil quando Sérgio Buarque escrevia *Raízes do Brasil*, apesar das transformações ocorridas na estrutura social brasileira, expressas na urbanização acelerada e no crescimento industrial. Vigoravam mas eram cada vez mais contraditórias com as modificações que ocorriam no plano socioeconômico.

Retomamos, portanto, o tema do descompasso a que nos referimos parágrafos atrás: para Sérgio Buarque, as transformações sociais revolucionárias que

perpassavam a sociedade brasileira, mesmo depois da Abolição, ainda não tinham encontrado uma boa "tradução" seja no plano das relações de poder entre agrupamentos sociais e seja no das instituições políticas. Daí a célebre frase: "a democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns temas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos" (BH, 1993, p. 119).

Personalismo, oligarquia e democracia como adorno, decoração a ocultar os privilégios oligárquicos. Isso valia para o período da Monarquia e mais ainda para a República Liberal. Uma e outra expressavam no plano político o predomínio da grande lavoura exportadora tradicional e o poder social restrito de agrupamentos que eram desdobramentos da família patriarcal numa época em que elas já perdiam o predomínio na economia e na sociedade. A República, neste sentido, constituía forma institucional mais anacrônica do que a Monarquia, porque o processo de revolução social subjacente a ambas se acelerara depois da Abolição.

Individualismo e liberal-democracia

Toda a argumentação anterior mostra que, em *Raízes do Brasil*, a noção de democracia referia-se a uma relação política inexistente no Brasil, mas que apontava para uma *aspiração cujo suporte social e político estava ainda em construção*; ela se definia em contraponto aos valores do personalismo e às relações sociopolíticas oligárquicas. Estas relações oligárquicas de mando se materializavam, institucionalmente, no Estado patrimonial e se assentavam no predomínio agrário, na família patriarcal e na escravidão, excluindo do corpo político uma grande parte do indivíduos subordinados ao Estado.

Democracia, pois, em *Raízes do Brasil*, refere-se a uma *relação sociopolítica* e a uma *cultura política*; esta entendida como *aspiração* cuja realização dependia da superação da oligarquia no plano sociopolítico. Mas não é só: a liberal-democracia desacompanhada de uma base sociopolítica correspondente e de valores universalistas é entendida em *Raízes* como ideologia, adorno conveniente, da oligarquia; neste sentido, dizia SBH, não passa de "mal-entendido".

Sublinhe-se, porém, que, se a democracia era, em *Raízes do Brasil*, dimensão utópica, que transcendia o *status quo* oligárquico, ela não era a única nem a mais importante das aspirações das forças políticas que disputavam a hegemonia na conjuntura política conturbada dos anos 1930. Com efeito, a democracia não era aspiração muito generalizada no Brasil e no mundo quando da primeira edição de *Raízes*, em 1936 [2]. Pelo contrário, a década de 1930 foi dominada pela reação ao que Karl Polanyi denominou "civilização liberal", cujo apogeu ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial (Polanyi, 1980). A década de 1920 já foi dominada por tentativas de preservação daquela ordem e pelas primeiras reações políticas contra ela. A crise de 1929 encerrou todas as possibilidades de

preservar a “civilização liberal” e favoreceu as reações políticas a que nos referimos, em geral divergentes em relação à democracia.

As instituições centrais dessa civilização liberal, cujo epicentro fora a Inglaterra, tinham tido grande capacidade de regular as relações entre Estados, as trocas internacionais e as políticas econômicas dos estados nacionais que se incluíam no seu âmbito. Foram seus pilares a política de equilíbrio de poder na Europa, o padrão-ouro como regulador do cambio de moedas, o caráter liberal dos estados e o livre-câmbio nas trocas internacionais. Como resultado, tinha sido muito diminuto o grau de autonomia econômica dos estados, que obrigavam-se a rezar pela cartilha liberal da Inglaterra, principal potencia militar da época.

As reações à “civilização liberal“ incluíram o nazismo, na Alemanha e na Áustria, o fascismo na Itália, o New Deal nos EUA e várias formas de nacionalismo e autoritarismo. As reações antiliberais brasileiras foram a “revolução de 1930” e seus desdobramentos posteriores; tais reações, porém, não foram uniformes, incluindo e mesclando movimentos sociais, políticos e intelectuais muito distintos — que foram desde o integralismo até o comunismo. Do entrechoque entre tais movimentos e os remanescentes do poder oligárquico acabou resultando o golpe de 1937 e a instituição, pelo poder central presidido por Vargas, do Estado Novo.

Neste contexto, de reafirmação da nação e do Estado forte, ressalta o caráter invulgar da defesa feita por SBH dos valores e das relações democráticas de poder. Já quando da segunda edição, em 1948, a vitória dos aliados — embora a Rússia soviética estivesse entre eles — produziu um clima político muito favorável à democracia, reforçando a mensagem do livro. Este novo “clima político” não reduziria, porém, a originalidade das ideias de SBH sobre a democracia; mesmo como aspiração ela não deixaria de ser pensada em seus fundamentos sociais e culturais singulares.

O fundamento social mais amplo, cujo dinamismo contrariava o poder oligárquico e alimentava as esperanças de realização da utopia democrática, era a já mencionada “revolução” que transformava as relações socioeconômicas em que se assentava o poder político. Tais transformações mudaram o epicentro da vida social, destituindo o mundo agrário e a família patriarcal da proeminência que tinham nas primeiras décadas de vida política independente do Brasil. A monarquia dera forma política estável ao poder oligárquico que organizava a vida política nacional. Mas só com o fim da escravidão SBH considera terem tido as transformações socioeconômicas impulso decisivo, acelerando o ritmo de transição histórica.

A Abolição encerra uma dupla inovação, pouco explorada em *Raízes do Brasil*. A primeira foi ter dado impulso à liberdade de firmar contratos para os trabalhadores, ainda que isso encontrasse, de início, muitos obstáculos para se efetivar. Ampliava-se com isso a rede de troca de mercadorias, o que dava aos trabalhadores a liberdade que antes não tinham de mudar de emprego e de patrão, já não mais um “senhor”. Reciprocamente, os ramos agrícolas e industriais mais afluentes encontravam mais facilidade de contratar trabalhadores. Assim, a Abolição acabou por facilitar o desenvolvimento urbano-industrial.

A segunda inovação, complementar à primeira, dizia respeito à ampliação da cidadania — do círculo de votantes, do direito de ir e vir, etc. —, embora tais direitos sofressem múltiplas restrições, tanto produzidas pelas leis como pelo domínio dos potentados locais. A Abolição quebrou, pois, a hierarquia social anterior e abriu espaço para avanços da cidadania, embora os diretamente beneficiados por ela, os escravos, encontrassem depois outras barreiras — inclusive a da discriminação racial — para participarem vantajosamente das transformações sociais em curso.

A Abolição não foi, assim, mero acréscimo quantitativo àquilo que SBH chamava de "nossa revolução". Ela transformou a velha ordem social e acelerou a emergência de uma sociedade que entraria aos poucos em contradição com a esfera política — ainda oligárquica — e com a cultura política — dominada pelo personalismo. O surgimento de elementos novos, gerados pela expansão mercantil e especialmente pela constituição de uma sociedade urbano-industrial, tendia a acentuar o caráter limitado e excludente do arranjo oligárquico que o Brasil experimentava desde a Independência, fosse sob instituições monárquicas ou liberal-republicanas. A utopia democrática de *Raízes do Brasil* não era pois fantasia intelectual, mais uma daquelas formulas mágicas com que nossos intelectuais — escrevia SBH — pretendiam "solucionar" de vez os nossos problemas; não era mero exotismo dissociado da nossa realidade, embora ajustado a sociedades que considerávamos mais avançadas. Era utopia no sentido de Karl Mannheim, ideário-aspiração que movia segmentos da sociedades no esforço de superar o *status quo*.

A superação da contradição entre dinâmica social e política não seria encontrada, segundo SBH, na substituição de governos liberais por caudilhos que salvassem o Estado das tendências anárquicas surgidas naqueles. Caudilhismo autoritário e descentralização liberal nada mais seriam do que manifestações polares, opostas, do poder oligárquico e dos valores personalistas.

Só a democratização das relações de poder entre as várias camadas sociais permitiria avançar na superação almejada da contradição. Haveria que incluir na vida política as camadas sociais até então excluídas, rompendo o padrão oligárquico de mando [3]. É esta perspectiva que faz com que SBH incorpore de forma entusiástica um texto antigo do naturalista norte-americano Herbert Smith que lhe parecia enunciar em forma de aspiração o que, em sua opinião, não estava longe de transformar-se em realidade. Segundo Smith, haveria que substituir nossas "revoluções horizontais" — identificadas pelo contraponto liberalismo/caudilhismo — por "uma revolução vertical [...] que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes". Uma revolução deste tipo não deveria excluir, expurgar as classes superiores mas amalgamar a elas os elementos novos, as camadas situadas na base da pirâmide social que até então estavam marginalizadas da vida política (BH, 1993, p. 135).

Sublinho que este argumento de SBH não se refere especificamente à democracia como arranjo institucional; arranjo que permitiria a inclusão na competição política das camadas dela marginalizadas. SBH prefere, ao invés,

sublinhar a necessidade deste arranjo fugir aos padrões da cultura política personalista, materializando o que ele qualifica como “democracia despersonalizada”.

Claro está que aquilo que SBH denomina “democracia despersonalizada” não existia como regime efetivo; era apenas *aspiração* socialmente existente e, creio, forma política para a qual tendia, segundo SBH, o processo de transformação histórica subjacente de urbanização e industrialização. Sérgio não avança muito na delimitação desta “democracia despersonalizada” nem do individualismo que pudesse substituir o personalismo. *E nem poderia*, sob pena de desdizer-se em relação às criticas reiteradas feitas às fórmulas prontas, importadas em geral, destinadas a salvar a sociedade de seus problemas. Com efeito, como poderia inferir do movimento histórico que percebia então ocorrer, da utopia democrática que parecia estar entre as possibilidades futuras, uma ordem político-institucional específica, alicerçada estrutura sociopolítica e nos valores centrais da cultura democrática?

De qualquer modo, sua reflexão sobre as dificuldades de implantação da democracia no país, permitem dizer algo sobre a atualidade do seu pensamento no que diz respeito à vida política brasileira atual.

Para isso, porém, há que retomar algo dos argumentos presentes na primeira seção deste texto. Recorde-se que o personalismo ibérico opunha-se ao individualismo moderno exatamente porque o primeiro era aristocrático, era uma afirmação das qualidades de pessoa apenas para parte dos membros da sociedade e tinha como pressuposto a desigualdade essencial dos indivíduos. O individualismo moderno, pelo contrário, tem como pressuposto a igualdade essencial entre os homens, desiguais apenas pelas condições em que vivem e, por consequência, pelos resultados a que chegam. Daí que o reformismo democrático mais radical não propugne a equalização dos indivíduos mas apenas das suas condições sociais iniciais; seus lemas são a supressão da herança, educação universal etc.

Embora para Sérgio Buarque a “democracia despersonalizada” envolvesse, certamente, a superação do individualismo aristocrático para que se constituísse uma nova cultura política ajustada a uma sociedade democrática, ele hesitava em relação à natureza do individualismo que se poderia esperar em um país de tradição ibérica. Ele duvidava que com essa tradição viesse a imperar um individualismo do tipo utilitário, americano.

Tinha razão em hesitar, pois a cultura de raiz ibérica estava incrustada fortemente nas instituições e práticas brasileiras e, mais amplamente, na America Ibérica e afastava-se fortemente dos padrões dominantes no Ocidente. Quarenta anos depois de vir a público a edição definitiva de *Raízes do Brasil* [4], Richard Morse (1988) sublinhou esta distância, embora sem referir-se, surpreendentemente, ao livro de Sérgio Buarque. O quadro seguinte dispõe as características polares que os dois atores identificam nos padrões ibérico e anglo-saxão de cultura e organização social:

América Anglo-Saxônica (EUA)	América Ibérica
Protestantismo	Catolicismo
Razão	Sentimento
Individualismo e utilitarismo	Personalismo
Atomismo	Organicismo
Pureza racial	Mestiçagem
Disputa	Conciliação
Ética do Trabalho	Ética da Aventura
Esforço	Talento
Polidez	Cordialidade
Família nuclear	Família patriarcal
Contrato entre indivíduos	Pacto social entre grupos
Estado burocrático moderno	Estado Patrimonial
Estado é só um meio	Estado orgânico com finalidade

Para Sérgio Buarque a raiz da dificuldade de articular cultura ibérica e democracia estava na cordialidade contrariar o universalismo dos valores, elemento central da liberal-democracia. Diz ele: “Todo o pensamento liberal-democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham: ‘A maior felicidade para o maior número’. Não é difícil perceber que esta ideia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseado nos valores cordiais. Todo afeto humano baseia-se em preferências [...]. Há aqui uma unilateralidade que entra em franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo. A benevolência democrática é comparável com a polidez, resulta de um comportamento social que procura orientar-se pelo equilíbrio dos egoísmos” (BH, p. 139).

A dificuldade apontada seguramente existe, mas Sérgio Buarque a torna um obstáculo aparentemente *intransponível* porque não toma em suficiente consideração que a “nossa revolução” envolveu, com a industrialização, a imigração europeia e a absorção de um enorme contingente de trabalhadores em um proletariado industrial que restringiu o peso de alguns dos componentes da cultura ibérica [5]. A ética da aventura e a valorização exclusiva do talento,

por exemplo, perderam relevância diante da ética do trabalho e da valorização do esforço. No próprio tempo em que SBH redigia o seu célebre ensaio, a cultura ibérica já se mesclava com traços culturais que eram similares mas *não derivaram, como na Europa, do ethos protestante do empresariado*; provinham da ética dos trabalhadores que vieram ao Brasil, sem eira nem beira, "fazer a América"; provinham também daqueles que viram no trabalho urbano um meio de afirmar-se como gente. A revolução vertical democratizante, a que se referia Sérgio Buarque, não significaria apenas a inclusão política dos homens novos surgidos do processo de transformação social. Com estes homens viriam também *novas formas de pensar e sentir coletivas* que desafiariam o império do legado ibérico e sua encarnação oligárquica. Isso significa que não se passou diretamente de um padrão a outro da cultura política; os processos de diferenciação social e de democratização foram gerando aos poucos uma nova cultura política, já não ibérica mas também distinta da cultura individualista e liberal predominante no mundo anglo-saxão. Se isso é verdade, há que dar sequência à reflexão de *Raízes do Brasil*, buscando fazer o esboço desta nova cultura política e das afinidades e tensões que apresenta em relação a processo de democratização em curso.

No que diz respeito a este processo mesmo de democratização, ele vem sendo extremamente lento e parcial. A "nossa revolução", identificada nos anos 1930 por Sérgio Buarque, continuou se desenvolvendo; a industrialização incorporou e gerou camadas sociais novas que, por longo tempo, não foram incluídas plenamente na competição política. Seguramente, na experiência democrática limitada posterior à Segunda Guerra Mundial, a competição política incorporou de modo subalterno parte dessas camadas sociais mas não as mais pobres e iletradas. Esta inclusão política muito parcial, promovida por parcela da elite política, foi percebida como ameaça anárquica e, de novo, o poder se concentrou em uma ditadura, não caudilhesca mas do *establishment* militar.

Só o processo de liberalização política dos anos 1970 e o movimento de democratização da década dos 1980 quebrariam o ciclo polarizado do poder oligárquico, oscilante entre a descentralização liberal e o autoritarismo centralizador. A democratização plasmada na Constituição de 1988 ampliou os direitos políticos (voto para os analfabetos e para os maiores de 16 anos); garantiu os direitos de associação e a liberdade de expressão; universalizou também os direitos sociais, de educação, saúde, previdência e assistência social, incluindo camadas sociais até então excluídas desses direitos; fez do concurso público para principal via de acesso ao quadro administrativo do Estado, aumentou o controle da atividade do Estado pelo fortalecimento do ministério público e instituiu uma forma democrática de governo.

A onda democratizante foi seguida de um processo de liberalização econômica que reduziu o peso do Estado na vida material e franqueou o mercado nacional para empresas estrangeiras. Este processo acabou por reorganizar e acelerar o desenvolvimento capitalista no Brasil. Os dois processos — de democratização e de liberalização econômica — se materializaram em uma nova ordem política, estruturada, desde 1995, por uma forma de Estado moderadamente liberal e democratizante.

Este esboço sumário das inovações políticas do após 2ª Guerra Mundial mostra a lentidão com que o processo de transformação econômico-social, tornando a sociedade mais complexa, ganhou expressão política. Lentidão talvez maior do que antecipava SBH em *Raízes do Brasil*. Mais de meio século se passou antes que o movimento de democratização dos anos 1980 quebrasse *parte* da resistência oligárquica, estreitasse o espaço de controle patrimonialista do Estado e universalizasse os direitos de cidadania. Mais de meio século também se passou antes que o movimento de liberalização econômica quebrasse *parte* da resistência do empresariado à perda dos privilégios — proteção contra a competição e subsídios públicos aos ganhos privados — que lhe concedia o Estado varguista, vigente até os anos 80.

A ênfase dada ao caráter *parcial* dos resultados produzidos, seja pela liberalização econômica seja pela democratização, visa chamar a atenção para o *déficit de democracia* existente no país. A incorporação da base da sociedade à competição política ainda tem sido parcial. Embora políticas democratizantes do Estado — aumento real do salário-mínimo e transferências de renda — estejam provendo o mínimo de recursos econômicos necessários para a subsistência das camadas de pobres e miseráveis, estes ainda não têm condições de converter-se em cidadãos com capacidade de exercer autonomamente todos os direitos que possuem. Faltam-lhes condições econômicas — ocupação regular — e culturais para exercitar os direitos que a Constituição lhes outorga. Sua participação política tem sido heterônoma, embora já não tão dependente, como antes, de agrupamentos políticos tradicionais e clientelistas. Por outro lado, uma fração do empresariado goza ainda de privilégios concedidos pelo Estado, sem desenvolver atividades econômicas que contribuam para o poder público atingir alvos de políticas universalistas. Incluem-se entre tais privilégios a remuneração elevadíssima concedida pelo Estado aos que mantêm seus recursos econômicos aplicados de forma líquida — e não em atividades produtivas —, as transferências de recursos de fundos de reserva dos trabalhadores para empréstimos subsidiados pelo Estado e as concessões de isenções fiscais arbitradas pelos governos, sem que os beneficiados prestem contas dos resultados que produziram para o conjunto da sociedade.

Tudo isso mostra que, se o Brasil já não é uma sociedade oligárquica, como aquele em que SBH viveu, o país ainda não se tornou, no plano sociopolítico, uma sociedade democrática, em que não há — como dizia Florestan Fernandes (1975) — cidadãos “mais iguais” que a maioria.

Brasilio Sallum Jr. é professor do Departamento de Sociologia da USP.

Notas

[1] Refiro-me aqui à afirmação feita por Fernando Novais, em debate sobre *Raízes do Brasil*, de que a questão da identidade nacional é a problemática

central da obra de Sérgio Buarque. Novais, porém, não avança na reconstrução de como SBH a interpreta. Ver Francisco Iglesias e outros (1992, p. 79).

[2] O fato das reações predominantes à civilização liberal terem sido conservadoras ou autoritárias permite entender o uso que se faz na 1ª edição de *Raízes* de certas referências e formas de expressão qualificáveis daquele modo. O fato de elas terem sido expurgadas da 2ª edição do livro pode indicar uma percepção mais clara por SBH da inconsistência que tinham em relação à mensagem democratizante do livro. Para uma interpretação contrária, consultar Waizbort (2011).

[3] Antônio Candido ressalta este ponto em seu conhecido "O significado de *Raízes do Brasil*" de 1967, incluído, a partir daí, nas várias edições do livro. Ver *Raízes* (BH, 1993, p. XLVIII). Este e outros artigos de Candido balizam, em grandes linhas, as interpretações da obra de Sérgio Buarque, o que inclui a contida neste artigo, exceção feita a algumas divergências (como por exemplo a enfatizada na nota 6 adiante).

[4] Refiro-me à 2ª edição, de 1948, que alterou significativamente o texto da primeira. As demais não apresentaram mudanças notáveis.

[5] Antônio Candido já chamou a atenção para a falta de referência explicita ao imigrante europeu na caracterização da "nossa revolução". Ver Candido (1998, p. 84). De minha perspectiva, esta ausência não é de pouca relevância. Ela tem consequências analíticas negativas que são detectáveis em *Raízes do Brasil*. A ausência do elo analítico "imigração europeia" no processo de revolução torna algo obscuro — em *Raízes* — a emergência societária de aspirações igualitárias essenciais à "revolução vertical" democratizante. Sua presença não "resolveria" o problema, mas indicaria o caminho analítico que seria preciso percorrer para isso.

Referências bibliográficas

Buarque de Holanda, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, 25ª edição (1ª edição: 1936).

Candido, Antônio. "O significado de "*Raízes do Brasil*" (1967). In: Buarque de Holanda (1993, pp. XXXIX-XLIX).

Candido, Antônio. "A visão política de Sérgio Buarque de Holanda". In: Antonio Candido (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Iglesias, Francisco e outros. *Sérgio Buarque de Holanda – 3º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

Morse, Richard. *O espelho de Próspero – cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Polanyi, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Waizbort, Leopoldo. "O mal-entendido da democracia" – Sérgio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, 1936". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76, jun. 2011.

Artigos relacionados:

Raízes do Brasil: do filme ao livro
Ideias e intelectuais: modos de usar
Chico Buarque: herança de Sérgio

Fonte: *Sinais sociais*, v. 17, n. 19, 2012 & *Gramsci e o Brasil*

20.Raízes do Brasil

http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1381

Fernando da Mota Lima - Julho 2011

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo no ano de 1902. Era portanto muito jovem quando o modernismo irrompeu ruidosamente na cena cultural brasileira com a Semana de Arte Moderna em 1922. Embora intelectualmente muito atuante ao longo do decênio de 1920, também durante os anos seguintes, somente publicou seu primeiro livro em 1936, quando *Raízes do Brasil* veio a público. No entanto, o livro, tal como hoje o conhecemos, foi muito modificado entre a primeira edição e a segunda, que data de 1948. Apesar de confessadamente não encarar *Raízes do Brasil* como seu livro mais importante (preferia *Visão do Paraíso*, cuja importância capital se impõe cada vez mais aos olhos dos especialistas), o fato é que esta é a obra que o consagrou e se mantém como a mais significativa e estudada no conjunto da sua produção intelectual.

Sérgio Buarque viveu cerca de um ano e meio na Alemanha, entre junho de 1929 e dezembro de 1930. Menciono ligeiramente essa experiência porque teve muita importância na sua vida e formação, além de se refletir de vários modos no texto de *Raízes do Brasil*. Sérgio Buarque foi para a Alemanha como correspondente de *O Jornal*, periódico de propriedade de Assis Chateaubriand. Além de observar o clima de violência e tensão social que em 1933 culminou com a ascensão de Hitler e do partido nazista ao poder, leu muito da produção intelectual alemã desconhecida no Brasil. Leu em particular Max Weber e Georg Simmel. Do primeiro aproveitou o conceito de patrimonialismo para melhor compreender a formação do Estado brasileiro e seu aparato burocrático; com o segundo refina

sua percepção analítica dos tipos sociais que certamente ilumina categorias como o semeador e o ladrilhador, núcleo e título do capítulo 4 de *Raízes do Brasil*.

Desde já esclareço que as citações diretas que acaso faça da obra no texto que segue serão extraídas da edição comemorativa dos 70 anos organizada por Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Schwarcz, Editora Companhia das Letras, 2006. Além de ser uma edição previsivelmente bem mais ampla e melhor cuidada do que todas as precedentes, vem enriquecida por textos do próprio autor e de estudiosos e especialistas, arrematados pelos "Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda" assinados por Maria Amélia Buarque de Holanda, sua companheira e colaboradora da vida inteira. Além de republicar o sempre citado prefácio de Antonio Candido escrito para a edição dos 30 anos de *Raízes do Brasil*, são adicionados textos importantes de Alexandre Eulálio, Evaldo Cabral de Mello, Bolivar Lamounier, Antonio Arnoni Prado, Pedro Meira Monteiro e Robert Wegner.

Enriquecem ainda o volume três documentos raros: o muito citado artigo no qual é reposta a controvérsia entre Cassiano Ricardo, autor do artigo, e Sérgio Buarque de Holanda acerca do conceito de homem cordial. Como sabemos, esse conceito, central na argumentação do livro de Sérgio Buarque, tem sido objeto de ampla fortuna crítica, mas também de muito mal-entendido. O mal-entendido aparenta originar-se das críticas formuladas por Cassiano Ricardo. Portanto, é oportuna a inclusão do seu artigo na edição que comento acrescido da resposta de Sérgio Buarque em forma de carta endereçada a Cassiano Ricardo. Essa questão é ainda mais bem iluminada pela inclusão de um curto texto de Ribeiro Couto, datado de 1931, no qual ele saúda o surgimento do homem cordial na América originário da fusão do homem ibérico (o espanhol e o português) e as culturas nativas do Novo Mundo. Cuidarei melhor dessa questão no lugar apropriado, quando abaixo discutir o capítulo relativo ao homem cordial brasileiro. Por fim, um texto ainda mais precioso: o ensaio "Corpo e alma do Brasil", publicado em 1935. Nele Sérgio Buarque sintetiza o que no ano seguinte constituiria a primeira edição de *Raízes do Brasil*. Como já observei no parágrafo de abertura, a obra foi refundida e ampliada na segunda edição, lançada em1948, que passou a ser o texto definitivo da obra que estudamos.

O título da obra já indica, de partida, sua regressão às origens da nossa formação histórico-cultural com o propósito de explicar o Brasil. Essa é uma característica comum a todas as obras que compõem a tradição do pensamento social brasileiro. No caso do livro de Sérgio Buarque, porém, o objetivo de estudar o passado visando as questões fundamentais do presente é bem mais nítido, como aliás ressaltou Antonio Candido. Uma das evidências imediatas desse fato consiste nos títulos e na matéria dos dois capítulos finais intitulados "Novos Tempos" e "Nossa Revolução". Sérgio Buarque recua portanto a nossas origens histórico-culturais para projetar luz sobre o presente, para melhor compreender e esclarecer os problemas fundamentais e impasses da sociedade brasileira.

O autor ressalta nas páginas iniciais duas questões de grande relevância no conjunto da obra. A primeira refere-se ao processo de implantação da cultura

europeia no trópico, fator originário da constituição da cultura brasileira. Depois de acentuar as diferenças profundas observáveis entre esses dois mundos que se encontram, entrechocam e por fim geram uma realidade inteiramente nova, Sérgio Buarque escreve um dos períodos mais citados da sua obra: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (p. 19).

A segunda questão diz respeito à cultura da personalidade típica do homem ibérico. Depois de observar que representou o traço mais importante desse povo, esclarece que ela traduz o valor, a originalidade de cada pessoa que assim se diferencia da coletividade e até a esta se opõe. Salientando a oposição entre o culto da personalidade e as formas de associação características de toda coletividade, Sérgio Buarque assinala que essa forma de personalismo ibérico constituiu e constitui ainda na nossa cultura uma força de oposição à coletividade, além de estar na raiz das forças anárquicas e desordenadoras da nossa sociedade. Paradoxalmente, ela supõe a obediência, que se afirma notadamente em situações de crise de autoridade. Como justamente anota, “Em terra onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (p. 21).

Assim, na terra onde medra o personalismo altaneiro, não raro arrogante, em termos políticos o autoritarismo típico da América Latina, medra também a obediência imposta por uma autoridade temida nos momentos de crise. A terra do personalismo ibérico é também fértil na produção de forças sociais anárquicas, como também já ressaltei. Sérgio Buarque acrescenta, a esse propósito, que essas forças sempre se manifestaram na nossa história, não raro favorecidas pela cumplicidade e a leniência das instituições. Importaria esclarecer, visando melhor contextualizar a obra, que ela foi escrita em meio a esse clima no qual se manifestavam forças anárquicas representadas por rebeliões armadas e combates ideológicos e conflitos violentos travados por comunistas e integralistas, ambos buscando soluções políticas e sociais avessas à democracia. É significativo que o Estado Novo, instituído através de um golpe de Estado por Getúlio Vargas em 1937, portanto no ano seguinte ao da publicação de *Raízes do Brasil*, tenha imposto essa autoridade temida diante da qual o personalismo assina o pacto social da obediência. Como sabemos, o Estado Novo vigorou até 1945. Depois de um período conturbado, durante o qual o Partido Comunista manteve-se na legalidade apenas por um curto período, sobreveio o golpe militar de 1964 e a ditadura militar que se prolongou até 1985. Esses poucos fatos históricos conferem força explicativa ao livro de Sérgio Buarque.

Penso que as forças anárquicas sublinhadas na obra de Sérgio Buarque também se manifestam em âmbito distinto do estritamente político acima mencionado. Elas são observáveis, por exemplo, no cotidiano da nossa cultura, na nossa incapacidade crônica de instituirmos relações de convívio baseadas na distinção fundamental entre a esfera pública e a privada. Nossas forças de desregramento social são facilmente visíveis numa cena qualquer de rua, no estado típico de uso e conservação da rua. Afinal, é ela quem define culturalmente a concepção inconsciente e a prática de sentido público que imprimimos à nossa experiência

social.

Outra questão relevante, também salientada por Sérgio Buarque, liga-se à condição excêntrica do mundo ibérico na Europa. Essa excentricidade resulta tanto da posição geográfica da península ibérica, espremida entre o continente europeu e o africano, quanto de caracteres culturais diferenciadores fruto do contato do ibérico com o árabe e o judeu. Essa experiência de contato cultural com povos do continente africano familiarizou o português com a mestiçagem e lhe foi de grande utilidade no processo de colonização do Brasil onde desde o início, como bem sabemos, livremente se mesclou com as tribos indígenas através do acasalamento com a mulher índia, mais tarde com a negra. Trata-se, em suma, de uma questão antes bem explorada por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*. Portanto, Sérgio Buarque apenas reitera o que se pode ler nas páginas da obra do seu antecessor.

Retomando a questão pertinente ao culto da personalidade, ela se irmana ao conceito de cordialidade que estudarei adiante. O personalismo ibérico, tão acentuado no livro de Sérgio Buarque, atua como força avessa à organização coletiva da sociedade. Quando se associa, tende a associar-se baseado em relações de sentimento, não de interesse. Esse é um dos aspectos em que é possível notar a profunda diferença entre o individualismo moderno, típico da tradição anglo-saxônica, e o personalismo ibérico. Este produz um tipo de individualismo com razão detestado e detestável, pois se afirma indiferente aos interesses e direitos coletivos. Noutras palavras, o que entre nós ainda vigora não é o princípio segundo o qual minha liberdade termina onde a do outro começa, mas sim o princípio que autoritariamente ordena: os incomodados que se mudem.

Caberia ainda acrescentar, nesse paralelo sumário entre o individualismo de extração anglo-saxônica e o personalismo ibérico, que este mascara interesses explícitos naquele. Já que se baseia nas relações de sentimento, o personalismo rejeita a atuação dos interesses nas relações associativas. Assim procedendo, tende a mascará-los, além de sempre reprovar quem acaso tenha a consciência de explicitar esta verdade elementar: as relações humanas em geral envolvem interesses unilaterais ou recíprocos. Se o individualismo moderno é em muitos sentidos reprovável, na medida em que encoraja em demasia os interesses de ordem privada, tem ele a vantagem de reconhecer sem máscara ou isento de inconsciência danosa o lugar efetivo que os interesses ocupam nas relações humanas. Nosso personalismo, atado às razões sentimentais, repele o individualismo consciente e prático, mas é pautado por interesses inconfessáveis ou inconscientes como os que latejam nessa frase modelar da nossa cultura: antes ter amigos em casa do que dinheiro na praça. Ou ainda esta: para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei.

Concluo essas considerações em torno de alguns aspectos de *Raízes do Brasil* tecendo algumas anotações relativas ao capítulo intitulado “O homem cordial”. Além da importância fundamental que desempenha no conjunto da obra, o conceito chave aí exposto por Sérgio Buarque, o da cordialidade brasileira, tem dado margem a muito mal-entendido. Houve quem erradamente o interpretasse lendo efetivamente o livro, como foi o caso de Cassiano Ricardo, e houve

sobretudo quem remasse nessa canoa furada simplesmente por opinar sem o ler. A canoa furada consiste, noutras palavras, em interpretar cordialidade como sinônimo de bondade. Daí não faltou quem concluísse que Sérgio Buarque de certa forma endossava interpretações ufanistas do Brasil ao caracterizar o brasileiro como acima de tudo bom. Tentarei esclarecer agora esse equívoco indo ao próprio texto da obra.

O próprio autor, visando corrigir a incompreensão de Cassiano Ricardo, assim como de tantos que traduzem cordialidade num sentido incompatível com aquele contido em *Raízes do Brasil*, cuidou de inserir na obra, a partir da segunda edição, longa e esclarecedora nota explicativa. A ela agora se acrescenta, a partir desta edição comemorativa dos 70 anos em que me baseio para a redação destas notas, a carta que escreveu para Cassiano Ricardo em setembro de 1948. Divergindo deste, que identifica cordialidade com polidez e opõe cordialidade a bondade, Sérgio Buarque deixa claro, aliás desde o texto da primeira edição, conceber a cordialidade como a expressão dos vínculos de cunho emotivo característicos das relações sociais brasileiras. Essa característica, de resto, irmana o conceito de cordialidade com o do culto da personalidade, como acima observei.

Indo adiante na intenção de bem esclarecer o desacordo, Sérgio Buarque alude à etimologia da palavra cordial. Procedendo do latim *cordis*, isto é, "relativo ao coração", às expressões humanas de fundo emotivo procedentes do coração, visa ele acentuar a descontinuidade, ou melhor, a oposição entre as relações de fundo emotivo ou pessoal, típicas do homem cordial, e as relações de base legal, que entendo características da democracia moderna baseada nos valores de cunho impessoal, universal e abstrato típicos da ordem legal inspirada no individualismo moderno. O sentido que procuro aqui esboçar parece-me evidente já na abertura do capítulo "O homem cordial", onde o autor começa por ressaltar a descontinuidade, ou mais exatamente a oposição, entre a ordem familiar, notadamente a ordem familiar patriarcal típica da formação da cultura brasileira, e a ordem do Estado. Como Sérgio Buarque acertadamente pontua, o Estado precisou negar a ordem privada da família para se constituir como expressão política das leis impessoais e abstratas da Cidade. Daí também deriva a oposição clara que estabelece entre cordialidade e polidez. Também nesse ponto volto a recorrer à etimologia, embora Sérgio Buarque não repita esse procedimento que emprega para melhor esclarecer o sentido de cordial, cordialidade. O ser polido é aquele cultivado, educado pelas leis da polis, isto é, da cidade politicamente organizada. Penso que a oposição que o autor fixa entre a ordem familiar e aquela instituída pelo Estado é da mesma natureza da que opõe o homem cordial ao homem polido.

Negando ao brasileiro esta qualidade, a da polidez, o que Sérgio Buarque pretende mais uma vez enfatizar é a prevalência na nossa cultura das relações de fundo emotivo enraizadas no coração. Ora, ele nitidamente identifica nessa nossa característica um traço negativo que precisaria ser superado pela ordem social em formação naquele período, aludo à época em que o livro foi escrito, para que no Brasil efetivamente se realizasse uma democracia moderna, isto é, baseada no império das relações legais, que como tal suprimem os valores oriundos do culto da personalidade e do homem cordial. Em suma, a ordem legal

na qual passariam a dominar relações legais baseadas em princípios universais e abstratos.

Fazendo uma aposta otimista acerca do nosso futuro, Sérgio Buarque acreditou que essa nova ordem triunfaria graças ao processo de urbanização em marcha acelerada, à instituição de novos métodos educativos e práticas de organização do trabalho, casos exemplificados no capítulo que comento. Embora acentue ainda a predominância do funcionário patrimonial em oposição ao burocrata, parece-me também clara sua convicção de que este se imporia àquele. Temos aqui uma outra ordem de oposição clara. Enquanto o funcionário patrimonial prende-se à ordem tradicional associada à família patriarcal que se projeta sobre a ordem política privatizando a esfera pública, o burocrata pauta sua função pelos mesmos princípios impessoais e abstratos observáveis na instituição do Estado moderno. Os exemplos que o autor expõe acerca da psicologia moderna aplicada à educação também reiteram e reforçam a oposição que percorre todos os pares acima considerados. Portanto, entendo que em resumo o universo das relações cordiais identifica-se com o império das relações de fundo emotivo, pessoais e antidemocráticas. No outro extremo, situam-se as relações de fundo legal, típicas da democracia moderna.

No frigir dos ovos, se minha interpretação é correta, sem dúvida avançamos em muitos sentidos em direção à ordem legal e democrática postulada na obra de Sérgio Buarque. Ele postula essa mudança e nitidamente declara a esperança de que ela venha a se consumar na sociedade brasileira. Embora possamos constatar avanços inegáveis na direção apontada, infelizmente o homem cordial é ainda uma realidade muito viva na nossa cultura. Seus valores são ambivalentes, como aliás já o reconhecia o autor. Se de um lado estão enraizados em muito da nossa espontaneidade, da nossa aversão a ritualismos estéreis, mas também a ritualismos em geral, e aí a coisa já complica o sentido dos ganhos entre espontaneidade e formalismo social, de outro lado eles estão nas raízes das nossas relações desiguais, do favorecimento dos parentes, amigos e apadrinhados, da ordem social baseada no privilégio e, no limite, na apropriação corrupta do público pelo privado.

Concluindo, o Brasil encontra-se já no início do século 21, sua economia está entre as dez mais poderosas do mundo, mas no âmbito cultural e institucional continuamos nos balançando sem solução entre os valores da cordialidade, ou das relações de fundo emotivo e pessoal, e os valores da ordem social democrática baseada em relações legais de fundo universal e abstrato. Pior para a maioria e portanto para o conjunto da nação, ainda atada a uma ordem de realidade cultural que bem justifica a frase famosa de Tom Jobim: “O Brasil não é para principiantes”. Sendo assim, as explicações aqui estudadas sem dúvida muito nos esclarecem, mas não são nem podem ser a solução dos problemas que entravam nosso ingresso na modernidade plena. A solução, suponho, depende de transformações socioculturais e econômicas profundas, que ninguém sabe quando se completarão.

Fernando da Mota Lima é professor da Universidade Federal de Pernambuco.

Artigos relacionados:

Raízes do Brasil: do filme ao livro
Chico Buarque: herança de Sérgio

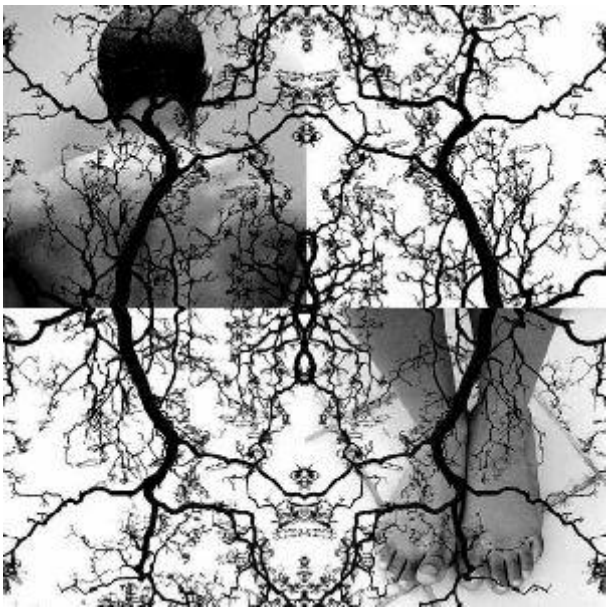
21.As raízes da consciência brasileira, segundo um gênio

Mauro Rosso

23/03/2004 0- https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/As-raizes-da-consciencia-brasileira-segundo-um-genio/12/6301 ~

Raizes do Brasil 6a prova.indd - Companhia das Letras
https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/14190.pdf

1.
Prefácio — Antonio Candido. 351. O significado de **Raízes do Brasil — Antonio Candido**. 355. Variações sobre o homem cordial — Cassiano Ricardo. 371.



A INFORMAÇÃO NÃO É MERCADORIA, É UM BEM PÚBLICO.~

Venha se somar aos mais de 100.000 leitores cadastrados.

CADASTRE-SE

Uma das questões mais presentes no pensamento político brasileiro do século XX é a que diz respeito à dificuldade em atingir a plena modernização do país. Por que é tão difícil chegarmos a ela?

Poucos chegaram tão próximos e tão profundamente ao âmago dessa questão como um dos maiores intelectuais que este país já teve (parece locução no estilo do presidente Luis Inácio Lula da Silva)— para muitos, o maior : Sergio Buarque de Holanda.

Reconhecido internacionalmente, é autor de dois grandes clássicos da historiografia e sociologia brasileiras: *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso* (escreveu outras sete obras de peso ; é autor também de, pelo menos, um grande filho: Chico Buarque de Holanda). Antonio Candido, por exemplo, considera *Raízes do Brasil* um dos três livros fundamentais para se entender o país. Os outros são *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. Esta opinião é compartilhada pela maior parte dos historiadores até hoje.

O que diferencia *Raízes do Brasil* de outras obras , como *Casa-grande e Senzala*, é sua preocupação com o futuro, sua intenção transformadora, contendo uma proposta política que aspira à superação do passado brasileiro, de nossa herança ibérica; nesse sentido, segundo Candido, ela foi revolucionária. Mas revolucionária, sobretudo, por conter propostas para que o Brasil atingisse um desenvolvimento democrático. Na obra de Sérgio Buarque de Holanda já estão presentes vários aspectos retomados em estudos posteriores sobre o processo de modernização do Brasil.

Para Holanda, somente o advento da racionalidade poderia trazer um desenvolvimento democrático moderno, cujo modelo é a racionalidade legal e burocrática de Max Weber. Concluiu que nossas raízes ibéricas, aventureiras , instáveis, e os elementos do passado privatista não favoreciam a implantação de normas democráticas e a formação do indivíduo.

Seria necessário, portanto, acabar com essa ética da sociabilidade privada, cujos valores eram, para ele, não-racionais. Somente uma separação do público e do privado levaria a uma queda do personalismo e ao aumento da racionalidade.

O objetivo de Holanda era bastante claro: a vitória da doutrina democrática. A questão passava a ser então: por quais meios atingi-la?

Holanda afirmava, por exemplo, que o isolamento entre as elites e o resto do país deu-se pelo fato de as classes mais baixas jamais terem tido oportunidades favoráveis para crescerem "mentalmente". Observava também que o aparelhamento político brasileiro "empenha-se em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional".

Restaria alguma esperança para Holanda? Ele sustentava que "apesar de tudo, não seria justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos", pois haveria uma possibilidade de articulação entre nossa cordialidade e as construções dogmáticas da democracia liberal. Por "cordialidade" (no célebre conceito de Sergio sobre o brasileiro como "um homem cordial"), entende-se emotivo, passional, "que funciona por emoção" - "cordialidade" não significando "amistosidade, "simpatia", ou mesmo "subserviência", "passividade" etc.

Holanda defendia que a concretização da doutrina democrática só seria efetivamente possível quando tivesse sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo. Em suma, seria necessário " superar as raízes".

Haveria, portanto, um sentido claro do rumo que a história deve tomar, cuja síntese seria a democracia. O uso do termo "irrevogável" reforça essa idéia. E essa visão é oposta à de Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*, na qual já está presente a idéia de uma civilização brasileira existente e consolidada.

Mas a vitória da democracia, se tivesse que passar pelos caminhos da política, ou seja, pela via da superação racional, da articulação entre nossa cordialidade e as construções dogmáticas da democracia liberal, seria necessariamente lenta. Holanda observava que a tradição brasileira nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de ideologias.

De onde viria então a força necessária para vencer a resistência e acabar com a velha ordem colonial e patriarcal? Como absorver o racionalismo de uma forma que fosse "colada" à vida social e não imposta superficialmente, sem alterar as estruturas sociais?

Holanda, ele mesmo, vaticinava: "Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo; o Estado entre nós não precisa e não deve ser despótico - o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio - mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude". Eis um dos aspectos porque Antonio Candido considera *Raízes do Brasil* uma obra revolucionária : sua proposta política aspira a superação do passado brasileiro.

Ao final, Sérgio Buarque de Holanda concluía que as formas superiores da sociedade devem emergir continuamente das necessidades específicas dessa sociedade e jamais de escolhas caprichosas, mas há um demônio pérfido e pretensioso que se ocupa em obscurecer aos olhos dos brasileiros essa verdade singela.

Além de considerar que os princípios do liberalismo no Brasil eram uma inútil e onerosa superfetação, para ele o isolamento entre as elites e o resto do país ocorria por culpa das próprias elites, que jamais deram oportunidades para que as classes mais baixas crescessem "mentalmente".

Na obra de Sérgio Buarque, já estão presentes vários pontos que foram retomados em estudos posteriores: o liberalismo distante de nossas essências mais íntimas, a política separada da vida social, a dificuldade da formação de uma esfera pública, o papel das elites como obstáculo à formação deste espaço público, a falta de vida política como empecilho à modernização, a cordialidade como reforço da esfera privada.

Existe alguma dúvida, prezado leitor, de que Sérgio Buarque de Holanda, um homem de seu tempo, tenha registrado em toda sua obra conceitos e fatos da mais perfeita atualidade? Existe algo mais aplicável e propício à nossa realidade de hoje - de agora e das últimas seis décadas?

22.A revolução brasileira

http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=521

Caio Prado Jr. - Agosto 2006

Publicado originariamente em 1966, o livro A revolução brasileira *foi lido como uma desconstrução das teses da feudalidade e do antiimperialismo.* *Caio Prado Jr.* *radicava sua reflexão na debilidade do nosso capitalismo pouco incorporador dos grandes contingentes populares. A fórmula caiopradiana de uma revolução* nacional *e* agrária *sugeria um processo ao modo americano no sentido de um Oeste-mercado interno (mundo rural) complementar de um Leste-industrial. Caio Prado Jr. pensava em um renovamento do mundo rural assentado na proteção de direitos na "generalidade do país". A lei trabalhista — à época, o Estatuto do Trabalhador Rural — viria universalizar processos sociais por meio dos sindicatos à frente de reivindicações salariais e do emprego nos grandes setores da agropecuária, onde estava o núcleo estratégico capaz de difundir impulsos transformadores sustentáveis: os empregados agrícolas. Reproduzimos aqui um trecho de* A revolução brasileira*, no qual Caio Prado Jr. apresenta o sentido político-prático do seu agrarismo, marco na consolidação da práxis agrária dos*

comunistas brasileiros, empenhados desde meados dos anos 1950 na construção da rede sindical nacional que se afirmaria na Contag, fundada em 1963 (Raimundo Santos).

A revolução agrária não camponesa no Brasil [1]

A caracterização do sistema econômico dominante na agropecuária brasileira, conforme se faça ou não no sentido de sua assimilação ao agrarismo feudal, leva respectivamente num e noutro caso a conclusões de ordem prática essencialmente distintas e da maior significação. Não é por simples luxo teórico e preocupação acadêmica que estamos aqui insistindo nesse ponto e procurando mostrar o desacerto que consiste em interpretar a nossa economia agrária e as relações de produção e trabalho nela presentes como derivações ou remanescentes de obsoletas e anacrônicas formas e estruturas feudais. Uma interpretação como essa leva naturalmente à conclusão — e é realmente o que se tem verificado no caso da defeituosa teoria da revolução brasileira até hoje consagrada — que a luta dos trabalhadores rurais brasileiros teria essencialmente por objetivo (como seria o caso se se tratasse de fato de camponeses) a livre ocupação e utilização da terra que hoje trabalham a título de empregados da grande exploração. E se dirigiria assim no sentido da reivindicação dessa terra. [...]

Ora, isso vai frontalmente de encontro aos fatos mais evidentes da realidade brasileira; e mostra como essa errônea interpretação teórica pode conduzir, como de fato tem conduzido no Brasil, à desorientação na prática. As aspirações e reivindicações essenciais da grande e principal parte da massa trabalhadora rural do país não têm aquele sentido apontado. Refiro-me naturalmente à parcela maior e mais expressiva dos trabalhadores rurais brasileiros que se concentram nas grandes explorações agrárias do país — da cana-de-açúcar, do café, do algodão, do cacau e outras da mesma categoria. Não é pela ocupação e utilização individual e parcelária dessa terra onde hoje trabalham coletivamente entrosados no sistema da grande exploração, que aqueles trabalhadores procuram solucionar seus problemas de vida e superar as miseráveis condições de existência que são as suas. Nos maiores e principais setores da agropecuária brasileira, naqueles que constituem em conjunto o cerne da economia agrária do país e onde se concentra a maior parcela da população rural, os trabalhadores, como empregados que são da grande exploração, simples vendedores de força de trabalho, portanto, e não “camponeses”, no sentido próprio, aquilo pelo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego. [...]

A reivindicação da terra e utilização dela pelo próprio trabalhador, manifestando-se de maneira apreciável e não apenas através de vagas aspirações desacompanhadas de qualquer ação e pressão efetivas, isso se circunscreve no Brasil praticamente a três setores apenas, todos eles de importância relativa e secundária. E o que é mais, assumindo em dois deles pelo menos (para não dizer todos três) formas e aspectos particulares e específicos que nada têm a ver nem podem ter com sistemas agrários feudais ou derivados, e eventuais restos e remanescentes de tais sistemas [2]. [...]

Esgotam-se, com essas situações de conflitos sociais no campo brasileiro que acabamos de enumerar, praticamente todos os casos expressivos em que se propõe a questão da terra, e onde a reivindicação dessa terra pelos trabalhadores e produtores se apresenta com potencialidade revolucionária. Mas potencialidade essa que nada tem a ver, como notamos, com a "eliminação de restos feudais", ou que diga respeito a uma presumida revolução agrária antifeudal em germinação no processo histórico-social da atualidade brasileira. A reivindicação pela terra se liga entre nós, quando ocorre, a circunstâncias muito particulares e específicas de lugar e momento. E tem sua solução, por isso, em reformas ou transformações também de natureza muito particular e específica. Não se pode portanto legitimamente generalizá-la para o conjunto da economia agrária brasileira, como expressão de contradição essencial e básica. E numa interpretação dessas fundamentar toda a teoria e prática da revolução brasileira no campo. Isso é tanto menos legítimo que a reivindicação pela terra está longe, muito longe de ter a expressão quantitativa e sobretudo qualitativa de outras pressões e tensões no campo brasileiro que dizem respeito a condições de trabalho e emprego na grande exploração rural — fazenda, engenho, usina, estância... É aí que se situa o ponto nevrálgico das contradições no campo brasileiro. Isso já vem de longa data, desde sempre, pode-se dizer. [...]

Numa revolução democrático-burguesa e antifeudal, o centro nevrálgico do impulso revolucionário se encontra na questão da posse da terra reivindicada por camponeses submetidos a jugo feudal ou semifeudal. É o que ensina o figurino europeu, e da Rússia czarista em particular. Assim, portanto, havia de ser no Brasil também. E essa conclusão apriorística faz subestimar, se não muitas vezes até mesmo oblitera por completo o que realmente se apresenta na realidade do campo brasileiro. A saber, a profundidade e extensão da luta reinvidicatória da massa trabalhadora rural por melhores condições de trabalho e emprego.

Os documentos oficiais do Partido Comunista do Brasil são a esse respeito, entre outros, altamente ilustrativos. Veja-se por exemplo o Programa de 1954, particularmente importante porque é o primeiro, na fase mais recente do pós-guerra, aprovado em Congresso. [...] As relações de emprego na agropecuária brasileira acham-se colocadas nesse Programa em segundo e apagado plano. E trata-se aí de uma questão única: a do salário. Os autores do Programa achavam-se aliás tão alheados da realidade brasileira que inscrevem no Ponto 40 uma reivindicação já na época, e havia muito, incorporada à legislação brasileira que, na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 (onze anos antes, portanto), assegurava ao trabalhador rural o salário mínimo. A questão, pois, não estava mais em legalizar o mínimo salarial, e sim torná-lo efetivo. [...]

Que dizer então de outras questões relativas à extensão da legislação social-trabalhista ao campo? Também disso não se cogita no Congresso e no Programa de 1954. Como se sabe, o trabalhador rural foi excluído da incidência da legislação social-trabalhista até o advento do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963), salvo no caso de uns poucos dispositivos que, devido em parte a essa mesma excepcionalidade, permaneceram letra morta. Era assim o caso, evidentemente, de lhes dar vida. E sobretudo de

ampliar a extensão da legislação trabalhista em geral ao campo. Abriam-se aí, portanto, largas perspectivas de ação. [...] Os fatos se incumbiriam de comprovar aquela importância e fecundidade das reivindicações trabalhistas no campo brasileiro com as ocorrências verificadas, particularmente no Nordeste, em 1963, e até o golpe de abril do ano seguinte, quando na base da luta pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural se desencadeou uma das maiores batalhas, se não a maior delas, jamais verificada no campo brasileiro. Sobreleva-a unicamente a campanha abolicionista. [...]

Abre-se, nessa insistência no erro, uma pequena exceção, infelizmente sem maiores conseqüências, como logo veremos. Trata-se da *Resolução Política* aprovada em Convenção Nacional do PCB realizada em 1960. Embora mantendo a tradicional e falseada posição teórica do Partido acerca da natureza da revolução brasileira, a *Resolução Política* de 1960 introduz uma réstia de bom senso no capítulo das normas de ação prática. É assim que, na primeira parte de seu item 25, é estabelecido o seguinte: "A fim de impulsionar a organização das massas do campo é necessário dar atenção principal aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas". Note-se bem que a *Resolução* de 1960 aconselha nesse texto "atenção principal" aos assalariados e semi-assalariados, e considera como base e principal fator de mobilização das massas do campo a organização e, pois, a luta daqueles trabalhadores. Isso constitui reconhecimento implícito, mas sem dúvida bem caracterizado, de que a revolução no campo brasileiro não tem sua mola mestra em nenhuma luta antifeudal e não se dirige contra nenhum resto semifeudal.

Talvez por isso mesmo a tese inscrita no citado texto do item 25 da *Resolução* não tenha passado de um cochilo dos seus redatores. Não se encaixa coerentemente no conjunto da *Resolução* e está em completo desacordo com o restante de seu texto; e naturalmente, em particular, com as suas premissas teóricas. [...] Tanto que logo em continuação imediata a ele, sempre no mesmo item, e sem ao menos abrir um novo parágrafo, passa a *Resolução*, em flagrante incoerência e inconsistência, a assunto distinto, não cogitando mais de questões ligadas à relação de emprego que constitui o tema do trecho anterior. Esse texto é o seguinte: "A organização dos camponeses deve partir das reivindicações mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses, etc." De uma frase para outra, esquecem-se por completo os autores da *Resolução* de 1960 que, segundo eles próprios acabavam de declarar, "a base da mobilização das massas camponesas se deveria constituir da organização dos assalariados e semi-assalariados", cujas reivindicações, é claro, nada têm a ver com aquelas inscritas na segunda passagem citada. [...] Interessante observar que, para enquadrar as contradições e conflitos derivados das relações de emprego na teoria da reforma agrária antifeudal, os defensores dessa teoria, não podendo mais ignorá-la, como antes faziam, e sendo obrigados pela prática a reconhecer sua importância decisiva, pois é na base dessas contradições que se processa a parte substancial e mais significativa das lutas no campo brasileiro, os teóricos do antifeudalismo introduziram a esdrúxula concepção de que as reivindicações dos trabalhadores naquela luta (a saber, pela melhoria das condições de trabalho e

emprego) seriam “reivindicações imediatas”, que precederiam e prepariariam a reforma “radical” destinada a superar os restos semifeudais presentes na economia agrária brasileira. “Reforma radical” essa que consistiria fundamentalmente na eliminação do latifúndio “feudal”. [...]

A ação revolucionária se torna vacilante e insegura, não se fixando em objetivos precisos e bem definidos. Daí a ausência de suficiente acentuação e estímulo daquelas forças e situações em que se localizam as contradições essenciais e fundamentais presentes no campo brasileiro, e onde, portanto, se encontram os pontos nevrálgicos do processo revolucionário em curso. A saber, a luta reivindicatória dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho e emprego. Embora se reconheça, diante da evidência dos fatos, a necessidade dessa luta, não se apanha o seu alcance e significação profundos, porque isso é embaraçado por concepções teóricas em que ela não se ajusta convenientemente e tem de ser incluída através de artifícios e ajeitamentos mais ou menos arbitrários. Ou então se deixa simplesmente ao acaso das improvisações.

De uma ou de outra forma, perde-se o impulso e a força necessários para uma ação fecunda e uma mobilização eficiente da massa trabalhadora rural. E isso precisamente naquele terreno de maior conteúdo e potencialidade revolucionários. Temos a prova cabal disso nestes vinte e tantos anos decorridos desde quando a Consolidação da Legislação Trabalhista de 1943 assegurou alguns direitos e vantagens aos trabalhadores, entre outros o salário mínimo, sem que nada se fizesse, a não ser muito recentemente, e assim mesmo, salvo em Pernambuco, muito pouco para tornar efetivas aquelas disposições legais. Nenhum passo foi dado, nenhuma medida foi tomada para esclarecer a massa trabalhadora rural de seus direitos, para lhe abrir perspectivas, estimulá-la em sua luta. E essa inércia não se explica unicamente nem principalmente pelas dificuldades, sem dúvida consideráveis, mas longe de insuperáveis, de acesso ao campo, nem tampouco, também, pela subestimação da questão agrária, que também existiu. A razão principal por que não se mobilizou ou pelo menos tentou seriamente mobilizar a massa trabalhadora rural na base de reivindicações por melhores condições de trabalho e emprego, se deveu ao fato de essas reivindicações não se considerarem essenciais, nem mesmo suficientemente importantes no processo revolucionário do campo brasileiro, que deveria obedecer, segundo a teoria oficial consagrada e indiscutivelmente aceita, ao esquema da revolução antifeudal: supressão das relações semifeudais de produção, em particular e diretamente pela destruição do latifúndio. Num esquema como esse, a luta por reivindicações imediatas, que dizem respeito a relações de emprego, essa luta tem papel quando muito secundário. Chegou-se mesmo, muitas vezes, a tachar seus propugnadores de “reformistas” (no sentido pejorativo e anti-revolucionário que esse termo tem no vocabulário marxista), pois a insistência deles numa reivindicação considerada de expressão revolucionária mínima, se não inexistente, podia obscurecer e pois embaraçar a proposição e o progresso da verdadeira luta do “camponês”, a saber, pela terra e contra a opressão “feudal”.

---

[1] O título acima foi usado em Raimundo Santos. *Política e agrarismo sindical no PCB*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002.

[2] O autor se refere a: 1) áreas intermediárias entre a zona da *mata* e o *agreste*, onde a propriedade se acha relativamente subdividida e se desenrolavam as atividades das Ligas Camponesas; 2) áreas de ocupação de terras virgens em zonas pioneiras, particularmente Oeste paranaense e Centro-Norte de Goiás; trata-se de regiões de conflitos entre "posseiros" e "grileiros"; e 3) o "alto interior do país" (os sertões do Nordeste, da Bahia e de Minas Gerais, onde o avanço da pecuária gerava conflitos com os pequenos agricultores).

Fonte: Especial para *Gramsci e o Brasil*

23.Interpretações sobre o Brasil contemporâneo

http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1562

Fernando Perlatto - Março 2013

O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua interpretação (André Singer, *Os sentidos do lulismo*, 2012, p. 9).

Dez anos se passaram desde a chegada de Lula ao poder. Um balanço geral da experiência petista à frente do governo federal durante este período — quer sob a batuta de Lula, quer sob o comando de Dilma — merece especial atenção não somente para uma melhor compreensão da conjuntura política brasileira na última década, mas para uma formulação mais bem compreendida acerca dos possíveis caminhos a serem seguidos pelos segmentos sociais comprometidos com a ampliação da democratização política e social do país. Nas linhas que se seguem procurarei apresentar, de forma resumida, *cinco interpretações da experiência petista* desses dez anos de governo, buscando compreender suas orientações principais. Não se trata de afirmar que as leituras aqui mobilizadas sobre o país são as únicas disponíveis no cenário brasileiro. Mas, elas são, a meu ver, as mais sistemáticas e perspicazes elaboradas *no campo da esquerda*.

Não se trata também, obviamente, de, em poucas linhas, elaborar uma discussão pormenorizada de cada uma dessas interpretações, mas tão somente apontar os *sentidos gerais* dos principais argumentos mobilizados pelos analistas, explorando aproximações e tensões, para, em seguida, sugerir alguns desafios para o campo da esquerda no sentido de avançar no processo de democratização política e social do país. Os autores selecionados foram divididos em dois grandes blocos, a saber: (1) aqueles que têm construído

análises mais *positivas* sobre os dez anos de governo do PT (Emir Sader, André Singer e Vladimir Safatle); (2) aqueles que tecem considerações mais *negativas* sobre a experiência petista (Francisco de Oliveira e Luiz Werneck Vianna). Ainda que haja diferenças significativas entre os autores "pertencentes" a cada bloco, é possível sublinhar aproximações em suas concepções mais gerais dos projetos políticos implementados nos governos Lula e Dilma. A ideia a ser sustentada é a de que as análises elaboradas por Singer, Safatle e Werneck Vianna, não obstante suas diferenças, fornecem elementos mais acurados para uma melhor interpretação do Brasil contemporâneo e para a formulação, por parte da esquerda, de uma agenda comum voltada para o aprofundamento do processo de transformação social do país.

*****

Iniciarei esta exposição com um breve resumo da interpretação do Brasil contemporâneo elaborada por Emir Sader, tomando como base texto recente, divulgado em seu blog, vinculado à *Carta Maior*, intitulado "10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil" (31/12/2012). Neste artigo, o autor tece uma avaliação bem positiva da experiência petista no poder, argumentando que os governos Lula e Dilma se caracterizariam pela procura da superação dos "modelos centrados no mercado, no Estado mínimo, nas relações externas prioritariamente voltadas para os Estados Unidos e os países do centro do sistema", privilegiando os "processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul". Na busca de rompimento com a "pesada herança econômica, social e política recebida", estes governos teriam resgatado o Estado "como indutor do crescimento econômico" e da "garantia dos direitos sociais de todos", estabelecendo "um modelo de desenvolvimento intrinsecamente articulado com políticas sociais redistributivas, colocando a ênfase nos direitos sociais e não nos mecanismos de mercado". As consequências da adoção deste novo modelo seriam atestadas pela transformação significativa da "estrutura social do país", mediante "profundos processos de combate à pobreza, à miséria e à desigualdade", que teriam conduzido a "formas maciças de ascensão econômica e social, com acesso a direitos fundamentais, de dezenas de milhões de brasileiros". A "mais forte crise econômica internacional das últimas oito décadas" não teria sido suficiente para estancar este processo de inclusão social, "mesmo em situações econômicas adversas".

A "herança pesada" recebida pelos governos Lula e Dilma, que Sader associa quer aos efeitos da ditadura militar — "que quebrou a capacidade de resistência do movimento popular" —, quer aos "governos neoliberais de mais de uma década" — "de Collor a FHC" —, teria imposto dificuldades para a implementação de um novo processo de desenvolvimento econômico e social no país. Para superar o "Estado desarticulado, uma economia penetrada pelo capital estrangeiro, um mercado interno escancarado para o mercado internacional, uma sociedade fragmentada, com a maior parte dos trabalhadores sem contrato de trabalho", Lula e Dilma teriam investido em novas agendas capazes de romper com "três aspectos essenciais do modelo neoliberal": "prioridade das políticas sociais"; "prioridade dos processos de integração regional e das alianças Sul-Sul"; e "retomada do papel do Estado como indutor

do crescimento econômico e garantia dos direitos sociais". Como decorrência dessas medidas, Sader afirma que os governos Lula e Dilma constituíram o "eixo do modelo pós-neoliberal", que seria comum a "todos os governos progressistas latino-americanos", que conjugariam a superação do neoliberalismo com a construção de "projetos de integração regional autônomos em relação aos EUA".

No campo de interpretações mais positivas sobre o governo Lula, não há como não destacar a notável análise de André Singer, elaborada primeiramente em seu artigo "Raízes sociais e ideológicas do lulismo", publicado na revista do Cebrap, *Novos Estudos*, em 2009. Este texto teve o grande mérito de suscitar novos debates e reflexões em torno da conjuntura política brasileira, ao trazer para o centro da cena uma perspectiva ao mesmo tempo favorável e crítica do modelo implantado desde a chegada de Lula ao poder. Mais recentemente, Singer sintetizou seus argumentos no livro *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador* (Companhia das Letras, 2012), que contém, além do artigo acima referido, outros textos que expõem de maneira mais pormenorizada seu argumento. Talvez um dos grandes valores da obra de Singer tenha sido o de estabelecer uma interpretação de conjuntura que se ancora em conceitos formulados por autores clássicos — em especial, as noções de "política de massas" e "revolução passiva", elaboradas, respectivamente, por Marx e Gramsci — em diálogo direto com intepretações clássicas da política brasileira — como aquela sobre o "populismo" realizada por Francisco Weffort — e análises de outros autores brasileiros que vêm procurando compreender o "caráter ambíguo" do lulismo e suas consequências políticas e sociais, como Francisco de Oliveira, Luiz Werneck Vianna, Brasílio Sallum Jr., Marcos Nobre, Juarez Guimarães, Ruy Braga, Rudá Ricci, Jessé Souza, entre outros.

O argumento central de Singer vincula-se à ideia segundo a qual determinadas transformações conjunturais que se intensificaram a partir de 2006 teriam provocado o surgimento do "lulismo". A combinação entre a adoção, entre 2003 e 2005, por parte do governo Lula, de políticas voltadas para a redução da pobreza com a crise do "mensalão", em 2005, teria produzido no país aquilo que o autor chama de "realinhamento eleitoral". Este realinhamento seria responsável, segundo Singer, pela transformação da conjuntura política brasileira: de um lado, uma fração de classe, o "subproletariado", teria aderido ao projeto de Lula; de outro lado, teria ocorrido o deslocamento da classe média, outrora eleitora do PT, em direção ao PSDB. Para Singer, a base lulista surgida após este "realinhamento" proporcionou ao presidente a possibilidade de ampliação do modelo de diminuição da pobreza, sem que isto representasse qualquer confronto significativo com o capital e com a manutenção da ordem. Ao contrário de análises que sustentam a ideia segundo a qual teria havido uma despolarização da política brasileira após ascensão do PT ao poder, o autor afirma que o país estaria vivenciando um processo de "polarização ideológica", não mais entre esquerda e direita, mas "entre ricos e pobres", produzindo forte repercussão regional, especialmente no Nordeste.

Singer situa sua análise no debate mais amplo sobre classes e procura chamar a atenção para o caráter *contraditório* do lulismo: "ao promover um reformismo suficientemente fraco para desestimular conflitos", ele acabaria por estender no tempo "a redução da tremenda desigualdade nacional" (p. 22). O realinhamento

eleitoral de 2006 e o fenômeno do “lulismo” teriam intensificado a *polarização social* entre ricos e pobres, de forma “talvez até mais intensa do que a dramatizada por PTB e UDN nos anos 1950” (p. 36), mas não teria conduzido a uma radicalização *política* desta mesma polarização social. Para Singer, ao analisar o fenômeno de forma mais ampla, seria possível dizer que o “lulismo” conduziria a uma “ruptura *real*” da ordem anterior, ao *deslocar* o subproletariado da burguesia; mas, ao fazê-lo *sem mobilização*, configurar-se-ia como um caso de “revolução passiva”, na chave pensada por Gramsci. De qualquer modo, o lulismo representaria “a criação de um bloco de poder novo, com projeto político” (p. 37), abrindo “possibilidades inéditas a partir dessa *novidade histórica*” (p. 44, grifo do autor). “Lento e desmobilizador”, o reformismo lulista permaneceria sendo “reformismo”, ao promover *modificações reais*, ainda que “em silencioso curso”.

Como se percebe, portanto, a análise de Singer é positiva em relação à experiência petista no poder, destacando suas potencialidades, mas não deixa de apontar suas contradições e limitações ao promover um processo de transformação que não implica um reformismo forte. Não obstante haja diferenças significativas, a análise de Singer converge, no plano mais geral, com interpretação recente do governo petista, elaborada por Vladimir Safatle, em seu texto “Os impasses do lulismo”, publicado no site da revista *Carta Capital* (janeiro de 2013). Em ambas as interpretações, reconhecem-se avanços da experiência do PT à frente do governo federal, mas são também destacadas suas contradições. Em seu pequeno, porém arguto artigo, Safatle, ao mesmo tempo que destaca a importância do “lulismo” para estimular a “transformação do Estado em indutor de processos de ascensão por meio da consolidação de sistemas de proteção social, do aumento real do salário-mínimo e incentivo ao consumo”, chama a atenção para suas limitações no sentido de promover transformações mais significativas no quadro político e social do país. O lulismo se sustentaria “na transformação de grandes alianças heteróclitas em única condição possível de ‘governabilidade’”, com a consequência de retirar da agenda política “toda e qualquer modificação estrutural nos modos de gestão do poder”. Ao referendar um “modo de gestão de conflitos políticos que encontra suas raízes brasileiras na Era Vargas” — marcado pela “transposição dos conflitos entre setores da sociedade civil para o interior do Estado” —, o governo Lula, por “fagocitose de posições”, teria logrado sucesso no sentido de “esvaziar tanto as oposições à direita quanto à esquerda”, processo esse facilitado pela “inanição intelectual completa da oposição à direita”.

Safatle sugere a possibilidade de o governo Dilma representar o “esgotamento do lulismo”, que se converteria, a seu ver, em “um lulismo de baixo crescimento”, gerenciado pela presidente. O modelo, portanto, estaria se esgotando. Se a política social inclusiva foi a marca por excelência da experiência petista, ela não estaria mais dando conta de ir além e romper com o quadro de um país que permanece com “níveis brutais de desigualdade”. O processo de inclusão ver-se-ia acompanhado de um movimento inflacionário, no qual as “demandas de consumo cada vez mais ostentatórias” pressionariam “o custo de vida para cima”, prejudicando os segmentos mais vulneráveis. Se é possível, de fato, afirmar a importância da criação de empregos, estes se caracterizariam, em sua maioria absoluta, por trabalhos com remuneração de até um e meio salário-

mínimo. Além disso, a criação de novos empregos não teria sido seguida por um "programa para a universalização da educação e saúde pública de qualidade", capaz de minimizar os "efeitos perversos da desigualdade".

Para além do campo social, Safatle aponta as contradições do governo petista no que tange ao financiamento estatal do capitalismo nacional, que teria estimulado tendências monopolistas da economia brasileira. Os principais setores econômicos estariam sob a dependência do Estado, principalmente via BNDES, "com seus serviços de péssima qualidade e seus preços extorsivos". O processo de centralização econômica seria acompanhado, segundo Safatle, do processo de centralização política, na figura da presidente Dilma, cujo resultado constituiria na "incapacidade do governo em formular e discutir alternativas" com outros segmentos da sociedade civil, em especial os sindicatos. As "grandes modificações" teriam desaparecido da agenda política do governo petista para dar lugar "a certo 'gerencialismo'", focado na "gestão cotidiana", movimento para o qual teria contribuído sobremaneira a própria trajetória do PT, caracterizada pelo "afastamento definitivo dos núcleos de debate da sociedade civil (universidades, movimentos sociais etc.)". A continuar este cenário, a política brasileira estaria condenada à reprodução de um quadro dominado por "partidos-curinga", como PSD e PSB, "que têm, como grande característica, não ter característica alguma". A única possibilidade de superação desse quadro seria uma eventual "radicalização paulatina dos extremos", que Safatle encara como "a única condição para que voltemos a pensar politicamente".

*****

No campo das análises que elaboram interpretações mais *negativas* dos dez anos de governo petista, vale destacar aquelas realizadas por Francisco de Oliveira e Luiz Werneck Vianna. Ainda que o primeiro assuma uma perspectiva mais contrária à experiência petista no poder, ambos convergem na elaboração de um diagnóstico crítico, que visa a problematizar a visão otimista presente na retórica do governo federal. Desde o primeiro ano do governo Lula, Francisco de Oliveira vem se dedicando a tecer análises questionadoras de suas orientações e direcionamentos, como se verifica em *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco* (2003), atualização de ensaio clássico de 1972, "A economia brasileira. Crítica à razão dualista", publicado em livro no ano seguinte. Ao mobilizar a imagem do ornitorrinco, animal que não é isso nem aquilo, Oliveira buscou problematizar a conjuntura política do país e enfatizar as "recentes convergências programáticas entre PT e PSDB". Partindo dessa similaridade, o ponto nodal do argumento do autor foi o destaque para a constituição de uma nova classe social no país, que se estruturaria sobre, "de um lado, técnicos e intelectuais *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB", e, de outro, "operários transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT", cuja identidade adviria do "controle do acesso aos fundos públicos" (p. 147).

Em textos mais recentes — com destaque para o artigo publicado originalmente na revista *Piauí* (janeiro de 2007) e, posteriormente, no livro *Hegemonia às avessas. Economia, política e cultura na era da servidão financeira* (2010), organizado por Ruy Braga e Cibele Rizek —, Francisco de Oliveira aprofundou suas análises partindo para a caracterização da experiência petista, sob a batuta

de Lula, como uma “hegemonia às avessas”. Para o autor, o principal elemento dessa hegemonia, “típica da era da globalização” e semelhante àquela que se construiu na África do Sul do *apartheid*, seria a abdicação, por parte da classe dominante, do poder a favor dos “dominados” — que Lula, em tese, representaria —, sob a condição de que os fundamentos da sua dominação não fossem questionados. As classes dominadas tomariam a “direção moral da sociedade”, enquanto a “dominação burguesa” se faria de forma “mais descarada”, sem quaisquer questionamentos efetivos à exploração capitalista. Este processo resultaria em uma intensificação da desmobilização das classes subalternas e dos movimentos sociais, conduzindo ao desaparecimento do “conflito de classes”, bem como à configuração de um quadro no qual os dominados pensariam que dominariam, quando, na prática, o governo capitularia frente à “exploração desenfreada”.

Em artigo publicado em outubro de 2009, também na revista *Piauí*, intitulado “O avesso do avesso”, Oliveira buscou aprofundar uma interpretação das consequências da “hegemonia às avessas” para a política brasileira, implementada pelo governo petista. O governo Lula, “na senda aberta por Collor e alargada por Fernando Henrique Cardoso”, teria ampliado ainda mais “a autonomia do capital, retirando às classes trabalhadoras e à política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática”. Enquanto FHC teria destruído “os músculos do Estado para implementar o projeto privatista”, o governo petista teria destruído “os músculos da sociedade”, mediante a cooptação dos movimentos sociais. A política foi “substituída pela administração” das políticas sociais e o país viu a retomada da “cultura do favor”. A negação da política, cada vez mais administrativa e espetacularizada, teria subsumido por completo o conflito de classes. De acordo com a perspectiva de Oliveira, o chamado “lulismo” seria uma “regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda”.

Luiz Werneck Vianna, por sua vez, também vem desenvolvendo uma interpretação negativa dos governos petistas, embora se possa afirmar que ele, de maneira geral, reconheça mais avanços nestes dez anos do que Oliveira. Em textos como “O Estado Novo do PT” (2007) e “A viagem (quase) redonda do PT” (julho de 2009), publicados, respectivamente, no site *Gramsci e o Brasil* e no *Jornal de Resenhas*, Werneck procura criticar aquilo que denomina como a “viagem quase redonda”, realizada pelo PT ao chegar ao governo federal. Para o autor, o partido teria promovido uma retomada do nacional-desenvolvimentismo que antes tanto criticara, sem, contudo, reinventá-lo em uma chave progressista. As forças sociais representadas pelo partido, que deveriam apresentar a descontinuidade, se tornaram as portadoras da continuidade, trazendo de volta a lógica política dos processos de modernização pregressos, com as mudanças sendo processadas “pelo alto”. A principal consequência desse processo seria a subsunção do social ao Estado, que passaria a processar e arbitrar os conflitos entre classes e frações de classes no interior do próprio governo. Ainda que os governos petistas tenham tido êxito no sentido de contemplar interesses substantivos de diversos segmentos da sociedade, a política estaria sendo cooptada pelo Estado, sob a liderança de um chefe carismático, e pela condução de um processo de modernização *a partir do*

alto, que, a despeito da retórica fraterna, não traria consigo o *moderno*, que suporia autonomia dos sujeitos na trama do social.

Aí está o âmago da crítica de Werneck à experiência petista — mais bem explorada nos artigos que compõem seu *A modernização sem o moderno* (Contraponto, 2011): a *modernização* "por cima", realizada por Lula e Dilma, impediria a afirmação do *moderno* no país, compreendido como "um contínuo aprofundamento da democracia política, de valorização da auto-organização do social e da autonomia da vida associativa diante do Estado" (p. 20). Os governos petistas, pela história do próprio partido e pela herança legada ao país pela Constituição de 1988, teriam encontrado condições propícias para efetivar uma agenda política capaz de trazer o moderno, mas, ao fim e ao cabo, teriam sucumbido a mais um ciclo de modernização — na esteira de Vargas, JK e do regime militar —, que se mostrou incapaz de "interpelar criticamente a nossa experiência republicana", trazendo de volta "alguns dos seus aspectos mais recessivos" (p. 20). Mesmo em um contexto marcado pela expansão econômica e pela modernização das estruturas sociais, a experiência petista mostrou-se inábil no sentido de inovar o repertório político, concedendo "nova vida às instituições cediças", mediante a ação de um Estado disposto assimetricamente à sociedade e de uma política pragmática capaz de subsumir o moderno à modernização.

Em textos mais recentes publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, Werneck vem avançando em suas críticas à experiência petista, procurando vinculá-la àquilo que intitula de "projeto nacional grão-burguês". Uma de suas principais objeções a este projeto relaciona-se às tentativas feitas pelo governo de vincular retoricamente sua política ao ideário "nacional-popular", que, embora gestado no segundo governo Vargas, encontrou maior expressão na década de 1960, mediante intensa participação popular. Para Werneck, a experiência petista não pode ser associada ao "nacional-popular", na medida em que se constrói mediante um projeto "de cima para baixo", conduzido por elites dirigentes constituídas pela tecnocracia e pelo grande empresariado, imersas em cálculos de macroeconomia, sem a participação ativa da sociedade e dos segmentos subalternos. O nacional seria subsumido, dessa forma, à lógica da modernização econômica e as razões instrumentais conduziriam à construção da noção de "grande potência mundial", que subordinaria a agenda da sociedade civil, que, no máximo, seria encarada como agente passivo e beneficiário dos êxitos da acumulação capitalista.

*****

Não se trata neste texto de escrutinar as cinco análises da conjuntura brasileira acima resumidas em busca de semelhanças e diferenças específicas. O objetivo foi tão somente o de tentar traçar os *sentidos gerais* dos argumentos desses autores de modo a ilustrar as linhas principais de intepretações do Brasil contemporâneo formuladas por intelectuais vinculados ao campo da esquerda. Ao separá-las em dois grandes blocos — análises *positivas* e *negativas* —, corri o risco da generalização ou da simplificação de leituras muito mais complexas do que aquelas acima esboçadas. Tal movimento interpretativo, no entanto, foi realizado com o intuito de sublinhar as principais questões e tensões que estão

presentes no debate mais amplo acerca da conjuntura política nacional.

Para concluir, gostaria de chamar a atenção para as interpretações que considero mais problemáticas e mais relevantes para percepção da conjuntura brasileira. Particularmente penso que duas análises pertencentes a cada um dos blocos — a saber, a de Emir Sader e a de Francisco de Oliveira — se equivocam em sentidos opostos: enquanto a primeira exagera na louvação da experiência petista, enfatizando apenas os aspectos positivos dos governos Lula e Dilma, a segunda pesa a mão na crítica, ao caracterizar o lulismo uma radicalização do governo tucano. Se é um erro considerar os governos Lula e Dilma como superação da agenda neoliberal e construção de um projeto alternativo ao capitalismo, é da mesma maneira equivocado não perceber o quanto os governos petistas alteraram a conjuntura política brasileira a favor de um projeto de esquerda, ao retomarem a importância do papel do Estado na economia, ao iniciarem uma nova forma de diálogo com os movimentos sociais, ao trazerem novamente para o centro da cena o debate sobre a desigualdade social, ao investirem maciçamente na criação de empregos e no aumento real do salário-mínimo e ao buscarem a construção de uma política externa mais soberana.

Não obstante contenham alguns problemas, as análises formuladas por André Singer, Vladimir Safatle e Luiz Werneck Vianna oferecem maior clareza para compreender a conjuntura política brasileira, ao enfatizarem os *aspectos contraditórios e conflitantes* de um governo de coalizão de classes. As interpretações de Singer e Safatle têm o mérito de analisar dialeticamente avanços e limitações da experiência petista, superando os problemas acima destacados das análises de Sader e Oliveira. Ainda que haja diferenças entre ambas as leituras do Brasil, elas se assemelham no sentido de chamar a atenção para o fato de que houve uma transformação real e significativa entre os governos tucano e petista, que não são a mesma coisa, como sugere Oliveira. Suas análises também se identificam ao destacarem os limites da experiência petista — algo que passa batido na intepretação de Sader —, sobretudo no sentido de impulsionar transformações mais significativas que conduzam a um efetivo projeto de democratização política e social do país.

Nesse sentido, a crítica levantada por Werneck Vianna merece grande destaque por trazer à baila o debate sobre a *forma* de condução da experiência petista à frente do governo federal. Conquanto seja exagerada sua associação dos governos Lula e Dilma a um “projeto nacional grão-burguês”, sua análise tem o mérito de trazer para o centro do debate as limitações políticas de um projeto de esquerda que, não obstante seus méritos, tem sido construído mais “de cima para baixo” do que via participação autônoma da sociedade civil. Ao mobilizar o debate político para o núcleo de sua crítica, Werneck aponta as contradições inscritas em um projeto que traz uma pauta substantiva de enorme peso para a esquerda — a redução da desigualdade —, sem que o mesmo seja acompanhado de uma mobilização mais ampla dos segmentos subalternos, encarados mais como clientes de programas importantes do que como agentes partícipes do processo de transformação social. No fundo, trata-se de uma crítica habermasiana que problematiza a colonização do mundo da vida e da esfera pública pelos subsistemas econômicos e políticos que executam as políticas de

“cima para baixo”, a partir de burocracias e tecnocracias distanciadas das instâncias da sociedade civil.

*****

A tomar pelas análises acima destacadas, é possível dizer que tem havido um esforço por parte de autores provenientes de diferentes campos da esquerda no sentido de empreender uma interpretação do Brasil contemporâneo. A despeito do fato de considerar as análises de Singer, Safatle e Werneck Vianna mais bem acuradas para decifrar os avanços e limites das experiências petistas à frente do governo federal, creio que todas as interpretações trazem elementos substantivos que contribuem para um melhor entendimento da conjuntura política atual. Talvez o grande desafio para acelerar e radicalizar o processo de democratização política e social do país esteja vinculado à necessidade da *ampliação do diálogo público* entre diferentes segmentos da esquerda brasileira. Cada vez mais desconectados, os diversos partidos e grupos vinculados ao campo da esquerda se vêm forçados mais a responder pragmaticamente ou utopicamente às demandas da conjuntura do que a pensarem em projetos que os unifiquem a longo prazo. O repto que se coloca, nesse sentido, refere-se à criação de atividades conjuntas em universidades, sindicatos, associações de bairro, igrejas e demais espaços da sociedade civil, que possibilitem a construção de *agendas políticas comuns* que transcendam a salutar e necessária diferença entre partidos e segmentos da esquerda não partidarizada.

Penso, particularmente, em *três agendas políticas* que poderiam, se não unificar, ao menos aproximar a esquerda brasileira, no sentido de acelerar o processo de democratização política e social do país. Em primeiro lugar, trata-se de avançar em um debate verdadeiramente democrático e capaz de mobilizar a sociedade civil em torno da *reforma política*, que, a meu ver, deveria se pautar tanto pelo fortalecimento da democracia representativa — de modo a superar o comodismo acrítico por parte do PT em torno do “presidencialismo de coalizão”, que prejudica sobremaneira o nosso sistema político —, quanto pela criação de mecanismos capazes de estimular formas diretas de participação da sociedade no debate e deliberação de assuntos públicos. A pressão em torno do *financiamento público* das campanhas eleitorais, de um lado, e do *uso mais sistemático de mecanismos participativos* facultados pela Constituição de 1988 — como referendos e plebiscitos —, de outro, deve adquirir centralidade na agenda política da esquerda, na medida em que eles podem significar o fortalecimento público e participativo da democracia representativa e direta no país.

Em segundo lugar, faz-se necessário um aprofundamento do debate na esquerda em torno do *papel do Estado* no sentido de promover uma transformação mais efetiva do país. Sob o impacto dos desastrosos resultados do neoliberalismo, a esquerda brasileira se fiou no Estado como panaceia para a solução de todos os problemas da vida democrática contemporânea. Se é verdadeira a percepção de que o mercado por si só não dá conta de resolver os problemas da sociedade, como bem evidenciou a crise econômica de 2008, também é factível pensar que o Estado por si só não basta para a mobilização da sociedade em torno de um projeto verdadeiramente democrático. Trata-se,

portanto, de uma atualização teórica e prática do debate sobre a *democratização do Estado*, bem como de sua *relação com o mercado e com a sociedade civil*, que implica trazer para o centro da cena uma reflexão mais acurada em torno da forma como são formuladas e implementadas as políticas públicas no país.

Por fim, creio ser fundamental que a esquerda se mobilize em torno de um debate mais efetivo sobre a questão da *desigualdade social*. Nesse sentido, a reflexão poderia se encaminhar para dois direcionamentos principais: em primeiro lugar, importa pensar sobre o papel das políticas sociais no processo de emancipação dos subalternos. Não resta dúvida sobre a importância fundamental de programas como o Bolsa Família no combate à miséria e no processo de inclusão social. O que importa é debater como estes programas sociais podem ser institucionalizados de modo a virarem políticas de Estado e não de governos, bem como de que maneira eles podem contribuir para uma emancipação não apenas social, mas efetivamente política daqueles que vivem em condições de extrema pobreza. Em segundo lugar, vale refletir sobre como avançar na aprovação de iniciativas como a taxação de grandes fortunas e a redução da jornada do trabalho, que implicam mudanças substanciais na abissal desigualdade que ainda impera no país.

Quero crer que a ampliação do debate e da reflexão em torno dessas três agendas — *reforma política*, *papel do Estado* e *desigualdade social* — por parte da esquerda pode constituir caminho fundamental para pressionar as contradições centrais do capitalismo brasileiro, criando novas possibilidades de debate e avanço para uma ordem mais democrática e igualitária. Não resta dúvida de que a esquerda brasileira permanece e permanecerá divida em torno da maior parte desses temas. Mas a aposta no diálogo em torno de *agendas públicas comuns*, em fóruns permanentes que envolvam os diferentes segmentos da sociedade civil organizada e desorganizada, pode ser um caminho para se pressionar pela construção de um projeto mais democrático de sociedade.

Fernando Perlatto é doutorando do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp-Uerj) e Pesquisador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (Cedes/PUC-RJ)..

Fonte: Especial para *Gramsci e o Brasil*.

24.A Formação da Identidade Brasileira e as Convenções Sociais: Um Beco Sem Saída?

Detalhes

Escrito por Adriana Kessler e Ângela Barcelos da Silva | Publicado em Terça, 10 Abril 2012 09:30

PARTILHAR

Resumo: Este artigo pretende problematizar a identidade, como uma convenção socialmente necessária que é, a partir dos conceitos relativos ao tema que estão relacionadas às teorias do campo dos Estudos Culturais e às idéias de autores como Hall (2001) e Bauman (2005), um processo não estanque de construção nos tempos "líquidos" e pós-moderno, e questiona a formação e a construção de identidade nacional. A difícil definição incide nas infinitas saídas e pelas urgentes necessidades de novos paradigmas conceituais, tanto para a identidade, a identidade brasileira, como para formação desta. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde aceitamos o critério sócio-histórico, por um caminho processual também histórico, onde se presentifica a dialética do singular-particular-universal.

Palavras-chave: identidade; identidade "líquida"; identidade brasileira.

Introdução

Não sei se já observastes isso em vós mesmos – como ente humano e não como um fragmento, num mundo fragmentado. Um ente humano (...) não tem nacionalidade (...) "participar" não significa simplesmente estender a mão para receber alguma coisa. Significa que deveis compartilhar (...) se ganhais uma belíssima jóia e não sabeis quanto ela é preciosa, podeis jogá-la fora; sois incapaz de apreciá-la em companhia de outros. Krishnamurti.

As (in)definições de conceitos relativos ao tema identidade estão relacionadas às teorias do campo dos Estudos Culturais onde é concebida "a cultura como espaço privilegiado de transformação do ser social" (Williams, citado por Escosteguy, 2003, p.57).

Esta pesquisa tem a orientação construcionista, bibliográfica, é exploratória, explicativa, qualitativa e refere que o objeto das Ciências Sociais é histórico. Onde, aceitando os critérios da historicidade, aproximado e construído, o pesquisador – cavador de respostas – na busca do progresso desta precisa estar associado muito mais às violações do que à obediência (Feyerabend citado por Minayo, 2004, p.16; Santos, 2002).

As propostas dos Estudos Culturais serão relacionadas com as idéias de autores como Hall (2001) e Bauman (2005) que situam o tema na pós-modernidade e no pós-estruturalismo, utilizando, respectivamente, os termos "modernidade tardia" e "modernidade líquida". Estes e alguns outros autores dos Estudos Culturais fazem levantamentos que constituem a difícil definição da identidade brasileira ou de uma formação dela, coadunando urgentes necessidades de novos paradigmas para tal referencial que requerem análises complexas, de cunho emancipatório e urgentes, onde é necessária a revisão frente às crises dos paradigmas conceituais do conhecimento.

A construção de uma identidade – nacional – não se constitui em um processo simples porque é difícil conceituar termo tão ambíguo, ou até mesmo poético,

romântico. Hall irá tratá-lo como “(. . .) demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido” no conhecimento social contemporâneo “para ser definitivamente posto à prova” (2001, p.8).

Os sujeitos assumem diferentes e conflitantes identidades, o que só torna o processo como algo diferente de inato e existente na consciência desde o momento do nascimento até a hora da morte. A *identidade* não se desenvolve naturalmente sendo formada em relação aos outros, ao longo do tempo, através de processos inconscientes. Gritando que existe “algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade” (Hall, 2001, p. 37-38), fazendo com que ela permaneça incompleta, um processo que está sempre sendo formado e reformulado.

No que se refere a um país continental, composto de muitos diferentes sujeitos e demasiadas desigualdades sociais, econômicas e culturais, a pretensa definição de identidade nacional e a análise de sua formação requerem muito mais a possibilidade de alguma licença poética aliada ao rigor na complexidade de tal análise, do que o rigor científico em “recapturar esse prazer fantasiado da plenitude” (Hall, 2001, p.39).

O problema que norteia este artigo é se pode se falar de uma identidade nacional brasileira. A questão fundamental que direciona este estudo vincula-se ao referencial de identidade que utilizado numa ampliação e não num fechamento. A isto segue a pergunta: qual o referencial de identidade utilizado?

No livro “Identidade”, o entrevistador Vecchi diz que em sua impressão ao dialogar com Bauman, foi ficando consciente de ter adentrado um continente muito mais amplo que aquilo por ele esperado: *o vasto território real incabível nos mapas*. “Continente cujos mapas eram quase inúteis em se tratando de encontrar direções” (2005, p.7). Igualmente, nós nos deparamos com a impossibilidade de um fechamento tranquilo ou meramente tranquilizador pela imprecisão e pela própria complexidade a que a temática nos submete. Eles, entrevistador e entrevistado, falam do lugar de impossível definição de identidade no mundo de rupturas pós-moderno e líquido, cuja tarefa torna-se impraticável/impossível pelas suas infinitas saídas.

Durante o transcorrer do processo de pesquisa bibliográfica foi necessário aceitar que às referências circunscritas, articulavam-se paradoxos ao pensamento lógico formal em suas características determinantes e restritivas que não poderiam dar conta de tal complexidade.

O referencial de identidade parte do esfacelamento do próprio referencial – via alternativa – que abre maiores possibilidades de diálogo dentro do tema. O convite de Bauman (2005, p.12) é o de nos exercitarmos com um pouco de sabedoria nos preparando para que este exercício seja, inevitavelmente, rompido por convidados “inesperados” que ele chama de “estratégias de adaptação à modernidade líquida” e que tem ações nas sociedades capitalistas tardias. Somos lançados, sem poder descansar, ao infinito e às profundidades desta questão social, atual e crucial. O autor vai referir que “a identidade é uma convenção socialmente necessária” e que muitas vezes vem sendo usada “com

extremo desinteresse no intuito de moldar e dar substância a biografias pouco originais".

Submetendo, sob o pretexto de entreter, homens e mulheres hipermodernos à alienação, remetendo-nos a pensamentos reducionistas, cientificamente atomizado-nos em seres (uni nucleados) individualizados (indivisíveis). Inserindo distância aos sujeitos naquilo que poderia começar a responder à problemática, subjetiva e filosófica pergunta: *quem sou eu?*

Tradição na Globalização: o Esfacelamento das Fronteiras

Os seres da modernidade líquida e tardia, dentro dos cercadinhos de suas individualidades consomem seus variados aparatos tecnológicos, objetos elitizados na forma de consumismo ocidentalizante e capitalista para construção de identidades fictícias e vazias, alicerçadas no feti(ço)che da mercadoria (Marx, 2005)[01]. Como índios, modernos e civilizados aceitando *bugigangas, espelhinhos, etc.* no lugar da emancipação ou algum território de real democracia, vital soberania ou continuidade.

Tal situação dá sustentabilidade ao prolongamento de um novo colonialismo em suas características de passividade, anestesiamento, esquecimento dos conflitos, violências, identificação com o agressor – colaboração na "banalização do mal" e na "injustiça social" [02] – e a aceitação das desigualdades como ordem social natural.

(. . .) o crescimento da sensação de insegurança, com a 'corrosão do caráter' que a insegurança", através do esgarçamento e estiramento que "a flexibilidade [no local de trabalho] têm provocado na sociedade" vem criando "as condições para o esvaziamento das instituições democráticas e para a privatização da esfera pública (BAUMAN, 2005, p.11, [grifo nosso]).

Ligada ao colapso do estado de bem-estar social a identidade pode ser vista como um dos processos dentro das grandes transformações que afeta as estruturas estatais, condições de trabalho, a subjetividade coletiva, a produção cultural, entre outras estruturas (Bauman, 2005).

Em diversas ocasiões Bauman zomba, de forma educada, daqueles que tentam conceitualizar, em uma definição, a relevância da identidade nas sociedades que tornaram incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais: "qualquer tentativa de 'solidificar' o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a *um beco sem saída*" (2005, p. 12).

Em sua análise a questão se amplia no multiculturalismo ou no fundamentalismo em expansão. As identidades prontas para o consumo imediato são transportadas e transformadas rapidamente pelos veículos mediadores, como a internet – um dos vários exemplos destes mediadores midiados e antidemocráticos, que são impostos para consumo imediato (Bauman, 2005; Ianni, 2002).

A identidade irá falar a linguagem dos que foram marginalizados pela globalização e muitos são os que enfatizam que o recurso à identidade é como um processo contínuo de redefinir-se e de inventar a sua própria história, mesmo dentro das restritivas condições de identificar-se com a história da nação e suas relações de contextos muito maiores.

Sobre a comunidade, o autor supracitado refere que ela representaria "um abrigo em relação ao efeito da globalização em todo o planeta" (p.12). O mesmo valendo para a identidade, termo tão atualizado, que seria muito melhor não buscar as respostas tranquilizadoras em textos clássicos do pensamento crítico anteriores a este conceito (Bauman, 2005, p.8).

O sociólogo polonês refere que dentre os vários problemas conhecidos como "minha identidade", o da nacionalidade ganhou um destaque particular nos deslocamentos e esfacelamentos repetitivos, onde ele diz:

Eu compartilho essa sorte com milhões de refugiados e migrantes que o nosso mundo em rápido processo de globalização produz em escala bastante acelerada. (. . .) a identidade é um monte de problemas, e não uma campanha de tema único (. . .) Em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados (. . .). Mundo em que serão poucos aqueles que poderão evitar a passagem por mais de uma comunidade de idéias e princípios (Bauman, 2005, p.18-22).

Nesta obra, o autor discorre sobre os problemas com a questão da consistência, a continuidade da nossa identidade com o passar do tempo("*la mêmete*") e a coerência daquilo que nos distingue como pessoas ("*l'ipséite*"), "o que quer que isto seja", problemas que assemelham as maiorias dos deslocados de algum centro de identidade unívoco:

Minha colega (. . .) se queixou de que, sendo mulher, húngara, judia, norte-americana e filósofa, estava sobrecarregada de identidades demais para uma só pessoa. Ora, seria fácil (. . .) ampliar a lista (. . .) para demonstrar a impressionante complexidade da tarefa (. . .)Sim, de fato, a "identidade" só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, "um objetivo"; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que (. . .) a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusiva da identidade deva ser, e tenda ser, suprimida e laboriosamente oculta (Bauman, 2005, p.19, 21-22).

Complementando e, ilustrativamente referindo à revolução aí contida, Pierucci remete a questão da diferença dentro das diferenças e que penetram nos referenciais da identidade e do pertencimento, pois:

(. . .) reconhecer que 'mulher' é uma categoria socialmente construída – Salve dona Simone de Beauvoir! – é começar a desconfiar para sempre de todas as garantias que se acreditavam fixas na natureza. Tal descoberta tem o efeito de uma revolução copernicana em nível de massa. Não há dúvidas que a noção de

realidades "socialmente construídas", importada da teoria sociológica e antropológica, acelerou muito o ritmo da produção de novas diferenças dentro das diferenças... (2000, p.145).

Atualmente, é mais difícil esconder essa verdade do que no início da era moderna. Completamos o raciocínio de que "seria fácil (. . .) ampliar a lista (. . .)" para desmoronar qualquer pretensão de convicções clássicas ou arcaicas!

As pessoas em busca de identidade se vêem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de 'alcançar o impossível': essa expressão genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem se realizar no 'tempo real', mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo – na infinitude... (. . .) Tornamo-nos conscientes de que o 'pertencimento' e a 'identidade' não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o 'pertencimento' quanto para a 'identidade'. Em outras palavras, a idéia de 'ter uma identidade' não vai ocorrer às pessoas enquanto o 'pertencimento' continuar sendo o seu destino (. . .) (Bauman, 2005, p.16/17).

O autor se refere, na passagem citada, a sua condição de expatriado e onde o seu destino de pertencimento foi abalado. Completa que só ao sair desta posição que poderá nascer a problemática de que se está diante "de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta", e não de uma só tacada científica (2005, p.18).

Este *destino* como uma condição sem alternativas, onde se nasce e morre nele, realizando algum mito ou revelação, ou, ainda, como num beco sem saída!

A tarefa impossível e idéia imaginada de ter alguma identidade perfeita (porque idealizada) não ocorre com facilidade enquanto pertencemos a um único destino onde se nasce e morre realizando algum objetivo científico, trapaça mitológica ou revelação de um beco sem saídas!

A obra fictícia levaria à evidência da ambivalência da identidade e onde "a nostalgia do passado conjugada à total concordância com a 'modernidade líquida'" levam a questão de que a identidade precisa envolver-se como que realmente é: uma convenção socialmente necessária e de transposição de trapaças ocultas. As trapaças que ficam ocultadas pelas transposições só poderão se revelar reconstruirmos a "passagem da *dimensão individual*, que a identidade sempre tem, para a sua condição como *convenção social*" (Bauman, 2005, p.13, *[grifo nosso]*).

O que o autor chama de questão central deixa evidente a participação do conhecimento como instrumento social – mito, religião e ciência – como construtores de modelos a serem seguidos para garantia de determinada unidade consensual.

Sobre as Raízes e os Aspectos Econômicos da Miséria Humana

Outra evidência revelada (Rorty [1998, p.79,91], citado por Bauman, 2005, p.43) é a crítica aos mensageiros das novas visões ou militantes das novas "causas sociais", que preferem não falar em dinheiro elegendo como "[suposto] principal inimigo" um esquema mental e não o esquema de algum ajuste econômico.

A evidência que fica afastada da memória é aquela que deveríamos garantir como preocupação central de como e sobre quais as "causas profundas da miséria humana". Sob graves riscos de reproduzirmos e identificando-nos, mesmo que inconscientemente, com erros antigos e constituintes a repetição que habilmente deslocamos da nossa memória:

(. . .) o fato de os países que saíram na frente em termos de industrialização possuírem uma riqueza cem vezes maior que a dos não industrializados. Nossos filhos precisam aprender, desde cedo, a ver a desigualdade entre seus próprios destinos e os das outras crianças, não como a Vontade de Deus nem como um preço necessário pela eficácia econômica, mas como uma tragédia evitável (Rorty [1999, p.203], citado por Bauman, 2005, p.44).

Pierucci (2000) relaciona a internacionalização do capital e a divisão internacional do trabalho como formas híbridas de colonização de um processo que ainda não foi interrompido.

Hoje as ex-colônias estão presentes através de imigrações em massa através de "trabalhadores e trabalhadoras que vão do Terceiro para o Primeiro Mundo (. . .) em busca de trabalho" (PORTES [1995], citado oor PIERUCCI, 2000, p.171) deflagrando a ampliação no campo das identidades e a proliferações de novas posições referentes de identificação cultural, "identidades genéricas, abstratas".

Situações novas que, como diz o autor, trazem novamente à tona o velho racismo através de um neo-racismo e seus dois dispositivos básicos: "o da diferença notada com os olhos fixos na pele" e o da "inferioridade imaginada, deduzida, propagandeada", naturalizada e projetada (Bhabha; Wieviorka [1992] citados por Pierucci, 2000, p.174). Acrescentaríamos, a este último dispositivo, as desigualdades aceitas e introjetadas, programam um novo racismo mais "agressivo e regressivo" recheado em sutilezas e mágoas nas culturas "hospedeiras" e neocoloniais.

Dado que entre o Ocidente rico e o resto pobre do mundo persistem relações desiguais de poder econômico, mas também de dominação política e hegemônica cultural, e dado que o fluxo internacional de bens de consumo, bens de capital e força de trabalho obedece por isso mesmo a um direcionamento desigual, a globalização é pensada como sendo, essencialmente, um processo de ocidentalização de toda a terra mediante a ocidentalização capitalista do "resto" (Hall [1995], citado por Pierucci, 2000, p. 169)

A desigualdade está na base do domínio colonial, onde a colônia não tem nem liberdade nem soberania e "(. . .) nem sequer tem personalidade reconhecida (. . .)" (RÉMOND, 1974, p. 180), fato que a identifica, identifica o pertencimento de seu povo, a distingue do protetorado e da tutelar metrópole promovendo a cômoda situação de se ter uma identidade concedida em permuta frente à ilusão

de vir a não ser, nem saber quem se é. Tornando-se, de tal forma, aquilo que não é irreconhecível.

O historiador supracitado (p.149) chama o “Movimento das Nacionalidades” no “sentido de uma doutrina política dentro das fronteiras dos países” que se justapôs aos grupos lingüísticos, étnicos, históricos de naturezas dessemelhantes no nascimento das nações desenhado após 1815 e através do fortalecimento do Estado. Fortalecimento e dispositivos que entram no lugar do “mecenato dos antigos príncipes”, através do liberalismo e da não intervenção e neutralidade do Estado.

Um dos efeitos mais significativos dessa “transferência de responsabilidades é a mudança da fronteira entre particular e o público”, o Estado, não é amado, torna-se naturalmente impopular, mesmo dentro dos rumos posteriores de uma constituição de blocos formados por uma *direita nacionalista* e contra uma *esquerda internacionalista* (RÉMOND, 1974, p. 97-98).

Bauman retoma, a partir de suas percepções, de que houve uma época em que os moradores das aldeias[03] e vilas (os vilões e os sujeitos das ruas) eliminavam a questão da “identidade” até que isto se tornasse um problema em suas formas de estar no mundo. A identidade, então, passa a ser uma tarefa alicerce na questão de soberania, das pretensões à legitimidade e na crise de pertencimento que o Estado impunha a estes (2005, p.25). Podemos inferir que processo semelhante se deu para os povos primitivos e nativos nas antigas colônias.

Sobre a violência, Bauman nos conduz através da “ficção” em que a “natividade dos nascimentos” vai desempenhar como fórmula empregada pelo nascente Estado Moderno à legitimação da exigência de uma subordinação incondicional por parte de seus súditos, os cidadãos, em troca do seu reconhecimento. Esta ficção exige coerção, convencimento, vigilância constante e esforço gigantesco pela superposição do território domiciliar à soberania invisível do Estado (foi no início e continuou sendo por muito tempo uma “noção agonística e um grito de guerra” de “plebiscito diário” [Renan, citado por Bauman, 2005, p.27]).

Fazendo um paralelo com o conceito de comunidades européias frente à *invenção* do Estado-Nação, podemos pensar que ao ser descoberto e explorado, o Brasil – ou “Pindorama” [04], como o chamavam alguns dos nativos – possuía uma comunidade que não foi reconhecida por àquelas, civilizadas, que faziam e escreviam a história. Mesmo sendo anterior a ela, seu discurso oficial de verdades, que colonizavam o mundo com idéias eurocêntricas, santas, ideais, iluminadas e científicas.

As nações primitivas não constituíam autoridade suficiente nem foram reconhecidas, sendo descartadas enquanto riqueza de posição nos jogos de poder, seus dispositivos de manipulação arbitrários que fizeram com que o seu povo fosse eliminado ao ser eliminada a sua cultura e língua. A nação foi unificada, sendo colocada como infantilizada, submissa e colonial; subjugada ao poderio erigido sobre suas terras e riquezas materiais concretas e tomando,

simbolicamente, a forma fragmentada de uma Nação continentalmente fraturada.

A identidade nacionalizada polonesa contada pelo autor foi lida pela história, diferindo do caso do Brasil, mas também foi martirizada e precisou acomodar-se violentamente aos moldes das pretensas identidades de outras nações, uma identidade una dos seus indivíduos que corresponderia ao Estado de direito. Dispositivos que culminaram nas grandes guerras e onde o Estado buscava a obediência de seus indivíduos e representava-se como a concretização do futuro da nação na garantia da continuidade destes.

O desejo dos sujeitos de tornarem-se reconhecíveis e pertencentes, do anseio por identidade, vem do desejo de segurança, estimulante e cheio de promessas à curto prazo, mas que a longo prazo, torna-se uma condição enervante e produtora de mais ansiedades sem perspectivas atraentes de estar fixo e ser identificado, portanto, controlado pelo permanente estado e sentimento de guerra (Bauman, 2005).

A base do domínio (colonial) como marca que identifica e distingue do protetorado tutelar (da metrópole) dispensa precocemente a liberdade e a soberania, promovendo ter alguma identidade reconhecida: *sou brasileiro;* mesmo sendo esta situação fictícia e um tanto vulnerável frente à ilusão e o medo de vir a não ter garantias, vantagens e sem ser ou saber, definitivamente, quem se é (Rémond, 1974).

Pensemos nas condições brasileiras: “Brasil”, o nome, refere-se ao primeiro produto (objeto, coisa, mercadoria) comercializado e extraído do pau-brasil na produção de tintura avermelhada (como o sangue) para a Europa civilizada (Calligaris, 2000).

Quanto ao adjetivo do ser nascido no Brasil, remeteria ao brasileiro ser o trabalhador estrangeiro na extração do pau-brasil, isto é reforçado na menção sobre a discussão da denominação correta para a designação das pessoas que nasciam no Brasil. O trabalhador brasileiro, hoje, extrai de sua própria substância (pau-brasil), sua brasilidade (tinta vermelha) não mais para, nem por um explorador estrangeiro, mas para e por seu povo, trabalhador, no nome adjetivado, da sua própria tintura, língua e brasilidade de *brasilienses* ou *brasilianos* (Gomes, 2007).

Novamente, seria fácil ampliar a lista para desmoronar pretensões de reconstituir infinitamente e arbitrariamente as convicções clássicas, arcaicas ou eurocêntricas (européias ou portuguesas). Deixando-nos com as perguntas: poderá, ao analisar sua reprodutiva auto-fragmentação, construir-se alguma outra imagem enquanto nação, não como unitária nem fragmentária, mas mais favorável ou diferenciada? As identidades brasileiras ficarão indefinidamente cristalizadas unicamente como a de um povo oprimido, obedientemente agredido e “deitado em berço esplendido” [05]?

Conforme teorização do eminente sociólogo, antes citado, a resposta seria um contundente não. Colocado em pauta outra análise “a mudança já está

ocorrendo, e há muito. Se for melhor conhecida, poderá ser mais bem produzida e acelerada. A mudança em Holanda se radicaliza e se amplia, o horizonte brasileiro se abre, e o seu [nosso] espírito se enche de otimismo" (Reis, 2000, [grifo nosso]).

Somos Inclassificáveis[06]

As perguntas que nos faz Reis (2000) provocam nossos pensamentos e análises:

Seria possível produzir um discurso sobre o Brasil desapaixonado, científico, verdadeiro? Dificilmente. É por isso que todas as representações do Brasil são relevantes, pois, juntas, revelam uma idéia do Brasil complexa, poliédrica, uma idéia composta de idéias, de projetos, um polígono de múltiplas faces ao mesmo tempo opostas e interligadas em uma mesma figura (. . .)Há inúmeras outras perspectivas sobre o Brasil, tantas quantos podem ser os matizes das combinações das cores (. . .)O problema que se propõe ao debate é: como se deu a formação do Brasil-Nação? Não há resposta única, fechada, sistemática para esta questão.

O autor, sem fechar as possíveis respostas, refere que estas dependem do sujeito histórico que tome a palavra e, se é ou não brasileiro, pois são inúmeras as perspectivas, quantas são as combinações de cores. Pensar no Brasil não dispensa múltiplos modos de pensamentos, de pensar e perguntar:

*Quem são os "heróis" da história brasileira? Quais são os grandes eventos, as datas mais fortes? Em que direção o Brasil se encaminha? Que juízo de valor elaborar sobre as experiências brasileiras? A resposta revelará a identidade social e histórica de quem toma a palavra. (. . .)todos**[as]** sustentáveis por uma argumentação coerente e reconhecível. Existem versões do Brasil de origem senhorial, burguesa, proletária, classe média, camponesa, sem-terra, paulista, mineira, nordestina, sulista, negra, indígena, feminina, imigrante, migrante, caipira, urbana, suburbana, litorânea, sertaneja, oficial, marginal, militar, civil, etc... A maioria delas ainda não formulada, silenciosa. (. . .) discursos e representações usam a história dita científica para legitimar seus interesses e paixões. Imaginário, mitologia e reabertura de arquivos se confundem (Reis, 2000) [**grifo nosso**].*

Ao acentuarmos a relevância da memória e da cultura para formação *poliédrica* de identidade(s) brasileira(s) estaremos refletindo sobre o sentimento de cidadania adormecido e esquecido nos sujeitos construtores da história, as suas e do país, pelo desconhecimento, descontentamento e desvalorização de suas raízes.

O foco maior é a identidade, mas eis que ela invoca, categoricamente, toda a sua família: memória, subjetividade, política, etc., parentes próximos dentro da cultura ou das culturas brasileiras, sendo redesenhadas e provocadas cada vez que uma delas é chamada à manifestação.

Os múltiplos significados que compõem uma nação multifacetada e futurista, incentivam a idéia de que o berço esplendido não é embalado para fazer dormir, mas é sacudido pelas bases até que acordem os gigantes.

Nos movimentos como os do modernismo[07], referido ao país, e na dinâmica globalizante de "características prigoginianas" (Tofler, 1994, p.289-290[08]) que os sistemas mundiais vêm assumindo nas mais diversas sociedades não há país ou nação alguma que possa ficar "impávido colosso" [09].

Esta nação foi sendo constituída, de forma substancial e indelével, sob(re) marcas psico-sócio-históricas e étnicas, de aventura, pioneirismo e pluralismos. Referimo-nos, também, aos econômicos, políticos, raciais e culturais e toda a violência e ambivalência que isto carrega. As marcas de brutais desigualdades sociais, além de outros elementos e diferenciais que compõem a substância brasileira, seu povo como um todo: (de) multi(plicidades) colorido(das) e de doce receptividade ao que é alheio a si, facilmente confundível, em muitas passagens, pela passividade propícia ao carnavalesco, ao abuso, à emoção "faceira", à mania, ao futebol, à promiscuidade, à perversidade e à corrupção.

A imagem é, quase sempre, de um país receptivo ao que é *estranho* e estrangeiro. Submissão sempre reeditada a uma nova forma de colonialismo, como na imposta pela globalização e, simultaneamente, como um reflexo de um país que se reconhece multicultural e é reconhecido como facilmente adaptável e aberto ao mundo e ao novo.

O Brasil, de várias diferentes tribos de índios, colonizadores de todas as partes do mundo, colonizados, brancos, mestiços, negros de variadas nações; livres, escravos, colonos, imigrantes, emigrantes, americanos, europeus, orientais, ocidentais, etc. Mestiçagem e miscigenações construídas sobre a confluência e absorção pacífica de múltiplas diferenças. Lugar onde e quando, plantando "tudo dá", abertura, também ao malandro, ao ladrão, ao aproveitador, ao menino/menina de rua, ao politiqueiro, capitalista, individualista, empresários do crime organizado, perversos e neuróticos de colarinhos brancos ou azuis, etc.

As gigantescas características de belezas e diferenças não encobrem os grandes, graves e complexos e muitas camadas de substâncias ocultas, mesmo ao mais brasileiro dos brasileiros, quiçá para estrangeiros que não adentram além de suas praias neste reino de vasto sertão (*Ser tão: veredas*...[10]). Verdades de multiplicidade, biodiversidades sociais, culturais e psicológicas onde o referencial fica ampliado no conceito de identidade brasileira "colonizada".

Fonseca descreve uma história do pensamento ocidental moderno comprometida com a continuidade e renovação do projeto iluminista através do empirismo lógico, Positivista. Processo em que se confundiu a concepção a respeito da natureza por meio da confiança epistemológica do mecanismo que a torna "passiva, eterna e reversível" [11] através da lógica e método de dominar e controlar, onde o conhecer significaria quantificar através da "matematização do universo", da natureza e da realidade (1998, p.41).

A crise se instala onde o ideal de um saber universalizante iluminista e eurocentrista, encerrariam a falsa imagem de possibilidade de uma identidade nucleada: “uma comunidade formada por seres iguais e dotados de instrumentos capazes de garantir entre eles, o consenso” (Fonseca, 1998, p.40). Tal crise se instala a partir das evidências do desgaste do reducionismo letal nas marcas de um “modelo global e totalitário”, ao quê acrescentaríamos antiético e desumano: “(. . .) *na medida que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos princípios epistemológicos e pelas regras metodológicas (Santos, citado por Fonseca, 1998, p.40).*

Na redução do mundo, dos sujeitos e dos objetos na fórmula universal da cultura científica, cientificante e ocidental – do mercado global – centros europeizados, não são poupadas críticas ao método, seu poder de padronizar convivência idealizada e adaptativa.

A falta de um rigor na revisão epistemológica aplicada à Ciência só ajudaria a reduzir as possibilidades do mundo, de seus sujeitos, objetos e seus projetos, mas não podem esconder, nem impor o completo esquecimento destas táticas aplicadas arbitrária e compulsoriamente à revelia dos sujeitos do Estado de Direito e seus poderes emancipatórios. São discursos de verdades que beneficiam somente os beneficiáveis: as elites eleitas e contínuas, unas e indefinidamente no poder[12], contando com exclusividade nos consensos destes discursos de verdades.

Não que o conhecimento deva evitar o precioso conceito de consenso entre os iguais, mas estes iguais serão sempre quem? Os mesmos? Poderíamos imaginar um reciclador de lixo, um sem-teto, uma mãe solteira, um ex-drogado, etc. dentre estes iguais? Algum Pobre? Um idoso ou um doente? Algum excluído seria contado em sua (não) identidade? Ou estes expatriados serão contados sempre entre identidades de sub-classes? E, portanto, não quantificáveis ou confiáveis: não humanos e totalmente excluídos.

Uma sociedade que desconhece seu potencial e não acredita ser capaz de prosperar subsiste em uma realidade que não é sua, agrega elementos culturais que não têm, ou não precisam mais ter ligação com sua substância e não permite que o sentimento de cidadania desperte nas ações novas forma de ser e de se fazer ser.

Os discursos (nacionais) ficam dispensados de valor e relegados ao mundo subdesenvolvido de “sub-classes” (Bauman, 2005, p. 46), deslocam, substituem, condenam e condensam imagens fantasiadas e falsificadas sobre a Nação, seus sujeitos e os seus fragmentos.

Encontramos nas nossas raízes, fora também, as causas para este estado de alienação típica da violência dos explorados e desrespeitados, ética e culturalmente. Está no surgimento do conhecimento da Ciência o estatuto de garantir algo pra alguém que pertence; definindo e identificando os pertencedores, excluindo outros saberes. Alguns poucos que possuem o privilégio de serem “iguais”, aumentando as desigualdades, as diferenças e promovendo farsas e identidades controláveis.

Dentro dos Estudos Culturais a identidade é um fenômeno construtivo, não definido a priori, em movimento e sem a qual não se concebem os sujeitos e muito menos suas nações:

A visão de cultura, bem como das identidades e subjetividades aqui discutidas, mesmo entendendo-a como um campo de conflitos e lutas, afasta-se da proposição de uma avaliação epistemológica de falso e verdadeiro, enfatizando uma luta em torno da imposição, da construção de significados. (. . .) não objetivamos buscar uma Verdade, mas sim problematizar constructos, como por exemplo, muito tempo ocupou-se a Psicologia do conceito de identidade como essência, como estabilidade eternamente idêntica a si mesma e fundamental para um processo de evolução do sujeito (. . .)vários autores tratam da identidade como um requisito fundamental para uma saúde mental adequada, necessária, etc. (Bernardes & Hoenisch, 2003, p.123 e p. 96, [grifos dos autores].

Os autores vão dizer que não se trata simplesmente de uma pura "concepção de sujeito e subjetividade passível" de simples "decodificação" a partir de signos ou significados pré-determinados, fazendo valer um jogo aberto de processualidade e constituição de modos de ser, ver e operar no mundo (Bernardes & Hoenisch, 2003, p. 106).

Escosteguy define os Estudos Culturais como sendo um "(. . .) campo de estudos onde diversas disciplinas se interseccionam no estudo de aspectos culturais da sociedade contemporânea (. . .)" (2003, p.66). Tratando-se, em outra definição, de um campo de estudos que não pretende ser rígido muito menos fixo, propondo-se "abrir as questões ao invés de fechá-las" (Guareschi; Medeiros E Bruschi, 2003, p.23).

Considerações Finais

Diversamente das primeiras definições anteriores aos efeitos do descentramento do sujeito, produzidos a partir da pós-modernidade ou "modernidade tardia", conforme Hall (2001, p.14-34), nós podemos conceber a identidade a partir do que se é, um consenso social (Bauman, 2005), até o que se pode ser num devir: "compossível" (Fonseca, 1998), abrindo o leque de referencial conceitual.

Dentro destes termos, a proposta é uma nova significação onde o passado se torna um presente disponível e o tempo torna-se uma rede de multiplicidades compondo oportunidades renovadas para ler e escrever outras histórias na grande cartilha dos tempos múltiplos de futuros simultâneos "compossíveis'" (Fonseca, 1998, p.39).

Ou ainda, conforme Reis (2000) que referencia que a "identidade histórica" é construída em cada presente numa relação de recepção e recusa de passados, de abertura e fechamento aos futuros então, muito mais, cada vez mais, "líquidos" (Bauman, 2005).

Através da colocação do caráter ficcional de *uma* cultura, registra-se a primazia do significante que inaugura incerteza e instabilidade como "grandes contribuições para as ciências e outros campos do conhecimento". A exemplo

do que ocorreu no “coração da referida radicalização” da linguagem e na sua redefinição constituída pelos movimentos migratórios:

(. . .) tal idéia origina-se da noção de um cruzamento de fronteiras entre raças, gêneros, nacionalidades e etnias que é fluido e dinâmico, produzindo constantemente novos sentidos, novas performances, novos significados culturais. Tratar-se-ia de admitirmos que, via de regra, as histórias de um povo são frutos de uma determinada reconstrução ficcional realizada por indivíduos de uma cultura, que recontam uma longa mitologia, muitas vezes em um país que não tem tanto tempo assim. (. . .) o caso da tão postulada “alegria e espontaneidade” da alma brasileira (. . .) não é possível definir ou postular a natureza de ser brasileiro de maneira linear, principalmente em um país com a extensão e diversidade étnica do nosso... (Bernardes & Hoenisch, 2003, p.98/99).

Na questão: nascimento do Brasil, construção do Estado-Nação e identidade de seus cidadãos podemos parar para repensar, pois estamos diante do desmoronamento pós-moderno do conceito de subjetividade, adiantados em séculos e adiando faz séculos uma nítida emancipação à exemplo de uma pacificação.

Os conceitos discursivos sobre identidade, tanto quanto os de *identidade nacional*, são abalados nas exigências prematuras de sermos um centro do mercado globalizado mesmo antes do descobrimento: nos Tratados de 1493 e de Tordesilhas (1494 [13]). Do momento em que se dividiam as terras ultramarinas entre os reinos de Portugal e Espanha até a abertura dos portos às nações amigas, que colocou os portos do Rio de Janeiro e Salvador como “elo de união entre o comércio dessas grandes regiões do globo” (Gomes, 2007, p.154), passando pelo consensual instrumento de linguagem: a Língua Portuguesa ou seria Brasileira? Brasiliense? Brasiliana?

Desde os vários nascimentos, re-nascimentos: colônia, império-monárquico, república e país, etc., andamos muito à frente e muito atrás de todos os conceitos. Desde as carroças aos aviões a jato, conceitos simultaneamente não excludentes, mas de sujeitos e subjetividades sempre excluída: pobres, negros escravos, alforriados e negros livres, donos de outros negros, seus escravos, mulatos, pardos, cafuzos, caboclos, etc., quase todos. Tudo pode conviver continental e simultaneamente neste continente de saberes e conhecimentos acientíficos.

Reis (2000) afirma, novamente nos convidando para refletir:

A sociedade não está dominada pelo passado, pela tradição, não está submetida a determinismos de nenhuma espécie e não está, portanto, condenada a repeti-lo, a continuá-lo. Mas o passado não se abole com um golpe de ficção. Não se muda só porque se "quer mudar". A mudança é um esforço, um trabalho penoso, uma construção difícil, tensa. A tradição resiste ao novo – há uma luta de vida ou morte entre os homens do passado e os homens do futuro. O ritmo da mudança brasileira é lento, secular. (. . .) A libertação da dominação luso-brasileira tradicional, a reaproximação do Estado com a sociedade, a criação de

novas formas de convívio, com novos valores, o que é possível e realizável, e não uma utopia inalcançável, abrem o horizonte do Brasil à democracia. Olhando o Brasil assim, "as cores voltam ao seu perfil". A realidade luso-brasileira foi e é um horror, mas o Brasil não está condenado a ser sempre como foi [grifo nosso].

Dentro da criação de outra prática de ser brasileiro temos heranças necessárias para estes novos conhecimentos e posicionamentos, até mesmo na multiplicação de termos referentes que nos remetam "a uma *superfície de linguagem*" como: os "diferentes portos culturais" (Bernardes & Hoenisch, 2003, p.99), a abertura dos portos não somente às nações amigas, (Gomes, 2007), mas a "um terceiro espaço" [14] e novas criações, todas as nações, tudo que aqui se planta (idem, 2003, p.120).

"Mestiços" [15], "híbridos" e nascidos para (e por) uma "terceira via": fomos descobertos numa nova rota alternativa, talvez "pacificadora" e inovadora [16] de ventos sempre e cada vez mais inexauríveis da modernidade tardia, líquida e democrática, não em palavras, mas em direito a ser construído!

Terras férteis para um campo psicológico de conhecimento e convivências solidárias, mais pacificadoras, com maiores responsabilidades e chances de respeito às diferenças no vasto laboratório de multiplicidades montado aqui. Só que não enxergamos, nem vemos, ou sequer olhamos tão bem pela fresta de tão pouca valorização dos elementos tradicionais do folclore, da música e pela riqueza das nossas manifestações culturais.

O eminente sociólogo Polonês, expatriado, identidade que lhe foi negada e tornada inacessível, Bauman (2005), convidado a soletrar sobre as questões da Identidade nos faz saltar desta convenção socialmente necessária às formas não estabelecidas dentro da "líquida" modernidade, tempo, medo, comunidade e vida. Para podermos testar as características pouco definidas do termo e conceito de identidade, o autor propõe seus pólos gêmeos impostos à existência social: a opressão e a libertação:

A severidade das exigências era um reflexo da endêmica e incurável precariedade do trabalho de construir e manter a nação. (. . .) a nação foi uma entidade imaginada que só poderia ingressar na Lebenswelt [17] se fosse mediada pelo artifício de um conceito. (. . .) E sua perpetuação não podia ser garantida a não ser por meio de batalhas ainda por vir. (Bauman, 2005, p.29).

Talvez precisássemos em uma nação brasileira em constante constituição, enormes marcadores histórico-politico-sociais, mas sem definições ou fronteiras definidas, muito menos apropriações no terreno da geografia antropológica, psicológica, lingüística ou sociológica definitivas.

Esta pesquisa teve o propósito de refletir sobre as questões de imposição e imposturas na pretensão de uma identidade reafirmada através de seus dispositivos atrozes. Propõe uma outra direção que aponte para a abertura de uma terceira via até as Índias – mais alternativa – no campo conceitual até o de outra possível efetivação histórica do *ser brasileiro.*

Sobre os Autores:

Adriana Kessler é Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade (PUCRS), Docente do Curso de Psicologia na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA - Torres/RS). E-mail: adripsi10@hotmail.com

Ângela Barcelos da Silva é graduanda em Psicologia na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA – Torres/RS). E-mail: anjapsi@hotmail.com

Referências:

Antunes, A. (1996). *Inclassificáveis.* CD- O Silêncio. São Paulo: BMG. Disponível: <http: // www.arnaldoantunes.com.br/sec_discografia_todas.php?>. Acessado: 06/2008.

Bauman, Z. (2005). *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bernardes, A.G.; Hoenisch, J. C. D. (2003). Subjetividade e Identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: Guareschi, N. M.; Bruschi, M. E. (Org.). *Psicologia Social nos Estudos Culturais*: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes.

Calligaris, C. (2000). *Hello Brasil*! Notas de um psicanalista Europeu viajando ao Brasil. 6. ed. São Paulo: Escuta ed.

Dejours, C. (1999). *A Banalização da Injustiça Social*. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV.

Escosteguy, A. C. (2003). Estudos Culturais e a Constituição de sua Identidade. In: Guareschi, N. M.; Bruschi, M. E. (Org.). *Psicologia Social nos Estudos Culturais*: perspectiva e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes.

Fernandes, F. (1965). *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*. Porto Alegre: Globo.

Fonseca, T. M. G. (1998). Epistemologia. In: STREY, M. N. et al. *Psicologia Social Contemporânea*: livro texto. Petrópolis, RJ: Vozes.

Gomes, L.. (2007). *1808*: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.

Guareschi, N. M.; Bruschi, M. E. (Org.). (2003). Psicologia *Social nos Estudos Culturais*: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis: Vozes.

Ianni, O. (2002). *A Era do Globalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Hall, S. (2001). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Marx, K. (2005). *O Capital*. São Paulo: Centauro Editora.

Mocellin, R. (1987). *A História Crítica da Nação Brasileira*. São Paulo: Ed. do Brasil.

Pierucci, A. (2000). *Ciladas da Diferença*. 2. Ed. USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo: Ed 34.

Reis, J.C. (2000). Duas versões sobre a formação do Brasil-Nação. Revista do Legislativo. *Repensando o Brasil 500 anos depois*. Nº 27, janeiro/março. Disponível: <http://www.almg.gov.br/RevistaLegis/Revista27/versoes.pdf > . Acessado: 5/2008.

Rémond, R. (1974). *Introdução à História de Nosso Tempo*: 1 o antigo regime e a revolução 1750-1815. Tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix.

Rosa, J. G. (2001). Grande Sertão: Veredas. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Serres, Michel. (1997). *Filosofia Mestiça*. RJ: Nova Fronteira.

Santos, A.R.dos. (2002) *Metodologia Científica***:** a construção do conhecimento. 5ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Tofler, A. e H. (1994). *Guerra e Anti-Guerra*: sobrevivência na aurora do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Record.

Artigos Relacionados

- Máscaras do Ego: aspectos subjetivos das representações do corpo
- O Papel do Feminino em um Corpo Masculino: Proposta de Análise de Identidade Através de Relatos de Travestis
- A Crise Ético-Religiosa Contemporânea e a Constituição do Sujeito – Ético-Religioso – no Pensamento de Freud
- A Modernidade e o Problema do Conhecimento
- A Práxis do Psicólogo Comunitário: Desafios e Possibilidades

Fonte: A Formação da Identidade Brasileira e as Convenções Sociais Um Beco Sem Saída? - História da Psicologia - Psicologia Geral - Psicologado Artigos http://artigos.psicologado.com/psicologia-geral/historia-da-psicologia/a-formacao-da-identidade-brasileira-e-as-convencoes-sociais-um-beco-sem-saida#ixzz1t6VHAbGY

http://artigos.psicologado.com/psicologia-geral/historia-da-psicologia/a-formacao-da-identidade-brasileira-e-as-convencoes-sociais-um-beco-sem-saida

25.Uma reflexão sobre a civilização brasileira

http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=893

Maria Alice R. de Carvalho - Março 2008

A revolução passiva — iberismo e americanismo no Brasil veio a público, pela primeira vez, em 1997 e obteve o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda, conferido pela Fundação Biblioteca Nacional ao melhor ensaio brasileiro publicado naquele ano. Reunindo artigos produzidos ao longo da década de 1990 e que já circulavam em influentes periódicos das ciências sociais, o livro não teve sua forma questionada, tendo sido recepcionado, justamente, como obra inteiriça e sólida, contribuição inegável à tradição do ensaísmo nacional.

Caso raro de convergência entre as motivações do autor e o acolhimento de seu público, a coletânea foi concebida e seria assimilada a partir de uma só questão central — a expressão assumida pelo conceito gramsciano de revolução passiva no contexto brasileiro. De modo que o subtítulo *Iberismo e americanismo no Brasil*, longe de ressuscitar a conhecida contraposição de ideais que sempre obsedou a imaginação social nativa, tem, no livro, a intenção de caracterizar a natureza da nossa revolução burguesa, autocrática e alongada no tempo, em que o novo não cancela a antiga ordem social, sendo, ao contrário, tributário de elites políticas reformadoras que deflagram um programa de transformações sob a cláusula restritiva do "conservar-mudando", isto é, sob a condição de que tais transformações confirmem e atualizem o seu domínio.

É assim que, segundo o autor, em diversas estações do longo processo de modernização brasileira, se pode constatar a "complexa fusão" entre o gênio político da Ibéria e a imposição de rumos americanos à sociedade brasileira — convergência tensa, por certo, algumas vezes encenada por elites de distinta origem social e cultural, porém empenhadas, em comum, na adequação do Brasil ao relógio do Ocidente moderno.

Antecedentes

A discussão sobre revolução passiva, para o autor, não era nova. Desde a década de 1970, quando publicou *Liberalismo e sindicato no Brasil* [1], Luiz Werneck Vianna adotara tal categoria como recurso interpretativo dos casos retardatários de desenvolvimento capitalista, em que a implantação da ordem mercantil-burguesa não se faz acompanhar do triunfo político da burguesia e tampouco é precedida pelo derruimento revolucionário do antigo regime.

Sua análise, naquele momento, em plena vigência da ditadura militar, ecoava o debate que travou no âmbito da esquerda brasileira e de segmentos influentes da resistência liberal-democrática ao regime, cujas concepções preconizavam a ruptura com o "arcaico", com o legado de uma história colonial malsã, sob o argumento de que, somente a partir da efetiva constituição de uma ordem social competitiva, poderia a classe operária preparar-se para exercer ação histórica distinta [2]. A contrapelo de tais concepções, *Liberalismo e sindicato no Brasil* trazia a novidade de caracterizar a passagem à ordem burguesa no Brasil como um caso de "revolução sem revolução", deslanchada sob a égide do Estado corporativo da década de 1930.

Assim, ao entender a imposição da estrutura burocrático-autoritária sobre o sindicalismo brasileiro como uma ordenação estatal do mercado com vistas à alavancagem do capitalismo, Werneck Vianna não deixava de evidenciar, na década de 1970, os traços de continuidade que aquele novo giro do autoritarismo político mantinha com a agenda modernizadora do ciclo autoritário precedente.

Por conseguinte, o que poderia ser a obra revolucionária da burguesia já ia longe no Brasil, ainda que tributária de um programa de ação de sucessivas gerações de elites conservadoras, para cujos propósitos foram imprescindíveis a expropriação política dos setores subalternos da sociedade e a intensificação das formas de controle sobre eles. De acordo, pois, com o autor, não se tratava de refundar, revolucionariamente, a ordem social, mas de erodir as bases de legitimação do poder autoritário, movimento em que os modernos personagens da sociologia brasileira se encontrariam com a política, ampliariam seus recursos de cidadania, podendo traduzi-los em instrumentos efetivos de emancipação.

Em *Liberalismo e sindicato no Brasil*, como se vê, as referências teóricas que predominam são o Lenin dos estudos agrários, consolidados em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* [3], cujo conciso e brilhante Prefácio à 2ª edição contém uma estilização dos modos retardatários de passagem à ordem burguesa — as chamadas via americana e via prussiana de desenvolvimento capitalista —, e o Gramsci das famosas notas sobre o *Risorgimento* italiano [4].

Do primeiro, Werneck Vianna extraiu a sugestão de que as soluções democrática ou autoritária de modernização capitalista dependeriam do papel desempenhado nesse processo pelo mundo agrário, reconhecendo na via prussiana o caso paradigmático de uma transição burguesa reacionária, em que as elites agrárias tradicionais se apropriam do Estado e lideram o trânsito ao moderno, preservando suas formas autoritárias de controle social.

De Gramsci, por sua vez, Werneck Vianna relevaria as questões associadas à interação entre a infra-estrutura material e a dimensão intelectual-moral das formações sociais em mudança — o que significava atentar para o papel da cultura como racionalização reflexiva do movimento das forças produtivas, mediante a qual os personagens antagônicos do modo de produção, uma vez portadores de "interesses corretamente compreendidos", disputariam a hegemonia do processo de transformações em curso.

Tal como em Lenin, Werneck Vianna reconhecia no tratamento que Gramsci concedeu ao *Risorgimento* italiano uma dimensão teórica, e não meramente descritiva, tomando-o como caso exemplar de um conceito de validade mais geral: o de "revolução sem revolução" ou "revolução passiva". Sob esse conceito, Gramsci formalizou a situação em que mudanças moleculares são deflagradas em uma dada formação social — assim foi com as formações patrimoniais européias atingidas pela "exportação" dos efeitos da Revolução Francesa, no período da Restauração —, podendo acontecer que tais mudanças sejam assimiladas localmente pelas forças da tradição, por condensações culturais e políticas anacrônicas, ou, alternativamente, interpeladas por intelectuais de novo tipo, homólogos às transformações estruturais em curso.

Em ambos os cenários, afirma Gramsci, a "revolução" prosseguiria, ainda que, na hipótese de vir a ser assimilada pela tradição, não produziria impacto visível nas relações sociais, e a sua extrema lentidão conferiria à sociedade a aparência de imobilidade. No primeiro caso, para Werneck Vianna, o império dos *fatos* [5]; no outro, o do *ator* — o qual, mediante avaliação adequada das circunstâncias que bloqueiam o triunfo imediato da novidade histórica de que é portador, se torna capaz de disputar a hegemonia do processo de mudança, em uma longa "guerra de posições". O fenômeno, portanto, da revolução passiva compreenderia duas possibilidades: aquela em que as mudanças avançam de modo bem mais lento e, em larga medida, arbitrário; e aquela em que o ator, buscando o consenso, imprime direção e maior velocidade às transformações em curso.

Durante a década de 1980, as referências teóricas presentes em *Liberalismo e sindicato no Brasil* assumem pesos distintos na agenda intelectual de Werneck Vianna, sendo Gramsci, visivelmente, a mais forte inspiração de seu novo programa de pesquisa. O tema da revolução passiva persistiria, como persistiriam as indagações referentes à vida cultural das formações sociais em mudança, muito especialmente o Brasil, cuja modernização burguesa conhecia uma nova estação.

Seus textos de intervenção política registram essa guinada [6]. Eles contêm o diagnóstico de que à notável aceleração da acumulação capitalista sob o regime militar correspondia um progressivo deslocamento do segmento das elites que havia dirigido a longa marcha da modernização brasileira até ali, bem como da cultura política que lhe fora afim — o Estado e a esfera pública, tidos, desde a Revolução de 1930, como estratégicos à modernização e à democratização brasileiras, passaram a ser vistos como obstáculos ao livre desenvolvimento da sociedade e, muito especialmente, como lugares institucionais de reprodução dos padrões hierárquicos e socialmente iníquos que predominaram em nossa história.

Tal mudança cultural, contudo, não refletiria apenas uma transferência de poder no âmbito das elites. Como na reflexão gramsciana acerca das interações entre infra-estrutura e superestrutura, ela traduzia, para Werneck Vianna, transformações estruturais profundas, visíveis, por exemplo, na emergência de novos atores organizados, notadamente o novo sindicalismo do ABC, que, originado pelo ciclo de modernização fabril do pós-64, nascia sobre distinta

plataforma produtiva, em descontinuidade com o sindicalismo precedente e, em largo sentido, contrário às suas razões políticas — o novo sindicalismo tinha como horizonte o mercado, a indústria de capital privado, o mundo dos interesses, e não a república [7].

Dessa perspectiva, o vasto movimento de opinião que, enraizado na esquerda acadêmica e no liberalismo histórico das elites políticas e intelectuais de São Paulo, viria a se fortalecer nas décadas de 1970 e 80 em torno de uma interpretação negativa da história do país e de um novo sentido atribuído à idéia de democratizá-lo, não era alheio ao andamento da revolução passiva brasileira. E nele, segundo Werneck Vianna, a classe operária — *fato* e, virtualmente, *ator* daquele processo — teria abdicado de disputar a liderança do transformismo em curso, entendendo que a principal tarefa de seu partido, o Partido dos Trabalhadores, deveria consistir na formação de uma vontade popular autônoma, na construção, como *intelligentsia*, de um novo sistema de valores, na formação, enfim, de uma nova cultura da sociedade civil contra a velha cultura estatista brasileira.

Ecoando as lições de Gramsci, Werneck Vianna dirá que o PT agia como "um apóstolo iluminado e não como um político realista", o qual, compreendendo a sua inscrição na "guerra de posições", é capaz de alterar o registro da solução transformista, imprimindo nela uma dinâmica em que a mudança se imponha à conservação. Abdicando do tema republicano, da política de alianças pluriclassistas e da disputa hegemônica pelo legado cultural da nossa civilização, o PT se constituía, malgrado suas intenções, em uma outra face do "partido paulista", agindo em desconformidade com a política de democratização do Estado brasileiro e aderente à particularidade regional da modernização capitalista.

O resultado político desse *apostolado de sociedade civil* seria a captura do PT pelo moderado programa de afirmação do "novo", esquecido da dialética inscrita no andamento da revolução passiva, que faria da tradição *reinterpretada* e tornada lastro de uma política hegemônica em prol da mudança a via possível de acesso ao que Gramsci chamou de "novíssimo".

Sobre o conceito de revolução passiva

O impacto dessa dissociação entre o político e o social — visível na divisão das forças democráticas durante a desastrada sucessão presidencial de 1989 — continuaria a animar os textos de intervenção política de Werneck Vianna, impondo-lhe também uma ampliação de sua pesquisa teórica, cujos resultados são os que, em larga medida, encontram-se neste *A revolução passiva*, urdido ao longo da década de 1990. São duas, as principais características desse movimento do autor**:** em primeiro lugar, o tema do transformismo continuaria a ser inquirido a partir de seu duplo registro, o da modernização-conservação e o da mudança — e, nesse último, com ênfase especial na problemática do ator.

Assim, pela original *démarche* que Werneck Vianna imprimia à sua leitura sobre o *Risorgimento*, o conceito de revolução passiva, extraído do caso italiano de modernização, seria "completado" pelo recurso a um outro texto de Gramsci,

Americanismo e fordismo [8], momento em que aquele autor incorpora a formação social norte-americana à sua reflexão, nela destacando, segundo Werneck Vianna, a possibilidade de uma modernização permanente e progressiva, dada a especial articulação, naquele país, entre Estado e sociedade, entre supra e infra-estrutura.

Em segundo lugar, e complementarmente ao conjunto anterior de questões, Werneck Vianna implementaria uma linha de investigação histórica sobre a tradição brasileira, percorrendo algumas das principais interpretações sobre o Brasil. Tal programa, em certo sentido, já lhe havia ocorrido alguns anos antes, quando tomou a iniciativa de organizar um grupo de estudos sediado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — Iuperj, que, sob o título *Americanismo e iberismo*, reuniu pesquisadores de diferentes instituições, voltados à análise dos chamados americanistas e iberistas brasileiros [9].

Porém, na fase mais ativa do grupo, seu idealizador concentrou-se na obra de Alexis de Tocqueville, notadamente *A democracia na América* [10], em óbvio diálogo com o gramsciano J. Femia [11], que, defensor da idéia de que o jacobinismo e a "guerra de movimento" são aspectos inextricáveis do pensamento político de Gramsci, recusa a possibilidade de se extrair de *Americanismo e fordismo* uma teoria de alcance geral, entendendo-o como particular ao contexto norte-americano, um caso nacional irreprodutível em razão de sua radical singularidade. Foi ainda no curso dessa investigação sobre o conceito de americanismo em Tocqueville e Gramsci, quando os demais membros do grupo já começavam a apresentar seus resultados de pesquisa e a freqüência às reuniões começou a rarear, que Werneck Vianna daria partida à sua leitura crítica de alguns autores brasileiros, em especial Tavares Bastos e Oliveira Vianna.

No que se refere ao tema do transformismo, o destaque conferido por Werneck Vianna ao problema do ator implicou, naqueles anos, um vivo debate com o campo gramsciano e, muito especialmente, com os autores que reconheciam nas notas do *Risorgimento* uma contribuição concernente ao papel predominante da superestrutura e do *front* cultural na superação da modernização autoritária. Para estes, portanto, justificava-se a ação partidária devotada à formação de uma vontade popular autônoma, de notação jacobina, que, pelo exercício de uma contra-hegemonia, preparasse o momento em que a revolução passiva se investisse da forma de "guerra de movimento" [12].

Desconsideradas, pois, as mediações mais sutis de cada um dos textos em questão, pode-se dizer que duas conseqüências, de alcance teórico e político, decorriam dessa ênfase na dimensão superestrutural do *Risorgimento* — a primeira, a prescrição da ruptura política, da derrubada (e não da derrota) do autoritarismo, da adesão apenas tática à democracia, entendendo-a como "luta pelo socialismo em dois tempos"; a segunda, a percepção dos intelectuais como *intelligentsia*, isto é, como representantes do "espírito do povo", agentes libertários no exercício de um mandato racional, descasados das classes sociais e mesmo substitutivos delas.

Contrário à atribuição de ênfase na dimensão supraestrutural do *Risorgimento*, Werneck Vianna dirá que, nos *Quaderni*, o ponto de partida de Gramsci consistiu em buscar a superação da sociedade capitalista mediante a condução direta das forças produtivas por seus próprios portadores — isto é, por um ator que se movesse com os pés fincados na estrutura e dela extraísse a política adequada à mudança. Segundo o autor, não seria outro, aliás, o motivo que teria levado Gramsci a incorporar a América à sua sociologia histórica comparada.

Afinal, como se lê em *Americanismo e fordismo*, aquela sociedade demograficamente racionalizada, em que não há sedimentações sociais do passado — as chamadas "classes parasitárias", termo recorrente nos escritos gramscianos — e em que toda a vida do país está baseada na produção, seria um caso de feliz oportunidade para que, nas palavras de Gramsci, os próprios "portadores sociais das forças produtivas" viessem a modelar a supraestrutura, criando no tecido mesmo da sociabilidade as condições para o exercício do autogoverno.

Dessa perspectiva, a América se constituiria em um contraponto crítico à Europa, notadamente ao papel preponderante que a política assumiu no velho continente e que ensejou um tipo de domínio burguês no qual o Estado, historicamente "inchado" pela inscrição em massa do estrato de intelectuais na vida pública, realiza uma invasão da vida social, modelando — e principalmente contendo — a estrutura.

Segundo Werneck Vianna, no *Risorgimento* encontra-se a perspectiva conceitual adequada à análise do processo de modernização burguesa dos países da Europa continental no período da Restauração, isto é, a análise dos casos exemplares de formações burguesas retardatárias, nas quais a estrutura é fraca e as variáveis-chave da sociologia gramsciana — população e controle social — não são diretamente jurisdicionadas por mecanismos econômicos. Nelas, os intelectuais exerceriam as funções de consenso e coerção do Estado burguês, contendo e limitando os personagens do mundo da produção em sua busca por autonomização social e política.

Seria, pois, a partir da observação desses casos de predomínio das superestruturas que Gramsci formularia o conceito de *Estado ampliado*, que, a rigor, consiste em uma identificação entre Estado e sociedade civil operada "por cima", isto é, em uma *estatalização da vida social*. Significa dizer que toda a dinâmica social, suas instituições, seu sistema de orientação hegemônico, sua produção legislativa e jurisdicional seriam projeções da esfera estatal, constituindo uma complexa malha democrático-burocrática que não poderia existir sem o protagonismo dos intelectuais [13].

O "eixo *Risorgimento*-Americanismo"

Outra, porém, segundo Gramsci, seria a história da formação norte-americana, outra a sua vida intelectual e outro o papel que ali teria a política, evidentemente que bastante diminuído pelo efeito de uma organização social em que a clivagem entre público e privado não teria a proeminência verificada na Europa continental. Tendo, então, como referência *A democracia na América*, Werneck

Vianna dirá que, anteriormente a Gramsci, Tocqueville já havia concebido, sob a noção de “interesse corretamente compreendido”, uma forma imediata de articulação entre o interesse privado e as atribuições ético-morais que a tradição iluminista sempre reservara ao Estado – expressas, exemplarmente, na noção rousseauniana de *vontade geral*.

Da perspectiva tocquevilliana, o público, na América, não guardaria relação de exterioridade em relação à vida social, sendo a *vontade geral* o resultado contingente de ações coletivas enraizadas no próprio interesse dos indivíduos. Lá, portanto, aduziria Gramsci, o Estado não “invade” o social, uma vez que, na sociedade racionalizada norte-americana, são as próprias classes produtivas que detêm o domínio político. A proeminência caberia, pois, à estrutura, o que simplificaria a malha supraestrutural e enfraqueceria, irremediavelmente, o papel estratégico dos intelectuais como mediadores entre o Estado e o mundo da produção.

De acordo com Werneck Vianna, teria sido essa aquisição teórica — *a doutrina do “interesse corretamente compreendido”* — que permitiu a Tocqueville conceber a formação social norte-americana como, nos termos de Gramsci, um caso *simplificado* de revolução sem revolução. Simplificado, repita-se, mesmo em relação à Inglaterra, outro caso nacional a que Gramsci não aplica o conceito de *Estado ampliado*. Isso porque, à diferença da modernização inglesa, cuja preservação das virtudes públicas dependeu da resistência aristocrática à cultura igualitária — isto é, de uma agência não homóloga à ordem mercantil, que corrigiu os excessos democráticos com valores e instituições de uma outra era —, a América tornou o interesse a única matéria sobre a qual se poderia assentar uma noção de moralidade e de direitos compatível com os novos tempos, com o avanço do estado social da igualdade.

Na Inglaterra, portanto, a democracia fora moderada pelo peso do passado; na América, diversamente, o interesse se emancipa de valores e instituições tradicionais, a sociabilidade domina a política e lhe impõe seus fins, fazendo do público o resultado da tradução dos interesses em direitos. Enfim, ao conceber o americanismo a partir dessa inextricável associação entre o mundo dos direitos e a idéia de bens privados ao alcance de todos, Tocqueville manteria aberta a dialética “virtude/interesse”, projetando-a como um movimento expansivo e ininterrupto da revolução democrática universal [14].

Daí que, no contexto do americanismo, o desenlace da revolução passiva não seja o de uma revolução nacional-popular operada por ator capaz de completar a obra republicana de Maquiavel [15], isto é, por intelectuais ou partido que se desprendam das atribuições necessárias ao funcionamento do Estado burguês, identifiquem-se, normativamente, com a nova eticidade emergente da sociedade civil, e, em conseqüência, concebam a ampliação da república como momento preparatório para uma guerra final de movimento.

Em direção oposta, dirá Werneck Vianna, a descoberta gramsciana do americanismo — ou, nos termos do autor, “o eixo *Risorgimento*-americanismo” — mantém a revolução passiva como um problema e um processo em aberto, a depender da universalização da direção política e ideológica do homem-coletivo,

desse novíssimo ator que extrai sua identidade das fábricas taylorizadas e do desenvolvimento das forças produtivas.

Para Gramsci, em suma, estava em curso a gestação de uma nova era mundial e, nela, a América, tal como em Tocqueville, teria uma lição a ensinar à Europa. Se, para Tocqueville, o vulcão sobre o qual se assentava a velha civilização era a irreversibilidade da marcha da *igualdade*, para Gramsci tratava-se do caráter inexorável da valorização do trabalho e do trabalhador, especialmente na sua forma racionalizada norte-americana. À diferença que, para Tocqueville, tal movimento prescindiria de um ator; ao passo que, para Gramsci, a naturalização que a hegemonia burguesa tentaria emprestar à "marcha dos fatos" poderia ser quebrada no próprio campo da revolução passiva, por um ator que, nascido do coração do mundo da produção, concedesse transparência ao processo em curso e se afirmasse como dirigente das "forças da antítese", dando passagem à mudança, derrotando a conservação. Nesse momento começaria a ser gerada uma vida estatal construída a partir "de baixo", em um movimento permanente de acumulação molecular. Esse o sentido do americanismo em Gramsci, essa a revolução continuada que, segundo ele, já se pusera em andamento no mundo, irradiada pela eticidade originária da fábrica fordista.

Foi com base na aproximação entre Tocqueville e Gramsci — uma aproximação que não proveio de mera analogia, mas do tratamento conceitual que imprimiu à questão do americanismo — que Werneck Vianna pôde reconhecer o giro teórico presente nos *Quaderni*. Ele consiste, a rigor, na identificação das possibilidades de geração de uma nova vida estatal originada da sociabilidade moderna, o que, no contexto estatólatra da década de 1930, quando Gramsci produzia suas notas e se generalizavam soluções nacionais de planificação, representava óbvio dissídio em relação às teorias em voga, do que são ilustrações as obras de Max Weber e Carl Schmitt, com suas ênfases na política como vontade de poder do Estado-nação.

É certo que, nos anos 30, o que Gramsci vislumbrou como a nova era mundial do trabalho taylorizado era um horizonte, não uma realidade, e que, dessa perspectiva, a descoberta teórica de uma vida estatal que emerge da estrutura configurava-se mais como aposta do que propriamente como resultado da observação de uma modernização globalizada. É que, assim como havia destacado os efeitos da "exportação" da Revolução Francesa no período da Restauração, Gramsci acreditava que, sob a influência da Revolução de 1917, poder-se-ia conhecer, por movimentos moleculares de natureza similar, a universalização de uma nova ordem planetária, derivada da sociabilidade e eticidade nascidas da fábrica — situação em que a América e a União Soviética, caso depurada de seus "desvios" estatólatras, freqüentariam uma mesma geografia.

Desde aí, a questão que deveria ser enfrentada por Werneck Vianna — e que assumiu prioridade na sua agenda intelectual ao final da década de 1990 — consistia na necessária atualização do significado do americanismo no contexto contemporâneo, quando a ordem industrial do modelo Ford-Taylor foi ultrapassada e se verificou o deslocamento da centralidade da categoria "trabalho" nos processo de formação da sociabilidade.

Por fim, como decorrência também do diálogo que Werneck Vianna promoveu entre Tocqueville e Gramsci, tornou-se mais clara a distinção que formulou entre as duas possibilidades inscritas na revolução passiva. A primeira delas — o *império dos fatos* — seria mais compatível com o andamento que Tocqueville identificou no processo de democratização do mundo, isto é, uma revolução entendida como vigência ininterrupta de uma "dialética sem síntese", para fazer uso da expressão crítica que Gramsci mobilizou contra o liberal Croce.

De acordo com Werneck Vianna, dessa realização do moderno pela via do americanismo tocquevilliano resultaria a acumulação de transformações moleculares em ondas reformadoras sucessivas, ainda que não necessariamente capazes de se projetar na política. Já a segunda possibilidade inscrita na revolução passiva é a que consagra o papel de dirigente político do "homem coletivo", o qual compreende a sua inscrição no processo transformista e estende as mudanças do plano estrutural ao Estado, mediante radical democratização de suas instituições.

Nesse caso, segundo Gramsci, a tese da modernização burguesa conheceria uma antítese capaz de disputar a hegemonia dominante, ao tempo em que animaria a sociabilidade, preparando-a para o exercício do autogoverno. Tal foi, em resumo, a contribuição teórica que Werneck Vianna reconheceu no "eixo *Risorgimento-americanismo*" e que, como o leitor notará, preside o conjunto de reflexões contido neste *A revolução passiva*.

Revolução passiva à brasileira

A *démarche* de Werneck Vianna, contudo, não estaria completa sem o mergulho que realizou na tradição brasileira. Quanto a esse movimento, qualquer tentativa de apresentação sintética de seus resultados correrá sempre o risco de omitir passagens importantes. Considerados, porém, apenas os aspectos tratados nesta coletânea, são três, e fortemente integradas, as principais questões formuladas por Werneck Vianna. A primeira concerne à contextualização da revolução passiva brasileira no período da Restauração européia.

O tema, como se vê, é de grande amplitude e significa parear o nosso processo de modernização com os casos de formações burguesas retardatárias tratados por Gramsci, entendendo-o, analogamente, como aquele que, no âmbito da América Ibérica, se destacaria por tão vivos compromissos entre o ímpeto modernizador e as resistências do passado [16].

No Brasil, como enfatizado por Werneck Vianna, o processo de independência não consistiu em um movimento revolucionário nacional-libertador, sendo, ao contrário, iniciativa do príncipe herdeiro da Coroa portuguesa. De modo que a mesma origem das revoluções passivas européias estaria contemplada na formação do Estado-nação no Brasil, uma vez que a migração da corte portuguesa em direção à sua então colônia atlântica foi um dos efeitos da Revolução Francesa, cujas conseqüências, se não foram desprezíveis do ponto de vista da evolução política local, seriam, contudo, limitadas socialmente, pela conservação dos fundamentos da agro-exportação escravista que orientaram a colonização do Brasil.

Assim, o liberalismo, que, em todo o chamado ciclo revolucionário francês de 1789 a 1848, se fizera influente na modernização molecular de sociedades patrimoniais da Europa continental, conheceria, no Brasil, aclimatação mais recessiva. Presidirá, como se sabe, a modelagem das novas instituições políticas após a independência, porém não oferecerá resistências de monta à escravidão, chegando mesmo a intensificá-la, ao fazer dela o esteio restaurador das estruturas econômicas herdadas do período colonial.

É certo que sempre se poderá dizer que, surdamente, encapuzadamente, como escreveu Florestan Fernandes, atuou como "fermento revolucionário", como fator propiciador de alguma diferenciação social e normativa no âmbito da sociedade civil, terminando por corroer, ao longo da segunda metade do século XIX, os fundamentos da ordem senhorial-escravocrata [17]. Mas sua influência "molecular" não se tornaria notável e urgente no âmbito da sociabilidade, em virtude de não ter proposto o enfrentamento da questão agrária, fronteira que os liberais não se dispuseram a ultrapassar.

Nesse sentido, o liberalismo não se converteria em uma ideologia de massa; confinou-se, antes, nos quadros políticos das elites, que o souberam dosar a conta-gotas, subordinando, como lembra Maxwell [18], a matriz do interesse individual às razões do interesse nacional. Em suma, o liberalismo brasileiro não existiu para consagrar a liberdade – nascido sob o estigma da ordem e da autoridade, viveu para fornecer sustentação ideal ao estabelecimento do Estado nacional.

Daí que Werneck Vianna inscreva a solução modernizadora brasileira na ampla galeria de casos nacionais de revolução passiva, considerando-a, a rigor, uma de suas modalidades em que mais fortemente atuou o pólo "conservação", não apenas pela precocidade com que nela se fizeram presentes os efeitos da Revolução Francesa, mas, principalmente, pelo compromisso de suas elites dirigentes com aspectos do colonialismo português, exemplarmente expressos na preservação da escravidão e no territorialismo — esse último rearticulado como política do recém-criado Estado brasileiro para a manutenção do monopólio da terra pelas classes senhoriais.

Na revolução passiva brasileira, conclui o autor, o protagonismo coube aos "fatos", em um andamento excessivamente distendido no tempo — percepção, aliás, que não esteve ausente dos operadores políticos do Império, tal como se depreende da afirmação recolhida de Joaquim Nabuco: "Há duas espécies de movimento em política – um de que fazemos parte supondo estar parados, como o movimento da Terra que não sentimos; outro, o movimento que parte de nós mesmos. Na política são poucos os que têm consciência do primeiro; no entanto, esse é, talvez, o único que não é pura agitação" [19].

A segunda grande linha de inquirição sobre o Brasil diz respeito ao problema da nossa singularidade no contexto do Ocidente moderno, proposição que Werneck Vianna extrai da tradição ensaística brasileira e toma como ponto de partida para afirmar que essa singularidade não resulta da herança cultural que recebemos, ou melhor, não é manifestação do contínuo reiterar do patrimonialismo ibérico transplantado para nossa formação nacional, tal como a entendem Tavares

Bastos [20] e toda uma linhagem de pensadores, de Raymundo Faoro a Simon Schwartzman, cujas análises sobre os males brasileiros remontam à colonização, à nossa histórica apartação da matriz do individualismo utilitário de corte anglo-saxão [21].

Para Werneck Vianna, portanto, o iberismo não consiste em um fato culturalmente herdado, sendo, antes, um certo tipo de solidariedade social e de padrões de associação impostos localmente pelos operadores políticos. Nesse caso, a vertente americanista de interpretação do Brasil assume um papel coadjuvante em sua análise, como simples expressão de um programa normativo, desencontrado das soluções modernizadoras que marcaram nossa trajetória. Avessa a ele, a argumentação de Werneck Vianna recai, coerentemente, na obra de Oliveira Vianna [22], tanto no que ela contém de crítica ao artificialismo da Constituição de 1891, quanto, mais tarde, em plenos anos 30, quando se traduziu na defesa da institucionalidade corporativa.

O aspecto a ser ressaltado é que Werneck Vianna pretende extrair da "ficção metodológica" [23] que os iberistas produziram sobre o Brasil uma teoria da revolução passiva *à brasileira*, entendida como longa marcha de transformações moleculares administrada por um Estado que invade a vida social, modelando-a. Assim, o evidente privilégio que concede à história, despindo algumas noções de seus conteúdos normativos e ressaltando-lhes as qualidades descritivas, é também a operação metateórica de compreender os conceitos a partir do estudo de sua gênese, isto é, a partir da relação inarredável entre eles e os mundos sociais de que provêm.

Por isso, da mesma forma que o conceito gramsciano de revolução passiva formaliza as experiências históricas de passagem à ordem burguesa sob a derrota das forças sociais do Terceiro Estado, como ocorreu no período da Restauração européia, o iberismo de que fala Werneck Vianna é uma *formalização* das práticas e instituições do *Estado ampliado* no Brasil. Sua polaridade, portanto, em relação ao americanismo não se dá no plano da cultura, dos valores, como ideais civilizatórios alternativos — são, antes, dois modelos distintos de articulação entre política e sociedade, em que o primeiro indica a *estatalização da vida social* mediante o recurso a uma espessa malha de agências intelectual-burocráticas; e o segundo, uma formação estatal econômica, já que prescinde de maiores mediações entre a política e o mundo da produção.

A história do iberismo é, pois, a história do desempenho do Estado brasileiro em sua ação modernizadora. E a análise da obra de Oliveira Vianna permite reconhecê-lo em dois tempos — o da formação da ordem nacional e o da alavancagem do capitalismo no contexto do Estado Novo.

Iberismo e americanismo

De acordo com Werneck Vianna, em 1918, ano de redação de *Populações meridionais do Brasil*, a preocupação de Oliveira Vianna consistia em "trazer aos responsáveis pela direção do país [...] o conhecimento objetivo do nosso povo", remontando, para isso, à nossa paisagem rural em sua primeira hora, aos seus

personagens matriciais e à vigência de uma solidariedade parental e gentílica, que, a despeito de seu papel estruturante naquele mundo, não seria capaz de produzir uma ordem nacional.

Para Oliveira Vianna, nossas elites agrárias, na origem, não se credenciaram como agentes da integração política, como organizadores do Estado nacional, ou, em suas palavras, como instituintes de uma "consciência de solidariedade mais vasta." Daí o esforço de centralização desfechado pela monarquia, do que resultou a gradual subordinação do poder local ao central, do privado ao público, da ação dissolvente dos caudilhos à ação civilizatória do Estado imperial.

Por conseguinte, dirá Oliveira Vianna, a autonomização do Estado brasileiro, isto é, sua sobreposição à sociedade, embora pudesse ostentar uma aparência assemelhada às formações estatais asiáticas, seria responsável, em sentido inverso, pela promoção das liberdades, uma vez que a ele caberia defendê-las contra os caudilhos territoriais — "estes é que, de posse do poder local [...], ameaçam as cidades, as aldeias, as famílias [...]. O poder central sempre intervém para garantir os cidadãos na integridade dos seus direitos, no gozo das suas liberdades, na inviolabilidade do seu domicílio ou da sua pessoa" [24].

Na década de 1920, então, embora a sociedade brasileira ostentasse evidentes transformações econômicas e culturais, o tema da modernização burguesa não participa centralmente da análise de Oliveira Vianna. Será uma espécie de "presença" ausente, diluída na impressionante caracterização da nossa sociologia rural, na "ficcionalização" de uma origem que servia ao autor para contrastar a "vocação" política do Brasil — a centralização monárquica — com a das democracias representativas do Ocidente liberal.

Como se sabe, foi com base nesse contraste que Oliveira Vianna condenou a institucionalidade liberal republicana como um "exotismo de intelectuais cosmopolitas", que não nos atendia e, ademais, não nos alinhava com a tendência em voga no mundo de valorizar os povos que "se organizam sob critérios objetivos [...], e sabem encarar com serenidade a vida como ela é." Na sua sentença crítica: a República brasileira era institucionalmente anglo-saxã em uma sociedade sem liberdades civis; era racionalista em tempos de experimentalismo social; era, enfim, liberal-democrática em um ambiente em que "governo do povo" era sinônimo de "governo de clãs", e no qual somente um Estado centralizado poderia defender a liberdade contra a opressão exercida pelos caudilhos.

Mas no decurso de uma década, quando a dinâmica urbano-industrial se tornou mais buliçosa e os personagens daquele novo cenário começaram a reivindicar sua inclusão política, brandindo o texto constitucional em defesa da lisura do processo eleitoral ou da justiça livre — ambas demandas que animaram a Revolução de 1930 e seriam frustradas nos anos subseqüentes —, Oliveira Vianna transitará da crítica ao liberalismo à proposição de uma nova organização nacional, em que o modelo de Estado centralizado do Império brasileiro viesse a se atualizar e conduzir o projeto de modernização do país.

Nesse sentido, segundo Werneck Vianna, imediatamente após o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, a promulgação da nova Constituição foi justificada como um necessário ajustamento do país “ao espírito do tempo”, que estaria a reclamar uma identidade entre Estado e nação, impensável sob o arcabouço liberal. A nova forma do Estado deveria sobrepor-se a todos os interesses, subordinando-os à vontade geral, à vontade da nação, de que seria efetiva materialização. Sua missão precípua será a de generalizar seu escopo para enfrentar o particularismo e, nesse movimento, subordinará os trabalhadores urbanos no interior da estrutura corporativa, atribuindo-lhes identidade pública.

Sobreposto como ente moderno e racional a uma sociedade tida como atrasada e ameaçada por forças centrífugas regionais, o Estado Novo visou exercer uma tutela pedagógica sobre ela, impondo uma configuração orgânica ao que antes era disperso e invertebrado. E, a partir daí, como afirma Werneck Vianna, “Estado e sociedade, solidariamente articulados por meio das corporações, não se comportariam como esferas contrapostas, tal como ocorria no sistema político liberal, mas realizariam uma unidade sob o imperativo da vontade nacional, dando origem a uma democracia substantiva, em oposição à democracia meramente formal dos liberais” [25].

Em resumo, para Werneck Vianna, Estado imperial e Estado Novo, figuras do *Estado ampliado* brasileiro, teriam sido os lugares de operação de uma *intelligentsia* empenhada em adequar o país ao espírito do tempo, organizando as instituições que deveriam fazer avançar o moderno, o racional-legal, o desenvolvimento da infra-estrutura material contra o arbítrio e a compressão de que a sociedade era acometida pela dominação de grupos e indivíduos particularistas. Nesse caso, segundo o autor, em que pese a invasão que realizaram no âmbito da sociedade, não haveria nessas formas estatais qualquer reificação da cultura da velha Ibéria, pensada como um fim em si mesma — nem no século XIX nem nos moldes em que ela foi reeditada sob o salazarismo, de que a ditadura Vargas foi contemporânea.

Ao contrário, os traços prevalecentes da ação do *Estado ampliado* brasileiro, a saber, a impessoalidade, a generalidade e o caráter abstrato da *razão nacional*, em um contexto em que homens e mulheres viviam à mercê do favor pessoal, sujeitos à dependência pessoal e às políticas de clientela, representavam um avanço da agenda da igualdade, um “fato” da nossa revolução passiva, ainda que imposto “de cima”, sob pesada ausência das instituições da liberdade.

Portanto, para Werneck Vianna, a lei e as instituições do direito tiveram no Brasil, desde sempre, um papel virtualmente educativo, mesmo no Estado Novo — mais até nesse caso, quando o direito corporativo pretendeu constituir-se em uma “escola de civismo”, mediante a qual os interesses seriam elevados à esfera pública, dada a subsunção do mundo do trabalho à razão do Estado.

É claro que, na concepção dos ideólogos estadonovistas, o sentido desse modelo não era o de produzir autonomia, mas o de exercer ação pedagógica acerca do bem-comum, centrada nas idéias de colaboração e de harmonia entre as classes sociais. Porém, ao criar as instituições que aproximaram os indivíduos

do Estado e ao conceber a economia como sistemicamente articulada à política e à organização social, produziram a conversão dos trabalhadores em cidadãos [26] — primeiro, é certo, uma cidadania subsumida aos fins nacionais, mas, a partir de 1946, uma cidadania afirmativa, de forte notação republicana, que ganhava impulso à medida que se ampliavam as liberdades e que os sindicatos, a despeito de sua camisa-de-força legal, passaram a abrigar processos tendentes a uma efetiva autonomização do mundo do trabalho, em um movimento que teve seu curso interrompido pelo golpe militar de 1964.

Promover sociabilidade, em suma, foi intenção de uma *intelligentsia* jurídica, cuja obra, segundo Werneck Vianna, esteve permanentemente voltada para a atenuação do desajuste entre uma ordenação conservadora e uma prática modernizante, administradas, ambas, pelo Estado. Nesse caso, o americanismo no Brasil, isto é, o processo mediante o qual a sociabilidade se torna o campo de que emerge a vida estatal, talvez não encontre sua base originária na planta fabril, mas nessa já longa tradição jurídica e na sedimentação de direitos que lhe foi correspondente [27] — problema que Werneck Vianna formulou a partir da análise da evolução política brasileira e que tem ocupado primeiro plano nas pesquisas que vem desenvolvendo desde a publicação deste *A revolução passiva.*

Finalmente, a terceira questão sobre a trajetória de modernização do Brasil contida nesta coletânea refere-se às recentes transformações verificadas nas ciências sociais do país [28]. Há algumas justificativas plausíveis para a inclusão desse texto no âmbito de uma reflexão sobre a revolução passiva brasileira. Inclusive a que o toma como o que aparentemente pretende ser**:** a história da constituição de um campo científico, a partir das controvérsias que o animaram no período compreendido entre o início da década de 1960 e meados dos anos 80, quando, como se sabe, as disputas acadêmicas em torno das noções de moderno, modernização e termos afins se referiam a divergências políticas quanto às formas de luta contra a ditadura militar.

Americanização do Brasil

De fato, se tomado a partir de sua substância, o texto esclarece muitas das distinções entre a sociologia praticada pela “escola paulista” e aquela que se instituiu nas diversas agências intelectuais articuladas em torno do Iseb, chamando a atenção para as circunstâncias históricas de seu aparecimento, as concepções disciplinares que portavam e as implicações políticas das suas respectivas análises, que, somadas, configuram a trajetória das ciências sociais no processo de modernização autoritária brasileira.

O ensaio, então, se fecha com o diagnóstico das mudanças recentes experimentadas pelos cientistas sociais — de *intelligentsia* a pesquisadores especialistas — e com uma aposta na democratização do debate público mediante a crescente aproximação entre a agenda acadêmica e os interesses presentes na sociedade, sendo esse, segundo o autor, sintoma eficiente do andamento da revolução passiva brasileira, em contexto de liberdades políticas.

Independentemente, porém, da relevância das questões substantivas abordadas, o ensaio que encerra esta coletânea sugere também uma reflexão acerca do significado que Werneck Vianna emprestou à idéia de americanização do Brasil. O ponto a destacar, nesse passo, é que, a partir da caracterização do "eixo *Risorgimento*-americanismo" e da recusa ao papel da *intelligentsia* como ator dirigente dos processos de mudança — o que significou, como se viu, desatrelar a noção de revolução passiva de um desfecho revolucionário, jacobino —, Werneck Vianna buscará apontar a extemporaneidade da *intelligentsia* de tipo tradicional, manheimmiano, no atual contexto brasileiro.

Portanto, em movimento análogo ao de Gramsci, cuja imersão na sociologia norte-americana visava responder a uma indagação teórica acerca do ator da revolução passiva nos anos de 1930, Werneck Vianna conceberá uma pesquisa sobre a sociologia dos intelectuais brasileiros, buscando compreender a nova feição desse estrato e sua peculiar inscrição no mundo público — movimento em direção à empiria, que marcou sua produção ao longo da década de 1990 [29].

Tal linha de pesquisa, cujos desdobramentos foram diversos, concentrou-se, inicialmente, na produção de um diagnóstico sobre as ciências sociais no país, chamando a atenção para a abertura das universidades aos segmentos da sociedade que haviam permanecido excluídos de seus bancos, bem como para os efeitos dessa abertura no que concerne ao estabelecimento de fortes nexos entre a nova geração de cientistas sociais e os temas da agenda democrática do país.

Com isso, a principal sugestão dos trabalhos realizados à época consistia em apontar o encontro da reflexão universitária mais recente com o "reformismo social" que caracterizara a origem da sociologia como disciplina — e que, no Brasil, por ter ela nascido desvinculada da sociedade civil e se institucionalizado em contexto autoritário, não fora sua marca de fundação [30].

Daí que a nova ciência social brasileira, portadora, agora, da vocação da "reforma", habitante da universidade democratizada e aclimatada às condições políticas de ampliação das liberdades, será apontada por Werneck Vianna como uma evidência da "americanização" da disciplina — americanização que teria a seu favor não só o caráter especializado que hoje domina a pesquisa social, mas, sobretudo, o perfil de sua nova geração de praticantes.

Neles, segundo o autor, a opção pela ciência não aparece dissociada de motivações para a participação na vida pública, mas a forma preferencial de sua participação não se confunde com a da *intelligentsia*, isto é, não se configura a partir da auto-atribuição de um mandato racional que desconhece os interesses da sociedade e se impõe a ela, olimpicamente. Enfim, ao identificar no modelo de produção científica e de intervenção social que prosperou na Universidade de Chicago um parâmetro para o entendimento dos processos que — com o intervalo de um século — têm curso nas ciências sociais brasileiras, a conclusão mais óbvia que se pode extrair do ensaio de Werneck Vianna é a de um relançamento das disciplinas sociais a partir de sua recente e produtiva vinculação com a sociedade civil. Mas o alvo implícito do autor será ainda a velha

intelligentsia, apontada como um ator político em vias de extinção, deslocado, socialmente, pelo próprio andamento da revolução passiva brasileira.

Há, contudo, uma outra dimensão da "americanização" do Brasil trazida à tona pela agenda de investigação sobre as ciências sociais. Menos evidente no ensaio que encerra esta coletânea, viria a ser desenvolvida, a rigor, em trabalhos subseqüentes, empreendidos também no âmbito do *Laboratório de pesquisas sobre institucionalização das profissões intelectuais*. Para sua formulação foi crucial, naqueles anos, a incorporação de um conjunto de autores mais identificados com o que se poderia classificar como uma sociologia do conhecimento, de que Bruno Latour seria importante referência [31].

Vista com a perspectiva que o tempo concede e com razoável dose de simplificação, a principal contribuição de Latour aos problemas suscitados pelo tema da americanização do Brasil foi a percepção de que no contexto brasileiro, em que, como diria Gramsci, a estrutura é "fraca" e a sociabilidade não se constitui em um campo de produção de consenso e coesão social, a ciência poderia consistir em uma instância de ampliação da esfera pública. Porque, definida a ciência como requer Latour — ou seja, como resultado contingente de infindáveis controvérsias entre interesses e idéias de indivíduos e grupos —, sua simples existência implicaria a tessitura de redes sociais sob uma linguagem comum (a retórica científica), capaz de fornecer os termos em que o debate entre diferentes públicos se torna possível, de alinhar interesses de procedências diversas e de projetar as condições para o estabelecimento de consensos socialmente fundados [32].

No limite, a persuasiva exposição de Latour permite concluir que a ciência atenuaria os grandes problemas das democracias contemporâneas — a apatia cívica e a perda de referências comuns —, pois a dinâmica universalizadora instaurada por ela, em sendo dialogal, não requereria, contudo, indivíduos politizados ou portadores de argumentos apriorísticos sobre quaisquer dos temas em pauta.

Em outras palavras, se o problema do mundo contemporâneo é o retraimento do espaço público e a conseqüente atrofia das bases do consenso, o rendimento heurístico da descoberta de Latour consiste em conceber a formação do consenso sem o recurso a uma "opinião esclarecida", isto é, a partir, tão somente, da rede de mediações que faz de uma idéia (ou de um artefato, teoria ou máquina) a solução mais universal para os problemas postos por indivíduos e grupos, tornando-a um ponto obrigatório de passagem para todos quantos desejem realizar seus interesses [33].

O ponto é relevante no contexto da reflexão sobre a revolução passiva brasileira, pois, como se pretendeu esclarecer ao longo deste prefácio, o núcleo da coletânea reside na caracterização das possibilidades de extração da vida estatal diretamente da sociabilidade, no que se poderia afigurar como uma teleologia do autogoverno. De fato, a categoria-chave de Werneck Vianna é a sociabilidade, e cada um dos ensaios que compõem este *A revolução passiva* se desdobra sobre ela, ora de uma perspectiva teórica, ora sob a forma de uma

história do pensamento social ou de uma sociologia dos intelectuais e da ciência no Brasil.

Desse ponto de vista, o tratamento que Werneck Vianna concede ao tema da americanização consiste, na verdade, na explicitação das condições de possibilidade de que o Brasil se desprenda de sua trajetória européia — com suas espessas camadas intelectual-burocráticas de mediação entre o Estado e o mundo da produção — e desenvolva aquilo que, da América, reside, ainda que em potência, na democracia brasileira, relevados, nesse caso, os homens comuns, seus interesses e direitos.

Nesse sentido, quaisquer dos modos de vitalização da sociabilidade e de ampliação das bases do consenso — como faz Latour, em sua discussão sobre a ciência — são valorizados como expressões do americanismo, distintas, portanto, das figuras do nosso iberismo, do nosso *Estado ampliado*, que, como se viu, assume, em Werneck Vianna, uma face modernizadora, implementadora, em um certo sentido, da "agenda da igualdade", porém sob ação coativa, cancelando os esforços de autonomização da sociedade e a submetendo a modalidades autoritárias de controle.

De qualquer modo, o tema da americanização, já perfeitamente delineado nesta coletânea, terá seu curso além dela, em trabalhos que vieram a público nos últimos anos da década de 1990 e que continuam a se desenvolver em pesquisas mais recentes [34]. Nesses trabalhos, a ancoragem do problema da americanização despe-se do pressuposto gramsciano de uma valorização universal do trabalho e da eticidade originária das fábricas taylorizadas para caminhar livremente em um cenário pós-fordista, no qual Werneck Vianna atribuirá à chamada "revolução dos direitos" um sentido análogo ao que Gramsci reconheceu como o processo aberto e ilimitado da democratização mundial permanente.

Civilização brasileira, à guisa de conclusão

Bons livros, como se sabe, são bifrontes — revelam programas de trabalho já cumpridos e novos problemas a enfrentar. Ao longo deste prefácio, foram mencionadas algumas temáticas derivadas das pesquisas desenvolvidas por Werneck Vianna nas décadas de 1980-90, que não conheceram completo desdobramento nos ensaios que compõem a coletânea. Portanto, esta última seção se dedica a inventariar os temas que participam da atual agenda do autor, cujas versões embrionárias são facilmente reconhecidas nas páginas deste *A revolução passiva* [35].

Das frentes de investigação abertas pelos textos de 1990, Werneck Vianna debruçou-se, como já mencionado, sobre aquela relativa ao significado do conceito gramsciano de americanismo no contexto contemporâneo, o que implicaria reconhecer o exercício das funções hegemônicas da fábrica fordista em uma outra agência de vitalização da sociabilidade, que, ademais, como na perspectiva explicitada por Gramsci, preenchesse o requisito da universalidade, isto é, não se afigurasse como traço idiossincrático de uma formação social

específica, caracterizando-se, alternativamente, como conceito de validade geral, indicativo do processo de democratização progressiva do mundo.

Além disso, segundo o próprio autor, se admitida a solução que deu ao problema, que consistiu em estabelecer o conceito de americanismo no plano do direito — já que é dele que têm procedido, desde as Constituições do segundo pós-guerra, formas universais e inovadoras de autocomposição social e de animação da cidadania [36] —, ainda assim lhe restaria enfrentar o fato de que, nesse plano, o americanismo se aproximaria mais da perspectiva tocquevilliana do que propriamente da gramsciana, que, como se viu, prevê a existência de um ator, capaz de projetar as transformações moleculares da sociabilidade na esfera política.

Por fim, e decorrente da afirmação anterior, poder-se-ia acrescentar que, para Werneck Vianna, mesmo considerando-se a nova forma que a política tem assumido no mundo — em que, no próprio núcleo do Estado, as instituições e agentes responsáveis pela prestação jurisdicional tendem a se afirmar como forças políticas democratizadoras —, tal modelo de *política judicializada* não garantiria, por si só, a autonomização dos atores sociais, bem como sua conversão em sujeitos políticos, podendo mesmo perverter-se em uma espécie de "clientelismo jurídico", risco real quando se atenta para o ativismo crescente dos juízes, instados, como são hoje, a se colocarem na posição de mais alta instância moral da sociedade [37].

Em resumo, a hipótese de Werneck Vianna sobre a "migração" contemporânea das funções hegemônicas da fábrica fordista para o direito não é destituída de problemas, reconhecendo o autor, explícitamente, a existência de uma vasta gama de questões derivadas dessa sugestão.

Sintetizando a problematização esboçada acima, pode-se dizer que a atualização do americanismo com base no direito seria possível, desde que atendidos dois requisitos: (a) admitir-se que a judicialização da política e das relações sociais favorece, de fato, o fortalecimento de uma cidadania ativa no âmbito da sociedade civil, capaz de assediar permanentemente o Estado e lhe impor uma agenda de democratização radical de suas instituições; e (b) admitir-se a viabilidade da contenção dos riscos de que tal judicialização reconstitua, por caminho inesperado, as conhecidas funções de uma *intelligentsia* tradicional — representada, no caso, pelos juízes e demais operadores do direito —, cujas ações, imbuídas de uma racionalidade compensatória e comprometidas com a idéia de "justo", caminhassem no sentido da afirmação de uma democracia substantiva, desconhecendo o próprio "império da lei".

Em outras palavras, para Werneck Vianna, a expansão contemporânea do poder judicial só poderia corresponder positivamente à aposta gramsciana em uma *estatalidade* nova, extraída de práticas sociais potencializadoras do autogoverno, caso tivesse suas virtudes ampliadas e controlados seus vícios. Assim, a perspectiva construída pelo autor resulta do diálogo singular que promoveu entre vertentes contrapostas da sociologia jurídica quanto ao fenômeno da judicialização — a primeira, representada principalmente por J. Habermas, em quem o tema da participação cidadã no debate público é

enfatizado, porém no quadro de uma institucionalidade política previamente limitada; e a segunda, por M. Cappelletti e R. Dworkin, em quem os limites institucionais da democracia representativa são flexibilizados pela “abertura” das instituições do direito à representação de demandas sociais, porém sem atentar fortemente para os riscos dessa flexibilização em ambientes em que inexiste uma sólida cultura da liberdade [38].

Em suma, a crítica de Habermas à expansão do poder judicial é relativizada na reflexão de Werneck Vianna, mediante a incorporação do antídoto que extrai da obra de Dworkin, que consiste, fundamentalmente, em uma visão de continuidade da história, base de um modelo hermenêutico que se sustenta nas tradições, por ver nelas a via de recuperação de uma ordem jurídica formada por direitos constituídos e compartilhados por todos os cidadãos.

Desse modo, pode-se dizer que a avaliação de Werneck Vianna acerca da expansão do poder judicial não deriva da adesão a um modelo, mas, antes, da observação das repúblicas democráticas tal como existem no mundo. Por isso, é capaz de combinar o paradigma habermasiano de uma vontade geral “pós-metafísica” — que prescinde de concepções apriorísticas de *bem* ou de *boa sociedade*, remetendo apenas a procedimentos garantidores da livre participação da sociedade na formação da opinião e na sua tradução em uma vontade majoritária — com o modelo hermenêutico de Dworkin, confiante na tradição e nos valores comuns encarnados na trajetória ocidental do direito.

O resultado é a valorização de uma institucionalidade republicana concebida como construção histórico-processual e dinamizada, hoje, por inovações jurídico-políticas, capazes de, em dando curso ao processo de democratização da esfera pública, torná-la permeável aos interesses de indivíduos comuns e não necessariamente politizados [39]. Sob essa combinação, expressiva da coexistência entre formas clássicas e inovadoras de representação, desponta um problema crucial às democracias ocidentais, que, segundo Werneck Vianna, a tradição revolucionária republicana de 1789 não pôde resolver, qual seja, o da compatibilização da “vontade geral” com a “liberdade dos modernos” — princípios que estiveram na base dos respectivos processos de modernização burguesa na França e na América, e que hoje, para o autor, conhecem inédita convergência [40].

A perspectiva de Werneck Vianna está, pois, a serviço de uma concepção de democracia contínua, que descarta rupturas políticas e sobreleva a figura do indivíduo ordinário — concepção que, para o autor, deveria poder abranger mesmo as sociedades em que a institucionalização dos modernos institutos da democracia política se fez desencontrada de uma cultura cívica capaz de ancorá-la. Daí o diálogo que promove entre a ênfase habermasiana na idéia de democracia deliberativa — que, contudo, pressupõe cidadãos autônomos e ativos, além de uma cultura da liberdade — e a perspectiva de Cappelletti ou Dworkin, cujo pressuposto da positivação dos princípios da liberdade e da igualdade na lei e nas instituições do direito sinaliza para a universalização e democratização crescentes das instituições republicanas, sem requerer dos cidadãos empíricos a socialização cívica que o ideal de república prevê.

Assim, para Werneck Vianna, a nova forma assumida pelo americanismo é a que se entrevê nos modos, ainda que incipientes, de auto-regulação social e de assédio contínuo ao Estado. E como a atividade intelectual do autor se funde com o seu perfil político, esse ideal, concebido no âmbito de uma vigorosa incursão no debate teórico contemporâneo, não poderia ocultar sua destinação. É, pois, a democracia brasileira que tem em mente, bem como a consideração de que, a se caminhar em direção a uma reforma radical das instituições do Estado — movimento que corresponderia a um outro ciclo de "importação" das transformações moleculares em curso no mundo – sejam resguardadas, nessa operação, duas recomendações "metodológicas" que extraiu da literatura pertinente: dissolver o que no Estado brasileiro representa um efetivo bloqueio à democratização contínua da sociedade, assimilando, contudo, reflexivamente, a sua tradição civilizatória. Implica dizer que a auto-regulação social que Werneck Vianna antevê deverá conter, ressignificada, a trajetória brasileira de afirmação do público e da sedimentação de direitos que lhe foi correspondente.

O registro final deste prefácio não poderia deixar de ser a constatação da relevância do livro em questão. Ele marca, profundamente, a trajetória de Werneck Vianna, destacando-se, com notável sobranceria, no conjunto de sua obra. Nele está evidenciada, como em nenhum outro, a dupla inscrição do autor, como liderança intelectual nas ciências sociais brasileiras — do que dão conta várias notas deste prefácio, dedicadas à contextualização institucional da sua produção acadêmica — e como publicista, formador de opinião, animador do debate público-político no país, desde o cisma comunista do início da década de 1980.

Disso deriva o fato de que *A revolução passiva*, ao lado de se constituir como referência para os estudos brasileiros sobre o país e sobre as teorias que possibilitam conhecê-lo em perspectiva transformadora, é, sobretudo, um programa político, urdido ao longo dos anos de 1990, quando o país experimentava os primeiros efeitos do seu novo ordenamento constitucional e constatava os estragos devastadores que o autoritarismo político havia imprimido à sociabilidade brasileira no longo espaço de tempo em que dirigiu a nossa modernização econômica.

Como programa político, o interlocutor almejado deste livro é o Partido dos Trabalhadores. Sua intenção, ao percebê-lo como ator decisivo no processo de liberalização política que tinha curso nos anos de 1980-90, foi a de afirmar a democracia como núcleo da *interpretação* da esquerda brasileira acerca de sua própria forma de inserção na revolução passiva.

Daí a enfática crítica de Werneck Vianna à idéia de ruptura política, bem como ao seu corolário programático — a construção de uma vontade popular autônoma que, sob a direção de uma *intelligentsia* filosoficamente orientada, se constituísse em uma alternativa radicalmente diferente de tudo o que o país conhecera. Às vozes então correntes contra a história, contra a cultura, contra a civilização que os portugueses criaram nos trópicos, o autor contrapõe essa inspirada e densa defesa da democratização permanente, bem como uma vigorosa convocação da esquerda brasileira para as tarefas de direção da revolução passiva no país.

A história de sucesso do PT, que inclui a recente eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, parece contradizer os sombrios prognósticos de Werneck Vianna quanto à opção daquele partido por não disputar a política real, preferindo manter-se "no apostolado de sociedade civil", no *front* superestrutural de construção de uma cultura nova, de uma eticidade nova, em substituição à nossa tradição. E seria irônico que a reedição deste *A revolução passiva* coincidisse, exatamente, com o momento de triunfo daquela agenda. Contudo, a vitória eleitoral do PT é, em muitos sentidos, um encontro com as perspectivas apontadas nesse livro.

Por isso, talvez seja esse o momento mais adequado para o seu relançamento e para o convite a que o leiam os interessados na radical democratização do país, na valorização da nossa trajetória como civilização, na identificação dos caminhos que a pesquisa social brasileira tem conhecido, na inventiva formulação de conceitos em que a nossa sociedade se reconheça, na defesa da universalização dos direitos e das liberdades, mas, sobretudo, em uma visada humanista da grande marcha brasileira em direção à vida livre e socialmente justa.

Rio de Janeiro, março de 2004.

Maria Alice Rezende de Carvalho é professora do Iuperj. Este texto foi publicado originalmente como prefácio à segunda edição de Luiz Werneck Vianna, *A revolução passiva — iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 2004).

Notas

[1] *Liberalismo e sindicato no Brasil*, originalmente tese de doutoramento, foi publicado em 1976, pela Editora Civilização Brasileira, tendo sido reeditado duas vezes. Em 1999, o livro recebeu a sua 4a edição pela Universidade Federal de Minas Gerais, acrescida de um prefácio do autor.

[2] As obras de referência desse campo são, sabidamente, a de Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975, e a de Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1975, 2 v. A explicitação das divergências do autor quanto a aspectos centrais das obras mencionadas encontra-se neste volume, no ensaio intitulado "A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa".

[3] Vladimir Ilitch Lenin. *El desarrollo del capitalismo en Rusia: el proceso de la formación de un mercado interior para la gran industria*. Moscu: Editorial Progreso, 1979.

[4] Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere.* V. 5: *O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

[5] Sobre o "protagonismo dos fatos", a observação de Gramsci é a seguinte: "Revolução passiva — Protagonistas os 'fatos', por assim dizer, e não os 'homens individuais'. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta, mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase" (Antonio Gramsci, "Caderno miscelâneo" n. 15, § 56. In: *Cadernos do cárcere.* V. 5, ed. cit., p. 328). Ver, também, N. Badaloni. *Il marxismo di Gramsci*. Turim: Einaudi, 1975.

[6] Grande parte desses textos encontra-se publicada em diversos números de *Presença — Revista de política e cultura*, no período compreendido entre o ano de 1983 e o de 1992, quando o periódico deixou de circular. *Presença* foi criada sob a liderança de David Capistrano Filho, por um grupo dissidente do PCB, cujas concepções de luta política no contexto da transição democrática guiavam-se, em larga medida, por temas eminentemente gramscianos, como hegemonia, "guerra de posição", ampliação cultural, entre outros. A partir de seu sétimo número, publicado em março de 1986, a revista passou a ter sede no Rio de Janeiro, sendo editada por esta prefaciadora. A notável capacidade que *Presença* demonstrou de atrair personalidades públicas, de integrar redes de intelectuais independentes, dentro e fora da Universidade, e de organizar um campo de opinião democrática sugere o acerto de sua orientação nos anos que precederam a Constituição de 1988.

[7] Luiz Werneck Vianna. "Múltipla escolha: a esquerda e os quinze anos da transição, ou quinze anos de transição da esquerda". *Insight-inteligência*, Rio de Janeiro, Ano III, n. 10, maio/jun./jul. 2000, p. 46-52. Este artigo reúne e atualiza os principais argumentos do autor, desenvolvidos em textos políticos publicados na revista *Presença*.

[8] Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere.* V. 4: *Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo*. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

[9] Em sua formação original, o grupo contou com a participação de José Murilo de Carvalho, Lucia Lippi, Ricardo Benzaquen de Araújo, Helena Bomeny, Beatriz Jaguaribe e desta prefaciadora, além de outros nomes com menor assiduidade. Para o seu lançamento, foi convidado como conferencista Richard Morse, cujo livro *El espejo de Prospero: un estudio de la dialéctica del nuevo mundo* (México: Siglo Veintiuno, 1982) era uma das referências compartilhadas pelo conjunto dos participantes. Como desdobramento das atividades empreendidas pelo grupo, a revista *Presença* publicou quatro artigos sobre o tema de que trata o livro de Morse: inicialmente, o de José Guilherme Merquior ("O outro ocidente", *Presença*, n. 15, abr. 1990, p. 69-91) e, no mesmo número, o de Felipe Arocena ("Ariel, Caliban e Próspero — notas sobre a cultura latino-americana", p. 92-109), pesquisador uruguaio, desenvolvendo tese de doutoramento no Iuperj. A eles se

seguiu o de Lucia Lippi (“Anotações sobre um debate”, *Presença*, n. 16, abr. 1991, p. 26-41), na verdade uma apresentação crítica do debate travado entre Richard Morse e Simon Schwartzman, publicado pela revista *Novos Estudos Cebrap* em seus números 22, 24 e 25, do ano de 1989. Finalmente, em 1992, *Presença* deu a público um ensaio inédito de Morse, intitulado “Dez anos de ‘Próspero’”, em que o autor faz um balanço de seus erros e acertos na obra em questão (*Presença*, n. 18, jun. 1992, p. 123-52). O grupo extinguiu-se nos primeiros anos da década de 1990, mas sua influência na agenda intelectual de seus membros faz-se notar por uma série de trabalhos publicados no período subseqüente. Entre os mais obviamente derivados das discussões travadas ali, estão, além dos artigos que compõem este *A revolução passiva*, o ensaio de Beatriz Jaguaribe, intitulado “Autobiografia e nação: Henry Adams e Joaquim Nabuco” (In: Guillermo Giucci e Maurício Dias [Orgs.]. *Brasil–EUA*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1994, p. 109-41), a coletânea de artigos produzidos por Lucia Lippi, entre 1991 e 1999, editada sob o título *Americanos — representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA* (Belo Horizonte: UFMG, 2000), e *O quinto século — André Rebouças e a construção do Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1998), redigido como tese de doutoramento da prefaciadora.

[10] Alexis de Tocqueville. *A democracia na América*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1987.

[11] J.V. Femia. *Gramsci’s Political Thought*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

[12] Tais autores, que Werneck Vianna agrupou neste livro sob a denominação de “partido Maquiavel”, são, principalmente: U. Carpi (“Egemonia moderata e intellettuali nel Risorgimento”. In: *Storia d’Italia, Annali 4 — Intellettuali e potere*. Turim: Einaudi, 1991), Carlos Nelson Coutinho (*Gramsci, um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989), J. Femia (*Gramsci’s Political Thought*, ed. cit.) e Christine Buci-Gluksman (“Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva”. In: *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978).

[13] O exemplo fornecido por Gramsci é o liberalismo, que, segundo ele, é tido, em geral, como “uma expressão espontânea, automática, do fato econômico”. Concedendo-lhe tratamento similar ao de Karl Polany, no seu conhecido *A grande transformação* (Rio de Janeiro: Campus, 1980), Gramsci afirma que o liberalismo só pode ser entendido como programa político, introduzido e mantido por leis e pela coerção, consistindo, portanto, em um fenômeno produzido por uma vontade consciente dos seus fins.

[14] Nas palavras de Tocqueville: “O governo da democracia faz com que a idéia de direitos políticos desça até o menor dos cidadãos, como a divisão dos bens põe a idéia do direito de propriedade em geral ao alcance de todos os homens”. In: Alexis de Tocqueville. *A democracia na América*, ed. cit., p. 185.

[15] Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. V. 3: *Maquiavel – notas sobre o Estado e a política*. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

[16] Ver, neste *A revolução passiva*, o ensaio intitulado “Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira”.

[17] Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*, ed. cit. Esta obra clássica, citada por Werneck Vianna em vários textos de sua autoria, contém uma flagrante tensão entre as duas partes em que se divide. É da primeira parte, mais especificamente da análise histórico-social do liberalismo brasileiro, que Werneck Vianna extrai os argumentos confluentes com a sua própria perspectiva, apresentada em *Liberalismo e sindicato no Brasil* e na presente coletânea.

[18] Kenneth Maxwell. *Pombal Paradox of the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

[19] Joaquim Nabuco. *Minha formação*. 13. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 118.

[20] Ver, sobre o tema, o ensaio intitulado “Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna e Tavares Bastos”, que participa desta coletânea. De Tavares Bastos, Werneck Vianna fez uso dos seguintes textos: *Cartas do solitário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. Coleção Brasiliana, n. 115; *O Vale do Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. Coleção Brasiliana, n. 106; *A província*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. Coleção Brasiliana, n. 105; *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Coleção Brasiliana, n. 151.

[21] Simon Schwartzman. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

[22] De Oliveira Vianna, Werneck Vianna selecionou os seguintes títulos: *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922; *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1949; *Problemas de política objetiva*. Rio de Janeiro: Record, 1974; *História social da economia capitalista no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 1987; *O ocaso do Império*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1990.

[23] Frédéric Vandenberghe. *Une histoire critique de la sociologie allemand — aliénation et réification*. Paris: La Découverte, 1997.

[24] Oliveira Vianna. *Populações meridionais do Brasil*, v. I, ed. cit., p. 265.

[25] Luiz Werneck Vianna. “O Estado Novo e a ‘ampliação’ autoritária da República”. In: Maria Alice Rezende de Carvalho (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República/FAPERJ, p. 111-53.

[26] De acordo com Werneck Vianna, as instituições corporativas de 1937 continham uma concepção mais complexa do que o uso instrumental que foi dado a elas após 1964. O tipo de modernização que vingara sob o Estado Novo buscou evitar o isolamento dos objetivos econômicos em relação à política e à vida social, tendo como objetivo produzir um andamento articulado entre essas

esferas. Seu estilo fora europeu, durkheimiano, sistêmico, que, ao lado de seu caráter fortemente coercitivo, visava também à produção de consenso. A partir de 1964, o recurso à ordem burocrático-corporativa abandonará a idéia de produção de consenso e de solidarização social, abrindo-se radical distanciamento entre as dimensões da economia, da política e da vida associativa, as duas últimas imobilizadas pelo autoritarismo, enquanto a primeira era alçada à expansão, do que foi exemplo o chamado milagre econômico. Ver, a propósito, L. Werneck Vianna, Maria Alice R. de Carvalho, Manuel P.C. Melo e Marcelo B. Burgos, *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999, especialmente a introdução à Parte II.

[27] Pesquisas recentes têm enfatizado a atuação da *intelligentsia* jurídica no século XIX, ressaltando-lhe o papel difusor da idéia de direitos e atribuindo-lhe destacada importância no processo de institucionalização da presença do Estado *vis-à-vis* as práticas tradicionalmente autoritárias de controle social. Ver, por exemplo, Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros — cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; Ivan de Andrade Velasco. "As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça de Minas Gerais — século XIX". Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 2002, *mimeo*.

[28] Ver o ensaio intitulado "A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa".

[29] Dissolvido o grupo *Americanismo e iberismo*, Werneck Vianna reuniu alguns pesquisadores interessados no projeto sobre os cientistas sociais brasileiros. Sua iniciativa coincidiu com o esforço da Capes em institucionalizar grupos nacionais de pesquisa, levando a que o projeto em curso ensejasse o aparecimento do *Laboratório de pesquisas sobre institucionalização das profissões intelectuais*, ativo entre 1992 e 1999. Sua formação original, além de Werneck Vianna, compreendia Manuel Palácios Cunha Melo (UFJF), Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio) e a prefaciadora.

[30] As principais publicações coletivas derivadas dessa linha de investigação foram: L. Werneck Vianna, Maria Alice R. de Carvalho e Manuel P. C. Melo. "Cientistas sociais e vida pública"*. Dados — Revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 3 (Número especial), 1994, p. 345-535; L. Werneck Vianna, Maria Alice R. de Carvalho e Manuel P. C. Melo. "As ciências sociais no Brasil: formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa". *Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais — BIB.* Rio de Janeiro, n. 40, 1995, p. 27-64; L. Werneck Vianna, Maria Alice R. de Carvalho e Manuel P. C. Melo. "O perfil do estudante de ciências sociais". In: Elina Pessanha e Gláucia Villas Bôas (Org.). *Ciências sociais — ensino e pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: J.C. Editora, 1995, p. 21-54.

[31] Paralelamente à investigação sobre o perfil dos novos cientistas sociais brasileiros, o *Laboratório de pesquisas sobre institucionalização das profissões intelectuais* realizou estudos sobre a construção do sistema nacional de pós-graduação em ciências sociais e sobre as teses produzidas naquele âmbito, como se pode verificar em L. Werneck Vianna, Maria Alice R. de Carvalho,

Manuel P. C. Melo e Marcelo B. Burgos, “Doutores e teses em ciências sociais”. *Dados — revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998, p. 453-516. Seria, pois, no contexto dessa discussão, que os nexos entre ciência e democracia se tornaram o centro dos interesses do grupo, determinando sua aproximação com o campo da sociologia do conhecimento. Disso é registro o artigo de Manuel Palácios Cunha Melo. “Ciência e vida pública”. *Presença.* Rio de Janeiro, n. 17, nov. 1991/mar. 1992, p. 98-131.

[32] Ver, de Bruno Latour, principalmente *Science in action*. Cambridge: Harvard University Press, 1987. Neste livro, um dos exemplos fornecidos pelo autor é a meteorologia, que, como ciência do clima, mobilizaria uma extensa rede de “aliados”, compreendendo desde os centros internacionais de estudos climáticos até o agricultor de uma aldeia da China, passando por agências governamentais de diferentes países, partidos políticos de base agrária, sindicatos de agricultores, bancos de financiamento das safras agrícolas, fabricantes de balões meteorológicos, sindicatos de aeroviários, produtores de satélites, profissionais dos meios de comunicação, etc., em uma listagem tendente ao infinito. Segundo Latour, a ciência do clima somente existe porque a rede universal que constituiu utiliza-se de recursos científicos e tecnológicos que se tornaram indisputados ao longo do tempo, atendendo a interesses e necessidades de uma multidão de usuários, que deve estar permanentemente convencida dos bons resultados de suas previsões.

[33] Manuel P. Cunha Melo. “Ciência e vida pública”, cit., e também Maria Alice R. de Carvalho. “Cidade e democracia — as transformações do homem público”. In: Anelise Pacheco e Paulo Vaz (Orgs.). *Vozes no milênio. Para pensar a globalização*. Rio de Janeiro: Museu da República/ Graphus, 2002, p. 89-99.

[34] Desde 1994, o *Laboratório de pesquisas sobre institucionalização das profissões intelectuais* dera início a uma linha de investigação sobre a magistratura, como parte das atividades previstas no convênio que celebrou com a Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB. Tal iniciativa, que viria a se desdobrar em diferentes e sucessivas pesquisas, teve como resultado a publicação de dois livros coletivos, a saber: L. Werneck Vianna, Maria Alice R. de Carvalho, Manuel P. C. Melo e Marcelo B. Burgos. *Corpo e alma da magistratura brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 1996, atualmente em sua quarta edição; e L. Werneck Vianna, Maria Alice R. de Carvalho, Manuel P. C. Melo e Marcelo B. Burgos. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999. Progressivamente, as pesquisas realizadas no âmbito daquele convênio, cujo objeto original concernia à caracterização sociológica do Judiciário e de seus principais operadores, foram tendo seu foco deslocado dos “juízes” para o “direito”, impondo a retomada do tema da americanização do Brasil em novas bases.

[35] No ano de 2000, a Faperj, agência de fomento à produção científica do Estado do Rio de Janeiro, concebeu uma política de indução de pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento. Sob a vigência do *Programa de estudos avançados* daquela instituição, Werneck Vianna foi convidado a coordenar um núcleo de estudos sobre instituições políticas brasileiras, constituído por pesquisadores de diferentes instituições. O núcleo, denominado *Instituto virtual*

— *A democracia e os três poderes no Brasil*, reuniu-se durante dois anos, findos os quais, além de apresentar estudos monográficos sobre a dinâmica republicana brasileira — o que ensejou a organização de coletânea de mesmo nome —, dispunha dos resultados de uma enquete nacional sobre o "estado cívico" da nação, ainda não publicados. Sob a cobertura institucional desse programa, e particularmente junto a alguns dos membros do *Instituto virtual* — Ruben Barboza Filho (UFJF), José Eisenberg (Iuperj), Marcelo Bauman Burgos, Manuel Palácios Cunha Melo e a prefaciadora —, Werneck Vianna deu prosseguimento à agenda de investigação sobre direito e democracia. Sua pesquisa mais recente foi a que empreendeu com Marcelo B. Burgos, "Revolução processual do direito e democracia progressiva". In: L. Werneck Vianna (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 337-491. Em fins de 2003, o *Instituto virtual* foi dissolvido, mas o grupo de pesquisadores permanece em atividade.

[36] O fenômeno aludido nessa passagem é o do constitucionalismo democrático, cujas características, a par de conhecerem progressiva universalização, se expressariam, grosso modo, no binômio dignidade humana / solidariedade, em que o primeiro termo se refere à generalização da garantia dos direitos fundamentais do homem, e o segundo, à relevância de valores comunitários, notadamente o ideal de justiça, para a atualização histórica do significado desses direitos em uma dada sociedade. Daí que, de acordo com a literatura sobre o tema, o fenômeno do constitucionalismo democrático se veja associado à ativa participação político-jurídica dos cidadãos, uma vez que dela dependeriam a interpretação e a efetivação de tais direitos. Ver, especialmente, Gisele Cittadino. "Judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação de poderes". In: L. Werneck Vianna (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG / Iuperj, 2002, p. 17-42.

[37] A. Garapon. *Le gardien des promesses — Justice et démocratie*. Paris: Ed. Odile Jacob, 1996.

[38] L. Werneck Vianna, Maria Alice R. de Carvalho, Manuel P. Cunha Melo e Marcelo B. Burgos. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*, ed. cit., principalmente a introdução. De J. Habermas, em especial o *Direito e democracia — entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997; de Mauro Cappelletti, *Juízes legisladores?* Porto Alegre: Sérgo Antonio Fabris, 1993; de Ronald Dworkin, *L' empire du droit*: Paris: PUF, 1994. Uma leitura crítica dessas duas vertentes da sociologia jurídica encontra-se em José Eisenberg. "Pragmatismo, direito reflexivo e judicialização da política". In: Luiz Werneck Vianna (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*, ed. cit., p. 43-62.

[39] L. Werneck Vianna e Maria Alice R. de Carvalho. "República e civilização brasileira". In: Newton Bignoto (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 131-54.

[40] L. Werneck Vianna e Marcelo B. Burgos. "Revolução processual do direito e democracia progressiva". In: L. Werneck Vianna. *A democracia e os três poderes*

no Brasil, ed. cit., p. 368 s. Ver, a propósito da recuperação histórica do tema da soberania, Marcel Gauchet. *La révolution des pouvoirs*. Paris: Gallimard, 1995; e Pierre Rosanvallon. *La démocratie inachevée*. Paris: Galimard, 2000.

Fonte: Especial para *Gramsci e o Brasil*

26. O pobre, porque é pobre, pague tudo

Adelto Gonçalves (*) - 16.01.2012

Se o desavisado leitor não sabe, fique sabendo: o título desta resenha foi tirado da Carta 8ª (verso 155) das Cartas Chilenas, de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), e define, com precisão, o que foi a Justiça no Brasil colonial. Aliás, se em Portugal o teatro de Gil Vicente (1465?-1536?) revela mais sobre as magistraturas locais do que a literatura jurídica sua contemporânea, no Brasil a leitura das Cartas Chilenas, dos Sermões, do padre Antônio Vieira (1608-1697), de Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), ou de relatos de viajantes pode revelar com maior nitidez a corrupção e a face conservadora dos magistrados e seus subordinados do que os papéis dos arquivos.

A frase de Critilo, alter ego de Gonzaga, ouvidor em Vila Rica de 1782 a 1788, está por trás até mesmo da motivação da conjuração mineira de 1789, embora isto ninguém goste de dizer, até porque tiraria a aura romântica do movimento - e nação nenhuma vive sem o culto a heróis. Em outras palavras: quem se dispuser a ler os versos de 146 a 167 da Carta 8ª vai perceber muito bem como funcionava a Justiça (a maiúscula está aqui só por costume) naquele tempo: os grandes contratadores, aqueles que arrematavam os contratos e arrecadavam os impostos em nome da Coroa, costumavam embolsar boa parte da arrecadação, sem repassá-la ao erário régio, aplicando os recursos em escravos, minas e propriedades particulares.

Obviamente, faziam isso com a conivência do governador e capitão-general (e, às vezes, do ouvidor e outras altas autoridades), repartindo com eles "os cabedais que seriam do reino". Assim, esses grossos devedores podiam rolar as dívidas, que iam pagando "sem soldados à porta, com sossego", como observava Critilo. Já o pobre, se furtasse uma galinha, podia mofar anos a fio na enxovia. Era assim há dois séculos e meio. E hoje? Mudou muito? O atilado leitor já deve ter a resposta na ponta da língua.

Mas, a bem da verdade, é preciso reconhecer que na documentação da época pode-se também localizar um ou outro remediado que tenha ido parar na cadeia, talvez porque seu cabedal não fosse suficiente para contratar um rábula mais preparado ou para "convencer" as autoridades de sua inocência. Coitado de quem viesse a ser acusado de algum crime, fosse inocente ou não: seria comido pelo meirinho, pelo carcereiro, pelo escrivão, pelo solicitador, pelo advogado, pelo inquiridor, pela testemunha, pelo julgador. "Ainda não está sentenciado, já está comido. São piores os homens que os corvos", dizia Vieira.

E o que a conjuração de 1789 tem com isso? Ora, como se sabe, uma revolução ou um golpe de Estado só se faz com ricos que tenham tido seus interesses contrariados. Até porque o pobre só serve para bucha de canhão. E para colorir com o seu sangue alguma epopeia. No caso, os grossos devedores mineiros - leia-se João Rodrigues de Macedo e Joaquim Silvério dos Reis Montenegro - é que iriam financiar a revolta, já que não haviam chegado a um "acordo" com o novo governador, o visconde de Barbacena, para rolar mais suas dívidas. Afinal, só eles e mais um ou outro grande proprietário poderiam fornecer os escravos e a pólvora necessários para fazer explodir a revolta.

Não que Barbacena fosse diferente dos governadores anteriores, mas é que, ao contrário de seus antecessores, já viera de Lisboa com ordens expressas para não negociar com os grossos devedores em hipótese alguma. Portanto, só com uma revolução é que aqueles grossos devedores poderiam ter suas dívidas perdoadas. Aliás, os revoltosos de 1789 só não derrubaram o poder régio em Minas porque entraram em divergências antes. Afinal, Barbacena, isolado no Palácio de Cachoeira do Campo, só poderia contar com o fraco socorro de seus ajudantes-de-ordens, "sem um barril de pólvora". Como o que queria mesmo era se livrar das dívidas, Silvério, então, foi ao vice-rei no Rio de Janeiro e pulou para o outro lado, delatando seus companheiros de conjura.

A que vêm estas reminiscências históricas? É para dizer que o leitor interessado em saber como a Justiça (não) funcionava no Brasil colonial não pode deixar de ler Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de História Social, de Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça, organizadoras (Campinas: Editora da Unicamp, 2006), que reúne artigos que constituem exemplos significativos do novo modo de tratar a história social do Direito e da Justiça, que, a rigor, teve início por aqui nos anos 80.

Em "Senhores da régia jurisdição: o particular e o público na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacases na segunda metade do século XVIII", Silvia Hunold Lara, professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), observa que as elites coloniais operavam por meio de uma complexa política de alianças, lutando ao mesmo tempo por privilégios e cargos. Era a "economia do dom", ou seja, redes clientelares em que os parentescos entre os membros das casas comerciais impunham regras e controlavam setores do comércio, tanto à época da colônia como do império. Em nome do bem comum, as câmaras concediam privilégios e mercês, que funcionavam do mesmo modo que as concedidas diretamente pelo monarca. Assim, dificilmente, alguém nascido pobre conseguia ascender na escala social.

A Justiça funcionava assim também: as penas variavam conforme a qualidade da vítima e dos réus, além de depender das circunstâncias. "Os privilégios atribuídos a cada condição social ou a determinadas posições e cargos estipulavam tratamentos diferenciados", diz a historiadora. Dessa maneira, o exercício da justiça, antes de buscar aquilo que seria o ideal da verdade, servia para reforçar a escala hierárquica em que se organizava a sociedade.

Tal mentalidade ficou profundamente enraizada no processo de apropriação de terras na América portuguesa e continuou a valer por todo o Brasil Império e Republicano, chegando até os dias de hoje. Basta ver que os posseiros ricos sempre foram identificados como desbravadores e tomados como cúmplices do enriquecimento das províncias - muitos deles dão nomes a ruas, avenidas e rodovias ainda hoje -, o que, entre outras coisas, era o resultado de sua proximidade com o Estado e da sustentação que davam ao governo em troca de benefícios camuflados, como a arrematação de contratos dados pelas câmaras (de carne, aferição e estanques). Já os lavradores pobres que ousassem tomar um palmo de terra eram apontados como "invasores" ou "intrusos". Ainda hoje é assim.

O artigo de Silvia Hunold Lara se aproxima do de Patrícia Melo Sampaio, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, "Viver em aldeamentos: encontros e confrontos nas povoações da Amazônia portuguesa, século XVIII", que examina o papel das lideranças indígenas nas aldeias administradas conforme as regras estabelecidas pelo diretório pombalino e o modo como as reivindicações indígenas se inseriam na rede burocrática do Império português.

Outro artigo a destacar é o de Márcia Motta, doutora em História pela Unicamp e professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, "Feliciana e a botica: transmissão de patrimônio e legitimidade do direito à terra na região de Maricá (segunda metade do século XIX)", que discute a ausência de uma legislação capaz de assegurar a propriedade territorial no Brasil, o que permitia decisões arbitrárias, impostas por aqueles que mandavam mais. Até porque a integração da magistratura com a elite econômica e a elite governamental facilitava a corrupção, permitindo que a justiça viesse a ser manipulada por interesses particulares. Não raro, juízes usavam o Direito para interpretar cartas de doação, revogação de sesmarias, sucessões e desmembramentos de propriedades de acordo com os interesses dos poderosos locais.

Em outro artigo, "Territórios de confronto: uma história da luta pela terra nas Ligas Camponesas", Maria do Socorro Rangel, professora do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí, mostra como noções díspares sobre o direito à terra conviveram e se debateram nos conflitos que colocaram de um lado grandes proprietários e, de outro, lavradores organizados pelas Ligas Camponeses nos anos 50 e 60 do século XX. Ao contrário do que ocorria em outros séculos, no século XX as disputas pela terra deixaram a área civil para se transformar em processos criminais, o que se acentuou a partir do golpe militar de 1964.

Como dizem as organizadoras na apresentação, todas essas análises evidenciam que, em determinados momentos, os recursos ao Judiciário e aos princípios do direito foram reconhecidos como estratégias privilegiadas na luta política. "Mas indicam também que o recurso aos artefatos legais não encobria as relações conflituosas entre o exercício da violência e o domínio da lei", acrescentam.

Para as organizadoras, as histórias reunidas nos 14 artigos deste livro mostram que é impossível pensar numa história "do direito" ou "da justiça", pois cada uma dessas noções tem significados tão distintos ao longo do tempo e tão contraditórios numa mesma sociedade que essas palavras, no singular, se tornam quase vazias de sentido. Ainda mais num país que se formou a partir da violência dos mais afortunados sobre os que nada possuíam. E que ainda hoje é vergonhosamente tido como um dos mais injustos em termos de distribuição

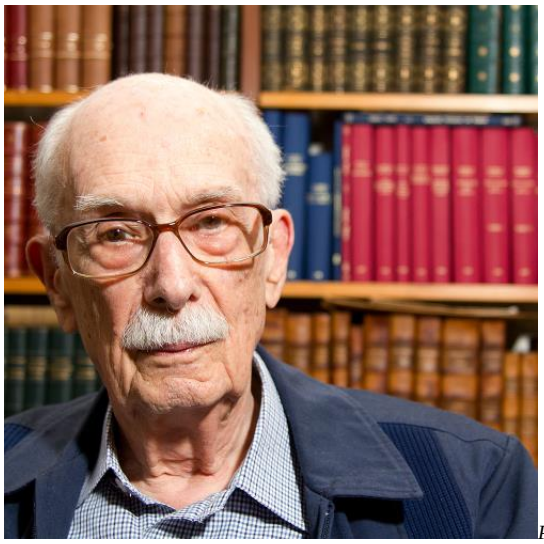
de renda, ainda que seja a sexta maior economia do mundo, segundo o Center for Economics and Business Research, de Londres.

_____

(*) Adelto Gonçalves é doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo e autor de “Gonzaga, um Poeta do Iluminismo” (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999), Barcelona Brasileira (Lisboa, Nova Arrancada, 1999; São Paulo, Publisher Brasil, 2002) e Bocage - o Perfil Perdido (Lisboa, Caminho, 2003). E-mail: marilizadelto@uol.com.br

27. Antonio Candido indica 10 livros para conhecer o Brasil

Publicado17/05/2013 | http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/17/antonio-candido-indica-10-livros-para-conhecer-o-brasil/



*Por Antonio Candido.**

Quando nos pedem para indicar um número muito limitado de livros importantes para conhecer o Brasil, oscilamos entre dois extremos possíveis: de um lado, tentar uma lista dos melhores, os que no consenso geral se situam acima dos demais; de outro lado, indicar os que nos agradam e, por isso, dependem sobretudo do nosso arbítrio e das nossas limitações. Ficarei mais perto da segunda hipótese.

Como sabemos, o efeito de um livro sobre nós, mesmo no que se refere à simples informação, depende de muita coisa além do valor que ele possa ter. Depende do momento da vida em que o lemos, do grau do nosso conhecimento, da finalidade que temos pela frente. Para quem pouco leu e pouco sabe, um compêndio de ginásio pode ser a fonte reveladora. Para quem sabe muito, um livro importante não passa de chuva no molhado. Além disso, há as afinidades profundas, que nos fazem afinar com certo autor (e portanto aproveitá-lo ao máximo) e não com outro, independente da valia de ambos.

Por isso, é sempre complicado propor listas reduzidas de leituras fundamentais. Na elaboração da que vou sugerir (a pedido) adotei um critério simples: já que é impossível enumerar todos os livros importantes no caso, e já que as avaliações variam muito, indicarei alguns que abordam pontos a meu ver fundamentais, segundo o meu limitado ângulo de visão. Imagino que esses pontos fundamentais correspondem à curiosidade de um jovem que pretende adquirir

boa informação a fim de poder fazer reflexões pertinentes, mas sabendo que se trata de amostra e que, portanto, muita coisa boa fica de fora.

São fundamentais tópicos como os seguintes: os europeus que fundaram o Brasil; os povos que encontraram aqui; os escravos importados sobre os quais recaiu o peso maior do trabalho; o tipo de sociedade que se organizou nos séculos de formação; a natureza da independência que nos separou da metrópole; o funcionamento do regime estabelecido pela independência; o isolamento de muitas populações, geralmente mestiças; o funcionamento da oligarquia republicana; a natureza da burguesia que domina o país. É claro que estes tópicos não esgotam a matéria, e basta enunciar um deles para ver surgirem ao seu lado muitos outros. Mas penso que, tomados no conjunto, servem para dar uma ideia básica.

Entre parênteses: desobedeço o limite de dez obras que me foi proposto para incluir de contrabando mais uma, porque acho indispensável uma introdução geral, que não se concentre em nenhum dos tópicos enumerados acima, mas abranja em síntese todos eles, ou quase. E como introdução geral não vejo nenhum melhor do que *O povo brasileiro* (1995), de Darcy Ribeiro, livro trepidante, cheio de ideias originais, que esclarece num estilo movimentado e atraente o objetivo expresso no subtítulo: “A formação e o sentido do Brasil”.

Quanto à caracterização do português, parece-me adequado o clássico *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, análise inspirada e profunda do que se poderia chamar a natureza do brasileiro e da sociedade brasileira a partir da herança portuguesa, indo desde o traçado das cidades e a atitude em face do trabalho até a organização política e o modo de ser. Nele, temos um estudo de transfusão social e cultural, mostrando como o colonizador esteve presente em nosso destino e não esquecendo a transformação que fez do Brasil contemporâneo uma realidade não mais luso-brasileira, mas, como diz ele, “americana”.

Em relação às populações autóctones, ponho de lado qualquer clássico para indicar uma obra recente que me parece exemplar como concepção e execução:*História dos índios do Brasil* (1992), organizada por Manuela Carneiro da Cunha e redigida por numerosos especialistas, que nos iniciam no passado remoto por meio da arqueologia, discriminam os grupos linguísticos, mostram o índio ao longo da sua história e em nossos dias, resultando uma introdução sólida e abrangente.

Seria bom se houvesse obra semelhante sobre o negro, e espero que ela apareça quanto antes. Os estudos específicos sobre ele começaram pela etnografia e o folclore, o que é importante, mas limitado. Surgiram depois estudos de valor sobre a escravidão e seus vários aspectos, e só mais recentemente se vem destacando algo essencial: o estudo do negro como agente ativo do processo histórico, inclusive do ângulo da resistência e da rebeldia, ignorado quase sempre pela historiografia tradicional. Nesse tópico resisto à tentação de indicar o clássico *O abolicionismo* (1883), de Joaquim Nabuco, e deixo de lado alguns estudos contemporâneos, para ficar com a síntese penetrante e clara de Kátia de Queirós Mattoso, *Ser escravo no Brasil* (1982), publicado originariamente em francês. Feito para público estrangeiro, é uma excelente visão geral desprovida de aparato erudito, que começa pela raiz africana, passa à escravização e ao tráfico para terminar pelas reações do escravo, desde as tentativas de alforria até a fuga e a rebelião. Naturalmente valeria a pena acrescentar estudos mais especializados, como *A*

escravidão africana no Brasil (1949), de Maurício Goulart ou *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), de Florestan Fernandes, que estuda em profundidade a exclusão social e econômica do antigo escravo depois da Abolição, o que constitui um dos maiores dramas da história brasileira e um fator permanente de desequilíbrio em nossa sociedade.

Esses três elementos formadores (português, índio, negro) aparecem inter-relacionados em obras que abordam o tópico seguinte, isto é, quais foram as características da sociedade que eles constituíram no Brasil, sob a liderança absoluta do português. A primeira que indicarei é *Casa grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre. O tempo passou (quase setenta anos), as críticas se acumularam, as pesquisas se renovaram e este livro continua vivíssimo, com os seus golpes de gênio e a sua escrita admirável – livre, sem vínculos acadêmicos, inspirada como a de um romance de alto voo. Verdadeiro acontecimento na história da cultura brasileira, ele veio revolucionar a visão predominante, completando a noção de raça (que vinha norteando até então os estudos sobre a nossa sociedade) pela de cultura; mostrando o papel do negro no tecido mais íntimo da vida familiar e do caráter do brasileiro; dissecando o relacionamento das três raças e dando ao fato da mestiçagem uma significação inédita. Cheio de pontos de vista originais, sugeriu entre outras coisas que o Brasil é uma espécie de prefiguração do mundo futuro, que será marcado pela fusão inevitável de raças e culturas.

Sobre o mesmo tópico (a sociedade colonial fundadora) é preciso ler também*Formação do Brasil contemporâneo, Colônia* (1942), de Caio Prado Júnior, que focaliza a realidade de um ângulo mais econômico do que cultural. É admirável, neste outro clássico, o estudo da expansão demográfica que foi configurando o perfil do território – estudo feito com percepção de geógrafo, que serve de base física para a análise das atividades econômicas (regidas pelo fornecimento de gêneros requeridos pela Europa), sobre as quais Caio Prado Júnior engasta a organização política e social, com articulação muito coerente, que privilegia a dimensão material.

Caracterizada a sociedade colonial, o tema imediato é a independência política, que leva a pensar em dois livros de Oliveira Lima: *D. João VI no Brasil* (1909) e *O movimento da Independência* (1922), sendo que o primeiro é das maiores obras da nossa historiografia. No entanto, prefiro indicar um outro, aparentemente fora do assunto: *A América Latina, Males de origem* (1905), de Manuel Bonfim. Nele a independência é de fato o eixo, porque, depois de analisar a brutalidade das classes dominantes, parasitas do trabalho escravo, mostra como elas promoveram a separação política para conservar as coisas como eram e prolongar o seu domínio. Daí (é a maior contribuição do livro) decorre o conservadorismo, marca da política e do pensamento brasileiro, que se multiplica insidiosamente de várias formas e impede a marcha da justiça social. Manuel Bonfim não tinha a envergadura de Oliveira Lima, monarquista e conservador, mas tinha pendores socialistas que lhe permitiram desmascarar o panorama da desigualdade e da opressão no Brasil (e em toda a América Latina).

Instalada a monarquia pelos conservadores, desdobra-se o período imperial, que faz pensar no grande clássico de Joaquim Nabuco: *Um estadista do Império*(1897). No entanto, este livro gira demais em torno de um só personagem, o pai do autor, de maneira que prefiro indicar outro que tem inclusive a vantagem de traçar o caminho que levou à mudança de regime: *Do*

Império à República(1972), de Sérgio Buarque de Holanda, volume que faz parte da *História geral da civilização brasileira*, dirigida por ele. Abrangendo a fase 1868-1889, expõe o funcionamento da administração e da vida política, com os dilemas do poder e a natureza peculiar do parlamentarismo brasileiro, regido pela figura-chave de Pedro II.

A seguir, abre-se ante o leitor o período republicano, que tem sido estudado sob diversos aspectos, tornando mais difícil a escolha restrita. Mas penso que três livros são importantes no caso, inclusive como ponto de partida para alargar as leituras.

Um tópico de grande relevo é o isolamento geográfico e cultural que segregava boa parte das populações sertanejas, separando-as da civilização urbana ao ponto de se poder falar em "dois Brasis", quase alheios um ao outro. As consequências podiam ser dramáticas, traduzindo-se em exclusão econômico-social, com agravamento da miséria, podendo gerar a violência e o conflito. O estudo dessa situação lamentável foi feito a propósito do extermínio do arraial de Canudos por Euclides da Cunha n'*Os sertões* (1902), livro que se impôs desde a publicação e revelou ao homem das cidades um Brasil desconhecido, que Euclides tornou presente à consciência do leitor graças à ênfase do seu estilo e à imaginação ardente com que acentuou os traços da realidade, lendo-a, por assim dizer, na craveira da tragédia. Misturando observação e indignação social, ele deu um exemplo duradouro de estudo que não evita as avaliações morais e abre caminho para as reivindicações políticas.

Da Proclamação da República até 1930 nas zonas adiantadas, e praticamente até hoje em algumas mais distantes, reinou a oligarquia dos proprietários rurais, assentada sobre a manipulação da política municipal de acordo com as diretrizes de um governo feito para atender aos seus interesses. A velha hipertrofia da ordem privada, de origem colonial, pesava sobre a esfera do interesse coletivo, definindo uma sociedade de privilégio e favor que tinha expressão nítida na atuação dos chefes políticos locais, os "coronéis". Um livro que se recomenda por estudar esse estado de coisas (inclusive analisando o lado positivo da atuação dos líderes municipais, à luz do que era possível no estado do país) é *Coronelismo, enxada e voto* (1949), de Vitor Nunes Leal, análise e interpretação muito segura dos mecanismos políticos da chamada República Velha (1889-1930).

O último tópico é decisivo para nós, hoje em dia, porque se refere à modernização do Brasil, mediante a transferência de liderança da oligarquia de base rural para a burguesia de base industrial, o que corresponde à industrialização e tem como eixo a Revolução de 1930. A partir desta viu-se o operariado assumir a iniciativa política em ritmo cada vez mais intenso (embora tutelado em grande parte pelo governo) e o empresário vir a primeiro plano, mas de modo especial, porque a sua ação se misturou à mentalidade e às práticas da oligarquia. A bibliografia a respeito é vasta e engloba o problema do populismo como mecanismo de ajustamento entre arcaísmo e modernidade. Mas já que é preciso fazer uma escolha, opto pelo livro fundamental de Florestan Fernandes,*A revolução burguesa no Brasil* (1974). É uma obra de escrita densa e raciocínio cerrado, construída sobre o cruzamento da dimensão histórica com os tipos sociais, para caracterizar uma nova modalidade de liderança econômica e política.

Chegando aqui, verifico que essas sugestões sofrem a limitação das minhas limitações. E verifico, sobretudo, a ausência grave de um tópico: o imigrante. De

fato, dei atenção aos três elementos formadores (português, índio, negro), mas não mencionei esse grande elemento transformador, responsável em grande parte pela inflexão que Sérgio Buarque de Holanda denominou “americana” da nossa história contemporânea. Mas não conheço obra geral sobre o assunto, se é que existe, e não as há sobre todos os contingentes. Seria possível mencionar, quanto a dois deles, *A aculturação dos alemães no Brasil* (1946), de Emílio Willems; *Italianos no Brasil* (1959), de Franco Cenni, ou *Do outro lado do Atlântico* (1989), de Ângelo Trento – mas isso ultrapassaria o limite que me foi dado.

No fim de tudo, fica o remorso, não apenas por ter excluído entre os autores do passado Oliveira Viana, Alcântara Machado, Fernando de Azevedo, Nestor Duarte e outros, mas também por não ter podido mencionar gente mais nova, como Raimundo Faoro, Celso Furtado, Fernando Novais, José Murilo de Carvalho, Evaldo Cabral de Melo etc. etc. etc. etc.

** Artigo publicado na edição 41 da revista Teoria e Debate – em 30/09/2000*

***

Antonio Candido é sociólogo, crítico literário e ensaísta.

27.POR QUE SOMOS ASSIM?

Marco Aurélio Nogueira

Fbook – Acessi a 13 dez 2017·

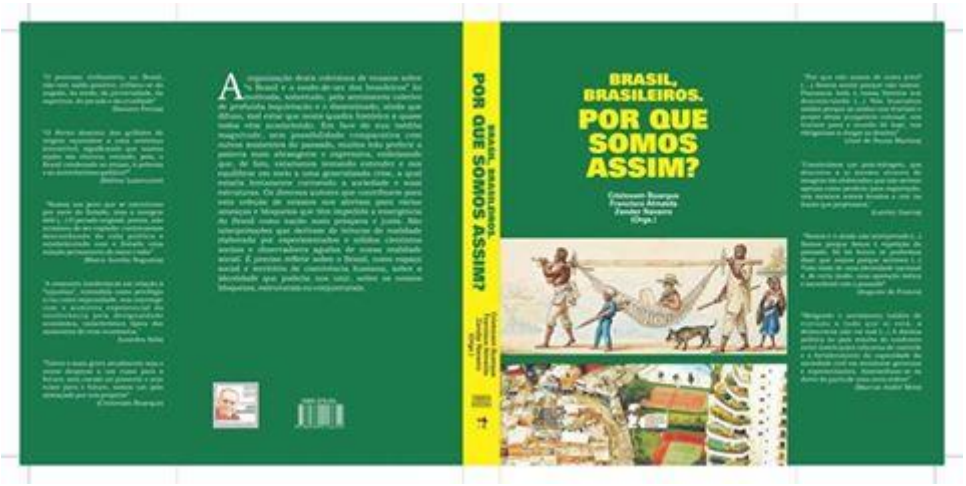
Tive a oportunidade de participar, com um ensaio, do livro: “Brasil, Brasileiros: Por que Somos assim?”, organizado e publicado pela FAP e pela Verbena Editora.

É uma coletânea de textos escritos por diversos intelectuais, que foram postos diante da intrigante questão de saber “quem somos nós, os brasileiros”. Os organizadores foram o senador Cristovam Buarque, o jornalista Francisco Almeida e o sociólogo Zander Navarro.

Na apresentação que prepararam para o volume, os organizadores observam que os diferentes autores convergiram para o reconhecimento de que certas características, mesmo transformadas, perduram nas relações sociais e políticas ao longo da história brasileira, de um lado impulsionando, de outro frustrando a aspiração por um país mais justo, igualitário e democrático. Compreender isso é um passo importante para orientarmos a mudança na direção desejada e encontrarmos saídas para a crise que nos ameaça o futuro.

O livro será lançado em São Paulo no próximo dia 14 de dezembro, na Fundação Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, será também realizado um diálogo entre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador Cristovam Buarque.

Data: 14/12/2017 a partir das 17 horas
Local: Fundação FHC - Rua Formosa, 367, 6º andar, São Paulo-SP. (11) 3359-5000
Recomenda-se fazer inscrição previamente.



28.Brazilian Portraits pages of the Skidmore Collection

http://library.brown.edu/collections/skidmore/portraits/

From 1962 to 2004, Thomas E. Skidmore traveled to Brazil on multiple occasions. His love of the country extended into his academic research, where he traced the political, economic, and cultural expansion of the nation as it developed into a world power. During his trips, Professor Skidmore observed

firsthand the significant changes wrought in Brazil throughout the twentieth century.

Professor Skidmore recently penned ninety sketches detailing his interactions with many influential Brazilians. His experiences reveal a diverse breadth of characters: presidents, writers, philosophers, hotel maids, and soldiers. Professor Skidmore shares both entertaining anecdotes about live interviews on television and insightful portraits of public figures handling the fluctuations of Brazilian government.

The collection of biographical sketches serves as a multidimensional look into Brazil and its people. Professor Skidmore's shrewd observations are an invaluable source for everyone interested in learning more about Latin America, particularly the complexities of Brazilian politics and social life.

Filter

show allacademicactivistdiplomateconomistentertainerhistorianjournalistlawyermilitaryordinary peoplepoliticianpublisherreligious figurewriter

Alberto Dines

A Prominent Afro-Brazilian

Américo Jacobina Lacombe

Antonio Candido

Caio Prado Júnior

Carlos Lacerda

Celso Furtado

Celso Lafer

Clodomir Viana Moog

Dom Hélder Câmara

Edson Nery da Fonseca

Erico Verissimo

Fernando Henrique Cardoso

Francisco Iglésias

General Golbery Couto E Silva

Gilberto Freyre

Gregório Bezerra

Hélio Jaguaribe

Isaac Kerstenetzky

Jô Soares

João Camilo de Oliveira Torres

João Cruz Costa

João Guimarães Rosa

José Antonio Gonsalves de Mello

Jose Honorio Rodrigues

José Olympio

Juscelino Kubitschek De Oliveira

Leonel Brizola

Luiz Carlos Bresser Pereira

Mauro Mota

Orígenes Lessa

Orlando Carvalho

Otto Lara Resende

Paulo Sérgio Pinheiro

Priscilla Kritz

Roberto Campos

Sérgio Buarque de Holanda

Thales de Azevedo

Victor Nunes

Wanderley Guilherme dos Santos

30. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)

Por uma periodização da produção cultural nos últimos quarenta *anos*

Carolos Guilherme Mota

1. Marcos da historiografia geral do Brasil

"A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a principio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época."

Antonio Candido, 1967

O roteiro ora apresentado procura indicar os momentos decisivos do processo de conhecimento histórico no Brasil, esboçando uma periodização plausível, apontando os temas predominantes em cada momento, bem como alguns traços metodológicos e os conteúdos ideológicos das principais produções. A analise da função social do historiador surgira a cada passo, ora em termos de constatação (quando para tanto dispusermos de informações) ora em termos de problemas. Os problemas, alias não são simples, mesmo quando os focalizamos em termos mais gerais. Exemplo? Escrevendo sobre os marginalizados social e culturalmente, um lucido critico brasileiro, Roberto Schwarz, indica em 1970 que a chamada “cultura brasileira” não chegaria a atingir c, com regularidade e amplitude, 50 000 pessoas num país de 90 milhões de habitantes. Não será difícil, a partir dessa referência, afirmar que a historiografia brasileira é altamente elitizante, sua elaboração ficando nas mãos de um seguimento social muito restrito, servindo no mais das vezes para recompor a saga das oligarquias em crise, ou justificar ação politica da hora. O oficialismo esterilizou em não poucas oportunidades o trabalho intelectual, propiciando o surgimento de uma historiografia cortesã – que, diga-se de passagem, não foi privilegio do Brasil. Portugal, por exemplo, foi um dos países que mais auto pagou o preço da esterilização cultural, acompanhada do êxodo de cérebros para outros centros de livre investigação critica. Não se trata apenas de um exemplo; configura, antes, uma advertência.

Nem mesmo a implantação de universidades verificada a partir dos anos 30 modificou significativamente o quadro dos estudos históricos. Registre-se, com Francisco Iglésias, que algumas das obras mais valiosas de História não foram escritas por historiadores, mas especialistas de outros campos. Podem ser apontados Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, na seara politica e no estudo social, respectivamente; e, mais recentemente, a obra de Celso Furtado, sobre a formação do Brasil, em perspectiva econômica.1 Note-se, nesse passo, que nem Caio Prado Júnior (provavelmente o historiador mais significativo do Brasil), José Honório Rodrigues e Sérgio Buarque de Hollanda tiveram suas formações e carreiras definidas pela vivencia universitária. Vale lembrar que também Gilberto Freyre não é fruto de vivencia universitário no Brasil, mas sim no Exterior. Só mais recentemente, de maneira quase excepcional, a universidade produziu contribuição significativa, critica, empenhada. No geral, quando as obras surgiram empenhadas (raramente surgiram engajadas), carregadas de potencial critico, seus autores não formam tolerados pelo sistema. Basta que se lembre que uma das mais brilhantes escolas de explicação histórico-sociológica centralizada em Florestam Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, Paula Beiguelman – talvez a única escola que se desenvolveu dentro do quadros acadêmicos – sofreu, após 1968,

aposentadoria coletiva, tendo sido elementos recrutados por universidades ou centros como a Sorbonne, Yale, Columbia, Toronto, Oxford, e o Colégio de México.

---

1 Cf. Anais da História. Faculdade da Filosofia, Ciências e Letras de Assis, São Paulo, p.46.O Autor, ao lado de José Honório Rodrigues, Stanley Stein, Emília Viotti da Costa, Odilon Nogueira de Mattos, Amaral Lapa, Dante Moreira Leite e poucos mais, vem realizando analises percucientes sobre a produção historiográfica no Brasil. Sejam registradas, como pontos de referências, as análises de Alice Canabrava, apresentadas no I Seminário de Estudos Brasileiros, e de Antonio Candido, sobre o significado de Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Hollanda, estudo realizado em 1967.

.....

A criação de Faculdades de Filosofia (data-base:1934) não propiciou, na primeira hora, a renovação dos estudos de História do Brasil. Visto em conjunto, o processo criativo favoreceu mais outras áreas de investigação, como Sociologia, Política, Antropologia, Geografia e Economia – marcadas, de resto, por uma vocação histórica significativa.2 De maneira geral, pode se concordar com Cecília West Phalen, para quem a proliferação de estabelecimentos de ensino superior onde selecionasse História do Brasil propiciou o recrutamento de docentes entre os eruditos locais, sem formação universitária (técnica, teórica e metodológica). “sobretudo os professores de História do Brasil, escreve Cecília West Phalen, catedráticos de primeiro provimento, que permaneceriam muitos por mais de 20 anos forma recrutados entre os membros dos Institutos Históricos e as Academias de Letra, não apenas totalmente despreparados como portadores de uma orientação superada.”3

Abolido recentemente, o regime de cátedras deixou entretanto marcas profundas nas formas de organização e convívio universitário, que se manifestam, frequentemente, no baixo teor de criatividade, inexistência de projetos articulados e sistemáticos de pesquisa, na dificuldade atávica de cooperação interdisciplinar. O trabalho permanece orientado para elaboração de monografias relativamente desimportantes e desarticuladas de problemas maiores, problemas que estimulam a investigação teórica e empírica em centros de pesquisa de outros países. Os grandes problemas e temas contemporâneos ficam, na melhor das hipóteses, soterrados sob uma grande quantidade de trabalho, inspirados na maior parte por um empirismo rustico cultivado tanto na universidade como fora dela. Esse empirismo inibe o pesquisador-docente para o debate critico com seus orientados, cada vez mais entorpecidos pelos poderosos princípios da cultura de massa. Tal entorpecimento explica o baixo movimento editorial, ficando preteridos grandes temas como dependência, estratificação e estruturas sociais na América Latina, relações de raça e classe discutidas em perspectiva histórica, processos de formação de consciência de classe, o problema da existência de um modo de produção colonial, modelos de explicação dos movimentos sociais na história América Latina.

---

2 Nota-se que os professores europeus que viveram nas missões culturais carregavam solida formação no campo da história. Geógrafos ou antropólogos, filósofos ou sociólogos, seus cursos e escritos não dispensavam a perspectiva histórica.

3 V.Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo, 1972. P.38.

Uma ultima reflexão previa, e não menos inquietante: em raras ocasiões a produção historiográfica logrou libertar-se de vínculos externos excessivamente pesados. Desde Varnhagem e Capistrano de Abreu, Autor esquemático e apressado, chegando aos representantes locais da História quantitativa (tendência que, no Brasil, assumiu caráter geralmente neocapitalista e, pretendendo limitar o estudo econômico e social à coleção de números, gráficos e curvas, despreza a análise qualitativa) a importação cultural configura um fenômeno permanente. Nos últimos tempos, o interesse despertado pela América Latina intensificou o desenvolvimento de estudo sobre o passado do Brasil, especialmente o passado recente. Nota-se que esses estudos vêm sendo conduzidos por equipes cujos pólos principais se situam nos Estados Unidos ou Europa (França, sobre tudo). Da superioridade técnica e matéria dessas equipes já se conhece o suficiente para indicar o atraso esmagador da pesquisa histórica do Brasil.4 O convívio com representantes dessa vaga de pesquisadores – para os EUA, conhecidos pelo termo *brazilianists* – permite verificar as deficiências de técnicas e de infra-estrutura para o desenvolvimento das investigações, da mesma forma que as carências de metodologia se revelam no convívio com os colegas franceses. As Faculdades de Filosofia, ao menos como projeto poderão sanar alguns desses problemas, mas ainda houve, como dia Cecília West Phalen, um debruçar efetivo dos historiadores universitários brasileiros sobre a História do Brasil.

No plano da Historiografia, em termos de importações, continua-se a copiar ou glosar, nesta área periférica, os aspectos mais exteriores das produções dos centros Hegemônicos. Sobre o tem, muito haveria a comentar: o debate ficaria definido pela temática dependência/independência cultural, o foco central estando centrado no estudo das *condições de produção* de obras de história do Brasil maduras e originais. Não descartando o problema, que é grande e atinge a todos que se ligam aos estudos da Ciência Social na América Latina, firmamos nossa posição através da formulação perfeita de Antonio Candido, e que poderia igualmente servir de epígrafe para sua abordagem:

“Um estagio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciadas não por modelos estrangeiros, mas por exemplos nacionais anteriores”5

---

4 O roteiro mais completo sobre a pesquisa histórica do Brasil é de autoria de José Honório Rodrigues. A pesquisa histórica no Brasil. 2°ed. São Paulo. Cia. Ed. Nacional, 1969. Obra de referência obrigatória.

5 Em “literatura e subdesenvolvimento”. Revista argumento. São Paulo. Out. 1973. N°1,p.17.

Os Marcos do Progresso

Na comunidade dos historiadores de oficio, a historia da Historiografia geralmente e considerada o mais difícil dos gêneros. Dadas suas características e implicações, pressupõe que o analista reúna conhecimentos de metodologias, teoria da História e teoria das ideologias. E de História, naturalmente. Dai o tom de proposta para debate desta tentativa de interpretação: uma plataforma para futuras explorações.

No plano específico da história da Historiografia brasileira, a proposição de uma *periodização* plausível torna-se, em si mesma, empresa arriscada não só pela complexidade do tema, como pelo, relativamente baixo, índice de crítica historiográfica. Numa palavra, o comentário, a polemica, a resenha critica pouco marcaram os ambientes em que se exercitaram os aplicadores do nosso passado. Se a crítica, no plano da literatura, não se instaurou plenamente, ficando seu exercício restrito a três ou quatro periódicos de traços provincianos, 6 no plano da historiografia os sinais não são animadores. Raras as frentes em que o exercício da crítica historiográfica se exerce: por um lado, revistas mais consequentes como a *Revista Brasiliense* (dirigida por Caio Prado Júnior), ou a *Revista Civilização Brasileira* (dirigida por Ênio Silveira), ou *Anhembi* (dirigida por Paulo Duarte) deixaram de circular na última década,7 por outro lado, os antigos “explicadores do Brasil” permaneceram extremamente zelosos em relação a sua produção.8 Por essas razões torna-se difícil reconstituir através de resenhas polemicas e estudos, o rastilho dos debates que indicariam uma tendência ao maior (o menor) amadurecimento no plano da produção historiográfica. Produção que não pode ser analisada adequadamente se desvinculada de outras frentes de atividades intelectual e política. As vicissitudes da produção historiográfica somente poderão ser compreendidas em sua complexidade após o estudo acurado dos impactos das obras sobre o meio intelectual – a ser realizado através da crítica. Afinal, muitos foram os trabalhos que não tiveram repercussão imediata, 9 da mesma forma, outros, que atestaram plena maturidade cultural, permaneceram bibliografia restrita e reduzidíssimos estamentos intelectuais.10

---

6 Hoje, as publicações um pouco mais “ousadas”, como Argumento, encontram problemas com a censura.

7 Mencionem-se revistas que ainda permanecem em atividade, embora por vezes com pequena tiragem e intermitentes: Dados, Discurso, Estudos CEBRAP, entre outras. Mais permanentes são a Revista da História (SP), Revista Brasileira de Estudos Políticos (MG) e Ciência e Cultura (SP). A Revista Brasileira de Ciências Sociais, de excelente nível, publicada em Minas Gerais desapareceu em 1964. E, em 1975, Debate e Critica.

8 Em algumas ocasiões, rancores pessoais transformarem-se em denúncias de ordem política, pelo que se depreende do parecer que o historiador A. J. Lacombe Exarou sobre obra de Nelson Werneck Sodré e equipe. Cf. Revista Civilização Brasileira. Cet.1965. nº4. P.78et.seqs. Sobre a formação do diretor da coleção Brasiliana, consulte-se o recente artigo de Hélio Trindade "Olinio Salgado e a Revolução de 1930: Antecedentes da **AIB**" na Revista Brasileira de Estudo Políticos. Minas Gerais, jan.1974.n°38.p.15/17. Observe-se, a propósito, que não foram poucas as vezes que tendências autoritárias marcaram a produção historiográfica brasileira.

9 É o caso da obra de Vitor Nunes Leal, Coronelismo, Enxada e Voto, Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948, só reeditada em 1975.

10 É o caso, em certa medida, do importante Visão do Paraiso de Sérgio Buarque de Hollanda. São Paulo, 1958.

Ao tentar-se o esboço dos momentos mais significativos da Historiografia brasileira nos últimos quarenta anos, não se pode deixar de mencionar as dificuldades acima, sob pena de se recair na velha tradição historicista em que o simples arrolamento de "escolas" que se "influenciam" fica erigido em conhecimento cientifico. Embora em termos de esboço, e levando em consideração apenas os momentos em que obras significativas vieram à luz, podem ser indicados cinco momentos decisivos:

a. **Redescobrimento do Brasil (1933-1937).**
b. **Primeiros frutos da Universidade (1948-1951).**
c. **Era da ampliação e revisão reformista (1957-1964).**
d. **Revisões radicais (1964-1969).**
e. **Impasses da dependência (1969-1974).**

a. **Redescobrimento do Brasil** (1933-1937)

O redescobrimento do Brasil pode ser registrado na própria sucessão das produções historiográficas posteriores à Revolução de 1930. A Revolução, se não foi suficientemente longe para romper com as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira – já arranhadas pela intelectualidade que emergia em 1922, com a Semana de Arte Moderna, de um lado, e com a fundação do Partido Comunista, de outro ponto assim como no plano da política, na seara historiográfica novos estilos surgiram, contrapondo ás explicações autorizadas de Varnhagem, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna concepções até então praticamente inéditas e que soariam como revolucionaria para o momento. A historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838), vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e seu passado. Esse momento e marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Hollanda (1936) e Roberto Simonsen (1937).

A obra que certamente representa o inicio do redescobrimento do Brasil é a de Caio Prado Júnior, Evolução Política do Brasil (1933), anunciando “um método relativamente novo”, dado pela interpretação materialista. Organiza informações de maneira a não incidir e esgotar o enfoque “na superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governo e governantes; invasões ou guerras”. Para o Autor, esses acontecimentos constitui apenas um *reflexo* (termo que parasitará muitas das explicações posteriores) exterior daquilo que se passa no intimo da História. Redefiniu a periodização corrente, valorizando os movimentos sociais como Cabanada, Balaiada e Praieira e demonstrando que “os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes se não na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes em cujo beneficio se faz a História oficial”. Uma critica vigorosa à historiografia oficial fica estabelecida de maneira sistemática e fundamentada, ao mostrar que autores difundidos como rocha pombo em volumes alentados, dedicavam simples notas de rodapé a movimentos do porte da cabanada (Pará, 1833-1836).

A preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico, colocava em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. É o início da crítica a visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha: *com as interpretações de Caio Prado Júnior, as classes emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira – enquanto categoria analítica.*

Mais divulgada e comentada a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933), atingiu ampla popularidade pelo estilo corrente e anticonvencional; pelas teses veiculadas sobre relações raciais sexuais e familiares; pela abordagem espirada na antropologia cultural norte-americana e pelo uso de fontes ate então não consideradas. A critica mais recente não se demora em duvidar do caráter racista da obra na valorização dos traços mestiços da população brasileira. Se, antes, Oliveira Vianna considerava de forma negativa a mestiçagem, Gilberto Freyre agora a considera de forma positiva.11 De mais, operando com noções como as de eugenia, branquidão, modernidade, passou a elaborar teses sobre a adaptação adequada de nossa cultura aos trópicos, o Brasil representando um país com poucas barreiras à ascensão de indivíduos pertencentes a classes ou grupos inferiores. Um de seus críticos mais radicais, Dante Moreira Leite, indica que a deformação mais visível da obra de Freyre “decorre da história dos últimos trinta anos onde se deve incluir a nossa história intelectual. Quando Gilberto Freyre publicou Casa Grade & Senzala, em 1933, o livro foi interpretado como uma afirmação corajosa de crença no Brasil, no mestiço e no negro, sobre tudo se pesamos no prestigio de um escritor como Oliveira Vianna e no predomínio das doutrinas racistas que dariam base ideológicas ao nazismo. Hoje, com a independência dos povos africanos e com

a luta dos negros norte-americanos pelos seus direitos civis, a posição de Gilberto Freyre parece inevitavelmente datada e anacrônica. Finalmente, as posições politicas de Gilberto Freyre – tanto no Brasil como em relação ao colonialismo português na África – contribuíram para identifica-lo com os grupos mais conservadores dos países de língua portuguesa e para afasta-lo dos intelectuais mais criadores. Disso resulta que Gilberto Freyre é hoje, pelo menos no Brasil, um intelectual de direita, aceito pelos grupos no poder, mas não pelos jovens intelectuais."12

11 V. A critica de Emília Viotti da Costa, nos Anais do I Seminário de Estudo Brasileiros. 2º v.p.55.

12 Dante Moreira Leite, O Caráter Nacional Brasileiro. 2° ed. refundida. São Paulo, liv. Pioneira Ed.,1969.p.271.

Embora não se possa deixar de considerá-lo um ideólogo da "cultura brasileira" diga-se, a favor do Autor de Casa Grande & Senzala, que sua obra representava uma ruptura com a abordagem cronológica clássica, com as concepções imobilistas da vida social do passado (e do presente). Pra o momento que surgiu, Casa Grande & Senzala deslocava a importância de obras "antecipadoras" como as de Oliveira Vianna, ofuscando o ambiente intelectual e provocando a celeuma que pode ser acompanhada através das aspersas respostas dadas pelo Autor à crítica mais reacionária (inclusive proveniente de setores do clero).A obra de Freyre teve o peso de uma denúncia do atraso intelectual, teórico, metodológico, que caracterizava os estudos sociais e históricos no Brasil. Ao bacharelismo, à cultura estagnada, suas analises contrapunham uma interpretação livre e valorizadora dos "elementos de cor" – enfaixadas numa obra de difícil classificação dentro dos moldes convencionais e compartimentados (Economia, História, Sociologia, Antropologia, etc.). O enquadramento e a localização teórica de Freyre era difícil, porque o tipo de explanação adotada pelos "explicadores do Brasil" nãos se limitava a um campo especifico: ainda quando tratam de uma região especifica, generalizam as conclusões para o Brasil como um todo; e quando são especialistas em um ou dois séculos, extrapolam suas teses e conclusões para todos os tempos. Sob a capa de u tratamento cientifico, às vezes buscando instrumental na Antropologia e na Sociologia, deixam escorrer sua ideologia – como é o caso do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. O livro maior de Freyre não se prestava, assim, a enquadramento rígido nas bibliografias acadêmicas. Talvez pela teima dialética em se considerar escritor apontada por Antonio Candido,13 sua interpretação conseguiu ofuscar alguns dos principais historiadores que tentaram aborda-lo, como José Honório Rodrigues, Amaro Quintas e, no Exterior Thomas Skidmore. 14 Só muito recentemente a crítica conseguiu avaliar com maior equilíbrio e profundidade a obra: registrem-se as posições de Antonio Candido, Dante Moreira Leite, Emília Viotti da Costa e, mais desafiadora, de Verena Martinez-Alier,15 todas posteriormente a 1967.

A terceira grande obra desse momento, Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Hollanda, transformou-se num clássico, embora de menor repercussão na época .Trazia em seu bojo a crítica (talvez demasiado erudita e metafórica para o insipiente e abafado ambiente cultural e politico da época) ao autoritarismo e ás perspectivas Hierárquicas sempre presentes nas explicações do Brasil. Lembre-se , nesse passo, que o Brasil transitava para o fechamento das critica nas estruturas do Estado Novo (1937-1945), e que o debate intelectual estava polarizado por revistas de direita como Política (de São Paulo), Hierarchia e Revista de Estudos Jurídicos e Sociais (do Rio de Janeiro). Até mesmo a extrema-direita já se impunha ao debate, provocando desalento nos quadros do liberalismo oligárquico. Raízes do Brasil, cujo significado foi estudado brilhantemente por Antonio Candido, em 1967, forneceu aos jovens “inclinações importantes para compreenderem o sentido de certas posições politicas daquele momento, dominado pela descrença no liberalismo tradicional e a busca de soluções novas. “ 16 A inspiração teórica registrava a afinidade do Autor com a perspectiva culturalista alemã temperada pelos avanços da metodologia francesa no plano da Historia Social. Um dos maiores estilistas brasileiros, o Autor se notabiliza pelo "ritmo despreocupado e as vezes sutilmente digressivo” quase, ainda na justa avaliação de Antonio Candido, representou um verdadeiro “corretivo à abundancia nacional”, cuja retórica bacharelesca marcava a produção política, literária e interpretativa da época.

Obra de difícil classificação, dentro dos padrões tradicionais, reúne e combina elementos retirados da História Social, da Antropologia, da Sociologia, da Etnologia, e da Psicologia. Como a de Gilberto Freyre, propõe até hoje problemas para o analista: segundo Emília Viotti da Costa, seria um trabalho de Psicologia Social, 17 ou simplesmente uma obra ideológica sobre o caráter nacional brasileiro, cujo foco estaria localizado na descrição intuitiva do brasileiro de classe alta, 18 segundo Dante Moreira Leite.

A crise da ordem oligárquica, com a revolução de 1930, provocou a elaboração do conjunto de reflexões que atingiria seus pontos mais altos nas obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda. Novas formas de percepção e ajustamento à ordem vigente foram elaboradas – e não será difícil encontrar o saudosismo aristocrático perpassando as reflexões de ambos. Não parece o caso de Caio Prado Júnior, que ultrapassou o momento.

---

16 “o significado de Raízes do Brasil.” In: Raízes do Brasil. 6ª. ed. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Ed., P. XII.

17 V. Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros. 2ª v. p. 57.

18 Op. Cit. P. 291-92. Deixamos de lado considerações sobre o quadro ideológico em que foi gerada a noção de “homem cordial”, superada pelo próprio curso da História do Brasil . . .

O momento é o da descoberta das oligarquias, em sua vida social, política, psicológica, intima. A mestiçagem passa a ser valorizada, numa erudita procura de convergência racial cordial. Nesse mesmo tempo, o Brasil urbano-industrial já vem despontando na Historiografia, através da produção docente e analítica do empresário paulista Roberto Simonsen, cujo livro História Econômica do Brasil (1937) será um marco na história da Historiografia econômica. A volta ao passado, em perspectiva econômica, para a busca das verdadeiras raízes, entretanto, estava sendo realizada por Caio Prado Júnior, que forneceu obra de maioridade dos estudos históricos entre nós, a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), um balanço do período colonial, magistralmente elaborado, discutindo o sentido da colonização e os componentes do sistema colonial, para avaliar suas perspectivas na vida brasileira. Em pleno Estado Novo, surgia essa obra renovadora, empenhada, com metodologia explicita e maduramente aplicada. A obra de Caio Prado Júnior, possivelmente é a melhor de quantas elaborou, embora não tenha sido publicada nos marcos do momento de redescobrimento do Brasil de nossa cronologia (1933-1937), tecnicamente pode nele ser enquadrada, se considerarmos o período da gestão da obra, quando o Autor militava na vida politica brasileira e internacional. Para tanto bastará recordar sua participação na Guerra Civil Espanhola. E o terceiro livro do Autor, o outro marco no conjunto das grandes obras de interpretação surgidas nessa época, já estava em projeto (anunciado desde 1933): trata-se da História Econômica do Brasil (1945), fruto do mesmo momento político e intelectual.

Visto agora no conjunto da produção da época, o livro de Caio Prado Júnior, em que pesem alguns deslizes dados por fórmulas e valores pouco satisfatórios que perpassavam *intelligentsia* em geral*, 19* tem efeito corretivo, em termos de perspectiva, sobre o estudioso da vida cultural e politica da primeira metade do século XX no Brasil: faz recuar para um terceiro plano obscuro trabalhos como

os de Paulo Prado, *Retrato do Brasil* (1928), Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante* (1929), ou, Cassiano Ricardo, *Marcha para o Oeste* (1943).

E apara um segundo plano de estudos contemporâneos como os de Fernando Azevedo, *A Cultura Brasileira* (1943) e Nelson Werneck Sodré, *Panorama do Segundo Império* (1938). E, vale enfatizar, estas obras apesar de tudo, contrapunham-se a extrema mediocridade da Historiografia rançosa produzidas pelos Institutos Históricos e Geográficos e nas academias de província.

19 No clássico livro de Caio Prado, *Formação do Brasil Contemporâneo,* encontram-se referencias á "empresa do colono branco, que reúne à natureza prodiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. "7ª ed. p. 25. Claro que se trata de um deslize: basta que se leia o capítulo sobre "raças", para perceber o dimensionamento dado ao tema.

No plano da Historiografia estrangeira concernente ao Brasil, registra-se, nesse primeiro momento, a obra de Alan Krebs Manchester, *British Preeminence in Brazil (*1933), de grande significado para o estudo da inserção do Brasil nos processos de expansão colonialista portuguesa e imperialista inglesa. Trata-se de obra mestra, praticamente inaugural para estudos de dependência.

b. **Primeiros frutos da Universidade** (1948-1951)

Se o primeiro momento da produção historiográfica mais significativa do século XX no Brasil não está diretamente marcado pela vivencia universitária de seus autores, que regra geral, estudaram no Exterior, no segundo momento poderá ser consignada a primeira florescência significativa da Universidade. De fato, foi no final dos anos 40 que os resultados do labor universitário se fizeram sentir. Até então, já se disse alhures, a pesquisa histórica das Faculdades de Filosofia, criadas na década de 30, não apareceu um enriquecimento imediato, mas sim um descaminho. Em São Pulo, onde se instalou o núcleo mais importante de pesquisa no Brasil (1934), com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – núcleo da Universidade de São Paulo –, não foi na primeira hora que se sentiram os efeitos da renovação – notados em Geografia, Sociologia, antropologia e mesmo em História Geral. As missões culturas francesas, italianas etc. propiciaram a vinda de mestres – ou de futuros mestres – do porte de Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, P. Monbeig, R, Bastide, Ungaretti, criando uma tradição de raízes profundas e fisionomia marcada. Não será exagero afirmar que muitas carreiras universitárias de europeus (franceses notadamente) tiveram nestes "tristes tópicos" seu início. O modelo francês, que sempre impressionara a aristocracia rural do século XIX, voltava a ser utilizado, e de maneira metódica. De resto, a uma sociedade mais urbanizada deveria

corresponder uma Universidade *à la page*; a uma universidade nascida no momento da crise da oligarquia, os valores que lhe garantiam *permanência* ainda eram os de orientação francesa. O peso de Proust na Literatura, de Comte, Taine e Bergson na filosofia, de Seignobos e Malet-Isac na História, de Vidal de *la Blanche* na Geografia, ainda não foi devidamente avaliado na formação ideológica das elites intelectuais criadas a sombra do interventor Armando Salles de Oliveira.

Será por volta de 50/51 que algumas produções vão se delinear, prenúncios de uma eclosão que terá lugar dez anis depois, no período do reformismo desenvolvimentista, colocando a testa do processo cultural e político alguns de seus autores, 20 ou elementos que foram discípulos dessa vaga de professores e pesquisadores(bastará pensar na ação teórica de personagens como Celso Furtado e Darcy Ribeiro). Obras mais expressivas dessa fase são as de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada, Voto (1948),* João Cruz Costa, *O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil do Século XIX e a Evolução Nacional (*1950), e Alice Piffer Canabrava, *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo*, 1861-1875 (1951).

Possuindo traços teóricos, temáticas estilos bastantes distintos entre si, contem entretanto, alguns pontos em comum: procuram libertar-se seja da perspectiva mitológica, bandeirista, tipificadora dos Institutos Históricos seja da orientação factualista ingênua, marcada entre nós pelo positivismo científico de Langlois-Seignobos. Victor Nunes Leal, mineiro e professor universitário no Rio de Janeiro, produziu trabalho por muito tempo modelar para o estudo para os estudos da vida política no Brasil rural - o que era importante para a primeira divisão dos estudos sociais no Brasil, descobrindo-se o rural, com estilos de organização e dominação política e social que muito se diferenciavam do urbano. Abriu ampla vaga de estudos sobre o coronelismo, numa época em que, no plano da ideologia das elites, a “modernização” esbarrava nas estruturas do Brasil “arcaico”, “rural”, “feudal”, “tradicional” e para retomar a terminologia das explicações dualistas no Brasil e que terão plena expansão nessa década.

Cruz Costa um dos pioneiros da Faculdade de Filosofia de São Paulo, centrando a reflexão filosófica diretamente na realidade brasileira, já esboçara em 1945 um balanço preliminar intitulado A Filosofia no Brasil. Ao contrário de muitos de seus antecessores (e alguns sucessores), volta-se Cruz Costa para a história do pensamento no Brasil buscando captá-la em suas conexões com a “história universal”, procurando constantes no sentido emprestado à atividade dos portugueses e brasileiros - que não revelam, segundo escreve, vocação para especulação sobre problemas desvinculados no interesse imediato. Não faz a história filosófica biografizante, e nisso reside mérito assinalável: foge ao esquema simples e difundido do tipo “vida e obra”. Preocupado preocupado com “o sentido do que realmente somos”, é na história do pensamento que vai buscar a chave. Para Cruz Costa, o “pensamento é sempre produto surtil da atividade

de um povo". Esse tipo de proposta faz com que ultrapasse os limites da história e événementièlle, característica do período anterior.

---

20 Dessa época é o Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros (1949) de cunho semi-acadêmico, bem como a tese de Florestan Fernandes A Função Social da Guerra entre Tupinambá, de grande interesse para o historiador.

De 1951 é a tese de Alice P. Canabrava. Surgiu calibrada por uma temática fértil e com domínio de técnicas que a qualificariam para servir como ponto de referência nos estudos históricos universitários. Preocupada com o desenvolvimento da cultura do algodão em São Paulo no século XIX, não desvincula os processos internos da conjuntura mais ampla, internacional, em que se produziram, A Gerra Civil nos EUA e a presença de interesses ingleses compõem a trama desse trabalho sólido, moderno, que inspiraria uma linhagem praticamente desconhecida entre nós: a de monografias de base, sobre temas fundamentais, conduzida segundo técnicas menos empiristas. Mencione-se, lateralmente, suas pesquisas sobre o açúcar das Antilhas, o comércio do Prata e, mais recentemente Demografia Histórica e Historiografia.

As três obras acima podem ser tomadas como amostras eficazes e marcam decisivamente o segundo momento por nós indicado. Considerada a produção universitária, que começa a se fazer presente, vale mencionar que os anos 50 vão assistir à produção de teses do nível das de Eduardo d'Oliveira França, Portugal na Época da Restauração (1951), onde coloca problemas de método para a elaboração historiográfica - problemas que serão ampliados nessa década de maneira significativa. Inspirado na Escola Francesa dos Annales21 e bastante marcado por Lucien Febvre, Oliveira França busca em seu estudo "o perfil daquele homem que colonizava o Brasil", tentando desvendar os traços básicos de sua mentalidade, no momento crítico da história de Portugal, com seus mitos sebastianistas, ideias aristocráticas de vida, frustrações estilo barroco. E colocando problemas de método a cada passo. Como Febvre.

21 Dentro dos quadros acadêmicos, ainda anestesiados pelo fascismo do Estado Novo, Oliveira França produziu um dos poucos trabalhos de pesquisa que não obedeceu ao estilo chocarreiro ou triunfalista. Trata-se de O Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo, de 1946 em que se contesta entre outras coisas, a existência de feudalismo na colonização do Brasil, comparando o sistema de capitanias com o regime feudal de modelo francês - idéia que será retomada pelos dualistas em geral, uma década mais tarde. Na introdução ficam visíveis as marcas deixadas pelo período anterior. "À minha geração, diz que o Autor, cumpre empreender uma busca pela redescoberta do Brasil em que uma conspiração de inércias contra o pensamento livre timbra ocultar. " p. 10.

Nessa faixa de teses acadêmicas de bom nível poderiam ser mencionados outros trabalhos, e entre eles se encontraria certamente o de Olga Pantaleão, sobre a penetração inglesa nas Américas. Mas digna de registro nesse momento parece a Revista de História, da Universidade de São Paulo. Sob a direção de

Eurípedes Simões de Paula - como Cruz Costa, da primeira turma da Faculdade de Filosofia - ganhou impulso e funcionou nesses anos 50 como verdadeiro pólo centralizador da produção local, acolhendo resultados de pesquisas e reflexões de grande quantidade de mestres estrangeiros e de outros Estados. A interdisciplinaridade, meta da Faculdade de Filosofia concretizou-se nesses anos na Revista que, além de ser a mais importante no setor de Ciências Sociais, fora criada sob a inspiração da revista Annales, sabidamente aberta as diversas disciplinas que estudam o homem em sociedade.

c. **Era de ampliação e revisão reformista** (1957-1964)

Os anos 50 correspondem a um período de grande efervescência nos estudos sociais do país. Inicia-se sobre a égide dos trabalhos acima mencionados, em que se inclui o Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros (1949), com balanços de Caio Prado Júnior, Alice Canabrava, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Otávio Tarquínio de Souza, Rubens Borba de Moraes e a participação de Odilon Nogueira de Mattos na parte de História; e encontrará sua plena expressão no final da década com o surgimento de trabalhos do porte dos de Celso Furtado, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Hollanda, visão do paraíso (1959). Um novo sopro, entretanto, já estará se fazendo sentir com o surgimento de produções da escola de Florestan Fernandes, notadamente Metamorfoses dos Escravos, de Octavio Ianni, escrito em 1960 e 1961 e publicado em 1962, e Capitalismo e Escravidão, de Fernando Henrique Cardoso, nas mesmas datas, os trabalhos que constituem o prenúncio de uma nova concepção de ciência Social no Brasil. Raramente, aliás se poderá empregar com precisão o termo “escola” no estudo das tendências histórico-sociológicas como neste caso.

Não será exagero afirmar que, nesse momento, encontram-se alguns divisores de águas, com os traços significativos das principais tendências do pensamento histórico, político e cultural no Brasil. Cada tendência corresponde a uma vertente importante da maneira pela qual os historiadores se debruçam sobre a realidade do país. O planejamento desenvolvimentista, típico do período juscelinista, estará representado na obra de Celso Furtado; a concepção culturalista, no livro de Sérgio Buarque de Hollanda; o nacionalismo estará expresso na produção do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), embebido nas teorias dualista de explicação da “realidade nacional” (“as soluções adequadas à realidade nacional”) acolhendo tanto as análises marxistas ortodoxas de Nelson Werneck Sodré, como as veiculadoras por vezes de idéia do progressismo da “burguesia nacional”, com as de Wanderley Guilherme e Ignácio Rangel; os textos de José Honório Rodrigues representariam, nesse contexto, a vertente erudita do trabalhismo getulista, opondo-se de maneira candente à produção elitista dos Institutos Históricos e

Geográficos, e ao saber esclerosado - um “modernizador” nacionalista e pugnador do revisionismo historiográfico. Hélio Vianna, representando a abordagem tradicionalista e arcaica, pode ser considerado a antítese do “revisionismo” de José Honório. Mencione-se, ainda, Raymundo Faoro, com o livro Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro (1958) que se tornará clássico, colocando seu Autor na vertente weberiana de explicação do Brasil, em perspectiva histórica.

Trajetória que merece referência especial é a de José Honório Rodrigues. Muito de sua produção data dos anos cinquenta, como A Pesquisa Histórica no Brasil, que é de 1952. Mas será nos anos sessenta que encontraremos o pesquisador erudito e de gabinete, metamorfoseado em polemista agressivo e embarcado nos grandes debates do tempo. O Autor de Aspirações Nacionais. Interpretação Histórico-Política (1963) deixa entrever o historiador engajado nos problemas de seu tempo. Aspirações Nacionais compõe-se de dois ensaios que foram lidos como conferências na Escola Superior de Guerra, entre 1957 e 1964. Está articulado a seu outro livro *Conciliação e Reforma* (1965). Pugnador do “revisionismo” da Historiografia brasileira, colocou em xeque nesse segundo livro as teses clássicas sobre o Brasil e o “caráter nacional” do “brasileiro”, mostrando que a História do Brasil foi, no conjunto, uma história cruenta. Sua radicalização, sempre dentro de parâmetros liberais e nacionalistas, leva-o a pensar (no prefácio à 4ª edição de Aspirações Nacionais, 1970) que toda a história política do Brasil, e não apenas a política atual, se caracteriza "não como modelo ou consenso social, ou um campo de controvérsia, mas como um exemplo de omissão" (p. 8). José Honório, um dos maiores pontos de referência em Historiografia e Arquivística, produziu dois livros de excepcional importância para teoria e pesquisa em História do Brasil: Teoria da História do Brasil (São Paulo, 1949, 1957 e 1969) e A Pesquisa Histórica no Brasil (Rio de Janeiro, 1952 e São Paulo, 1969). Pelo interesse do tema e pela trajetória do Autor, mereceriam consideração à parte neste balanço, num ambiente em que o pensamento historiográfico pouco se debruçou sobre a si mesmo para avaliação. Dada a falta de condições, trabalhando à margem das Universidades, não deixou propriamente a propriamente uma escola - o que não significa necessariamente um demérito, uma vez que muitos catedráticos desse período também não o fizeram, tendo condições institucionais e financeiras para tanto.

Nos quadros acadêmicos, a escola mais inspirada do pensamento sociológico e histórico estará surgindo, com a colaboração por vezes de investigadores estrangeiros como Charles Wagley e Roger Bastide, em torno de Florestan Fernandes. Vistos em perspectiva, pode-se dizer, aliás, que Florestan Fernandes e Antônio Candido, ambos da Faculdade de Filosofia de São Paulo e ex-Assistentes de Fernando de Azevedo, catedrático de Sociologia e autor de A Cultura Brasileira, representam em áreas distintas (Sociologia, Antropologia e História, Florestan; Sociologia, Antropologia e Teoria Literária, Antônio Candido)

os dois principais pesquisadores que dão o elo intelectual entre a geração dos antigos catedráticos (Fernando de Azevedo, Cruz Costa, Sérgio Buarque de Hollanda) e a nova, representada por Octávio Ianni, F. C. Cardoso, Roberto Schwarz, Maria Sylvia C. Franco, Juarez Lopes, L. A. Costa Pinto, Emília Viotti da Costa, J. A. Giannotti.

Nos anos cinquenta e sessenta, serão dois dos mais ativos e incentivadores da vida universitária e cultural, com atitudes consequentes, empenhadas e austeras, pouco efeitos ao reformismo desenvolvimentista, às explicações dualistas e aos nacionalismos culturais - ora difusa, ora pesadamente alimentados e/ou endossados pelas esquerdas. Todo seu labor pode ser acompanhado através de intensa produção. Antonio Candido, em 1954, defendera tese (doutoramento) sobre Os Parceiros do Rio Bonito; tendo como ponto de partida o desejo de examinar as relações entre literatura e sociedade, acabou por estudar a "decomposição da vida do caipira" e a situação crítica do trabalhador rural - estudo ao qual não falta perspectiva histórica. Mas será em 1957 que Antonio Candido dará a primeira interpretação verdadeiramente renovadora, em termos de perspectiva histórica, da formação da literatura brasileira, em seus momentos decisivos. Nota-se que, no ano seguinte (1958), Faoro surgirá com sua obra sobre a formação histórica do patronato político brasileiro e Furtado (1959) com a formação econômica do Brasil. Os estudos em que a perspectiva histórica era um elemento essencial vinham para linha de frente. Pode-se dizer que com esses três trabalhos, para não mencionar outros, os estudos históricos passaram por uma fase e mais avançada; embora não fossem historiadores de ofício - e talvez por isso mesmo - conseguiram fornecer uma visão *integrada* da História do Brasil, no plano da literatura, da política e da economia. Visão integrada e sistemática. Anteriormente, só Caio Prado Júnior, talvez, a tenha conseguido, em sua História Econômica do Brasil.

Centralizada em Antônio Cândido, desenvolveu-se uma constelação com uma certa concepção de trabalho intelectual que, embora guardando traços da antiga elite paulistana e mineira, se distancia muito dos parâmetros pedestres da vertente populista, representada na hora de um Nelson Werneck Sodré. Terá seus elementos mais radicais num Paulo Emílio Salles Gomes, mais moderados no Décio de Almeida Prado, ou mais propriamente universitários no falecido Professor Lourival Gomes Machado, os quais de uma maneira ou de outra, mais cedo ou mais tarde, produziram trabalhos com visível apelo ao histórico: mais cedo, com Lourival Gomes Machado, estudando o absolutismo e o barroco no Brasil do século XVIII; mais tarde, com Décio de Almeida Prado estudando a vida do homem de teatro, João Caetano . Da chamada geração *Clima*, Décio de Almeida Prado seria também, mais tarde, o diretor por muitos anos do "Suplemento Literário" de O Estado de S. Paulo, onde boa parte da produção literária, sociológica, historiográfica, etc. era adequadamente analisada. Do "Suplemento" participaram quase todos os principais representantes das

diferentes correntes de pensamento entre nós, ao menos até por volta de 1964. Hoje, mais empenhado no debate sobre dependência cultural, permanecem Antonio Candido e Paulo Emílio.

Este grupo, embora propriamente paulistano, possui ramificações significativas, e não pode ser circunscrito a uma só região e especialidade: em Minas gerais, o historiador Francisco Iglésias, especialista da história política de Minas gerais no século XIX e autor de H*istória e Ideologia* (1971), mantém vínculos com o conjunto, pelas afinidades intelectuais. Ainda em São Paulo, o crítico de teatro Sábato Magaldi elaborou uma excelente história panorâmica do teatro no Brasil. E, um dos melhores dramaturgos brasileiros, Jorge Andrade, integra-se nesse grupo: o grande sentido do histórico em sua obra teatral é bastante conhecido para ser esmiuçado aqui. O principal representante da crítica da nova geração, Roberto Schwarz, discípulo de Antonio Candido, analista bastante empenhado, não hesitou em partir, para a compreensão da vida social e intelectual do Brasil, em busca do passado: boa amostragem está em “As ideias fora do lugar", 22 texto-chave para o deciframento de nossa história literária pelo flanco histórico-sociológico.

---

22 Estudos CEBRAP. jan. 1973, nº 3.

Se apontamos que a escola de Florestan Fernandes representou um sopro de renovação nos estudos históricos, foi pelo efeito-contraste dos escritos do grupo - não só veiculadores de metodologia renovadora e de inspiração dialética, como é expressões de identificação austera com as melhores posições políticas do momento. Embora Florestan Fernandes não tenha produzido a essa época, como o fez Antonio Candido para a literatura, uma visão integrada e sistemática da formação social do Brasil, marcou entretanto sua trajetória acadêmica pela busca incessante de soluções aos problemas das relações raciais e de classe e pela instauração de padrões mais sólidos de pesquisa científica. Dessa época (1960) é sua coletânea *Mudanças Sociais do Brasil*, de grande impacto, ao lado das obras de seus discípulos Octavio Ianni e F. H. Cardoso, já mencionadas. 23 Desde 1955 coordenou um programa amplo de investigações sobre a sociedade escravocrata e o negro no Brasil Meridional, com pesquisadores de primeira plana, levantando problemas fecundos de métodos, técnicas e interpretação, que nutriam o amplo debate interdisciplinar que estava na base da redefinição de trabalho sociológico e historiográfico entre nós. A obra que de certa maneira serve para definir o ápice desse momento talvez seja *A Integração do Negro na Sociedade de Classes,* publicado em abril de 1964, obra em que estuda "a emergência do Povo na História".

Desde a desagregação do regime servil até 1950, Florestan procura apanhar, para área de São Paulo, "as conexões existentes entre a revolução burguesa, desagregação do regime servil e a expulsão do 'negro' do sistema de relações de produção". Seria bizantinismo tentar discutir aqui até que ponto o trabalho é histórico, ou sociológico - discussão que alimentou por bom tempo setores locais ligados à Historiografia positivista, assustada com pesquisas interdisciplinares e com a renovação da metodologia das Ciências Sociais.

---

23 Pelo menos desde 1948 já vinha produzindo escritos de primeira ordem, pelo que se pode observar em "O Estudo Sociológico da Economia Primitiva". Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo, 1948 n° 11. A preocupação interdisciplinar no estudo dos modos de produção constitui uma constante em sua trajetória.

Deixando de lado outros textos do Autor, que marcaram época, como A Sociologia numa Era de Revolução Social (1963), pode-se dizer que a sua produção servirá como um registro eficaz para a periodização dos estudos sociais no Brasil - inclusive os historiográficos. Na esteira de seus trabalhos podem ser encontradas algumas das principais produções do momento, que ultrapassam eventualmente os marcos por nós estabelecidos, mas que são frutos que despontaram num mesmo contexto. Mencione-se, sem preocupação de arrolamento, além dos trabalhos de Octavio Ianni, sobre escravismo e sobre Estado e capitalismo no Brasil e F. H. Cardoso, sobre escravismo e capitalismo e sobre o papel do empresário industrial no desenvolvimento econômico do Brasil, os trabalhos de Emília Viotti da Costa, *Da Senzala a Colônia* (1966); Luiz Pereira, T*rabalho e Desenvolvimento no Brasil* (1965); Marialice Foracchi, *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira* (1965); Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1964); Paula Beiguelman, A F*ormação do Povo no Complexo Cafeeiro* (publ. 1968); Francisco C. Weffort*, Classes Populares e Políticas* (1968); Maria José Garcia Werebe, G*randezas e Misérias do Ensino Brasileiro* (1963); Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil* (1966); Juarez R. Brandão Lopes, S*ociedade Industrial no Brasil* (1964); Gabriel Cohn, P*etróleo e Nacionalismo* (1968); José de Souza Martins, E*mpresário e Empresa na Biografia do Conde Matarazzo* (1957); e, no mesmo diapasão, L. A. Costa Pinto, D*esenvolvimento Econômico e Transição Social* (1967); Luciano Martins, I*ndustrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento* (1968). Muitas são as vertentes desse conjunto, em que se encontram pesquisadores preocupados com as peculiaridades da implantação (ou não) do capitalismo no Brasil, outros com a crise do regime escravista e o crescimento da integração (ou não) de homens livres na nova ordem social, outros ainda com o papel do empresariado e do proletariado nos quadros do subdesenvolvimento. Os temas são diversos, mas procuram seus autores, em maior ou menor grau, as especificidades dos

processos históricos-sociais na formação do Brasil contemporâneo, descurando a problemática dos modos de produção, e procurando a historicidade dos fenômenos estudados. Estes, talvez, os traços distintivos da escola.

Desse momento são os trabalhos publicados em *Política e Revolução no Brasil* (1966), de autoria de Octávio Ianni, P. Singer, G. Cohn e F. Weffort. também os estudos enfeixados em *Brasil em Perspectiva* (1966), em que se destacam os trabalhos de F. Novais e Emília V. da Costa, Maria do Carmo Campello de Souza, Paula Beiguelman , G. Cohn e Boris Fausto: nessa publicação encontram-se os embriões de pesquisas que foram tratados de maneira superior e sistemática, resultando, no conjunto, um avanço.

A temática central dessas produções está ligada ao estudo das mudanças sociais e políticas no Brasil, em perspectiva histórica. Muitos autores foram diretamente ao cerne do processo histórico, procurando estudar a fisionomia própria (ou não) dos modos de produção no Brasil, e suas manifestações nas diversas instâncias da realidade, não descuidando totalmente da inserção do Brasil na economia mundial. A perspectiva geral era antiimperialista, mas o estudo cuidadoso da temática da dependência ainda não se impusera. A América Latina não tinha sido "descoberta" pelos cientistas sociais brasileiros, como regra geral. Até esse momento, os estudos históricos sempre estiveram mais associados aos estudos de Geografia que os de Sociologia e Política e a tônica geral não ultrapassava o neopositivismo, salvos os trabalhos anteriormente citados, e poucos outros.

Registre-se, para o período considerado (1957- 1964), a obra coletiva sob coordenação de Sérgio Buarque de Hollanda, H*istória Geral da Civilização Brasileira* (1960-1964, 5 v. publicados). Obras de referência fundamental, dada a eficiência de alguns capítulos individuais, não possui, entretanto, eixo(s) exploratório(s) esboçado(s), tornando não difícil, mas impossível sua classificação. E numa perspectiva marxista ortodoxa e linear, mas de grande divulgação às vésperas de (e pouco após) 1964, foram as obras de N. Werneck Sodré. *A História da Burguesia Brasileira* é desse ano, e a *Formação Histórica do Brasil* surgiu no começo dos anos 60, resultado de cursos dados no ISEB. Numa perspectiva claramente ideológica, nas obras de Sodré a História do Brasil surge *etapas históricas* a serem cumpridas evolutivamente, em termos de necessidade... Nesse período, encontram-se, ainda, representantes do biografismo, cujo exemplo mais completo é o de Otávio Tarquínio de Souza, autor *da História dos Fundadores do Império do Brasil* (1960 ,10 v.).

Dessa fase de formação dos principais problemas da Historiografia brasileira recente, participaram Maria Isaura P. de Queirós, com duas obras de importância: La Guerre Sainte au Brésil. Le mouvement messianique du Contestado (São Paulo, 1957) e Os Cangaceiros. Les Banditits d'Honneur Brésiliens (Paris, 1968). Mencionem-se obras em que há vincada perspectiva

histórica, como as de Manuel Diégues Júnior, Regiões Culturais do Brasil (1960) e de Manuel Correia de Andrade, A Terra e o Homem do Nordeste (1963). Nesse clima, foram produzidos trabalhos de historiadores de ofício como os de J. R. do Amaral Lapa, A Bahia e a Carreira das Índias (1968) e Maria Tereza Schorer Petrone, A Lavoura Canavieira em São Paulo (1968), que desvendam importantes aspectos da vida econômica colonial; de Nícia Vilela Luz, A Luta Pela Industrialização no Brasil (1961), Hélio Silva, Sangue na Areia de Copacabana (1º volume de uma longa série; 1964), Edgar Carone, Revoluções do Brasil Contemporâneo (1965) e Vamireh Chacon, Histórias das Idéias Socialistas no Brasil(1965).

No exterior, registram-se as obras de Vitorino Magalhaes Godinho Prix et Monnaies au Portugal (Paris, 1955), de interesse para a História do Brasil e dois livros de Stanley Stein, que se tornaram clássicos da bibliografia brasileira: *The Brazilian Cotton Manufacture (Harvard, 1957) e Vassouras. A Brazilian Coffee Country (Harvard, 1957*), bem como os trabalhos de Frédéric Mauro, *Le Portugal et l' Atlantique au XVII.e Siècle (Paris, 1960),* e Charles Ralph Boxer, *Race Relation in the Colonial Empire (Oxford, 1963)* e Joel Serrão (ed.), Dicionário de História de Portugal (Lisboa, 1965-1971).

d. **Revisões radicais (1964-1969)**

Se o período anterior foi marcado por revisões reformistas dos estudos históricos no Brasil, cujas expressões podem ser encontradas em produções como as de Celso Furtado, José Honório Rodrigues ou Faoro, no período posterior os marcos serão dados pelas posições de Caio Prado Junior *A Revolução Brasileira (1966);* Octavio Ianni *O colapso do Populismo (1966);* de alguns participantes de Brasil; Tempos Modernos (1967), representantes das mais variadas correntes do pensamento progressista no Brasil, como Furtado Cardoso, F. Fernandes, Carpeaux, Weffort; Florestan Fernandes, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento (1968)* e Dante Moreira Leite, autor de O Caráter Nacional Brasileiro (2ª edição revista e ampliada , 1969).

Os diagnósticos sobre a história social do Brasil e sua dinâmica merecem reparos profundos, realizados por analistas que procuravam tirar alguma lição dos desacertos da ideologia do desenvolvimentismo e da política populista que levaram a derrocada dos setores progressistas em 1964. Apesar de a produção do período anterior estar marcada por uma profunda preocupação em investigar aspectos estruturais da sociedade, um difuso dualismo ainda impregnava algumas interpretações da realidade brasileira.24 No plano propriamente da Historiografia, não seria difícil encontrar exemplos de compromissos com o historicismo – às vezes mal encoberto pelo jargão dos estruturalismos. Não terá sido por outro motivo que As Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina, de Stavenhagen, tiveram tanta repercussão no Brasil ao serem publicadas na

Política Externa Independente (1965), revista hoje desaparecida. Atacando duramente o dualismo, e somadas à derrota dos setores progressistas em 1964, provocaram uma revolução radical nos estudos históricos. Caio Prado Júnior, em A *Revolução Brasileira*, retomará as posições imperantes na concepção de História da esquerda ortodoxa para combatê-las. Quanto ao proletariado, por exemplo, dirá que as esquerdas brasileiras "não foram além de reivindicações salarial imediatas que a precipitada inflação tornava fácil não apenas levantar, como de conduzir as aparentes vitórias. Isso nas cidades, porque no campo onde o assunto se apresentava muito mais complexo, a coisa era pior, pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para a circunstância de campesinado do tipo europeu dos séculos XVIII e XIX, e as imprecações contra o 'feudalismo' não encontravam aí, nem podiam encontrar nenhuma ressonância" (p. 24).

24 Desnecessário lembrar que a obra de Jacques Lambert, Os dois Brasis (1959), teve ampla repercussão no Brasil, e nela colaboraram Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Amoroso Lima, L. A. Costas Pinto e José Honório Rodrigues, que modificariam suas posições nos anos subsequentes – sobretudo após 1964.

Octavio Ianni, em analise magnificamente conduzida, utilizando documentação de primeira linha, mostra o fim da era getuliana e o fim de verto estilo populista que envolvia a todos – inclusive membros dos quadros acadêmicos. Uma revisão das últimas décadas da História do Brasil ficava esboçada, e traços fortes e com rigor interpretativo.

Florestan Fernandes, em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento (1968) d*esloca o foco de suas análises para o estudo mais detido da História do Brasil no processo de expansão do capitalismo internacional, mostrando por que a *estratificação e a dinâmica das classes não pode ser estudada dissociadamente do quadro em que se processa a dependência.* Pontos para uma revisão da História do Brasil, na crise do sistema colonial português aos nossos dias, bem como elementos para um reestudo de conceitos como *Classes, estamento* e casta para abordagem da História Social do Brasil.

Numa coletânea dirigida por Celso Furtado, e publicada em *Les Temps Modernes* em 1967 (tradução de Paz e Terra, 1968), uma serie de pontos ficam levantados para uma reinterpretação da história recente do Brasil. A emergência do militarismo (Furtado), a estabilidade social pelo colonial-fascismo (Hélio Jaguaribe), o papel da burguesia na crise política brasileiras (Cardoso), os mitos das relações raciais no Brasil (Florestan Fernandes) são, entre outros, temas lançados ao debate. Por essa mesma época, alias, e na mesma revista *Les Temps Modernes*, Roberto Schwarz publicava notas para uma apreci8ação da chamada cultura brasileira, de grande rigor crítico.

Ainda sobre os mitos que obscurecem a produção cultural no Brasil, anestesiando o espírito crítico, em 1969 ressurge um livro novo, daquela que

fora a tese de doutoramento defendida em 1954 na Faculdade de Filosofia (Cadeira de Psicologia). Trata-se de *O Caráter Nacional Brasileiro*, de Dante Moreira Leite. Retraçando a história de uma ideologia – a do "caráter do homem brasileiro" -, o Autor examina detidamente as ideologias que estão na base das interpretações de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Fernando de Azevedo, Oliveira Vianna, Alfredo Ellis Júnior, Paulo Prado, Viana Moog, Cruz Costa, Caio Prado Júnior, entre muitos outros. A natureza revisionista do trabalho permite o inicio da discussão sobre o caráter ideológico da própria noção de "cultura brasileira", tratada de maneira tão categórica por autores como por exemplo, Fernando de Azevedo. Algumas de suas apreciações são positivamente radicais.

Registre-se que esse momento é de grande abertura, nas Ciências Sociais, para a América Latina (1969) Celso Furtado escreverá uma Formação Econômica da AMÉRICA Latina (1969) e, no plano externo, estarão surgindo estudos históricos do porte dos Stanley e Barbara Stein, *Herança Colonial da Amarica Latina (1970), e Tulio Halperin Donghi, História Contemporanea da América Latina (1969). Aponte-se o livro de Richard Graham, Britain and Modernization in Brazil (1850-1914) (Cambridge, 1968),* para o estudo da dependência do Brasil em relação a Inglaterra: um clássico.

Em conjunto, pode se dizer que há, nesse momento, uma ligeira mudança de ênfase. Das relações sociais e raciais, das investigações sobre os *modos de produção* e sobre *características* da vida politíca no Brasil, passa-se ao estudo mais sistemático da *dependência*, seja no plano econômico, seja no plano cultural e intelectual.

e. **Impasses das Dependência (1969-1974)**

"Temporizemos"
Murilo Mendes

Nesse último momento, uma serie de impasses parece caracterizar a reflexão historiográfica do Brasil. Sobre a revisão critica da situação dos estudos históricos, pode-se ter boa medida nos Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros (setembro90 1971, Universidade de São Paulo); algumas posições negarão francamente o papel das Faculdades de Filosofia no desenvolvimento dos estudos históricos, outras indicarão a necessidade de maior cooperação interdisciplinar(quase quarenta anos após a fundação da Universidade), outras ainda, apontarão a falta de organização dos arquivos e a realização da maior parte de nossa produção historiográfica pelos chamados *brazilianists* , que

assumiram papel de relevo nos debates sobre o conhecimento de nosso passado. Se éramos marcados pela Historiografia francesa, se ao regime de cátedras correspondeu a orientação da escola francesa, pode-se dizer, com um cero esquematismo, que à nova ordem (sistema departamental) corresponde o modelo norte-americano. Não é de estranhar tal presença – que se manifesta em outros níveis, e bem mais acentuadamente.

Paralelamente, vale mencionar o problema de demissão do grupo mais significativo da Universidade de São Paulo, que se redefiniu com a criação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Pesquisas). Aí é realizada pesquisa interdisciplinar, da qual participam vários pesquisadores anteriormente mencionados. Fora da Universidade, Florestan Fernandes continua sua produção crítica isolada, tendo publicado recentemente *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina (1973),* e a *Revolução Burguesa no Brasil (1975).* Que a Universidade permanece ativa, demonstram-no trabalhos como de Bóris Fausto, *A Revolução de 1'930, (1970) e* Alfredo Bosi, com sua *História Concisa da Literatura Brasileira (1970),* ou José de Souza Martins, *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário(1973), bem coimo as análises renovadoras de Antonio Candido, sobre literatura e subdesenvolvimento em América Latina em su Literatura (siglo XXI, 1972). Demonstra-o a grande quantidade de teses recentemente defendidas, algumas de real valor.* ***25***

No exterior, registra-se a obra do historiador inglês Leslie Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade (1970),* fundamental para compreensão dos problemas da dependência do Brasil em relação à Inglaterra e do regime de trabalho no Brasil, na primeira metade do século passado.

De maneira geral e aproximativa, pode-se dizer que a discussão da temática da *dependência* surge vinculada aos desenvolvimentos do capitalismo monopolista e à emergência de regimes rem acarretado o surgimento de certos traços *nacionalistas,* talvez não pareça estranho que a temática da dependência cultural esteja em foco, como está. Não é esta a primeira vez que ocorrem tais impasses; basta que se reco9rde o Estado Novo (1937-1945), assim como os problemas político-culturais à época da reabertura, em 1946 e nos anos subsequentes. Não será difícil concordar com Ronald Schneider, para quem "o erro dos historiadores e cientistas políticos que estudaram o Brasil nos últimos 40 anos foi presumir que os governos fortes intercalavam períodos democráticos, quando, na verdade, era evidente que os governos democráticos é que eram os entreatos de governos fortes".

---

25 Os títulos apontados aqui possuem apenas valor de exemplificação. Várias dezenas de outros poderiam ser arrolados, se fosse o caso. Demais, produções significativas isoladas aparecem, malgrado as condições gerais da Universidade no Brasil: em Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e poucos outros centros culturais. Ressalta-se, nesse sentido, a investigação de Fernando A. Novais sobre Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, tese de doutoramento, USP, 1972. Mimeogr.

2. Quadro referencial para uma análise da produção cultural

De fato, no percurso trilhado pela intelectualidade nos últimos anos podem ser apontadas algumas ocasiões de debruçamento significativo sobre a própria atividade intelectual para auto-avaliação. Para diagnósticos gerais, ou para visualização vivida; eventualmente, para compreender o processo em que se inscrevia sua atividade. Nessa perspectiva, nem sempre se estará no transcorrer do ensaio à busca de uma "cultura", entendida como conjunto de produções mais ou menos articuladas num universo comum de símbolos, **26** mas sim à procura de uma linha de reflexões de auto-avaliação sobre o papel dos intelectuais nos diversos contextos vividos.

O ensaio pretende fixar alguns traços de passagem da concepção aristocrática de cultura para a cultura de massa. A viragem, que se pode ser vislumbrada através da superação da perspectiva gilbertiana e seus mitos à perspectiva de um Ferreira Gullar, parece acompanhar o processo de caracterização e implantação de uma sociedade de classes. Embora nossa preocupação não seja a de retraçar a passagem de uma sociedade de estamentos e castas para uma sociedade de classes em área de implantação do capitalismo dependente, não descuidamos do fato de o "chão social" das produções ter-se alterado substancialmente no período. Há, de fato, amplo movimento social subjacente que alterou em profundidade as linhas de estruturação da sociedade brasileira de 1930 a 1974, no sentido de uma organização mais definida das relações de produção nos moldes do sistema capitalista. O capitalismo periférico ajustou-se aos poderosos princípios do capitalismo monopolista, que transferiu para o subsistema algumas determinações da divisão internacional do trabalho, que viria a colocar por terra, em algumas regiões, concepções patriarcais da organização social e da produção cultural, as coisas não se passam diversamente. De ensaios como *Interpretação do Brasil,* de G. Freyre, passa-se à elaboração de monografias de base que registram problemas como o da massificação e do esmagamento da "cultura popular" – de que os CPCs foram uma das últimas expressões significativas. Essa é a tendência geral. Quanto ao momento atual, novo instrumental, novos enfoques vêm sendo dados à temática da caracterização da produção cultural no Brasil, mas ainda parece cedo demais para arriscar-se um diagnóstico.

---

26 Autran Dourado, em recente entrevista, preocupado com o marasmo atual, afirma, categórico: "Não chegamos a ter se quer uma ortografia. . .". Entrevista a Delmiro Gonçalves. O Estado de S. Paulo. 9/3/1975. p. 24.

Procurou-se, levando em consideração as dificuldades acima apontadas, e não desconhecendo o perigo que advêm da própria expansão do campo escolhido, realizar *cortes* em momentos que assistiram a produção cultural e seu(s) significado(s). Tais cortes foram efetuados tendo em vista a detecção de uma possível linha de *estruturação* de um *sistema cultural* em que acabou por se consolidar uma *ideologia da Cultura Brasileira, a despeito dos processos de massificação cultural (ideológica)que revestem a montagem do sistema. Tal sistema eliminou ou neutralizou gradativamente seus elementos críticos até o fechamento completo do debate.* A noção liberal de Cultura foi instrumento de abertura política no Estado Novo*,* ajudou na consolidação dos quadros da democracia liberal durante cero tempo (Universidades, Campanha da Escola Pública etc.) e, em seu nome, criaram se também argumentos para frear as manifestações que explorassem os "interesses nacionais", da "cultura brasileira", da "cultura nacional" etc. que se cortaram as linhas dessa esfera da produção cultural. Não será, pois, um paradoxo, que exatamente nessa fase de pesada massificação a ideologia da Cultura Brasileira surja revigorada: corresponde a velha concepção da organização social em termos de elite/massas, que substitui (ou mascara, quando menos) as concepções críticas que veiculavam a idéia de organização social baseada na divisão das classes.

Os momentos críticos que serão objeto de analise detida, e em que a temática da produção cultural veio à tona com maior intensidade, foram os seguintes:

I. Na década de 30, sendo marcantes as obras de Freyre e F. de Azevedo, correspondentes à era do redescobrimento do Brasil; momento das interpretações dos "grandes intelectuais", para retomar a expressão de Gramsci.

II. O fim do Estado Novo, representando duas frentes: uma, voltada para o passado, para o ideal aristocrático de cultura; outra, voltada para o futuro, caracterizada já pelos marcos do pensamento radical de classe média. Alguns frutos do labor deste se manifestarão através dos quadros universitários, num processo de institucionalização do saber. Assiste-se à substituição da *qualificação* intelectual pela *função* intelectual.27 Esboçam-se algumas formas de pensamento radical, embora o pano de fundo ainda seja dado pelas concepções culturais criadas nos quadros das oligarquias.

III. Nos anos 50, a institucionalização de quadros intelectuais provoca o engajamento nas linhas do nacional-desenvolvimentismo. O nacionalismo como ideologia impregna os diagnósticos desenvolvimentistas. Formulações criticas surgem no fim dos anos 50, radicalizando-se na

primeira parte dos anos 60. O pano de fundo é todavia dado pelo reformismo populista.

IV. Na segunda metade dos anos 60, revisões radicais rompem com os quadros de diagnósticos da era desenvolvimentista. O sistema reage aos avanços do populismo; o pensamento crítico se radicaliza, revendo-se, combatendo o reformismo populista, intensificando as pesquisas sobre as classes sociais, ampliando o debate sobre dependência.

V. Na ultima etapa, período de fechamento em resposta à radicalização. Linhas de produção são cortadas, com a neutralização radical ou eliminação dos intelectuais "orgânicos". Massificação e revitalização da ideologia da Cultura Brasileira. Fechamento de eventuais brechas no sistema ideológico.

"E apliquemos o bom método: compliquemos o que Parece ser bem simples."

27 Consulte-se o estudo de Hugues Portelli, Gramsci y el bloque histórico, para o estabelecimento dessa distinção. Buenos Aires, S. XXI, 1974.

Quanto ao procedimento técnico, foram detectadas formas de pensamento em que se veiculavam noções como a de "civilização brasileira", "cultura brasileira", "cultura nacional", "cultura popular", "cultura d massa". A partir da seleção do material empírico básico, foram realizados "recortes" nos textos que indicassem os *usos* e *significados* dessas noções, no sentido de *mascarar, justificar, desviar ou diagnosticar* os processos vividos - dando relevo, em especial, àquelas formulações que os agentes buscassem seu próprio posicionamento na situação cultural vivida: nesse sentido, as analise busca, também, o dimensionamento político social.

O terreno escolhido é sediço, uma vez que em cada época se reconstrói o passado e se projeta o futuro dentro dos parâmetros ideológicos existentes. Uma questão de método intransponível, e da qual se deu conta no decorrer da investigação foi a da existência da simultaneidade de várias "camadas" culturais diferentes, que, embora contemporâneas, veiculavam valores e posturas não só diversas mas até antagônicas

Claro, teoricamente, sempre há ideologias dominantes, considerando um determinado período histórico-cultural. Mais difícil, todavia, será detecta, na pratica, para cada momento determinado, a gama completa de linhagens de pensamento – ainda que se leve em conta apenas as formas de pensamento dominante. Ou, em quadros de crise, como no fim do Estado Novo, ou às vésperas de 1964, as linhagens de pensamento que mais se ajustavam as reais possibilidades estruturais de modificação do sistema. É conhecido hoje, o descompasso existente entre os diagnósticos de realidade elaborados pelo

marxismo ortodoxo no inicio dos anos 60, dada a adequação do instrumental teórico e a carência profunda de monografias de base – que indicassem por exemplo, os verdadeiros dinamismos do operariado, do mundo rural, ou mesmo do empresariado. No plano das pesquisas sobre a chamada cultura popular, mal se iniciava a linhagem de investigações mais consistentes. A "autonomia" dos moldes de explicação revelavam a radical ruptura entre ideologia e realidade, e somente após 1966/67 é que a correção começará a se fazer sentir como colapso do populismo: essa etapa de revisão torna-se importante porque nela se observam tendências novas, que emergem rompendo com os velhos quadros teóricos de explicação, dados por exemplo, por Werneck Sodré ou, em orientação (neocapitalista) superior, por Furtado ou pelos antigos "explicadores do Brasil". As explicações lineares, históricas e/ou culturalistas são ultrapassadas pelas descobertas de descontinuidade, ou pela intervenção de técnicas do(s) estruturalismo(s), e pelas polemicas nem sempre renovadas dentro do marxismo. Carlos Estevam, autor de obra sobre os CPCs no inicio dos anos 60, chegara a registrar em 1966 o "estado desorganizado conceitual",28 vigente nas ciências sociais, através da observação de algumas frentes significativas de reflexão. Ocioso seria apontar que os desvios e compromissos historicistas do *marxismo* nos anos 50 seriam substituídos por outros tantos, no decorrer dos debates com os estruturalismos. Mas de tudo ficando um pouco e sendo superado esse quadro de crise, muitas técnicas vão sendo absorvidas no transcorrer do percurso, propiciando o enriquecimento do instrumental de análise dessa poderosa frente de investigação cientifica.

No andamento da exposição nem sempre se estará operando na esfera das formas de pensamento dominantes. Ao contrário, até, frequentemente as vezes se estará deliberadamente privilegiando e exalçando a exceção. A *tradicional radical* – que se opõe à "tradição afortunada" – não se constitui em setor dominantes, mas em fração diminuta da intelectualidade. Sobre tudo em certos momentos de passagem (fim do Restado Novo, ou fim do populismo, por exemplo), notam-se diferenças significativas entre os *intelectuais orgânicos* e os *intelectuais tradicionais* - para utilizar a distinção gramsciana. A relação entre a esfera em que se locomovem os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, diversamente do que ocorre com os grupos sociais fundamentais, mas sim imediata, segundo Gramsci. 29

De toda forma, a emergência de novas camadas sociais não foi suficientemente acelerada para provocar tensões agudas entre os "grandes intelectuais" e os intelectuais orgânicos do novo bloco histórico. O absorveu os intelectuais da fase anterior, ao invés de suprimi-los.

28 V. na revista Dados do artigo "Construção de teoria na ciência social brasileira".

Rio de Janeiro, 1966. Nº 1, p0. 105.

29 A melhor exposição dessa distinção estre tipos de intelectuais vislumbrada por Gramsci, encontra-se no estudo já citado de Hugues Portelli. Tais categorias serão aqui utilizadas de maneira um tanto livre, em face das singularidades dos processos histórico-culturais ocorrentes na Itália (note-se seus estudos, por exemplo, sobre a burguesia piemontesa) e no Brasil – a começar pela incipiência (ou até inexistência, conforme a região) da esfera artesanal no Brasil.